



Eletrobras



Relatório da Administração & Demonstrações Financeiras

2022

Sumário

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	3
2. PERFIL DA ELETROBRAS E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	6
2.1 A ELETROBRAS	6
2.2 ESTRUCTURA SOCIETÁRIA	6
2.3 INVESTIMENTOS REALIZADOS.....	9
2.4 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	11
3. PANORAMA ECONÔMICO SETORIAL.....	13
4. ASPECTOS OPERACIONAIS E REGULATÓRIOS	15
4.1 GERAÇÃO.....	15
4.2 TRANSMISSÃO.....	21
4.3 OPERAÇÕES NO EXTERIOR.....	23
4.4 ASPECTOS REGULATÓRIOS	25
5. PRINCIPAIS ASPECTOS ESG	29
5.1 GESTÃO AMBIENTAL (ENVIRONMENTAL)	29
5.2 GESTÃO SOCIAL (SOCIAL)	30
5.3 GESTÃO DA GOVERNANÇA (GOVERNANCE)	42
6. PROGRAMAS DE GOVERNO.....	48
7. MERCADO DE CAPITAIS.....	52
8. DESEMPENHO FINANCEIRO.....	56
8.1 DESTAQUE DO RESULTADO CONSOLIDADO	56
8.1.2 CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS.....	59
8.1.3 REMENSURAÇÕES REGULATÓRIAS DE TRANSMISSÃO	62
8.1.4 PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	62
8.1.5 RESULTADO FINANCEIRO	62
8.1.6 OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	63
8.1.7 IMPOSTO DE RENDA	63
8.1.8 OPERAÇÕES DESCONTINUADAS.....	63
8.1.6 EBITDA CONSOLIDADO	64
8.1.7 DÍVIDA BRUTA E LÍQUIDA.....	64
8.2 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO.....	64
8.3 ANÁLISE DO RESULTADO DA CONTROLADORA	65
8.4 REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS	68
9. SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA.....	69
10. BALANÇO SOCIAL.....	70

1. Mensagem da Administração

O ano de 2022 é o segundo mais crucial da história da Eletrobras, precedido em importância somente por 1962, ano em que a empresa foi fundada. O processo de capitalização da companhia, concluído no ano passado, representa uma segunda fundação, seis décadas depois da primeira, e foi fundamental para deixar a empresa mais preparada para enfrentar as mudanças sistêmicas que estão em curso nos setores de energia brasileiro e global. A privatização é um marco para nós e para o Brasil e a companhia é, agora, a maior *corporation* do país. Este processo nos deixou mais fortalecidos e confiantes no enorme potencial da nossa empresa, possibilitando retomar os investimentos em prol do crescimento da companhia, que poderá se renovar e competir para se consolidar como uma das maiores empresas de energia limpa do mundo.

Estamos certos de que a única forma para cumprir as expectativas que foram depositadas em nós é realizar os negócios com uma visão holística dos pilares ESG: ambiental, social e de governança corporativa. Somente dessa maneira poderemos manter os resultados sustentáveis, que nos garantam a perenidade das operações, aliada à proteção da vida no planeta e à geração de oportunidades reais para a sociedade.

Com a conclusão da capitalização, temos plenas condições para concretizar esta missão e superar os desafios que se apresentarem. Estamos ganhando celeridade e qualidade em diversos processos, como os de contratação de pessoas e serviços. Vislumbramos desta forma a possibilidade de renovar nosso corpo de funcionários, ampliando a diversidade em todas as suas dimensões, depois de um Plano de Demissão Voluntária que contemplou mais de 2,4 mil colaboradores, o equivalente a 90% dos elegíveis em todas as empresas Eletrobras.

Nesta nova fase, atuaremos cada vez mais de maneira conectada com as demandas de nossos públicos de relacionamento e com as visões mais contemporâneas acerca da responsabilidade corporativa e da atuação sustentável. Para isso, colocaremos em funcionamento, já no ano de 2023, uma estrutura organizacional capaz de responder a esses anseios, com instâncias decisórias e corporativas centralizadas na *holding*, gerando maior sinergia e economicidade para a operação de nossos negócios nas pontas, por meio de nossas subsidiárias e de Sociedades de Propósito Específico (SPES), com as quais intensificaremos o processo de racionalização de participações, seguindo adiante com aquelas em que pudermos, de fato, compartilhar decisões que gerem valor para nossos negócios e para o país.

Outro ganho expressivo com a capitalização diz respeito ao volume de investimentos projetados para a companhia. Para realizá-los, estamos construindo nossas estratégias com visão de crescimento de longo prazo centrado no aumento de geração limpa e renovável e na capacidade de transmissão dessa energia. O novo Plano Diretor de

Negócios e Gestão (PDNG), referente ao período 2023-2027, já contemplará essa proposta, mas iremos além, com horizontes de tempo mais amplos para o nosso planejamento empresarial. Almejamos manter nossa liderança em geração e transmissão de energia elétrica, além de nos tornarmos um *player* importante no segmento de comercialização.

Os novos investimentos permitirão melhoria nas áreas de pesquisa, desenvolvimento e inovação, para participar de forma efetiva de mercados de produção de energia, com as mais modernas tecnologias limpas já desenvolvidas. Com isso, entramos definitivamente na era da digitalização, da descarbonização e da descentralização. Nosso intuito é estar na vanguarda e liderar o processo de transição energética, apontando os caminhos para o setor elétrico do futuro, fomentando o debate e aplicando os recursos nos ativos que se mostrem mais compatíveis com as novas demandas da sociedade e do planeta.

Nossos esforços recentes têm sido acompanhados de perto pelo mercado, que novamente premiou e reconheceu as iniciativas de transformação que a alta gestão está implementando. Fomos listados pelo Anuário Época Negócios 360º “Melhores empresas do Brasil 2022”, em 35º lugar no ranking geral e em 3º lugar entre as empresas de energia. No *ranking* “As Melhores da Dinheiro 2022”, da Isto É Dinheiro, fomos listados em 28º lugar geral, entre as 1000 maiores empresas do país. Recebemos o “Troféu Transparência Anefac 2022”, da Associação Nacional de Executivos (Anefac), entre as empresas com receita líquida acima de R\$ 20 bilhões que têm as melhores práticas de transparência em informações contábeis. Esses e muitos outros reconhecimentos concedidos comprovam que os agentes de mercado estão confirmando a confiança na busca por aperfeiçoamento conduzida pela atual gestão.

Em 2022, seguimos coordenando ações de combate à pandemia de Covid-19, com reporte semanal dos colaboradores infectados, internados e recuperados nas empresas Eletrobras. Ainda consolidamos as ações que haviam sido iniciadas no auge da pandemia, nos anos de 2020 e 2021, em iniciativas de assistência às comunidades impactadas em áreas de influência de nossos empreendimentos, seja por doações, seja por investimentos em melhorias na infraestrutura local.

Pelo sexto ano consecutivo associamos metas ESG à remuneração variável de nossos dirigentes, incluindo questões como mudanças climáticas, eficiência energética, saúde e segurança, pesquisa e desenvolvimento, *due diligence* de fornecedores e equidade de gênero. Devido às nossas práticas de sustentabilidade, fomos habilitados a emitir *green bonds* para financiar projetos de transmissão e geração (fontes solar e eólica) e já emitimos o primeiro no ano de 2021, no valor de R\$ 185 milhões.

A Eletrobras ainda deu importantes passos no sentido de desdobrar seu propósito empresarial nos produtos, processos e modelo de negócios. Os temas relacionados à sustentabilidade foram integrados ao Manual da Organização, estabelecendo como atribuição de todos os níveis hierárquicos da companhia. Atualizamos a nossa Matriz de Riscos, destacando um pilar específico para Riscos ESG. Por fim, publicamos o novo Código de Conduta, estruturando nos quatro pilares do *framework* de sustentabilidade das empresas Eletrobras.

Também estivemos presentes de forma proativa nos dois maiores eventos globais na área ambiental, realizados pela Organização das Nações Unidas (ONU): a 27ª Conferência do Clima (COP-27) e a 15ª Conferência da Biodiversidade (COP-15). Neles, apresentamos nossas soluções, experiências e pontos de vista a respeito do futuro da cadeia produtiva de energia e dialogamos para internalizar as mais modernas práticas do setor. Dessa maneira, reforçamos que seguimos orientados pelos nove Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU que elegemos para nortear as ações da companhia e pelos 10 Princípios Orientadores do Pacto Global, do qual somos signatários desde 2006. São princípios inegociáveis para a empresa a preservação do meio ambiente e o combate às mudanças climáticas, a defesa dos direitos humanos, a redução das desigualdades e a promoção da diversidade.

Coordenamos a Plataforma de combate à corrupção do Pacto Global da ONU e somos signatários do movimento Transparência 100%.

É com essas bases de atuação que seguiremos adiante, construindo a Eletrobras do futuro. São elas que sustentam o trabalho de nossos colaboradores e as relações que estabelecemos com cada um de nossos *stakeholders*. A todos eles, agradecemos de maneira especial pela parceria e pela confiança nos projetos que desenvolvemos nas seis décadas de existência da companhia. Juntos, vamos seguir construindo a trajetória da Eletrobras, que nos conduz a um futuro sustentável e próspero.

Ivan Monteiro

Presidente do Conselho de
Administração Eletrobras

Wilson Ferreira Junior

Presidente da Eletrobras

2. Perfil da Eletrobras e Planejamento Estratégico

2.1 A Eletrobras

Criada em 11 de junho de 1962, a Eletrobras passou por uma das maiores transformações desde sua criação.

Em 27 de maio de 2022, a Companhia e o BNDESPAR realizaram, respectivamente, pedido junto à Comissão de Valores Mobiliários (CMV), de registro de oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, simultaneamente no Brasil, registrada junto à CVM e no exterior, sob a forma de American Depositary Shares (“ADS”), representados por *American Depositary Receipts* (“ADR”), registrada na SEC (“Securities and Exchange Commission”) ao amparo do Securities Act. No dia 09 de junho de 2022 foi confirmada que as condições a que estava sujeita a Oferta Pública Global foram satisfatoriamente atendidas, e foi estabelecido o preço de subscrição da ação em R\$ 42,00 (US\$ 8,63 sob a forma de ADS que corresponde ao preço por ação convertido para dólares dos Estados Unidos da América (US\$), incluindo taxas de emissão do ADS, com base na taxa de câmbio de venda (PTAX) divulgada pelo Banco Central, resultando em um aumento de capital de 732.296.868 ações ordinárias, pelo valor de R\$ 30.756 milhões. Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, em 5 de julho de 2022, o Banco estabilizador da Oferta exerceu o direito sobre o lote suplementar de 15% do total das Ações da Oferta Brasileira inicialmente ofertada, num total 104.621.528 Ações ordinárias. Com a emissão primária e lote suplementar, o capital social da Companhia passou para R\$ 69.813,7 milhões, por meio da emissão total de 732.296.868 ações ordinárias.

Em decorrência da Oferta Pública acima, a Eletrobras e suas empresas controladas se tornaram empresas privadas, seguindo o modelo de “*True Corporation*” não sendo mais controladas pela União Federal.

A Eletrobras continua associada ao Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel), associação civil sem fins lucrativos, fundada pelas empresas Eletrobras e, de acordo com a Lei 14.182/21, deve manter o pagamento das contribuições associativas ao Cepel, pelo prazo de 6 (seis) anos, contados da data da desestatização.

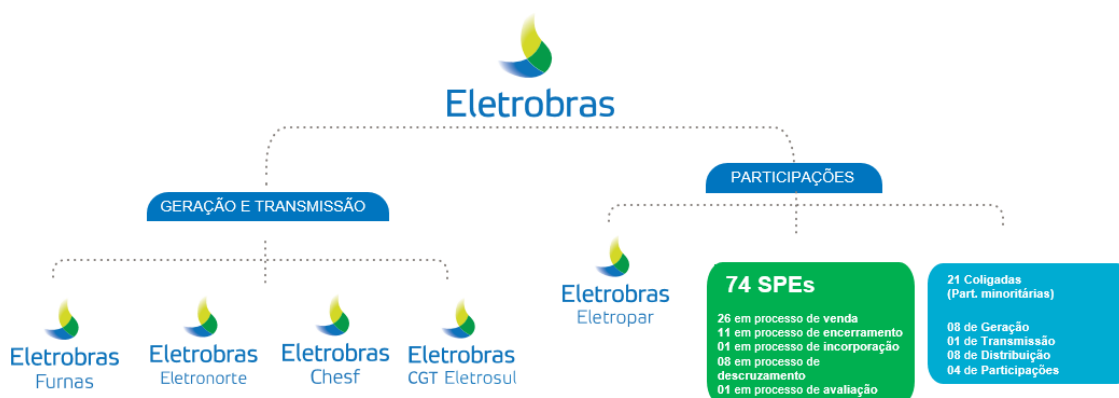
A Eletrobras se mantém líder em geração e transmissão de energia elétrica no país e contribui para que a matriz energética brasileira seja uma das mais limpas e renováveis do mundo e, por meio de nossas empresas, estamos presentes em todas as regiões do Brasil. Em 31 de dezembro de 2022, a Eletrobras contribuiu com 23% do total da capacidade instalada do país. Cerca de 97% da nossa capacidade instalada vem de fontes com baixa emissão de gases de efeito estufa. A empresa é líder em transmissão de energia elétrica no Brasil, com 40% do total das linhas de transmissão do Sistema Interligado Nacional em sua rede básica.

2.2 Estrutura Societária

Em 31 de dezembro de 2022, a estrutura societária das Empresas Eletrobras era formada pela Holding, por quatro controladas (Furnas, Chesf, Eletronorte e CGT Eletrosul). A Eletrobras possui ainda, participação acionária em 74 Sociedades de Propósito Específico (SPEs), sendo 73 no Brasil — 57 de geração e 16 de transmissão — e uma geradora de energia no exterior. Há ainda 22 empresas coligadas, entre elas e a empresa de participações Eletropar. Conforme previsto na Lei nº 14.182/2021, a capitalização da Eletrobras estava condicionada à reestruturação societária para manter sob o controle, direto ou indireto da União, as empresas Eletronuclear e Itaipu Binacional, através da transferência de controle para a Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. (ENBPar). Assim, após a capitalização, a participação acionária da

Eletrobras no capital total da Eletronuclear passou de 99,95% para 67,95%, e esta última, deixando de ser uma empresa controlada para ser uma empresa coligada.

Estrutura Societária em 31/12/2022



Sociedades de Propósito Específico

De acordo com as diretrizes do seu planejamento estratégico, a Eletrobras buscou, nos últimos anos, a racionalização da carteira de participações societárias. Dentre as operações já realizadas, sete ocorreram no ano de 2022. Com isto, a Eletrobras encerrou o exercício de 2022 com um total de 74 SPEs, ou seja, uma redução de 104 SPEs em relação a dezembro de 2016.

PRINCIPAIS EVENTOS SOCIETÁRIOS 2022

Março

- Encerramento da SPE Inambari Geração de Energia S. A. (IGESA).
- Venda, por ordem judicial, de 12.306 ações preferenciais da coligada CTEEP, detidas pela Eletrobras, ao valor de R\$ 326,7 mil, devido a execução de garantia em processos judiciais.
- Finalizado o processo de reestruturação societária da coligada CESP, com a consequente mudança de nome para Auren Energia, passando as ações serem negociadas somente como ações ordinárias. A Eletrobras possuía, em 31/12/22, 1,03% das ações ordinárias da Auren Energia.

Abril

- Incorporação da SPE Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A (TSLE) pela CGT Eletrosul
- Venda da totalidade das ações detidas pela Eletrobras na Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-T), equivalentes a 32,66% do total do Capital Social da CEEE-T. As ações foram alienadas para a CPFL Comercialização de Energia Cone Sul Ltda., ao valor de R\$ 349,29 por ação, totalizando um valor líquido de R\$1.101,4 milhões. Essa venda decorreu da operação de OPA promovida pela CEEE-T, a qual a Eletrobras aderiu.
- Encerramento da SPE Manaus Construtora Ltda.
- Encerramento da SPE Centro de Soluções Estratégicas S.A (CSE).

Junho

- No dia 17 de junho, a Eletrobras e suas controladas celebraram os novos contratos de concessão de geração de energia elétrica em substituição aos contratos de concessão que se enquadram no artigo 2º da Lei n.º 14.182, 12 de julho de 2021 ("Lei 14.182"), e que estavam vigentes em 13 de julho de 2021 e sob titularidade ou controle, direto ou indireto, da Eletrobras, ou seja, os contratos de concessão de 22 usinas hidrelétricas, tendo sido atendidas todas as condições para o processo de desestatização da Eletrobras, conforme previstas na Lei 14.182 e na Resolução do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos n.º 203, de 19 de outubro de 2021, conforme alterada, e aprovadas na 181ª assembleia geral extraordinária.
- Foi realizado, pela Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. (ENBPar), aporte de capital no valor de R\$ 3.500 milhões na Eletronuclear, que deixou de ser subsidiária da Eletrobras, em decorrência do processo de privatização. Tal valor estava previsto no Acordo de Investimentos, celebrado entre a Eletrobras e a ENBPar, nova controladora da Eletronuclear, no âmbito do processo de desestatização da Eletrobras.
- Em junho de 2022, Furnas integralizou 5.494.950.237 ações ordinárias, subscritas em maio de 2022, no valor de R\$ 681.374 mil, em decorrência do direito de preferência no âmbito do aumento de capital da MESA, e, mais 7.267.560.939 de novas ações ordinárias subscritas, emitidas pela investida, em decorrência das sobras de ações do aumento de capital, integralizando o valor equivalente a R\$ 901.177 mil em junho de 2022. Com a integralização das ações, a participação de Furnas em MESA passou de 43,05% para 72,36%. Mesmo com elevada participação, Furnas se tornou a controladora da Companhia somente em julho de 2022, após a assinatura do distrato do acordo de acionistas. Essa operação contribuiu com aumento de 1.045,5 MW de capacidade instalada para Eletrobras.

Agosto

- Eletrobras transferiu toda a sua participação societária na SPE Norte Energia (15,0%) para a Eletronorte.
- Ocorreu o exercício de 499.401 bônus de subscrição na coligada Energisa, mediante aumento do capital em R\$ 738,3 milhões, com emissão de 44.851.040 ações ordinárias e 179.404.160 ações preferenciais, equivalentes a 44.851.040 Units. Dessa forma, a participação societária da Eletrobras caiu de 2,31% para 2,06%.
- Encerramento da SPE Construtora Integração Ltda.

Setembro

- Ocorreu a transferência de 212.300 ações ordinárias da coligada Equatorial Maranhão, detidas pela Eletrobras, no valor de R\$ 9.741,4 mil, em virtude de decisão judicial, no âmbito de processo judicial em que tais ações estavam oferecidas em garantia,, reduzindo a participação societária da Eletrobras de 33,55% para 33,28%.
- Concluído processo de subscrição de ações da AES Brasil, em virtude de seu aumento de capital, tendo a Eletrobras subscrito um total de 10.664.306 ações ordinárias no valor de R\$ 102.484.008,30, passando a participação da Eletrobras na AES Brasil de 6,12% para 6,81%.

Outubro

- A Eletrobras vendeu a totalidade das ações detidas na coligada Celpe, representativas de 1,56% do Capital Social da Celpe, ao valor de R\$ 48.940.409,91.
- A Eletronorte vendeu a sua parte na SPE Amapari (49,0%) para a Eneva S.A. pelo valor de R\$ 17.797.753,49.

Dezembro

- A Eletrobras transferiu 3.067.035 ações ordinárias e 87.639 ações preferenciais, representativas de 32,74% do capital social da coligada Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica (CEEE-G), por indicação da CSN – Companhia Siderúrgica Nacional, à Companhia Florestal do Brasil – CFB, subsidiária da CSN, pelo valor de R\$ 367 milhões como parte de pagamento negociado em acordo judicial de empréstimo compulsório celebrado pelas partes.

2.3 Investimentos Realizados

O total dos investimentos realizados pelas Empresas Eletrobras, em 2022, foi de R\$ 5.639 milhões, o que corresponde a 108 % do orçamento do ano. Deste total, R\$ 3.960 milhões correspondem a investimentos corporativos e R\$ 1.679 milhões em parcerias, com destaque para aporte realizado na usina Santo Antonio Energia, como decorrência do processo de aquisição do controle da referida sociedade. Os recursos foram distribuídos nos seguintes segmentos: R\$ 3.227 milhões em Geração, R\$ 2.000 milhões em Transmissão e R\$ 413 milhões em outros (Infraestrutura e Qualidade Ambiental). Comparado a 2021, observa-se um acréscimo de 41 % no total do investimento corporativo no segmento de Geração e um acréscimo de 7 % no segmento de Transmissão.

Investimentos Realizados

(Em R\$ milhões)

Investimento (Corporativo + Parcerias)	Orçado 2022	% 2022	Realizado 2022	Realizado 2021	Realizado 2020
Geração	2.187	126%	2.763	766	539
Implantação Corporativa	59	25%	15	18	34
Ampliação Corporativa	589	62%	367	244	222
Manutenção	720	100%	721	393	209
SPEs	819	203%	1.660	111	74
Eletronuclear	243	192%	465	1.532	1.275
Transmissão	2.292	87%	2.000	1.863	1.051
Implantação Corporativa	1	100%	1	1	14
Ampliação e Reforços e Melhorias	1.386	85%	1.182	1.163	631
Manutenção	819	97%	797	191	366
SPEs	86	22%	19	508	40
Outros⁽¹⁾	495	83%	412	517	258
SPES Outros G T	15	0%	0	0	0
Total	5.231	108%	5.639	4.678	3.122

(1) Outros: Pesquisa, Infraestrutura, Qualidade Ambiental.

Destaques em 2022

GERAÇÃO: INVESTIMENTOS REALIZADOS DE R\$ 3.227 MILHÕES

CGT Eletrosul realizou R\$ 236 milhões em Ampliação do Sistema de Geração sendo R\$ 230,5 milhões referentes ao Parque Eólico Coxilha Negra e o restante da CGH Cachoeira Branca.

Em SPE's temos como principal destaque o aporte feito em Santo Antonio, no total de R\$ 1.583 milhões, não previstos no PNG de 2022, e feito para cobrir dispêndios com perda arbitral na SAESA.

CGT Eletrosul e Furnas aportaram um total de R\$ 46 milhões na SPE Teles Pires Participações Ltda para a SPE honrar serviço da dívida relativo à emissão de debêntures.

Os investimentos em Manutenção das Usinas da Chesf, como Sobradinho e Paulo Afonso, dentre outras, somaram R\$ 348 milhões

Em relação à Eletronuclear, foi previsto que esta somente permaneceria consolidada pela Eletrobras até o mês de janeiro de 2022, dada a previsão de privatização e transferência do controle da Eletronuclear para a Enbpar no primeiro trimestre de 2022. Por este motivo, constou no orçamento de 2022 somente o valor de R\$ 242 milhões para Eletronuclear. Porém, devido a privatização ter ocorrido em junho de 2022, houve uma realização de investimentos de R\$ 464 milhões pela Eletronuclear em 2022, superando os R\$ 242 milhões previstos.

Desconsiderando o total de investimentos da Eletronuclear, no ano de 2022, as Empresas Eletrobras realizaram um total de R\$ 382 milhões de investimentos em geração, o que corresponde a 59 % do orçamento neste segmento para as Empresas, à exceção de Eletronuclear.

Geração: frustrações de R\$ 785 milhões (expurgando aporte Santo Antônio)

Como principais frustrações nos investimentos, destacamos o montante de R\$ 51 milhões referentes à UTE Santa Cruz, devido ao atraso na aprovação do pleito de aditamento do contrato para conclusão da implantação do Ciclo Combinado, tendo sido prorrogado para 2023.

Em SPEs, houve frustrações de R\$ 482 milhões referentes à não realização de aporte por Furnas na SPE Holding Brasil Ventos devido à prorrogação para 2023 do processo de compras de aerogeradores para o Parque Eólico Itaguaçu da Bahia.

TRANSMISSÃO: INVESTIMENTOS REALIZADOS DE R\$ 2.000 MILHÕES

Os investimentos em Ampliação e Reforços e Melhorias corresponderam 60% do Investimento Corporativo no segmento, com maiores destaques para:

- R\$ 607 milhões em Manutenções da Chesf com destaque para melhorias com a finalidade de maximização do resultado da revisão tarifária de 2023;
- R\$ 410 milhões em Reforços e Melhorias da Chesf, com realização de 84% de seu orçamento anual;
- R\$ 266 milhões em Reforços e Melhorias de Furnas realizando 76% de seu orçamento; e
- R\$ 145 milhões em Reforços e Melhorias da Eletronorte antecipação de entregas e melhora na execução do orçamento planejado.

Transmissão: frustrações de R\$ 292 milhões

Do total frustrado no segmento de transmissão, R\$ 225 milhões referem-se a investimentos corporativos, com destaques para:

- R\$ 83 milhões em Reforços e Melhorias de Furnas justificados pelo atraso nos processos por causa da adequação ao novo regime (realização de 76% do valor orçado)
- R\$ 81 milhões em Manutenção de Furnas por deságios em contratações, negativa de desligamento pelo ONS e adequações dos processos de contratação ao novo regime;
- R\$ 75 milhões em Reforços e Melhorias da Chesf (realização de 84% do valor orçado) devido principalmente a atrasos em entregas de equipamentos.

Em SPES, a SPE Transnorte Transmissora de Energia previa aportes de R\$ 86 milhões para o início das obras da LT Manaus / Boa Vista. Porém houve atrasos devido a ações civis públicas relacionadas ao licenciamento ambiental cujo acordo judicial deu-se ao final de setembro. Por este motivo, tivemos uma frustração de R\$ 67 milhões em relação ao valor orçado para o ano.

Por outro lado, houve maior investimentos em Transmissão, com destaque para manutenção da Chesf devido ao pagamento de tributos (DIFAL), não previstos no PDNG, aliada a uma melhoria no processo de execução dos projetos de manutenção.

Ambiental

No segmento Ambiental do Investimento Corporativo, houve realização de R\$ 53 milhões em Furnas que possui diversos programas ambientais relativos ao Plano de Recuperação de Áreas Degradadas. Na Chesf, houve realização de R\$ 18 milhões relacionados à Usina de Itaparica referentes às obras dos perímetros irrigados do Projeto Jusante e relativos aos pagamentos de depósitos judiciais das verbas de manutenção temporária.

Fontes de Investimentos

Nos investimentos corporativos, R\$ 3.727 milhões foram realizados com recursos próprios e R\$ 233 milhões com recursos de captação financeira. Já nas SPEs, de um total de R\$ 1.679 milhões, R\$ 840 milhões foram aportados mediante captação de recursos de instituições financeiras.

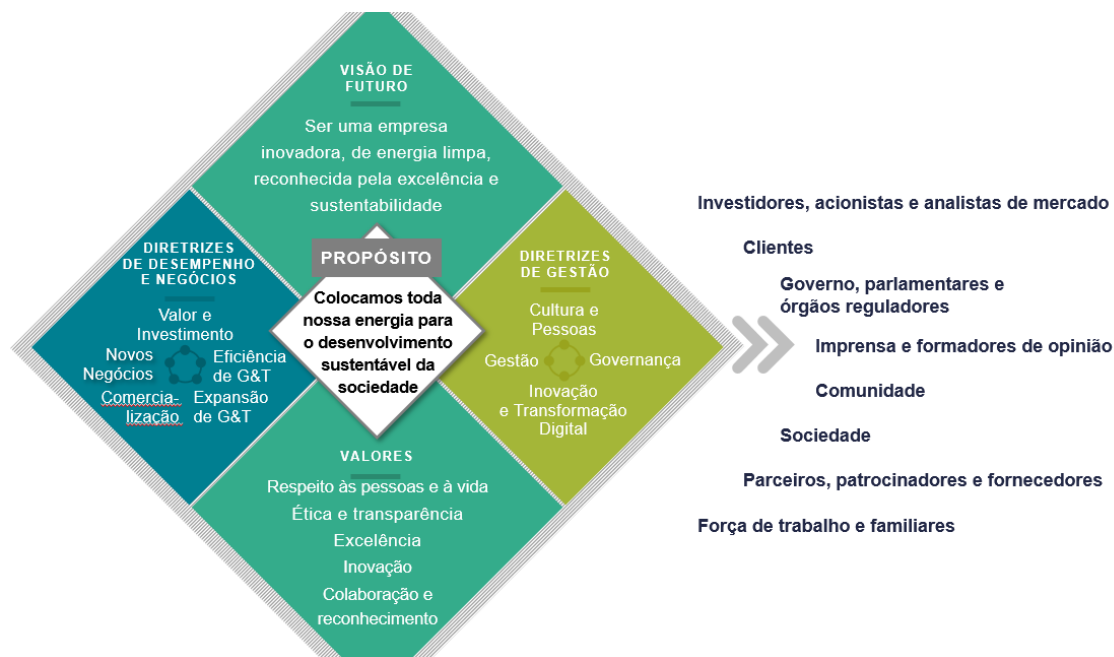
2.4 Planejamento Estratégico

O princípio da estratégia empresarial da Eletrobras é a sustentabilidade, priorizando energia limpa, de fontes renováveis, com baixa emissão de gases de efeito estufa. A sustentabilidade é premissa que determina as diretrizes da empresa, transversal a toda a sua estratégia e aos demais processos da Companhia e nossa maneira de fazer negócios.

Tal posicionamento deve-se basicamente à agilidade com que vêm ocorrendo mudanças nas mais diversas esferas: sociais, ambientais, conjunturais, estruturais; com forte tendência de descarbonização, diversificação das fontes, aumento da geração distribuída, disrupção tecnológica, digitalização acelerada, a maneira como o Brasil irá evoluir socio-economicamente e, por consequência, a evolução da demanda por eletricidade.

Estas e outras tendências do setor elétrico implicaram em ajustes na maneira como a empresa

deve atuar, o que resultou no atual Plano Estratégico, elaborado em 2020, e no posicionamento estratégico que pode ser descrito de maneira sucinta pela figura a seguir:



Considerando a mudança pela qual a Eletrobras e suas empresas vêm passando, o Planejamento Estratégico está em processo de revisão e apresentará adaptações em virtude da desestatização da Eletrobras, assim como o Plano Diretor de Negócios e Gestão para os próximos 5 anos (PDNG 2023-2027).

ESCRITÓRIO DE TRANSFORMAÇÃO

A recente capitalização vem promovendo inúmeras oportunidades de criação de valor para a empresa passando pela otimização de custos e despesas, estratégias de comercialização, adequação da estrutura organizacional e governança, novas possibilidades de crescimento, entre outras. O conjunto de ações que devem ser implementadas no curto, médio e longo prazo para a efetivação dessas oportunidades caracterizará uma grande Transformação em relação ao status quo da companhia. A gestão coordenada das mudanças esperadas representa um grande desafio para a Eletrobras e levantou a necessidade de criação de uma estrutura que possa orquestrar de forma dinâmica as ações que serão implementadas no âmbito desse novo contexto empresarial.



Dentro dessa realidade, a criação de uma estrutura organizacional independente, o Escritório de Transformação (do inglês *Transformation Management Office* – TMO), maximiza as chances de sucesso da Transformação. De maneira resumida, o TMO deverá centralizar o acompanhamento das ações em curso de maneira ativa orquestrando as frentes de trabalho e promovendo celeridade e eficiência na condução das iniciativas. Pesquisas realizadas com consultorias de mercado apontam que organizações que implementaram um Escritório de Transformação robusto apresentaram taxas de sucesso bem superior na condução de uma

Transformação, comparado a empresas que não utilizaram tal estrutura.

Nesse sentido, a Diretoria Executiva da Eletrobras – DEE aprovou, por meio da Resolução RES-447/2022, a criação do Escritório de Transformação – TMO com o objetivo de centralizar toda a gestão da Transformação. A constituição desse Escritório é fator chave para a Eletrobras maximizar a probabilidade de alcançar suas ambições da forma mais eficiente possível ao longo das próximas semanas, meses e anos.

Para apoiar a Eletrobras nesse trabalho foi contratada empresa de consultoria especializada em implantação de Planos de Transformação de forma que, juntamente com profissionais da Holding e das empresas controladas (CGT Eletrosul, Chesf, Eletronorte e Furnas), compõe o time do TMO coordenando todas as ações necessárias para alcance das oportunidades de criação de valor para a companhia advindas do processo de capitalização.

Para facilitar o acompanhamento e mapeamento das oportunidades, o TMO foi constituído com base em 5 (cinco) pilares de transformação os quais são compostos por iniciativas que possam ser implementadas de forma coordenada e priorizada. Tais pilares são: (i) Estratégia e metas; (ii) Negócios; (iii) Transformação organizacional; (iv) Otimização de custos e despesas, e (v) Estratégia financeira e Advisory.



Atualmente, o TMO vem acompanhando a gestão de 40 (quarenta) iniciativas relacionadas, dentre outras, a criação de valor através da comercialização e fim do regime de cotas, otimização de despesas e custos, destravamento de oportunidades de crescimentos através de M&A e leilões, negociação de passivos contingentes e otimização fiscal.

DESTAQUES PDNG 2022-2026

Dentre as iniciativas do PDNG 2022-2026, exceto pelas alterações societárias já demonstradas, destacamos:

- ✓ Otimização da Estrutura da Dívida: Realização de Captações de recursos junto ao mercado de capitais com foco efetivo na gestão de passivos.
- ✓ Reputação e Engajamento Eletrobras: Finalizada a elaboração do treinamento em Direitos Humanos que será disponibilizado para toda Força de trabalho da Eletrobras.
- ✓ Iniciativa: Recebíveis das Distribuidoras: A diretoria da Aneel finalizou todo o processo de fiscalização das distribuidoras vendidas pela Eletrobras. A empresa receberá R\$ 2,67 bilhões (posição ago/21) em 60 parcelas a partir de 2022 atualizada pelo IPCA.
- ✓ Iniciativa: Sustentabilidade 4.0: Desenvolvimento da matriz de riscos integrada do processo de Gestão de Fornecedores e do Guia de Conduta para Fornecedores único para as Empresas Eletrobras. Disponibilização do Canal da Sustentabilidade, especializado no atendimento a solicitações de informações relacionadas a aspectos ESG.

3. Panorama Econômico Setorial

O Produto Interno Bruto (PIB) do país avançou em 2022 e encerrou o ano com crescimento de 2,9%, segundo o IBGE, ficando, porém, abaixo do avanço em 2021. O setor de serviços foi que o mais contribuiu para o PIB, em especial, no primeiro trimestre de 2022.

Já a inflação, medida pela variação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), encerrou 2022 em 5,79%, ficando acima da meta estabelecida pelo Banco Central (3,50%). Os setores que mais impactaram a alta do IPCA foram o de alimentos e bebidas com alta de 11,64%. O setor de energia elétrica residencial teve redução de 19% e a gasolina caiu 25,78%, com a redução dos tributos federais sobre combustíveis.

Segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o consumo do setor de energia elétrica atingiu 508.708.094 MWh, 1,22% acima dos 502.565.791 MWh registrados em 2021 e acompanhando o aumento do PIB. A classe comercial teve o maior aumento, de 5,4% em comparação ao consumo de 2021, em linha com o impacto do setor de serviços no PIB. No que se refere ao setor de energia, o ano de 2022 também foi fortemente impactado pela queda dos preços de energia assim como pelo comportamento do GSF. Maiores detalhes estão no item 4.1.

4. Aspectos Operacionais e Regulatórios

4.1 Geração

CAPACIDADE INSTALADA

Em 31/12/2022, a Eletrobras atingiu a capacidade instalada de 42.559,4 MW em empreendimentos de Geração, o que representa 23% dos 188.908,9 MW instalados no Brasil. Do total da Eletrobras, 68% são compostos de empreendimentos de propriedade integral das Empresas Eletrobras, 30% de empreendimentos realizados por meio de SPEs e 2% de empreendimentos em propriedade compartilhada. Destaca-se que, com o advento da privatização, as empresas Eletronuclear e Itaipu Binacional foram transferidas para a ENBPARG e suas respectivas capacidades instaladas não são mais consideradas dentro da Eletrobras. Em 2022, por outro lado, tivemos o acréscimo de 1.046 MW referente ao aumento de participação acionária de Furnas na SPE Santo Antônio. Aproximadamente 97% da capacidade instalada total da Eletrobras provêm de fontes com baixa emissão de gases de efeito estufa (GEE), contribuindo de forma decisiva para que a matriz elétrica brasileira seja uma das mais limpas e renováveis do mundo. Cerca de 95% correspondiam à fonte por hidrelétricas, 3% por fontes térmicas, 2% por fontes eólicas e menos que 1 % por fonte solar.

Em 31/12/2022, do total de capacidade instalada alavancada em empreendimentos com baixa emissão de GEE no Brasil, 38% ou 54,3 GW pertenciam à Eletrobras ou contam com alguma participação acionária da Eletrobras, por meio de SPEs.



Usinas das Empresas Eletrobras em Operação no Brasil em 31/12/2022

Mapa 1



Capacidade Instalada por Fonte e Número de Usinas que Possuem Participação das Empresas Eletrobras

Tabela 1

Tipo	Hidráulica		Térmica		Eólica		Solar		Total	
	MW Alavancado	Usinas	MW Alavancado	Usinas	MW Alavancado	Usinas	MW Alavancado	Usinas	MW Alavancado	Usinas
Corporativos não renovados	10.882,95	12	1.495,22	9	336,10	20	0,93	1	12.715,20	42
Corporativos renovados pela	3.132,30	2	-	-	-	-	-	-	3.132,30	2

Lei no

13.182/2015

Corporativos sob regime de O&M Lei 12.783/2013	13.117,33	18	-	-	-	-	-	-	13.117,33	18
Propriedade Compartilhada	1.848,14	3	-	-	-	-	-	-	1.848,14	3
SPE	23.558,25	12	-	-	618,70	23	-	-	24.176,95	35
SPE em Regime O&M Lei 12.783/13	807,50	1	-	-	-	-	-	-	807,50	1
Total Geral	53.346,47	48	1.495,22	9	954,80	43	0,93	1	55.797,42	101

A coluna "MW Alavancado" considera 100% da capacidade instalada das usinas que a Eletrobras possui alguma participação, ainda que não seja controladora, notadamente em SPEs.

EVOLUÇÃO FÍSICA NO SISTEMA

- Agregações - Destaca-se, em 2022, acréscimo de 1.046 MW referente ao aumento de participação acionária de Furnas na SPE Santo Antônio, 12,5 MW referente à liberação da UG4 da UHE Curuá-Una da Eletronorte.
- Desagregações - Foram desconsiderados da Capacidade instalada da Eletrobras 8.990 MW referentes à transferência de controle das usinas Itaipu, Angra I e II no processo de capitalização da Eletrobras.

Evolução Física por empresa Eletrobras

(Em MW)

Empresa	Corporativos não renovados (a)	Corporativos renovados pela Lei	Corporativos sob Regime de O&M (c)	Propriedade Compartilhada (d)	SPE (e)	SPE sob Regime de O&M (f)	Total (a+b+c+d+e+f)	Resultado Líquido 2022
Eletrobras Holding	-	-	-	-	184,98	-	184,98	-
Eletronorte	9.814,52	-	78,00	-	4.091,74	-	13.984,26	1.673,46
Chesf	1.015,40	1.050,30	8.394,73	-	2.642,94	-	13.103,37	-
Furnas	1.237,20	2.082,00	4.644,60	764,87	4.113,61	402,94	13.245,22	1.045,65
CGT Eletrosul	648,08	-	-	177,94	1.215,51	-	2.041,53	-
Total	12.715,20	3.132,30	13.117,33	942,80	12.248,78	402,94	42.559,35	1.034,14

ENERGIA GERADA

As Empresas Eletrobras geraram, em 2022, um total de 170.268 GWh, considerando a proporção da sua participação no capital investido, e incluindo cotas, o que representou uma variação de -4,8% em relação a 2021, conforme verificado na tabela a seguir:

(Em GWh)

Energia Gerada empresas Eletrobras	2022	2021	Variação (%)
Eletrobras	5.566,20	5.254,61	5,9%
Itaipu Binacional(1)	7.390,34	33.184,63	-77,7%
Eletronorte (2)	46.908,33	44.383,78	5,7%
Chesf	48.934,86	35.034,87	39,7%
Furnas	45.941,28	35.396,40	29,8%
Eletronuclear(1)	7.155,22	13.461,67	-46,8%
CGT Eletrosul	8.371,94	9.252,90	-9,5%
Amazonas GT(2)	-	2.842,81	-
Total Eletrobras	170.268,16	178.811,66	-4,8%

(1) Considera a energia gerada do 1T22 para Itaipu e até o 2T22 para a Eletronuclear

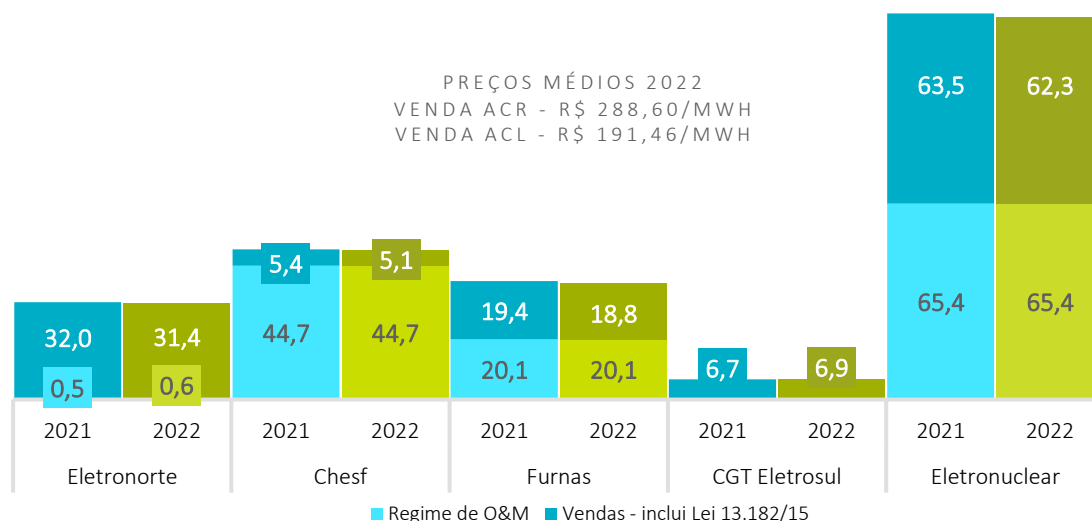
(2) A energia gerada pela Amazonas GT, em 2021, é referente ao acumulado até o 2T21. A partir do 3T21 está consolidada na Eletronorte.

Variações positivas: Destacamos a entrada em operação comercial da UG4 da UHE Curuá-Una da Eletronorte, aumento de participação acionária de Furnas na SPE Santo Antônio Energia e o recorde histórico de geração de energia na UHE Belo Monte, SPE com participações das empresas Chesf e Eletronorte; na Chesf houve aumento das vazões e enchimento dos reservatórios das usinas hidrelétricas, nas bacias dos rios São Francisco e Parnaíba, nos períodos úmidos das temporadas 2021-2022 e 2022-2023.

Variações negativas: As reduções foram impactadas, em especial, pela transferência da Eletronuclear e Itaipu para ENBpar devido à privatização. Na CGT Eletrosul houve paradas da usina de Candiota III.

ENERGIA VENDIDA

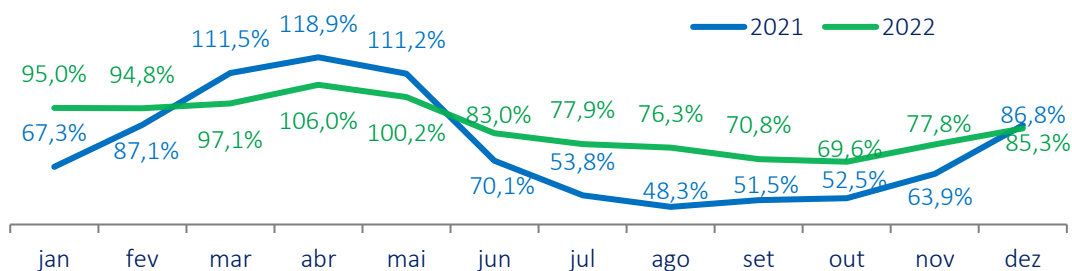
No que se refere à energia vendida, foram vendidos um total de 128 TWh, considerando os empreendimentos corporativos, incluindo cotas, o que representou uma pequena redução de 1% em relação a 2021, conforme gráfico abaixo.



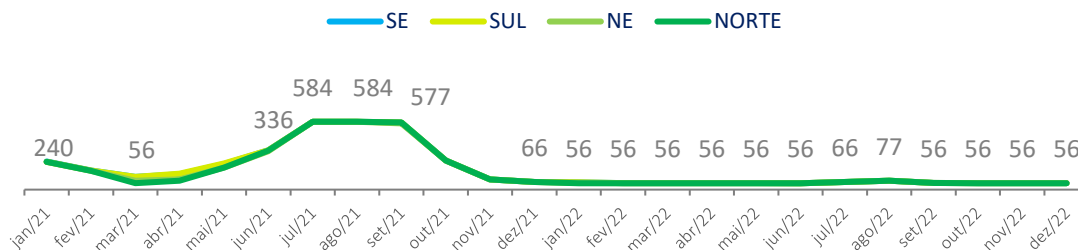
CONTEXTO SETORIAL 2022

Ao contrário de 2021 que foi um ano bastante severo em relação às condições hidrológicas, de 2022 foi um ano bastante favorável do nível dos reservatórios, apresentando uma recuperação iniciada ao longo de 2022 que permitiu uma conjuntura muito confortável em termos de armazenamento do Sistema Interligado Nacional (SIN). Como consequência, o GSF teve um incremento, passando de 72,9% em 2021 para 85,4% em 2022. Da mesma forma, as condições hidrológicas influenciam diretamente o valor do PLD, de modo que, em alguns meses de 2021, o PLD chegou ao seu valor de limite máximo (583,88/MWh) e, no entanto, em 2022, permaneceu praticamente no valor de limite mínimo (R\$ 55,70/MWh) durante todo o ano. Tal melhora nas condições hidrológicas afetaram o preço de comercialização de energia, em especial no ambiente de comercialização livre, diminuindo receitas da Eletrobras da energia que se encontrava descontratada.

GSF



PLD



COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

Com a privatização da Eletrobras, conforme disposto na Lei Nº 14.182/2021, foram outorgadas novas concessões, por um período de 30 anos, contadas a partir da data das assinaturas dos novos contratos de concessão, para as usinas que haviam renovado suas concessões nos termos da Lei nº 12.783/2013 (usinas sob regime de cotas), para as usinas Itumbiara e Sobradinho (Lei nº 13.182/2015) e para as usinas Tucuruí, Mascarenhas de Moraes e Curuá-Una.

As usinas em regime de cotas passaram ter uma nova concessão sob o regime de Produtor Independente de Energia - PIE, que ocorrerá de forma gradual, de 20% ao ano, por um período de 5 anos, a partir de 2023.

Considerando o mercado atual e o futuro da comercialização de energia elétrica das Empresas Eletrobras, com a desotização a partir de 2023 e a abertura do mercado livre a partir de 2024, a Eletrobras vem trabalhando na otimização de sua estratégia de comercialização integrada e coordenada pela holding.

A Eletrobras possui um ciclo de comercialização anual com base em metas e diretrizes de aprovação da estratégia, nível de contratação dos ativos, questões orçamentárias e de planejamento plurianual.

O planejamento da comercialização é feito com o objetivo principal de monitorar as condições de mercado e do portfólio, traçar as diretrizes e o ritmo de comercialização para as empresas Eletrobras visando, por um lado, a mitigação do risco de mercado e liquidez, com um nível de contratação controlado (energia descontratada) ao longo dos anos, e por outro maximizar o valor da comercialização de energia, de maneira que as exposições ao risco de mercado nos períodos mais próximos de suprimento sejam residuais.

As quantidades e a velocidade das vendas dependem das condições e conjunturais, dos preços de mercado e da avaliação de seu nível de equilíbrio, das perspectivas de alteração de curto e médio prazos (análises) e do tamanho das posições (liquidez). A calibragem da velocidade das vendas é dada pela revisão semanal da estratégia. A Rotina de Comercialização atende a uma lógica integrada e coordenada pela holding. O ritmo e o montante de venda, assim como prioridade de alocação do portfólio são coordenados e otimizados através da análise do portfólio global das empresas Eletrobras.

Mesmo com o cenário desafiador de 2022 para o gerador de energia, dado o preço de energia, somente uma fração relativamente pequena do portfólio das empresas Eletrobras ficou exposta aos preços de curto prazo (PLD), que atingiram os valores mínimos, justamente porque a comercialização de energia foi sendo feito de maneira antecipada e responsável, assegurando um preço médio de venda muito acima dos preços da energia para o atual ano.

COMERCIALIZAÇÃO DE ITAIPU

Em junho de 2022, com a desestatização da Eletrobras concluída, e de acordo com a Lei nº 5.899, de 5 de julho de 1973 (alterada pela Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021), e os artigos 22 e 23 do Decreto 11.027, de 31.03.2022, que regulamentam a comercialização de energia elétrica da UHE Itaipu no Setor Elétrico Brasileiro, os direitos e obrigações relacionados ao Agente de Comercialização da Energia de Itaipu foram transferidos das Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobras para a Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. – ENBPar.

Nesta condição de desestatização, ocorrida em junho de 2022, dos 63.940 GWh previstos em 2022, a empresa repassou, de janeiro a maio de 2022, para as concessionárias das Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, 17.366 GWh de energia vinculada à potência contratada, correspondendo a um faturamento de aproximadamente (de janeiro a maio de 2022) US\$ 1,27 bilhão. A potência contratada refere-se à parte mensal que cabe à Eletrobras do total da potência de Itaipu disponível para contratação. Não houve energia não vinculada à potência contratada adquirida pela Eletrobras.

Além disso, para garantir a continuidade das atividades relacionadas à Itaipu Binacional após a desestatização, foi assinado pela Eletrobras e pela ENBPar um contrato de Prestação de serviços de suporte e assessoramento necessários às atividades da ENBPar de comercialização, no Brasil, da energia de Itaipu Binacional, mediante remuneração ajustada entre as partes, pelo prazo de até cento e oitenta dias, contado da data da liquidação da Oferta Pública Global da desestatização da Eletrobras, nos termos da Resolução CPPI 203/2021, com a redação ajustada pela Resolução CPPI 221/2021.

4.2 Transmissão

Em 31 de dezembro de 2022, a malha de Linhas de Transmissão (LTs) das Empresas Eletrobras atingiu um total de 73.887,42 km, sendo 10.308,05 km corporativas não renovadas; 56.630,72 km corporativas sob Regime de O&M, renovadas pela Lei 12.783/13; e 6.948,64 km correspondem à proporção de suas participações acionárias em empreendimentos realizados pela Companhia por meio de SPEs. Considerando apenas as linhas com nível de tensão igual ou maior que 230 kV, a Eletrobras é responsável por 62.070,97 km, o que representa 38,49% do total de Linhas de Transmissão do Brasil nas referidas tensões.

O mapa a seguir apresenta as principais Linhas de Transmissão do sistema elétrico brasileiro existentes até 2022, destacando os empreendimentos pertencentes às Empresas Eletrobras, aqueles que contam com a participação em parceria e as que são de outras empresas.



Mapa da Localização das Linhas de Transmissão de Energia Elétrica no Brasil



Linhas de Transmissão e Subestações em 2022

Empresas Eletrobras	Corporativas			SPES		Totais		
	Corporativas não renovadas em km (a)	Renovadas pela Lei 12.783/13 em km (b)	Subestações (**)	SPE – Participação Eletrobras km (c)	Subestações (***) (MVA)	Total km (a+b+c)	Alavancado pela Eletrobras (*) (d)	Total Alavancado (a+b+d)
Chesf	2.797,21	19.202,12	137	1.810,78	4.083,70	23.810,11	3.695,48	25.694,81
Eletrobras	0	0	0	0	470,4	0	0	0
Eletronorte	2.270,85	8.650,33	48	1.044,89	2580,54	11.966,07	2.132,42	13.053,6
CGT Eletrosul	3418	8.950,67	54	0	938,6	12.368,67	0	12.368,67
Furnas	1.822	19.827,6	58	4.092,97	13424,69	25.742,57	8.631,81	30.281,41
Total	10.308,06	56.630,72	297	6.948,64	21.497,93	73.887,42	14.459,71	81.398,49

* Alavancado pela Eletrobras: entende-se pelo total que a Eletrobras contribuiu ao sistema brasileiro, ou seja, refere-se ao total de linhas ou subestações dos projetos que a Eletrobras tem alguma participação, através de SPE, sem considerar apenas a proporção de sua participação acionária.

** Total de quantidade de subestações, sem incluir as subestações elevadores de usinas.

*** Capacidade de transformação, incluindo transformadores elevadores (MVA)

PARCELA VARIÁVEL DAS EMPRESAS ELETROBRAS

% PV da RAP	2022	2021	2020
Anual	1,56%	2,10%	1,84%

Em 2022, os descontos de Parcela Variável (PV) apresentaram uma redução do comprometimento das Receitas Anuais Permitidas (RAP), em relação a 2021, devido a melhorias no processo de gestão das manutenções programadas e no menor número de desligamentos programados nesse período.

EVOLUÇÃO FÍSICA EM TRANSMISSÃO
Corporativas

Foram realizadas as seguintes energizações no Sistema Interligado Nacional (SIN):

Total de Energização de Transmissão - Km

	Corporativo (a)	Corporativo sob Regime de O&M (b)	SPEs – Participação Eletrobras (c)*	Total de Evolução Física Eletrobras (a+b+c)
Chesf	53,18	132,79	42,63	228,60
Eletronorte	-177,85	0,00	0,00	-177,85
CGT Eletrosul	-155,33	552,70	-467,00	-69,63
Furnas	17,60	-70,00	-159,07	-211,47
Eletrobras Holding	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	-262,40	615,49	-583,44	-230,35

SPEs

Agregações: Destaca-se a entrada em operação de 87km, com total proporcional a participação da Eletrobras (49%), de 42,63 km de LTs, e o aumento da participação na SPE Madeira Energia (UHE Belo Monte) que provocou um acréscimo de 27,91km em SPEs no total de Furnas.

Desagregações: Transmissora Sul Litorânea - SPE incorporada - redução de 467 km em SPEs; Transmissora Sul Litorânea - SPE incorporada - redução de 1.419 MVA em SPEs e Transenergia Goiás - SPE incorporada - redução de 186,98 km em SPEs

4.3 Operações no Exterior

A empresa permanece atuando para fortalecer as relações com agentes locais e com organismos multilaterais de fomento para o desenvolvimento de seus projetos internacionais. Dentre as diretrizes estratégicas estabelecidas no PDNG 2022-2026, destaca-se a de “Consolidar a liderança em G&T, com foco em energia limpa”. Esta diretriz desdobra-se na iniciativa estratégica de “elaborar um Plano de Expansão da Geração atualizável com objetivo de longo prazo (10-15 anos) desdobrado em metas anuais de expansão por tecnologia de geração (incluindo novas tecnologias e negócios), região geográfica, e estágio de maturidade dos projetos (*Greenfield e Brownfield*)”.

Neste contexto, destacam-se os seguintes avanços:

- Bolívia — Estudo de Inventário Hidrelétrico Binacional, em parte da bacia do rio Madeira, pela empresa WorleyParsons Engenharia Ltda. A avaliação do potencial energético na fronteira entre Brasil e Bolívia foi contratada, em conjunto, pela Eletrobras, Empresa Nacional de Electricidad Bolivia (ENDE) e Banco de Desarrollo de América Latina (CAF). A conclusão do estudo está prevista contratualmente para julho de 2023.
- Bolívia — Estudos para a Interconexão Elétrica Brasil-Bolívia, realizado conjuntamente por Eletrobras, ENDE e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que contrataram um consórcio de empresas formado pela MRC Consultants and Advisors, SIGLA e Universidad Pontificia Comillas. A conclusão dos estudos ocorreu em 30 de setembro de 2022, data de encerramento do contrato, indicando a viabilidade do projeto. O encerramento do convênio celebrado com o BID ocorreu em 30 de novembro de 2022, após o qual foram apresentados os resultados obtidos pela firma consultora, em workshop realizado em Brasília no mês de dezembro de 2022.
- Uruguai — manutenção da parceria estratégica com a estatal uruguaia *Administración Nacional de Usinas y Trasmisiones Eléctricas* (UTE), visando promover a geração de energia de fontes renováveis, exemplificada no desenvolvimento e operação conjunta no Parque Eólico Artilleros (65 MW).

No âmbito da promoção da integração elétrica regional, vale ressaltar os estudos relacionados à viabilidade do Projeto Arco Norte, um sistema de transmissão de aproximadamente 1.900 km de extensão que prevê a transferência da energia a ser gerada por novos empreendimentos de geração, entre Brasil, Guiana, Suriname e Guiana Francesa. Para 2022, são esperados andamentos dos estudos de inventário hidrelétrico na Guiana e Suriname.

No que tange à comercialização internacional de energia, a Portaria MME 418/2019 autorizou a Eletrobras a exportar energia para os mercados argentino e uruguaio e viabilizou a estruturação contratual da primeira operação de exportação do Brasil para o Uruguai. A empresa atua também como um dos agentes comercializadores responsáveis pela importação de energia da estatal uruguaia UTE no âmbito da Portaria MME 339/2018.

A Eletrobras segue atuando junto ao Comitê Brasileiro da Comissão de Integração Energética Regional (Bracier), o que possibilitou à empresa acesso a informações técnicas atuais referentes ao setor elétrico de quase toda a América Latina e contatos nas empresas e entidades da região.

A Companhia é também membro-fundador da *Global Energy Interconnection Development and Cooperation Organization* (Geidco), uma organização que tem como objetivo a promoção de um sistema global de interconexão elétrica para suprimento da demanda de energia com fontes limpas e renováveis, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável da humanidade.

Destaca-se, desde 2020, a participação da Eletrobras no Centro para a Quarta Revolução Industrial no Brasil (C4IR Brasil), que é fruto de uma parceria público-privada entre o Fórum Econômico Mundial, o Governo Federal, o Governo do Estado de São Paulo e a iniciativa privada. A Companhia é uma das fundadoras junto com a Abimed, AstraZeneca, Bracell, Facebook e Qualcomm. O centro é o primeiro desse tipo no país e tem como objetivo ser um espaço multissetorial de cooperação entre atores governamentais, empresas, sociedade civil e pesquisadores. O foco é na formulação de políticas públicas e parcerias que contribuam para o desenvolvimento e aplicação de tecnologias inovadoras de maneira ética, inclusiva, acelerando e ampliando os benefícios de tecnologias emergentes, como Inteligência Artificial e Aprendizado de Máquina, Internet das Coisas e Transformação Urbana e Política de Dados.

4.4 Aspectos Regulatórios

GERAÇÃO

Destacam-se como as principais discussões regulatórias em Geração ocorridas em 2022:

1. Indenização - A indenização referente aos bens reversíveis ainda não amortizados ou não depreciados em concessões de usinas hidrelétricas, cotistas ou não cotistas, da Eletrobras, considerando os critérios definidos pela Resolução Normativa (REN) ANEEL 596/2013 (modificada pela REN 942/2021 e consolidada pela REN 1.027/2022), se deu de forma parcial, uma vez que há valores relacionados a rubricas não contempladas na referida norma.

Contudo, o Ministério de Minas e Energia, após questionamentos apresentados pela Eletrobras, registrou a inexistência de direito à indenização futura relativa aos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou não depreciados não vinculados ao projeto básico. Para aqueles vinculados ao projeto básico, somente a UHE Tucuruí fez jus à indenização, tendo seu valor considerado no cálculo do Valor Adicionado à Concessão - VAC e descontado do bônus do Outorga no processo de capitalização. Nesse sentido, os valores previstos anteriormente para as indenizações não vinculadas ao projeto básico foram considerados não existentes a partir da assinatura dos novos contratos de concessão, realizados em junho de 2022.

2. Garantia Física - Conforme previsto no Decreto nº 2.655/1998, o Ministério de Minas e Energia instaurou as Consultas Públicas nº 123 e 132, ao longo do ano de 2022, para definir a metodologia e revisar ordinariamente as Garantias Físicas das Usinas Hidrelétricas despachadas centralizadamente. De acordo com o critério de abrangência adotado para a revisão, somente usinas com garantia física vigente desde 31 de dezembro 2017 seriam revisáveis, excluindo-se do rol as usinas hidrelétricas alcançadas pela Lei 14.182/2021 e que tiveram novos contratos de concessão assinados em 12 de junho de 2022, visto que novos valores foram definidos pela Portaria MME nº 544/2021.

A consolidação das premissas e metodologia para a Revisão Ordinária ocorreu com a publicação da CP MME 132/2022, mantendo-se inalterado o Período Crítico vigente (nov/1949 a jul/1955). A conclusão desta Consulta Pública ocorreu com a publicação da Portaria MME nº 709/2022, que apresentou os valores de Garantia Física revisados e vigentes a partir de 01/01/2023, representando para o MRE uma redução 1.261,3 MW médios, equivalente a uma redução 2,21% sobre o total. Sob o portfólio de usinas da Eletrobras, a redução foi de somente 61,4 MW médios (ou 0,44%). Ao final do processo, a representatividade da Garantia Física das usinas da Eletrobras, frente ao MRE em, resultou em um aumento de, aproximadamente, 1,76%.

3. Abertura de Mercado - o Ministério de Minas e Energia instaurou as Consultas Públicas MME nº 131 e 137, para receber contribuições à proposta de redução dos limites para contratação de energia no Ambiente de Contratação Livre – ACL. No primeiro momento foram documentos e diagnósticos elaborados pela ANEEL e pela CCEE para assegurar que a abertura de mercado, da forma proposta, não provocaria desequilíbrios estruturais por eventual sobrecontratação das Distribuidoras resultante de migração de clientes cativos.

Com a publicação da Portaria Normativa MME nº 50/2022, os consumidores do Grupo A (alta tensão) e sem limites de carga, poderão, a partir de 1º de janeiro de 2024, adquirir energia de qualquer concessionário, permissionário ou autorizado de energia elétrica do SIN.

Outros assuntos importantes para a Eletrobras e com relevância para a modernização do setor elétrico encontram-se em andamento e terão continuidade em 2023. Dentre esses assuntos estão o aprimoramento do desenho regulatório aplicável a serviços ancilares, submetido à Consulta Pública ANEEL nº 83/2021, cujo resultado ainda não foi publicado, e à Consulta Pública

MME nº 145/2022, e o tratamento da separação de lastro e energia, objeto da Consulta Pública nº 146/2022.

TRANSMISSÃO

1. Sinal Locacional - A ANEEL abriu em 2021 a Consulta Pública nº 39/2021 com o objetivo de aprimorar a metodologia de cálculo das tarifas de Uso do Sistema de Transmissão – TUST, contemplando propostas para a intensificação do sinal locacional. Esta medida, em suma, visa permitir aos SIN e seus usuários:

- Sinalizar aos novos usuários do sistema de transmissão, para que possam implantar seus empreendimentos de maneira a aproximar carga e geração e promover a racionalização do uso dos sistemas e a minimização dos custos de expansão (Art. 7º do Decreto 2.655, de 2 de julho de 1998).
- Sinalizar a situação atual dos custos, a fim de assegurar maiores encargos para quem mais onera o sistema (Inciso XVIII do art. 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996).

Com a intensificação do sinal locacional, as usinas localizadas mais próximas ao centro de carga do Sistema Interligado Nacional - SIN passam a pagar menores tarifas, enquanto as mais distantes passam a pagar maiores tarifas. Assim, com a modificação metodológica implementada pela Aneel, as usinas situadas nos subsistemas Norte e Nordeste terão TUST maiores. Por outro lado, as usinas situadas nos subsistemas Sudeste/Centro-Oeste e Sul terão TUST menores.

2. Revisão da RAP- Os contratos de concessão de transmissão contemplam reajustes anuais para a aplicação de índice de correção monetária à RAP, sendo que tal processo considera, ainda, eventuais ajustes que devam ser realizados, como, por exemplo, a entrada em operação de novas instalações e a correção de eventuais erros.

A RAP, em reais, das empresas Eletrobras após o reajuste aplicado em 2022 é conforme abaixo:

Empresa	RAP Ciclo 2022-2023* (ReH 3.067/2022) Ref. Jun/2022	RAP Ciclo 2021-2022* (ReH 2.959/2021) Ref. Jun.2021	Variação
Furnas	5.414.281.493,42	4.411.442.225,89	18,52%
Chesf	4.264.677.597,00	3.602.183.535,89	15,53%
Eletronorte	2.701.683.578,90	2.228.637.681,30	17,51%
CGT Eletrosul	1.531.562.874,04	1.414.585.963,58	7,64%
Eletrobras	13.912.205.543,36	11.656.849.406,65	16,21%
*Considerando valores do Anexo X e Anexo VI (Parcela de Ajuste) das Resoluções Homologatórias 3.067/2022 e 2.959/2021			

Inclui Contratos Incorporados (TSLE, TSBE e FOTE - CGT Eletrosul)

Os valores consideram os anexos das Resoluções Homologatórias nº 2.959/2021 e 3.067/2022, e já consideram os contratos incorporados recentemente pelas empresas. A variação na RAP para o Ciclo 2022-2023 está relacionada principalmente com a atualização inflacionária, o fluxo do reperfilamento da RBSE, e a entrada em operação de novas instalações.

3. RBSE - Em 22 de abril de 2021, a diretoria colegiada da ANEEL aprovou a proposta de reperfilamento do componente financeiro da RBSE. Essa decisão pressupôs a redução da curva de pagamento desses valores entre julho de 2021 e junho de 2023, e aumento do fluxo de

pagamentos a partir de julho de 2023, prorrogando essas parcelas até julho de 2028. Posteriormente, após essa decisão da ANEEL, usuários do sistema de transmissão apresentaram pedidos de reconsideração, alegando que identificaram inconsistências nos valores da RBSE homologados pela Agência.

Até o momento já foram realizadas algumas análises pelas áreas técnicas da Agência, sem, contudo, ter havido decisão definitiva da Diretoria Colegiada. Citamos as manifestações apresentadas na Nota Técnica nº 085/2022-SGT, no Memorando nº 156/2022-SGT, no Ofício Circular nº 23/2022-SGT e no Parecer nº 00199/2022/PFANEEL/PGF/AGU.

Caso a ANEEL decida pelo deferimento desses pedidos, poderão ocorrer impactos nas receitas de transmissão homologadas pela Agência. Até a data da divulgação deste Relatório, não houve decisão pela Aneel.

No âmbito do Tribunal de Contas da União - TCU o pagamento pelos ativos da RBSE também é objeto de análise, sob o PROCESSO nº 012.715/2017-4, não havendo até o momento decisão do Tribunal sobre o tema.

4. Investimentos - Quanto às regras para investimentos nos contratos de concessão de transmissão, foi aprovada pela ANEEL a resolução normativa nº 1.020/2022, que alterou os regulamentos associados a Reforços e Melhorias. Foram aprovadas alterações nas diversas frentes da gestão dos investimentos, tais como nos processos autorizativos, de reajuste anual e de revisão tarifária. Essa resolução entrou em vigor em 01/01/2023 e consolida o processo de participação pública iniciado em 2020 sobre o tema.

Também na frente de investimentos, foram aprovadas pelo MME as portarias normativas nº 53/2022 e 54/2022. A primeira tornou obras de melhorias no sistema de transmissão, cadastradas no Plano de Modernização de Instalações publicado anualmente pelo ONS, como elegíveis para fins de emissão de debêntures incentivadas. Tal aprimoramento viabiliza uma nova frente para estruturação do custo de capital das transmissoras Eletrobras. Já a segunda trouxe impacto positivo na formação da receita decorrente de obras em reforços e melhorias nas instalações de transmissão que são executadas em prazos inferiores a 12 meses. Nesses casos a exclusão desses projetos do REIDI aumenta o reconhecimento tarifário, o qual antes contemplava o efeito desse benefício no cálculo do investimento.

5. Receita - Já no âmbito da formação da receita para remuneração de ativos, a ANEEL abriu a Tomada de Subsídios ANEEL nº 17/2022 a fim de obter subsídios para a atualização de parâmetros regulatórios quanto aos Juros sobre Obras em Andamento (JOA), formação dos custos de ativos não elétricos (CAIMI) e eventual alteração do índice de correção monetária dos valores associados aos Serviços que compõe o Banco de Preços de Referência – BPR ANEEL do segmento de transmissão. Em ambos os processos houve contribuições da Eletrobras e de suas controladas.

Foi aberta também, em 17.11.2022 a Tomada de Subsídios nº 22/2022, que trata da análise dos dados e da elegibilidade dos ativos a serem utilizados na Revisão Periódica de 2023 da RAP dos contratos da Transmissoras licitadas e não licitadas.

6. Por fim, cabe citar o Decreto nº 11.314/2022, que regulamentou a licitação e a prorrogação das concessões de serviço público de transmissão de energia elétrica em fim de vigência, priorizando a condição de licitação em relação a opção de prorrogação.

Em função do processo de revisão tarifária de 2023, que contemplará os contratos prorrogados pela Lei nº 12.783/2013, ao longo de 2022 foram abertos processos de participação pública com possível impacto significativo nas receitas desses contratos.

5. Principais Aspectos ESG

5.1 Gestão Ambiental (Environmental)

A realização de uma adequada gestão ambiental é essencial à continuidade de nossas operações e ao nosso modelo de geração de valor, uma vez que nossos negócios dependem diretamente de recursos naturais. Por isso, atuamos de forma proativa na conciliação de nossas atividades com a preservação do meio ambiente em todas as fases dos projetos da companhia e mantemos a conformidade com os marcos legais e regulatórios pertinentes, bem como com os atos dos quais o Brasil e as empresas são signatários.

No planejamento de nossos projetos, desenvolvemos estudos para a identificação e avaliação de impactos ambientais e sociais. Fomentamos a participação da comunidade local através da implantação de programas de comunicação e interação social e de educação ambiental, da promoção de fóruns comunitários, além de articulações com agentes públicos e privados.

Os estudos realizados consideram, também, a possibilidade de mudanças no projeto de forma a evitar e a reduzir seus impactos. Nos casos em que permaneçam impactos residuais, atuamos para mitigá-los e repará-los. Para cada impacto identificado nos estudos, são propostas ações de mitigação, de compensação e de reparação, que podem ser desenvolvidas antes, durante e após a implantação dos empreendimentos, conforme apontado pelo plano básico ambiental. Os estudos e os programas, desenvolvidos no âmbito do licenciamento ambiental e submetidos à avaliação das instituições responsáveis pelo licenciamento, são apresentados às comunidades atingidas.

Destaques em 2022

- *Carbon Disclosure Project (CDP)*: A classificação da Eletrobras na dimensão Mudanças Climáticas foi B, ficando acima da média regional da América do Sul (C) e do setor de Geração Renovável (C).
- Índice Carbono da bolsa de valores (ICO2 B3). A adesão da companhia ao ICO2 demonstra o comprometimento com a transparência de suas emissões e antecipa a visão de como está se preparando para uma economia de baixo carbono.
- A companhia também recebeu conceito B na dimensão “*Water Security*” em 2022.

AÇÕES E PROJETOS AMBIENTAIS

Em continuidade ao Programa Sustentabilidade 4.0, criado em 2019, que tem como objetivo o desenvolvimento de ações e projetos estratégicos para a Eletrobras, foram mantidas ações do ano anterior, além dos destaques abaixo:

- Desenvolvimento de projetos pilotos para realizar análise do ciclo de vida em empreendimentos de diferentes tipologias das Empresas Eletrobras. Foram escolhidas 4 operações e um processo para realização de pegada de carbono e pegada hídrica. Para pegada de carbono foram finalizados os estudos de uma PCH e de uma térmica a gás natural.
- Realização de workshop virtual, aberto a todos os colaboradores, sobre Sistema de Gestão Ambiental, com foco em certificação ISO 14.001, no âmbito do Projeto Certificação em Sistema de Gestão Ambiental, com a apresentação de experiências de empresas externas ao grupo.

- Revisão ampla de indicadores e variáveis de resíduos da dimensão Ambiental do Sistema IGS, com a inclusão de variáveis que permitirão o monitoramento da destinação de materiais específicos e o aprimoramento da gestão de resíduos.

PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE

Participação da Eletrobras na 15ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica (CDB), no Canadá. A participação está alinhada às estratégias e compromissos das empresas Eletrobras, a Política Ambiental e ao ODS 15 – priorizado pela empresa.

Adesão da Eletrobras à Plataforma Ação pela Natureza do CEBDS, uma iniciativa do CEBDS e parceiros desenvolvida para ajudar as empresas a identificarem e gerirem seus impactos e dependências e para acelerar soluções empresariais que preservem a natureza. Essa iniciativa está alinhada com meta específica para o setor empresarial e financeiro, do Marco Global da Biodiversidade assinado na COP 15.

RELACIONAMENTO COM OS STAKEHOLDERS

A hierarquia da mitigação dos impactos sociais e ambientais é adotada em todos os estudos e projetos realizados pelas empresas Eletrobras, desde a instituição das Resoluções do Conama em 1986. As medidas propostas nos procedimentos de licenciamento ambiental expressam claramente o compromisso de atuar de forma preventiva na busca de soluções de engenharia que causem o menor impacto sobre pessoas e sobre o meio ambiente, em todas as etapas dos empreendimentos - planejamento, implantação e operação.

Os estudos ambientais seguem regramentos emitidos por órgãos ambientais e orientações internas e identificam a população atingida por meio da aplicação de pesquisas qualitativas e de cadastros socioeconômicos e imobiliários. Busca-se realizar um amplo processo de interação com base nos princípios do diálogo e da transparência, de forma a contemplar as expectativas locais e incluir os grupos sociais envolvidos e as instâncias de representação – formais ou informais – indicadas pela própria população na elaboração do diagnóstico, na identificação e na avaliação de impactos e na proposição das medidas de mitigação, compensação e reparação socioambientais. Dúvidas, reclamações e denúncias podem ser também coletadas por meio dos canais de comunicação estabelecidos nos Planos de Comunicação e Interação Social ou através de outros mecanismos como o Fale Conosco e Canais de Denúncia.

No âmbito do Comitê de Meio Ambiente, os representantes das empresas Eletrobras continuaram a se reunir em 2022 e promoveram diálogos para discutir temas como licença social e protocolos para acompanhar o desenvolvimento socioeconômico, cultural e ambiental de reassentamentos causados por empreendimentos hidroelétricos.

5.2 Gestão Social (Social)

5.2.1 Responsabilidade Social

Em 2022, foram lançados três editais públicos (Cultural, Socioesportivo e Eventos do Setor Elétrico), sendo 61 projetos selecionados que reforçam o compromisso da Eletrobras com o fomento à cultura e ao esporte, o incentivo às atividades do setor elétrico brasileiro. Além disso, os projetos selecionados no edital de projetos socioambientais, que conjugam a conservação do meio ambiente com a inclusão social iniciaram suas atividades.

Demos continuidade ao Projeto “Engajamento dos Stakeholders da Cadeia de Valor para Sensibilizar sobre o Tema Direitos Humanos”, integrante do Programa Sustentabilidade 4.0 e do Programa de Reputação e Engajamento. O projeto tem por objetivo a promoção de ações de capacitação, sensibilização e avaliação de riscos relacionadas ao tema Direitos Humanos junto aos públicos de relacionamento das empresas Eletrobras, incluindo as comunidades que vivem em territórios onde atua, e cadeia de valor.

Destaca-se nesse ano o acompanhamento de dois projetos de direitos humanos (DH) pelo Conselho de Administração da Eletrobras: a *due diligence* de direitos humanos em SPEs e em fornecedores com reportes trimestrais.

As ações propostas no projeto de Direitos Humanos são desenvolvidas pelo Subcomitê de Direitos Humanos, integrante do Comitê Integrado de Comunicação das Empresas Eletrobras. Juntas, as empresas planejam e executam as ações. Periodicamente são realizados encontros de alinhamento e acompanhamento do projeto, que, em sua terceira fase, possui 7 subprojetos com os seguintes destaques em 2022:

- 1) *Due diligence* de direitos humanos de operações próprias: a ser realizada no Complexo Hidrelétrico de Paulo Afonso;
- 2) *Due diligence* de direitos humanos de fornecedores de nível 1;
- 3) *Due diligence* de direitos humanos de sociedades de propósito específico – SPEs
- 4) Combate à exploração sexual de crianças e adolescentes: em 2022, após validação pela Childhood das ações realizadas no ano, todas as empresas Eletrobras foram certificadas pelo Programa Na Mão Certa, o que ratifica o compromisso das empresas com a causa. O projeto passará a ser um processo das empresas Eletrobras.
- 5) Treinamento da força de trabalho em direitos humanos;
- 6) Certificação do sistema de gestão de responsabilidade social;
- 7) Sensibilização dos Diretores, Conselheiros e Indicados das Empresas Eletrobras para Diretorias e Conselhos das Controladas, SPEs e Outras Participações da Companhia: Em 2022, foi lançado o Programa de sensibilização com a realização de palestra inaugural com o tema: “Direitos Humanos e Empresas: desafios e oportunidades da indústria de energia à luz dos critérios ESG”, com a especialista Juliana Ramalho (escritório Mattos Filho), visando orientar os participantes sobre temas relevantes da Agenda ESG que precisam desenvolvidos nas empresas, permitindo à companhia a ampliação do alcance de seus compromissos e práticas, bem como monitorar melhor questões sensíveis que podem impactar as empresas. O programa prevê ações que buscam o fortalecimento institucional e versam sobre Direitos Humanos, temas socioambientais (gênero, raça, diversidade, energia limpa etc.) dentre outros afetos à sustentabilidade.

PROJETOS SOCIAIS

Geração de Trabalho e Renda: Alinhado ao ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico e 5 – Igualdade de Gênero, houve o apoio ao projeto social Escola de Negócios - Treinamento Empreendedor para Artesãs e Costureiras do Rio de Janeiro com início da execução em janeiro de 2022 até abril de 2023.

Escola de Negócios - Treinamento Empreendedor para Artesãs e Costureiras do Rio de Janeiro: foi elaborada a Escola de Negócios, em parceria com o Instituto Asta, que tem por objetivo potencializar o empreendedorismo de 72 artesãs e costureiras. Inicialmente era previsto a inclusão de 60 beneficiadas, porém, com o interesse despertado nas comunidades, houve a ampliação desse número para 72 mulheres.

Em novembro de 2022, destacamos 2 eventos: a realização da feira denominada “Arte Delas”, promovida pelas próprias artesãs na Praça da Harmonia, Zona Portuária do município, o que demonstra a evolução e maturidade do grupo; e a formatura das participantes na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro com a presença de seus familiares. Valor total investido: R\$ 248,3 mil.



Formatura da turma de 2022 da Escola de Negócios Eletrobras (fonte: Instituto Asta).

PROJETOS SOCIOAMBIENTAIS

Em 2022, foram iniciados os projetos do 1º Edital de Projetos Socioambientais das empresas Eletrobras, que teve por objetivo selecionar projetos que unissem a proteção do meio ambiente e o impacto social nas localidades de atuação, incluindo a proteção da fauna e da flora brasileira, em articulação com a inclusão social de públicos em vulnerabilidade socioeconômica.

Os projetos foram contratados em 2021 e seguem sua execução nos anos de 2022 e 2023.

Projeto selecionado pela Eletrobras: Alimergia Continuidade



Como continuidade desse trabalho, em 2022, o projeto Alimergia Continuidade, vem desenvolvendo ações do Centro Territorial de Cooperação e Educação Ambiental combinando recomposição florestal de áreas degradadas com espécies nativas, aumento da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos, promovendo práticas agrícolas, pecuárias e florestais de baixo carbono. A iniciativa também viabiliza atividades de mobilização social e de formação, voltadas aos temas “agroecologia” e “sustentabilidade”, para as comunidades locais. A Cooperativa Mista de Produção, Industrialização e Comercialização de Biocombustíveis do Brasil (Cooperbio), com o apoio da Eletrobras, está realizando o projeto para a implantação de agroflorestas do bioma Mata Atlântica nas regiões de Erval Seco, Seberi e Ametista do Sul, no estado do Rio Grande do Sul. As atividades tiveram início em janeiro de 2022 e seguirão até o fim de 2023 beneficiando 900 pessoas diretamente.

Foto: Capacitação com Sebastião Pinheiro na agroflorestal beneficiada pelo projeto (fonte: Cooperbio)

Projeto Kayapó

A Eletrobras deu continuidade a sua participação no projeto com comunidades indígenas Kayapó do médio rio Xingu, sul do Pará, contemplando cerca de 1.500 indígenas e 10 aldeias. Decorrente de compromisso assumido no licenciamento da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, esse projeto é realizado em parceria com a Fundação Nacional do Índio (Funai), a Norte Energia e o Instituto Kabu, que representa os chamados Kayapó do Oeste as instituições representativas dos Kayapó.



Os principais resultados foram: o fortalecimento institucional das associações indígenas executoras, a fiscalização e a proteção das terras indígenas envolvidas, o fomento a atividades econômicas sustentáveis, e a valorização cultural da etnia Kayapó.

Os projetos são financiados pela Norte Energia, com um investimento total de R\$ 11 milhões de 2018 a 2023, cabendo à Eletrobras o acompanhamento e a gestão do relacionamento com as comunidades, em uma região de interesse estratégico para os negócios da empresa na bacia do rio Xingu.

Foto: Integrantes da comunidade com representantes da Eletrobras (fonte: Eletrobras)

Programa Eletrobras de Voluntariado

Ao longo do ano, o programa de voluntários desenvolveu ações e campanhas, dentre elas:

- Campanhas de Doação de Sangue – Foram realizadas 2 campanhas em alusão ao Dia Nacional (14/06) e Dia Internacional (25/11) do Doador de Sangue.

- Campanha de Destinação do Imposto de Renda principalmente para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA) do município do Rio de Janeiro.
- Campanha do Agasalho
- Campanha da Solidariedade – atendimento às demandas das instituições parceiras do Programa, como insumos de costura, roupas, materiais de higiene.
- Campanha de Natal – Destinou 38 kits com brinquedo, roupas e calçados para crianças e adolescentes da Creche das Mães Trabalhadoras de São Gonçalo.

Outra ação de destaque foi a participação de crianças e adolescentes do projeto Pequenas Vozes do Carmelo, projeto integrante da Rede Centro do CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) no Salão de Leitura Carioca – Ler, patrocinado pela empresa. Os voluntários acompanharam 30 beneficiados entre crianças e adolescentes do projeto que puderam participar das atividades promovidas no evento em 2 turnos (manhã e tarde).



Foto: Grupo de voluntários com as crianças e adolescentes do projeto Pequenas Vozes do Carmelo (fonte: Eletrobras)

Comitê de Gênero, Raça e Diversidade

Trabalhando pelo fim da violência contra as mulheres, o Comitê de Gênero Raça e Diversidade promoveu a palestra sobre Paternidade Responsável por ocasião da data de comemoração do Dia dos Pais.



Em 2022, com a inscrição integrada de todas as empresas do grupo, a Eletrobras recebeu pela terceira vez consecutiva o Selo Bloomberg Gender-Equality Index como reconhecimento dos compromissos e práticas em prol da equidade de gênero. No próximo ano, buscaremos a implementação de ações que atendam aos gaps identificados nos critérios ainda não atendidos, inclusive, a paridade salarial entre trabalhadoras e trabalhadores que exercem a mesma função.

Por 16 anos, a Eletrobras integrou o Comitê de Gênero, Raça e Diversidade do Ministério de Minas e Energia e Entidades Vinculadas (Cogemnev), deixando de ser entidade-membro em 2022.

PATROCÍNIOS

Em 2022, lançamos o 9º Edital Cultural das Empresas Eletrobras, no qual foram aprovados projetos inscritos no Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), nas áreas de Arte Cênicas, Patrimônio Cultural Material e Imaterial, Música e Museus e Memória. O edital contou com a participação de cinco Empresas Eletrobras: Holding, Furnas, CGT Eletrosul, Chesf e Eletronorte. Valor investido: até R\$ 10,5 milhões. Deste lançamento do Edital, foi homologado o resultado do edital no total de R\$ 9,5 milhões e desse valor homologado, os projetos contratados em 2022 somam R\$ 8,4 milhões, conforme apresentado a seguir:

Patrocínios Incentivados do Edital Cultural contratados em 2022

Patrocínios Incentivados do Edital Cultural contratados em 2022			
Empresa contratante	Projeto	Contratado	Valor contratado (R\$)
Eletrobras Holding	Homem com H	Paris Ações Culturais	400.000,00
Eletrobras Holding	People vs. Tesla	Rumo Empreendimentos Culturais Ltda	120.000,00
Eletrobras Holding	Festival Internacional de Harpas	Carpex Empreendimentos e Produções Ltda.	280.000,00
Eletrobras Holding	Alargar o Instante	8 Produção Cultural Ltda	200.000,00
Furnas	Banda na Praça	Ada Caroline de Assis Lessa	150.000,00
Furnas	Festival Vale do Café - 18ª Edição	Backstage Rio Empreendimentos e Produções Artísticas e Culturais Ltda	510.000,00
Furnas	Atlântida - Uma Comédia Musical	Lúdico Produções Artísticas Ltda	300.000,00
Furnas	Turnê Regional PianOrquestra	Gaia Produções Artísticas e Culturais Ltda.	150.000,00
Furnas	Festival de Inverno	Instituto Dell'Arte	200.000,00
Furnas	Limbo	Mollica Rosa Filmes Ltda.	150.000,00
Furnas	Plano Anual de Atividades do Instituto Baccarelli 2023	Sociedade de Concertos de São Paulo	250.000,00
Furnas	Orquestra Sinfônica Brasileira - Temporada 2023	Fundação Orquestra Sinfônica Brasileira	800.000,00
Furnas	Tratamento de Acervo e Projeto Especial de Democratização de Acesso	Instituto Telemar	480.000,00
Furnas	Ação Social pela Música - ASM Ciclo 8	Ação Social pela Música do Brasil	200.000,00
Furnas	Festival das Montanhas e Águas de Minas	Associação Livre de Cultura e Esporte	230.000,00
Furnas	Museu Nacional	Sarau Agencia de Cultura Brasileira Eireli EPP	250.000,00
Furnas	Quinteto Villa-Lobos: 60 Anos de Música Brasileira	Caseiras Produções Culturais Ltda.	330.000,00
CGT Eletrosul	Histórias Eletrizantes Circulação 2022/2023	Associação Cultural Casa da Árvore	165.049,69
Chesf	Acessibilidade em Museus: Preservação do Patrimônio Cultural e Difusão do Acervo entre Pessoas com Deficiência Fundação R\$	Universitária de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa - FUNDEPES	276.000,00
Chesf	A Mãe Terra (YWYYZAR)	Ágapa Criação e Produção Cultural Ltda ME	800.000,00
Chesf	Série Arte, Natureza e Sustentabilidade	Cassoli Produções Ltda	698.000,00
Chesf	Meu Mundo é Frevo	Kadosh Produções e Eventos Eireli	650.000,00
Chesf	Meu Mundo é Frevo	Kadosh Produções e Eventos Eireli	650.000,00
Chesf	Concertos Ecoar	Associação dos Amigos em Prol da Educação, Cultura e	200.000,00

Arte de Porto Seguro -
Bahia - Ecoar

Total	8.439.049,69
-------	--------------

Além dos projetos selecionados pelo Edital Cultural, a holding contratou, por escolha direta o projeto incentivado *Rio Innovation Week - 2ª edição* por R\$ 1,3 milhão.

Patrocínios Incentivados do Edital Socioesportivo contratados em 2022

Patrocínios Incentivados do Edital Socioesportivo contratados em 2022			
Empresa contratante	Projeto	Contratado	Valor contratado (R\$)
Eletrobras	Esportivamente – Ano III	Instituto Incluir	300.000,00
Eletrobras	Flamengo Olímpico V - Aquáticos e Artísticos	Clube de Regatas do Flamengo	200.000,00
Furnas	Futsal Feminino como forma de Empoderamento	Associação Desportiva de Futsal do Distrito Federal	250.000,00
Furnas	Esporte e Cidadania Judô de Ouro - Ano II	Fundação Antônio Francisco Lisboa - O Aleijadinho	201.538,99
Furnas	Excelência no Esporte VI	Olympico Club	250.000,00
Furnas	Flamengo Olímpico V - Aquáticos e Artísticos	Clube de Regatas do Flamengo	200.000,00
Chesf	Fazer o Impossível Tornar-se Possível - Ano II	Associação Paraibana dos Deficientes Visuais - APADEVI	250.000,00
Chesf	Xadrez na Escola - Ano II	Clube de Xadrez Camelense	200.000,00
Chesf	Jogada de Futuro - Ano II	Lovefutebol Brasil	250.000,00
Chesf	Desvendando Talentos	Instituto de Desenvolvimento de Talentos - IDT	230.000,00
Total:			2.331.538,99

Ainda em 2022, foram contratados 27 projetos selecionados pelo Edital de Eventos do Setor Elétrico de 2022, projetos de relevância técnico-científica que fomentam o desenvolvimento tecnológico das empresas envolvidas e a troca de experiências nas diversas áreas do negócio em que atuam. O edital contou com a participação das Empresas Eletrobras: Holding, Furnas, Chesf e Eletronorte e foi lançado com investimento no valor de até R\$ 1,6 milhão.

INDICADORES SOCIAIS

Indicadores Sociais Externos: Valores Repassados- Consolidado – R\$			
		2022	2021 sem Itaipu
1	Categoria Projetos e Ações sociais		
1.1	Educação	854.979	262.964
1.2	Saúde e Segurança Alimentar	-	40.500
1.3	Infraestrutura	-	
1.4	Geração de Trabalho e Renda	368.011	2.564.562
1.5	Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente	3.800	61.070
1.6	Meio Ambiente	2.030.163	797.657
1.7	Cultura	27.000	
1.8	Promoção da cidadania	864.437	10.000
1.9	Desenvolvimento Territorial e Comunidades Tradicionais (Decreto 6040/07)	81.800	2.566.677

SUBTOTAL CATEGORIA PROJETOS E AÇÕES SOCIAIS		4.230.190	6.303.430
2.1	Doação ao Fundo para a Infância e Adolescência	1.999.910	966.825,5
2.2	Doação para o Fundo do idoso(Lei 12.213/2010)	2.191.114	
2.3	Doação para situação emergencial ou de calamidade pública	138.000	1.296.018,97
SUBTOTAL DOAÇÕES		4.329.024	6.020.932
3.1	Investimento na mobilização de voluntários	67.230	80.739
3.2	Investimentos no apoio a atividades do voluntariado	44.792	116.189
3.3	Tempo do empregado investido no voluntariado	69.434	44.962
SUBTOTAL VOLUNTARIADO		181.456	241.890
4.1	Patrocínios Incentivados Culturais	9.560.050	8.344.000
4.2	Patrocínios Incentivados Esportivos	2.144.911	3.265.769
SUBTOTAL DE PATROCÍNIOS INCENTIVADOS		11.704.961	11.609.769
4.1	Patrocínios Institucionais (Não Incentivados)	1.785.300	837.070
4.2	Outros Patrocínios (Patrocínios Culturais Não Incentivados)	68.597	-
SUBTOTAL PATROCÍNIOS NÃO INCENTIVADO		1.853.897	837.070
Total de Investimentos		22.299.528 (1)	25.013.091 (2)

(1) Holding, Furnas, Chesf, CGT Eletrosul e Eletronorte.

(2) Valores sem Itaipu

PUBLICIDADE E COMUNICAÇÃO

Investimentos em Publicidade e Comunicação – R\$

Produto	2022	2021	2020
Publicidade Institucional Eletrobras	2.711.705,23	28.722.881,18	1.616.314,77
Publicidade Oficial (Legal)	835.481,17	807.884,23	3.716.181,86
Comunicação Institucional (incluindo Comunicação interna)			649.976,32
TOTAL			5.982.472,95

5.2.2 Gestão de Pessoas

As empresas Eletrobras encerraram o ano de 2022 com 9.670 empregados efetivos, contra 12.126 empregados em 2021, o que representou uma redução de 20% do quadro. Desse total, 36,1% estavam nos segmentos administrativo e 63,9% no operacional. A redução do quadro foi decorrente, em parte, pelo processo de capitalização da Eletrobras ocorrido em junho de 2022, tendo em vista que as empresas Eletronuclear e a margem brasileira de Itaipu deixaram de fazer parte das Empresas Eletrobras. Outro fator que implicou na redução do quadro foi o lançamento,

em novembro de 2022, de um novo plano de demissão voluntária- PDV - para Eletrobras holding, Furnas, CGT Eletrosul, Eletronorte e Chesf, que será detalhado adiante.

Empresa	Região Norte		Região Nordeste		Região Centro-Oeste		Região Sul		Região Sudeste		Expatr.	Total
	Fem	Masc.	Fem	Masc.	Fem	Masc.	Fem	Masc.	Fem	Masc.	Masc.	
Eletrobras	0	0	0	0	3	12	0	0	235	457	1	708
CGT Eletrosul	0	0	0	0	3	27	198	1.073	0	0	0	1.301
CHESF	0	0	466	2.228	0	0	0	0	0	0	0	2.694
ELETRONORTE	136	1.024	16	159	230	594	0	0	2	28	0	2.189
Furnas	0	6	0	0	41	304	4	89	458	1.875	0	2.777
Eletropar	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Total Geral	136	1.030	482	2.387	277	937	202	1.162	696	2.360	1	9.670

Total referente ao quadro efetivo das empresas Eletrobras composto pelos seguintes vínculos: empregados próprios e requisitados na empresa. Não estão incluídos os empregados cedidos para fora das Empresas Eletrobras, os que estão em licença sem vencimentos e os aposentados por invalidez.

Admissões – Em 2022, foram efetuadas 23 admissões nas Empresas Eletrobras, sendo 15 por reintegração judicial.

Rotatividade – O índice de rotatividade das Empresas Eletrobras em 2022 foi de 1,13%, uma redução de 1,15 p.p. em comparação aos 2,28% divulgados em 2021.

PERFIL DOS COLABORADORES ELETROBRAS

Do total de 9.670 empregados das Empresas Eletrobras, 18,5% do quadro é composto de mulheres e 81,5% de homens. Nas funções gratificadas, 23,9% são ocupadas por mulheres e 76,1% por homens. No que se refere à escolaridade, 5.538 empregados possuem nível superior, sendo que destes há 1.342 pós-graduados, 436 com Mestrado e 54 com Doutorado.

Cor	Fundamental		Médio		Superior		Total Geral
	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	
Branca	9	163	355	2.343	807	2.066	5.743
Parda	12	275	201	1.613	224	642	2.967
Negra	0	33	31	320	41	97	522
Amarela	1	6	1	42	12	35	97
Indígena	1	8	3	15	4	3	34
Não Informado	2	13	46	88	43	115	307
Total Geral	25	498	637	4.421	1.131	2.958	9.670
Tempo de serviço	Fundamental		Médio		Superior		Total Geral
	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	
De 00 a 05	0	17	21	68	26	62	194
De 06 a 10	1	14	85	469	127	350	1.046
De 11 a 15	13	109	230	1166	504	1123	3145
De 16 a 20	2	116	122	1229	379	1022	2870

De 21 a 25	0	46	22	386	20	56	530
De 26 a 30	0	25	5	156	7	35	228
De 31 a 35	6	98	97	452	36	182	871
Mais de 35	3	73	55	495	32	128	786
Total Geral	25	498	637	4.421	1131	2958	9.670
Nível hierárquico	Fundamental		Médio		Superior		Total Geral
	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	
Função de Assessoria	0	0	3	5	34	61	103
Nível Superintendência	0	0	0	3	29	75	107
Nível Departamento	0	1	0	20	105	248	374
Nível Divisão	0	0	10	59	36	200	305
Supervisão	0	0	1	15	0	3	19
Sem função	25	497	623	4319	927	2371	8762
Total Geral	25	498	637	4.421	1.131	2.958	9.670
Escolaridade	Fundamental		Médio		Superior		Total Geral
	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	
Fundamental	8	196	2	42	0	0	248
Ensino Médio	11	252	376	3.242	0	3	3.884
Nível Superior	4	44	202	915	674	1867	3706
Pós Graduação	2	6	51	196	333	754	1342
Mestrado	0	0	6	24	106	300	436
Doutorado	0	0	0	2	18	34	54
Total Geral	25	498	637	4.421	1.131	2.958	9.670

PLANO DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA - PDV

No ano de 2022, as empresas Eletrobras lançaram um Plano de Demissão Voluntário, cujos critérios de elegibilidade foram concentrados nos empregados aposentados e aposentáveis, segundo regras da Previdência Oficial. O lançamento do PDV 2022 foi um compromisso das empresas Eletrobras estabelecido no Acordo Coletivo de Trabalho 2022-2024. As adesões por empresa estão listadas na tabela a seguir, assim como as turmas de desligamento nos anos de 2022 e 2023 dos inscritos.

Quantitativo de adesões ao PDV por empresa e ano de desligamento

Empresa	Desligamentos			% por empresa
	2022	2023	Total	Total
Eletrosul	151	185	336	13,5
Chesf	346	566	912	36,6
Eletrobras	48	47	95	3,8
Eletronorte	238	386	624	25,0
Furnas	160	367	527	21,1
Total	943	1.551	2.494	100

A estimativa de custo total do PDV é da ordem de R\$ 1,2 bilhão, podendo variar de acordo com as datas de saída e custos rescisórios associados. A Eletrobras analisa individualmente o impacto

de saída e o repasse de conhecimento de cada empregado, haja vista o compromisso com a segurança operacional e a gestão dos seus ativos.

Em dezembro de 2022, houve desligamento de 86 profissionais elegíveis ao PDV, mas que não se inscreveram no programa, conforme condições previstas no Acordo Coletivo Vigente. Além disso, 943 empregados que aderiram ao PDV já foram desligados das empresas Eletrobras até dezembro de 2022.

TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO

Em 2022, o investimento total em ações educacionais das empresas Eletrobras foi de R\$ 20 milhões, em linha com o realizado em 2021. A oferta de capacitação permitiu maior acessibilidade em diversos meios, tanto em dispositivos de mesa (desktops, notebooks) quanto móveis (celulares e tablets). O destaque foi a aquisição do Portal Unise, uma plataforma de aprendizagem Moodle (*Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment*).

Ações	Investimento (R\$)	Quantidade de Ações	Participantes	Participações	Carga Horária
Pós-Graduação Stricto Sensu TODAS	522.395,23	14	12	16	1.866,49
Pós-Graduação Lato Sensu TODAS	3.160.401,89	174	237	599	46.065,12
Demais Ações Educacionais TODAS	11.273.401,93	2.479	10.874	76.015	515.112,59
Congressos e Seminários TODAS	1.618.666,73	194	2.014	3.252	39.230,21
Cursos de Idiomas TODAS	17.040,00	2	2	2	96,00
Viagens e Hospedagens TODAS	2.506.556,76	0	0	0	0
Total TODAS	19.098.462,54	2.863	13.139	79.884	602.369,98
Horas treinadas por quadro efetivo					59,91
Investimento por quadro efetivo					1.899,40

PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Em 2022, a Eletrobras continuou atuando na mitigação dos riscos atuariais dos planos de previdência complementar e na melhoria de desempenho das entidades fechadas de previdência complementar que patrocina. Nesse exercício, novos planos de Contribuição Definida (sem risco atuarial) foram criados com o patrocínio das empresas Eletrobras, assim como ocorreu o fechamento de planos com risco atuarial (BD e CV). Na Eletrobras Holding, houve a abertura de processo de migração dos planos de risco para o novo plano CD puro.

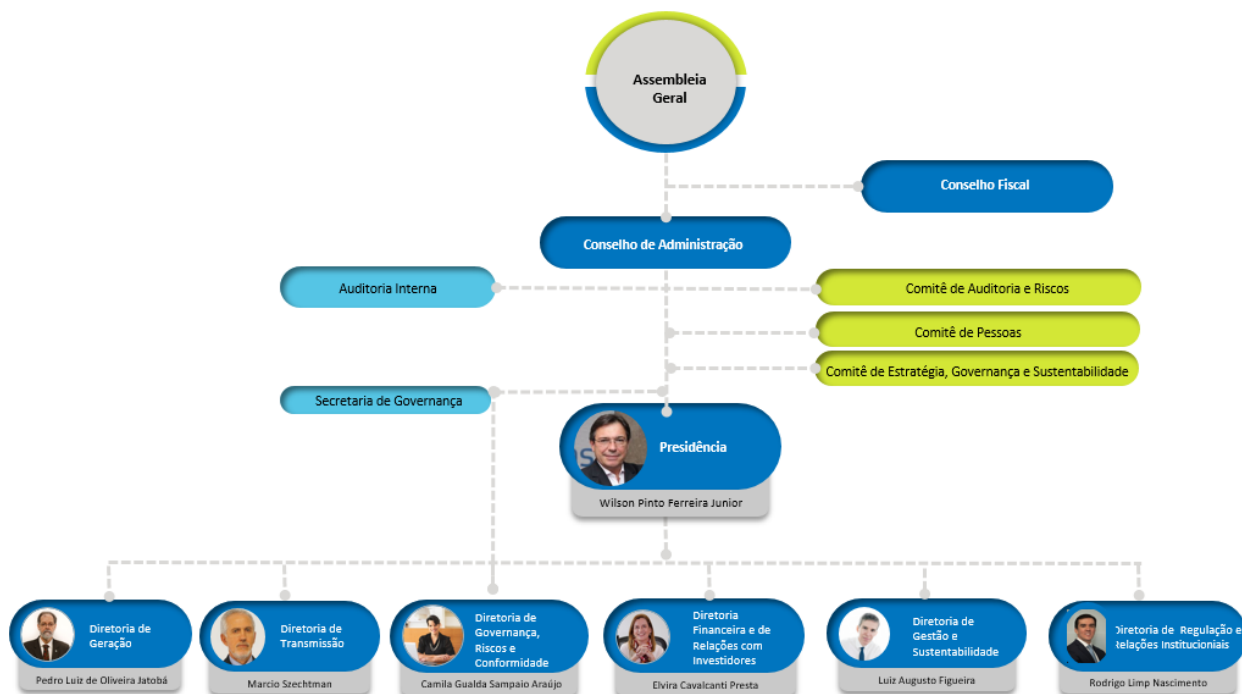
O benefício de assistência à saúde foi negociado em Acordo Coletivo de Trabalho resultando na alteração do percentual de custeio patrocinadora/participantes; alteração de regras para inclusão de dependentes; maior padronização dos benefícios oferecidos pelas empresas, entre outros.

Fundos de Seguridade	Plano de Previdência	Plano de Previdência na modalidade de	Apólice de Seguro de Vida em Grupo para os	Plano de Saúde de Autogestão
----------------------	----------------------	---------------------------------------	--	------------------------------

e Outros Planos Sociais	na modalidade de Benefício Definido (BD)	Contribuição Definida (CD)		empregados e assistidos			
		Plano CD (com parcela de risco)	Plano CD puro	Ativos	Ex-empregados	Ativos e dependentes	Planos de desligamento
Eletrobras	11	506	112	405	82	1840	211
Eletronorte	17	2.032	-	2.470	413	7.653	1.262
Furnas	402	2.274	-	2.165	-	8.933	1.548
CGT							
Eletrosul	402	728	6	1.478	-	4.079	581
Chesf	9	3.075	-	1.560	-	9.608	-
Beneficiários ativos (em unidades)	841	8615	118	8.078	495	32.113	3.602

5.3 Gestão da Governança (Governance)

5.3.1 Governança Corporativa



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Composto por 9 (nove) membros, o Conselho de Administração (CA) da Eletrobras se reuniu 11 (onze) vezes ordinariamente e 35 (trinta e cinco) vezes extraordinariamente no exercício social de 2022, tendo discutido, entre diversos outros temas, os seguintes assuntos de destaque (limitado a 10 grandes temas):

1. Capitalização da Eletrobras
2. Migração para o segmento Novo Mercado da B3
3. Comercialização de energia
4. Participação em leilões de energia
5. Transformação das controladas em subsidiárias integrais
6. Planejamento estratégico pós-privatização
7. Racionalização de participações societárias
8. Acordos judiciais para litígios em curso

O CA possui seu próprio regimento interno, o qual foi atualizado em 28 de julho de 2022, em especial, visando à sua adequação ao regime jurídico de direito privado e ao novo Estatuto Social da Eletrobras.

O atual Conselho de Administração é composto por 9 membros, com 77,8% de independentes e 1 representante dos empregados, este com mandato até 2024,

Conselho da Administração 31/12/2022

Membros	Mandato vigente	Percentual de Presença(1)
Ivan de Souza Monteiro	05.08.2022 a abril de 2025	100
Daniel Alves Ferreira	05.08.2022 a abril de 2025	94,74
Felipe Villela Dias	05.08.2022 a abril de 2025	94,74
Marcelo de Siqueira Freitas	05.08.2022 a abril de 2025	100
Marcelo Gasparino da Silva	05.08.2022 a abril de 2025	94,74
Marisete Fátima Dadald Pereira	05.08.2022 a abril de 2025	100
Pedro Batista de Lima Filho	05.08.2022 a abril de 2025	89,47
Vicente Falconi Campos	05.08.2022 a abril de 2025	100
Carlos Eduardo Rodrigues Pereira	27.04.2021 a 27.04.2024	100

(1) Percentual de participação do novo colegiado, a partir de agosto de 2022, perfazendo um total de 19 reuniões.

O CA da Eletrobras é assessorado por três comitês previstos em seu Estatuto Social:

- **Comitê de Auditoria e Riscos (CAE):** se reuniu 52 (cinquenta e duas) vezes em 2022 e os principais assuntos abordados pelo CAE foram:
 - Capitalização da Eletrobras
 - Plano Anual de Auditoria Interna 2022
 - Relatório Anual de Auditoria Interna 2021
 - Riscos inerentes às operações da Eletrobras
 - Transações com Partes Relacionadas (TPRs)
 - Venda de participações societárias

Membros	1º Mandato	2º Mandato	Percentual de Presença
Jerônimo Antunes* (Coordenador)	17.05.2021 até 17.05.2023	N/A	98%
Luiz Carlos Nannini*	11.05.2020 até 11.05.2022	11.05.2022 a 11.05.2024	100%
Luís Henrique Bassi Almeida*	22.02.2019 até 22.02.2021	22.02.2021 a 22.02.2023	98%
Felipe Vilela Dias	28.05.2019 até 28.05.2021	28.05.2021 até 28.05.2023	82%
Daniel Alves Ferreira	01.06.2019 até 01.06.2021	01.06.2021 até 01.06.2023	100%

*membros externos

- **Comitê Estatutário de Pessoas (CPES):** se reuniu 22 (vinte e duas) vezes em 2022 e os principais assuntos abordados foram:
 - Elegibilidade de candidatos a administradores e membros do Conselho Fiscal das empresas Eletrobras e coligadas
 - Avaliação de desempenho de administradores
 - Programa de Remuneração Variável Anual (RVA)
 - Operadoras de planos de saúde
 - Acordo Coletivo de Trabalho (ACT)

Membros	1º Mandato	2º Mandato	Percentual de Presença
Pedro Batista de Lima Filho – (Coordenador)	17.08.2022 até abril de 2025	N/A	100%
Marcelo de Siqueira Freitas	18.05.2021 até 18.06.2022	17.08.2022 até abril de 2025	100%
Ana Silvia Corso Matte**	18.05.2021 até 18.06.2022	17.08.2022 até abril de 2025	100%
Felipe Vilela Dias	17.08.2022 até abril de 2025	N/A	100%
Vicente Falconi Campos	17.08.2022 até abril de 2025	N/A	100%

** Membro externo a partir do 2º mandato.

➤ **Comitê Estatutário de Estratégia, Governança e Sustentabilidade (CEGS):** se reuniu 21 (vinte e uma) vezes e os principais assuntos abordados foram:

- Capitalização da Eletrobras
- Agenda de sustentabilidade
- Participações societárias
- Gestão de ativos
- Riscos corporativos

Membros	1º. Mandato	2º. Mandato	Percentual de Presença
Marisete Fátima Dadald Pereira (Coordenadora)	23.08.2022 até abril de 2025	N/A	100%
Carlos Eduardo Rodrigues Ferreira	18.05.2021 até 27.04.2023	N/A	100%
Marcelo Gasparino da Silva	23.08.2022 até abril de 2025	N/A	100%
Pedro Batista de Lima Filho	23.08.2022 até abril de 2025	N/A	100%
Vicente Falconi Campos	23.08.2022 até abril de 2025	N/A	100%

CONSELHO FISCAL (CF)

O CF atual da Eletrobras é composto de 5 (cinco) membros efetivos e três suplentes, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária de 2021 com prazo de atuação de 2 anos, permitidas, no máximo, 2 (duas) reconduções consecutivas.

Em 2022, o Conselho Fiscal realizou 25 (vinte e cinco) reuniões, sendo 12 (doze) ordinárias, mensalmente, e 13 (treze) extraordinárias, seguindo o Estatuto Social e as regras para seu funcionamento, definidas no Regimento Interno.

Conselho Fiscal 31/12/2022

Conselho Fiscal	Mandato	Participação %
Antonio Emílio B. A. Freire	Da AGO/2021 (27/04) a AGO/2023	100
Carlos Eduardo Teixeira Taveiros	Da AGO/2021 (27/04) a AGO/2023	96
Ingrid Palma Araújo	06.12.2022 a AGO/2023	100
Rafael Rezende Brigolini	Da AGO/2021 (27/04) a AGO/2023	88
Ricardo Takemitsu Simabuku	11.07.2022 a AGO/2023	100

Na 183ª Assembleia Geral Extraordinária da Eletrobras, em 04.11.2022, após a privatização da Companhia, o Estatuto Social foi alterado e trouxe mudanças para o colegiado, que deixou de ser permanente, terá de 3 (três) a 5 (cinco) titulares e igual número de suplentes com prazos de atuação de um ano com a possibilidade de reeleições.

DIRETORIA EXECUTIVA

Atualmente a Diretoria Executiva da Eletrobras (DEE) é formada por um presidente e 8 Diretores Vice-Presidentes Executivos, podendo ser composta por até 15 Diretores, de natureza estatutária, eleitos pelo Conselho de Administração, com prazo de gestão unificado de 2 (dois) anos, sendo permitidas reconduções. Até a data deste Relatório, ainda não foram eleitos os Diretores Vice-Presidentes, possuindo os Diretores estatutários atuais com mandato até julho de 2023. A DEE realizou 87 reuniões em 2022.

Diretoria Executiva - 31/12/2022

Diretoria Executiva	Diretoria Executiva	Mandato atual	Participação nas reuniões %
Presidência (1)	Wilson Ferreira Pinto Jr.	19/09/2022 a 26/07/2023	100
Diretora de Governança, Riscos e Conformidade	Camila Gualda Sampaio Araújo	27/07/2021 a 26/07/2023	100
Diretoria Financeira e de Relações com Investidores	Elvira Baracuhy Cavalcanti Presta	27/07/2021 a 26/07/2023	100
Diretoria de Geração	Pedro Luiz de Oliveira Jatobá	27/07/2021 a 26/07/2023	100
Diretoria de Gestão e Sustentabilidade	Luiz Augusto Pereira de Andrade Figueira	27/07/2021 a 26/07/2023	100
Diretoria de Transmissão	Marcio Szechtman	27/07/2021 a 26/07/2023	100
Diretor de Regulação e Relações Institucionais	Rodrigo Limp Nascimento	19/09/2022 a 26/07/2023	100

(1) Até o dia 18 de setembro de 2022, exerceu a presidência da empresa o Sr. Rodrigo Limp Nascimento.

5.3.2 REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Remuneração Realizada dos Administradores, Conselheiros Fiscais e Comitê de Auditoria e Riscos

Remuneração	2022 ¹
-------------	-------------------

Conselho de Administração	459.824,38
Conselho Fiscal	376.226,10
Diretoria Executiva Estatutária	8.084.998,45
Comitê de Auditoria e Riscos	1.985.732,60 ²

¹ Valores sem encargos

² Considera valores pagos ao Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração.

6.3.2 Prêmios e Reconhecimentos

- ISE B3– Eletrobras, a Eletrobras integra, pela 14ª vez, a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial, o ISE B3 na carteira referente ao quadrimestre de maio a agosto de 2022. *B3*
- Índice Carbono Eficiente – A Eletrobras foi incluída na carteira do Índice Carbono Eficiente (ICO2 B3) referente aos dois primeiros quadrimestres de 2022. *B3*
- Melhores empresas do Brasil 2022 – Eletrobras - Listada, no Anuário Época Negócios 360º, em 35º lugar no *ranking* geral. No segmento Energia, a empresa foi relacionada nas posições: 3ª geral; 3ª em pessoas; 3ª em inovação; 4ª em sustentabilidade; 11ª em governança corporativa; e 14ª em desempenho financeiro.
- As Melhores da Dinheiro 2022 – Eletrobras- Listada em 28º lugar no *ranking* geral das 1000 maiores empresas do país.
- *Ranking Valor 1000, 2022* - Listada na 32ª posição do *ranking* geral relativo ao desempenho de 2021. *Valor Econômico, com Serasa Experian e Fundação Getúlio Vargas (FGV)*
- 500 mais influentes da América Latina 2022 – Wilson Ferreira Junior
- Listado entre as personalidades mais influentes da América Latina, considerando criação de empregos, investimentos ou inovações que ajudaram a desencadear atividades econômicas relevantes. *Bloomberg Línea*
- Prêmio “O Equilibrista – Melhor CFO do ano de 2022” – Elvira Cavalcanti Presta. Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças, IBEF-SP
- Best CFO Overall – Elvira Cavalcanti Presta- Listada em segundo lugar no *ranking* de melhores diretores Financeiros do 2022 Latin American Executive Team, categoria "Electric & Other Utilities - SellSide". *Institutional Investor*
- Executivos mais admirados 2022 – Elvira Cavalcanti Presta: listada na oitava posição no *ranking* do anuário Análise Executivos Jurídicos e Financeiros, segmento Executivos Financeiros. *Análise Editorial*
- Best IR Team – Eletrobras - Listada em 3º lugar no ranking de melhores equipes de Relações com Investidores do 2022 Latin American Executive Team, categoria "Electric & Other Utilities - SellSide". *Institutional Investor*
- Troféu Transparência Anefac 2022 – Eletrobras: melhores práticas de transparência em informações contábeis, disponibilizadas ao mercado por meio das demonstrações financeiras entre as empresas com receita líquida acima de R\$ 20 bilhões. *Associação Nacional de Executivos (Anefac)*
- Prêmio Líderes da Energia 2022 –Eletrobras, Camila Araújo profissionais mais influentes na categoria Ética e Responsabilidade. *Grupo Mídia*
- Melhores e Maiores 2022 – Eletrobras, Eletrobras Furnas e CGT Eletrosul
- Eletrobras listada em 25º lugar no *ranking* Melhores e Maiores 2022 da Exame, considerando dados de 2021. Esta edição avaliou também práticas de impacto ESG.

Eletrobras Furnas figura em 64º lugar e Eletrobras CGT Eletrosul, em 195º. *Revista Exame/lbmec*

- Prêmio Empresas que Melhor se Comunicam com Jornalistas 2022 – Eletrobras *ranking* organizado a partir da opinião de 25 mil jornalistas.
- *Centro de Estudos da Comunicação (Cecom), Plataforma Negócios da Comunicação*
- 1ª posição entre empresas brasileiras de energia elétrica, e na 81ª posição, na lista geral do *Ranking Merco Responsabilidade (ESG). Monitor Empresarial de Reputação Corporativa (Merco), Revista Exame*
- Prêmio IIA May Brasil 2022 – Eletrobras Furnas, o prêmio que reconhece as corporações que valorizam os profissionais de auditoria interna. *The Institute of Internal Auditors (IIA)*
- Digital Governance Award 2022 – Eletrobras Eletronorte, empresa de destaque em 2021 no processo de digitalização da governança corporativa, na categoria estatal. *Atlas Governance*
- Gender-Equality Index 2022 – Eletrobras e empresas Eletrobras CGT Eletrosul, Chesf, Eletronorte, Eletronuclear e Furnas. *Bloomberg*
- Prêmio Global de Sustentabilidade 2022– Eletrobras
- Selo Bronze no Prêmio Global de Sustentabilidade da Standard & Poors, pelo segundo ano consecutivo. *Standard & Poor's*
- Líder de Engajamento de Fornecedores 2021– Eletrobras *Carbon Disclosure Project (CDP)*
- 1º lugar no ranking de reputação entre as empresas brasileiras do setor de energia elétrica – Eletrobras
- Pelo segundo ano consecutivo, a companhia ficou em primeiro lugar entre as empresas brasileiras do setor de energia elétrica com melhor reputação do país. *Monitor Empresarial de Reputação Corporativa (Merco)*

6. Programas de Governo

Em 10 de setembro de 2021, foi publicado no Diário Oficial a criação da empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A ("ENBpar"), conforme estabelecido na Lei de Desestatização da Eletrobras. A estatal ENBpar, criada em razão do processo de capitalização da Eletrobras, conforme previsto na Lei de Desestatização da Eletrobras, foi desenhada como um modelo de holding e terá como objeto deter o capital social e a comercialização da usina hidrelétrica de Itaipu, ser a sócia majoritária na Eletronuclear, gerir os contratos da Reserva Global de Reversão (RGR) firmados até 2016 e os seguintes programas de governo: Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel), Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), Programa Mais Luz para a Amazônia (MLA), Programa Luz para Todos (LPT) e o BUSA, a seguir descritos.

PROINFA

O PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica, criado em 26 de abril de 2002 pela Lei nº. 10.438 e regulamentado através do Decreto 5.025/04, teve seu processo de implantação iniciado pela Eletrobras em 2004.

O Programa adicionou ao Sistema Interligado Nacional um total de 131 novos empreendimentos, divididos em 60 PCHs (1.159,24 MW), 52 eólicas (1.282,52 MW) e 19 térmicas a biomassa (533,34 MW), totalizando uma capacidade instalada de 2.975,10 MW. Desde a entrada em operação do primeiro empreendimento em fevereiro de 2006 até o final de 2022, a contribuição do PROINFA para o sistema em termos de volume de energia gerada foi de aproximadamente 134,2 milhões de MWh. Em 2022, o programa gerou 9,4 milhões de MWh com um custeio de R\$ 6,38 bilhões.

A participação da Eletrobras no Programa foi fundamental, assegurando a compra e comercialização da energia contratada pelas usinas do Proinfa por um período de 20 anos.

Fontes	Total de empreendimentos em operação no ano de 2022		Total de empreendimentos em operação no ano de 2021	
	Empreendimentos	Potência (MW)	Empreendimentos	Potência (MW)
PCH	60	1.159,24	60	1.159,24
Eólica	52	1.282,52	52	1.282,52
Biomassa	19	533,34	19	533,34
Outras Fontes	-	-	-	-
Total	131	2.975,10	131	2.975,10

A Resolução Nº 203, de 19 de outubro de 2021, do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos, que dispõe sobre os ajustes e condições para a desestatização da Eletrobras, estabelece a celebração, entre a Eletrobras e a ENBpar, de contrato que discipline a transição operacional da gestão das atividades e cessão dos contratos do Proinfa, bem como a continuidade da gestão pela Eletrobras pelo prazo de transição de até doze meses, estimada para ocorrer em junho de 2023, contado da data de liquidação da Oferta Pública Global.

PROCEL

Em 2022, a Eletrobras seguiu executando os projetos já em andamento, conforme previsto no seu Plano de Aplicação de Recursos – PAR Procel e simultaneamente iniciou o processo de transferência das atividades do Programa para a ENBpar, através de um plano de transição. O processo de transferência das atividades, assim como a execução de parte relevante dos projetos do Procel, continuará sendo coordenado pela Eletrobras até ser concluído o seu respectivo plano de transição, previsto para ocorrer até junho de 2023.

LUZ PARA TODOS

O Programa Luz para Todos, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia (MME), é, responsável pela gestão dos contratos e o acompanhamento da execução dos conjuntos de obras de eletrificação rural. Estas atribuições continuarão com a Eletrobras até ser concluída a transferência da gestão desse Programa Setorial à Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. (ENBpar).

De 2004 até 2022, os recursos para o Programa Luz para Todos totalizaram R\$ 30,33 bilhões, sendo R\$ 22,02 bilhões (73%) referentes aos recursos setoriais: Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e Reserva Global de Reversão (RGR). Nesse período, foram liberados R\$ 18,46 bilhões em recursos da CDE e RGR (84% dos recursos disponíveis), dos quais R\$ 0,80 bilhão em 2022, originado de recursos da CDE. Desde 2004, já foram realizadas mais de 3,6 milhões de ligações, o que corresponde a 17,1 milhões de pessoas beneficiadas no meio rural brasileiro.



Recursos Setoriais do Programa Luz para Todos de 2004 a 2022

Região	RECURSOS SETORIAIS (Em R\$ milhões)					
	Contratados			Liberados		
	CDE	RGR	CDE+RGR	CDE	RGR	CDE+RGR
Norte	6.665,33	318,29	6.983,62	5.218,55	284,30	5.502,85
Nordeste	9.355,50	941,94	10.297,44	8.140,05	837,42	8.977,47
Centro-Oeste	1.269,13	575,60	1.844,73	1.099,80	526,96	1.626,76
Sudeste	858,13	1.174,51	2.032,64	740,92	942,98	1.683,90
Sul	346,24	511,90	858,14	280,25	387,26	667,51
Brasil	18.494,33	3.522,24	22.016,57	15.479,57	2.978,92	18.458,49

MAIS LUZ PARA A AMAZÔNIA – MLA

Em seu papel de operacionalizadora do MLA, a Eletrobras era responsável pela análise técnica e orçamentária dos programas de obras propostos pelos Agentes Executores, gestão dos contratos de operacionalização e o acompanhamento da execução física das obras. Estas atribuições continuarão com a Eletrobras até ser concluída a transferência da gestão desse Programa Setorial à Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. (ENBpar). Os recursos financeiros necessários ao desenvolvimento do MLA vêm de agentes do setor elétrico e da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Desde o início do Programa Mais Luz para a Amazônia 11.230 unidades consumidoras foram beneficiadas com serviços de energia elétrica, sendo 9.674 ligações realizadas em 2022. Os

recursos para o Programa totalizaram R\$ 1.099,47 milhões, sendo R\$ 976,87 milhões (89%) referentes aos recursos da CDE.

BUSA

O Decreto nº 10.791/2021 definiu, nos termos do art. 9º da Lei nº 14.182/2021, que a ENBpar terá, por finalidade, administrar os bens da União sob a administração da Eletrobras previstos no Decreto-Lei nº 1.383/74.

A Resolução nº 203 do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos, de 19 de outubro de 2021, que aprovou a modalidade operacional de ajustes e condições para a desestatização da Eletrobras, no âmbito do Programa Nacional de Desestatização (PND), determinou a continuidade da gestão pela Eletrobras pelo prazo de transição de até doze meses, contado da data de liquidação da Oferta Pública Global, da administração dos bens da União previstos no Decreto-Lei nº 1.383, de 26 de dezembro de 1974.

FUNDOS REGIONAIS

A Desestatização da Eletrobras estava condicionada à aprovação, pela assembleia geral de acionistas da Companhia, (i) do desenvolvimento de projetos que comporão os programas de revitalização descritos no art. 3º, inciso V da Lei de Desestatização da Eletrobras ("Programas de Revitalização"); (ii) de redução do custo estrutural de geração de energia na Amazônia Legal e navegabilidade dos rios Madeira e Tocantins; e (iii) da assunção de responsabilidade subsidiária da Eletrobras quanto ao cumprimento dos Programas de Revitalização. De acordo com a Lei de Desestatização da Eletrobras, Resolução CPPI 203, a Resolução CNPE 15, os Programas de Revitalização compreendem:

1. Revitalização dos recursos hídricos das bacias do Rio São Francisco e do Rio Parnaíba, diretamente pela Companhia ou, indiretamente, por meio de sua subsidiária ("Chesf") ou de unidades do Exército. Dessa forma, com relação ao novo Contrato de Concessão da Chesf, assinado em 17 de junho de 2022, a subsidiária aportará o valor anual de R\$350 milhões atualizado pelo IPC-A ou por outro índice que vier a substituí-lo, pelo prazo de 10 anos, tendo sido a primeira parcela integralmente depositada em 31 de janeiro de 2023 e as demais no mesmo dia nos anos subsequentes.
2. Revitalização dos recursos hídricos das bacias hidrográficas localizadas na área de influência dos reservatórios das UHEs de Furnas, que foram objeto do novo Contrato de Concessão, assinado em 17 de junho de 2022, observado que Furnas aportará o valor anual de R\$230 milhões, atualizado pelo IPC-A ou outro índice que vier a substituí-lo, pelo prazo de 10 anos, tendo sido a primeira parcela integralmente depositada em 31 de janeiro de 2023 e as demais no mesmo dia nos anos subsequentes. O programa de Furnas deve contemplar a execução das obras de derrocamento do canal de navegação a jusante da UHE de Nova Avanhandava.

Os objetivos da aplicação dos recursos aportados por Furnas e Chesf devem ser ações que gerem recarga das vazões afluentes e ampliem a flexibilidade operativa dos reservatórios, sem prejudicar o uso prioritário e o uso múltiplo dos recursos hídricos.

3. Redução estrutural de custos de geração de energia na Amazônia Legal e para navegabilidade do Rio Madeira e do Rio Tocantins, diretamente pela Eletrobras ou, indiretamente, por meio de sua subsidiária Eletronorte, observado que a Eletronorte aportará o valor anual de R\$295 milhões, atualizado pelo IPC-A ou outro índice que vier a substituí-lo, pelo prazo de 10 anos,

tendo sido a primeira parcela integralmente depositada em 31 de janeiro de 2023 e as demais no mesmo dia nos anos subsequentes. O programa deverá ser voltado para a geração de energia na Amazônia Legal, com base em fontes renováveis ou a partir de combustível renovável e para as interligações de localidades isoladas e remotas.

Destaca-se que, em 22 de fevereiro de 2022, a assembleia geral extraordinária da Companhia aprovou o desenvolvimento de projetos que comporão os referidos programas, assim como a assunção de responsabilidade subsidiária da Eletrobras quanto ao cumprimento das obrigações estipuladas.

Em 15 de fevereiro de 2022, o TCU aprovou a legalidade, legitimidade e economicidade do desenvolvimento de projetos que comporão os programas e da assunção de responsabilidade subsidiária quanto ao cumprimento das obrigações atribuídas à empresa.

No dia 31 de janeiro de 2023, as Empresas Eletrobras aportaram os valores integrais da parcela relacionada ao ano de 2023 para os três Fundos, conforme mencionado acima, os quais totalizaram o valor aproximado de R\$ 883 milhões, tendo atualizado o montante nominal de R\$ 875 milhões pelo IPCA, desde a data da assinatura dos contratos de concessão em 17 de junho de 2022.

Todos os programas são coordenados pelo governo federal, via três Comitês Gestores, com participação multiministerial e de setores da sociedade civil. A Eletrobras irá propor e implementar as ações aprovadas pelos comitês dos fundos de cada subsidiária. As atribuições da empresa estão regulamentadas pelo Decreto nº10.838/2021 e pelo Decreto nº 11.059/22. Os recursos aportados estão em contas específicas abertas pelas empresas e não fazem parte do patrimônio das companhias.

7. Mercado de Capitais

O capital social da Eletrobras, em 31 de dezembro de 2022, totalizava R\$ 69,8 bilhões, representado por 2.301.227.778 ações, sendo 2.021.139.464 ações ordinárias e 280.088.314 ações preferenciais. A alteração do capital em comparação com o ano de 2021 é reflexo da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias que resultou na desestatização da Eletrobras.

Acionistas	Quant. Ações	Valor (R\$)	Espécie/Class e	Total
ORDINÁRIA	2.021.139.464	62.841.166.980,23	100,00%	87,83%
União	667.888.884	20.765.967.728,23	33,05%	29,02%
BlackRock	98.319.628	3.056.948.949,16	4,86%	4,27%
GIC Private	92.090.802	2.863.282.603,16	4,56%	4,00%
BNDES	74.545.264	2.317.757.614,48	3,69%	3,24%
BNDESPAR	71.956.435	2.237.265.872,88	3,56%	3,13%
Citibank (Banco Depositário ADR's)	50.903.042	1.582.674.832,24	2,52%	2,21%
FND	45.621.589	1.418.464.160,10	2,26%	1,98%
Banco do Nordeste	1.420.900	44.178.551,63	0,07%	0,06%
FGHAB	1.000.000	31.091.949,91	0,05%	0,04%
Fundos 3G Radar	963.132	29.945.651,90	0,05%	0,04%
Iberclear - Latibex	298.550	9.282.501,65	0,01%	0,01%
Victor Adler / VIC DTVM	218.000	6.778.045,08	0,01%	0,01%
Diretoria Executiva	20.000	621.839,00	0,00%	0,00%
Conselho de Administração	1	31,09	0,00%	0,00%
Outros	915.893.237	28.476.906.649,71	45,32%	39,80%
PREF. A	146.920	3.657.455,09	100,00%	0,01%
Victor Adler / VIC DTVM	54.200	1.349.265,35	36,89%	0,00%
Acionistas a Identificar	42.451	1.056.783,46	28,89%	0,00%
Outros	50.269	1.251.406,27	34,22%	0,00%
PREF. B	279.941.393	6.968.915.542,31	100,00%	12,16%
Fundos 3G Radar	30.451.076	758.055.014,81	10,88%	1,32%
BNDESPAR	18.691.102	465.299.932,37	6,68%	0,81%
BNDES	18.262.671	454.634.487,64	6,52%	0,79%
BlackRock	13.027.180	324.301.155,33	4,65%	0,57%
GIC Private	7.643.805	190.286.369,93	2,73%	0,33%
Citibank (Banco Depositário ADR's)	4.846.843	120.658.253,33	1,73%	0,21%
Conselho de Administração	4.364.579	108.652.679,42	1,56%	0,19%
Acionistas a Identificar	1.964.408	48.902.355,22	0,70%	0,09%
Victor Adler / VIC DTVM	360.000	8.961.910,09	0,13%	0,02%

Iberclear - Latibex	121.853	3.033.432,31	0,04%	0,01%
Diretoria Executiva	50.000	1.244.709,74	0,02%	0,00%
União	493	12.272,84	0,00%	0,00%
Outros	180.157.383	4.484.872.969,29	64,36%	7,83%
PREF. C - GOLDEN SHARE UNIÃO	1	24,89	100,00%	0,00%
Total	2.301.227.778	69.813.740.002,52		100,00%

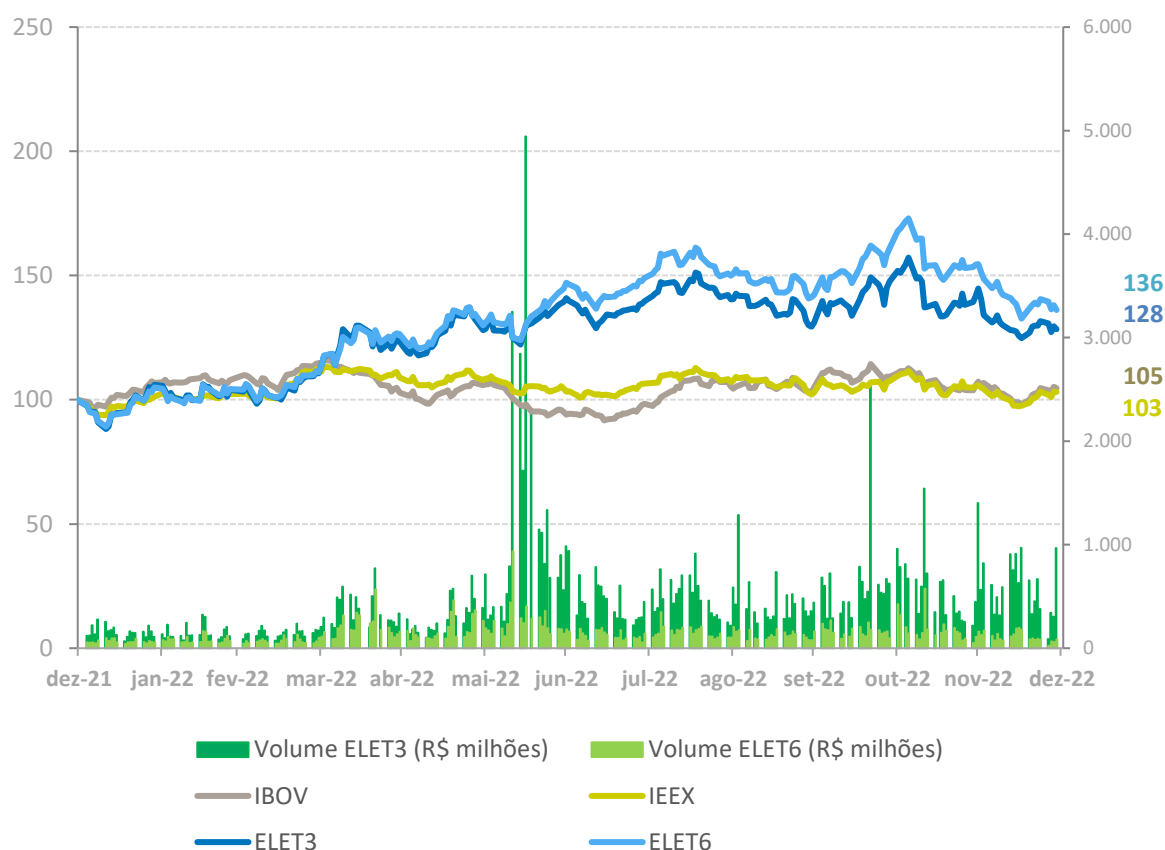
DESEMPENHO DAS AÇÕES

A Eletrobras negocia ações ordinárias e preferencias na Brasil, Bolsa, Balcão (B3 S.A.) sob o código “ELET3” e as ações ordinárias e as ações preferenciais classe “B” e classe “A”, sob os *tickers* “ELET6” e “ELET5”, respectivamente. Na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE), as ações são transacionadas por meio do Programa de ADR nível II, sob os *tickers* “EBR” e “EBR-B”. Na Bolsa de Valores de Madri (Latibex), a negociação é feita pelo Programa Latibex, sob os *tickers* “XELTO” e “XELTB”.

PROGRAMA NÍVEL 1 B3 S.A – BRASIL, BOLSA, BALCÃO

Preço e Volume	(R\$)	(R\$)	(pts.)	(pts.)
	ELET3 B3	ELET6 B3	IBOV B3	IEE B3
Cotação de Fechamento em 31/12/2022	42,12	43,23	109.734,6	78.679,4
Máxima em 2022	51,57	54,94	121.570,2	86.516,1
Média em 2022	41,54	42,12	109.623,8	80.207,5
Mínima em 2022	28,94	28,32	96.120,9	71.566,4
Variação em 2022	28,4%	36,1%	4,7%	3,1%
Volume Médio Diário Negociado em 2022 (milhões de	10,8	3,4	-	-
Volume Médio Diário Negociado em 2022 (R\$ milhões)	467,7	146,2	-	-
V/VPA	0,88	0,90	-	-
Valor de Mercado em 31/12/2022*	R\$ 97.239 milhões			
*Por questão de liquidez, está sendo considerada para a PNA a mesma cotação da Pref. B				

Comportamento Ações da Eletrobras na B3 S.A. 2022



Número índice 31/12/2021 = 100 e valores ex-dividendo.
 Fonte: AE Broadcast

Notícias na mídia relacionadas à privatização, positivas ou negativas, trouxeram aumento significativo no volume negociado das ações, em especial, nos meses de julho e agosto.

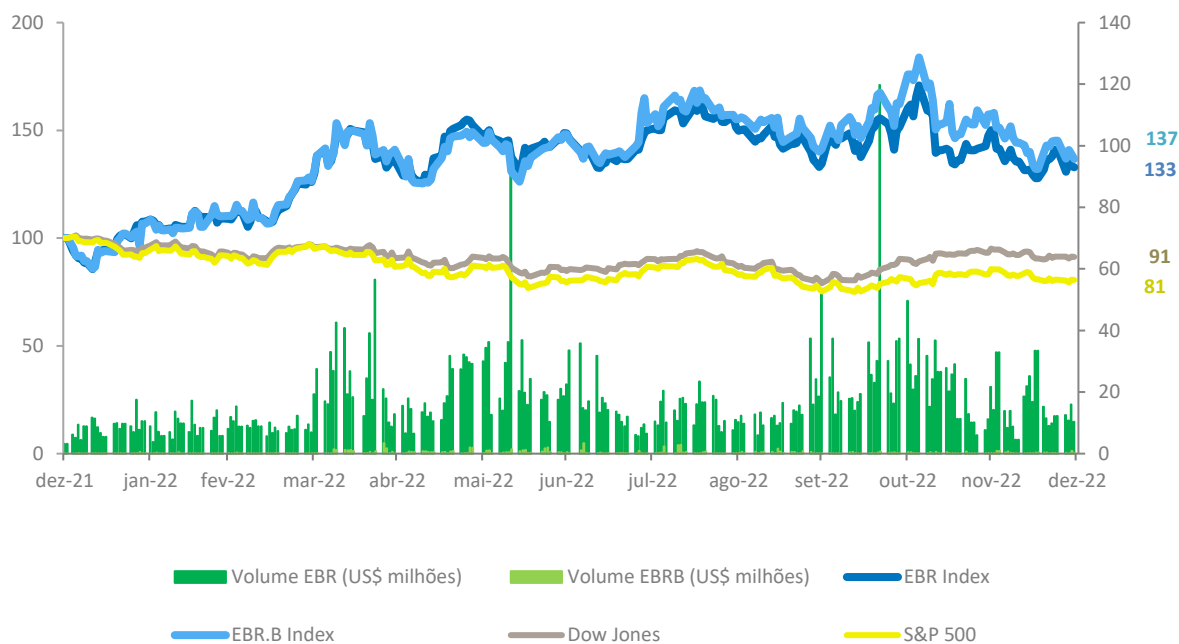
PROGRAMA DE ADR NÍVEL II NA BOLSA DE VALORES DE NOVA IORQUE (NYSE) EM 2022

(Em US\$)

Preço e Volume	NYSE EBR	NYSE EBR-B
Cotação de Fechamento em 31/12/2022	7,93	8,20
Máxima em 2022	10,20	11,03
Média em 2022	7,99	8,22
Mínima em 2022	5,11	5,15
Variação em 2022	32,8%	36,7%
Volume Médio Diário Negociado em 2022 (milhares de ações)	2.066,2	40,2
Volume Médio Diário Negociado em 2022 (milhares de US\$)	17.014,8	344,1



Comportamento das ADRs Nível II na NYSE em 2022



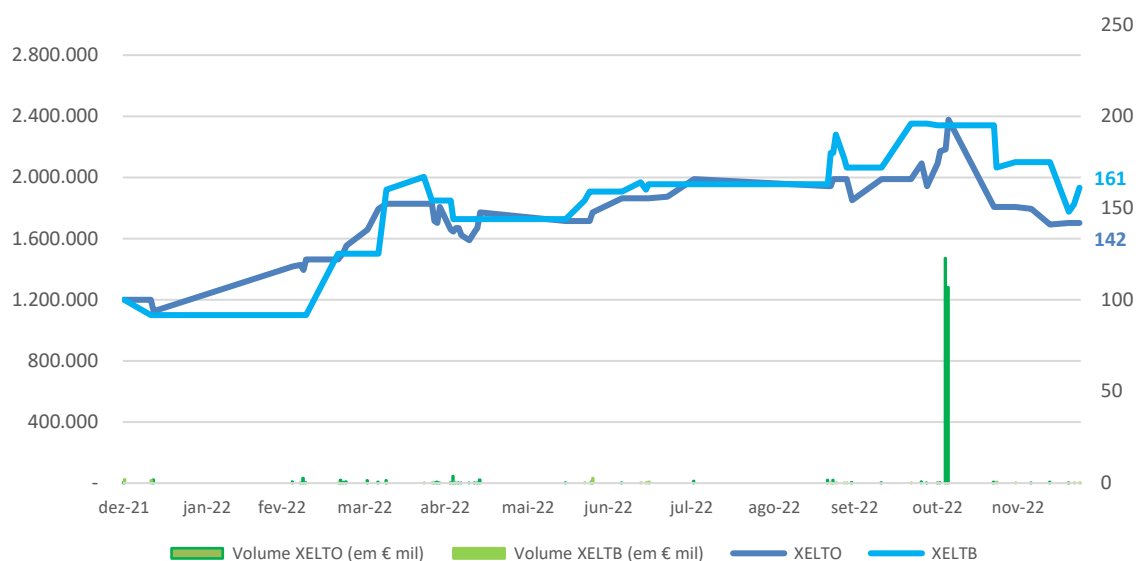
Número índice 31/12/2021 = 100 e valores ex-dividendo.
 Fonte: AE Broadcast

PROGRAMA LATIBEX – BOLSA DE VALORES DE MADRID EM 2022

Preço e Volume	(Em €)	
	LATIBEX XELTO	LATIBEX XELTB
Cotação de Fechamento em 31/12/2022	7,45	8,05
Máxima em 2022	10,40	9,80
Média em 2022	7,67	8,08
Mínima em 2022	4,92	4,58
Variação em 2022	41,9%	61,0%
Volume Médio Diário Negociado em 2022 (milhares de ações)	7,9	0,6
Volume Médio Diário Negociado em 2022 (milhares de Euros)	73,5	3,9



Comportamento das Ações na Bolsa de Valores de Madri em 2022



Número índice 31/12/2021 = 100 e valores ex-dividendo.

Fonte: AE Broadcast

8. Desempenho Financeiro

8.1 Destaque do Resultado Consolidado

A Eletrobras apresentou, em 2022, um lucro líquido consolidado de R\$ 3.638 milhões, 36% inferior aos R\$ 5.714 milhões obtidos em 2021. A variação das principais contas que compõem o Resultado do Exercício de 2022 e 2021 são apresentadas abaixo:

RESULTADO CONSOLIDADO 2022-2021 (R\$ MILHÕES)

DRE	2022	2021
Receita de Geração	24.161	22.630
Receita de Transmissão	15.775	17.450
Outras Receitas	1.102	925
Receita Bruta	41.038	41.006
Deduções da Receita	-6.963	-6.379
Receita Operacional Líquida	34.074	34.627
Energia revenda, rede, combustível e construção	-9.628	-5.555
Pessoal, Material, Serviços e Outros	-10.028	-7.782
Depreciação e Amortização	-2.690	-1.443
Provisões Operacionais	-6.928	-14.922
	4.799	4.925
Participações societárias	2.370	1.507
Remensurações regulatórias - Contratos de Transmissão	365	4.859
Outras Receitas e Despesas	187	1.211

	7.721	12.501
Resultado Financeiro	-4.374	-1.442
Resultado antes do imposto	3.347	11.060
Imposto de Renda e Contribuição Social	-696	-5.261
Lucro Líquido Das Operações Continuadas	2.652	5.799
Lucro Líquido Das Operações Descontinuadas	987	-85
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	3.638	5.714

8.1.2 Receita Operacional Consolidada

Receita Operacional de Geração - R\$ milhões

Receita Operacional – Geração	2022	2021	%
Suprimento	14.105	11.837	19%
Fornecimento	3.926	3.335	18%
CCEE	1.159	3.090	-62%
Receita de operação e manutenção	4.677	4.220	11%
Receita de construção de Usinas	7	82	-91%
Repasse Itaipu	288	66	337%
Receitas de Geração	24.161	22.630	7%

GERAÇÃO

Destaques:

A Receita do segmento de Geração de energia apresentou aumento de 7% em 2022, equivalente a cerca de R\$ 1.531 milhões, quando comparada ao ano de 2021, influenciada, principalmente, pelo:

- (i) incorporação da Saesa (+R\$ 2,46 bilhões); e
- (ii) aumento de 11% (+R\$456 milhões) na receita de Operação e Manutenção de Usinas, devido ao reajuste da RAG (Receita Anual de Geração), conforme Resoluções Homologatórias emitidas pela Aneel, e também variações na parcela da CFURH.

Esses efeitos foram, parcialmente, compensados por:

- (iii) Redução de 62% (-R\$1.931 milhões) na Receita de energia elétrica de curto prazo (CCEE), causada principalmente pela menor receita oriunda da revenda de energia importada do Uruguai (-R\$ 1.408 milhões) e;
- (iv) pela queda do PLD médio (de R\$ 134,71 em 2021 para R\$ 55,70 em 2022).

TRANSMISSÃO**Receita Operacional de Transmissão**

Receita Operacional de Transmissão	2022	2021	%
Receita de operação e manutenção	6.379	5.968	7%
Receita de Construção	1.494	1.536	-3%
Receita Contratual – Transmissão	7.901	9.947	-21%
Receita Operacional de Transmissão	15.775	17.450	-10%

Destaques

As Receitas do segmento de Transmissão apresentaram redução de 10% (-R\$ 1.675 milhões) em 2022, em comparação com o mesmo período do ano anterior, influenciadas, principalmente, por:

(i) redução de 21% (2.045 milhões) na Receita Contratual de Transmissão, principalmente, em razão do reajuste ocorrido devido a troca de ciclo tarifário (ReH nº. 3.067/22) e das variações dos indexadores IPCA e IGPM, que são utilizados na atualização monetária dos saldos dos ativos e impactam o valor da atualização monetária dos Contratos;

(ii) redução de 3% (-R\$42 milhões) nas receitas de construção. A variação da receita de construção dos períodos é decorrente dos investimentos realizados (apropriados e alocados) nos projetos de transmissão em andamento, associados aos contratos de concessão. Esses efeitos foram, parcialmente, contrabalançados pelo:

(iii) aumento de 7% (+R\$408 milhões) na receita de operação e manutenção de linhas de transmissão, devido à entrada em operação de novos empreendimentos e em função do processo de Revisão Tarifária, com base na regulamentação vigente (REH nº. 3.067/22), , que em seus anexos detalha os reajustes das RAPs (Receita Anual Permitida) das Transmissoras. Destaque para o efeito do reperfilamento do componente financeiro da RBSE, que diminui a parcela de amortização redutora da receita e aplicou o Ke, tendo um impacto relevante de remensuração do ativo contratual.

Outras Receitas -

Receita Operacional	2022	2021	%
Outras Receitas	1.102	925	19%

Destaques

Outras Receitas apresentaram aumento de 19% (+R\$ 176 milhões) em 2022, em comparação com o mesmo período do ano anterior, influenciadas, principalmente, por:

- (i) Na Eletronorte, crescimento de receitas em R\$103 milhões, principalmente em função do aumento de Receitas da CDE e Proinfa, parcialmente compensados pela menor receita de prestação de serviços;
- (ii) Na Holding, crescimento de receitas em R\$74 milhões, devido, principalmente, ao aumento da receita do Procel, dado que os projetos com maiores volume de recursos associados (do 3º PAR/PROCEL) entraram em operação e projetos do 2º PAR/PROCEL tiveram seus pagamentos postergados para 2022;

- (iii) Na Chesf, crescimento das receitas em R\$48 milhões, devido, principalmente, ao aumento nas receitas com serviços de telecomunicações de R\$ 39 milhões e ao aumento nas receitas de serviços de operação e manutenção de R\$ 4 milhões. Esses efeitos foram, parcialmente, compensados por:
- (iv) Em Furnas, redução da receita em R\$30 milhões, devido, principalmente, a redução (R\$ -21 milhões) na receita de prestação de serviços de operação, comunicação e teleassistência, prestados por FURNAS, onde destacamos para 2021 Mata de Santa Genebra, IE Madeira, Energia dos Ventos VI S.A. e Empresa de Energia São Manoel; e a venda da folha de pagamento de Furnas para o Banco Bradesco, pelo período de mais 5 anos, ocorrida no 4TR21 (R\$ -10,7 milhões).

8.1.2 Custos e Despesas Operacionais

Custos e Despesas Operacionais – R\$ milhões	2022	2021	%
Energia comprada para revenda	-3.118	6	-52657%
Encargos sobre uso da rede elétrica	-2.746	-2.276	21%
Combustível p/ prod. de energia elétrica	-2.086	-1.890	10%
Construção	-1.679	-1.395	20%
Pessoal, Material, Serviços e Outros	-10.028	-7.782	29%
Depreciação e Amortização	-2.690	-1.443	86%
Provisões Operacionais	-6.928	-14.922	-54%
Custos e Despesas Operacionais Totais	-29.275	-29.702	-1%

Destaques

Custo com Energia comprada para revenda apresentou aumento de R\$3.124 milhões em 2022, em comparação com o mesmo período do ano anterior, influenciados, principalmente, pelo:

(i) registro, em 2021, de crédito de cerca de R\$ 4.266 milhões, que figurou como redutor da despesa de energia comprada para revenda, em decorrência da repactuação risco hidrológico ocorrida no ano de 2021, conforme estabelecido pela Resoluções Aneel 2.932/21 e 2.919/2021, com a extensão do prazo de concessão das usinas hidroelétricas, compensado, em parte, pelo registro, também em 2021, da despesa com GSF pela adesão à repactuação do risco hidrológico, no montante de -R\$378 milhões, perfazendo um impacto líquido de R\$ 3.888 milhões, evento que não ocorreu em 2022;

Os Encargos sobre uso da rede elétrica apresentaram aumento de 21% (R\$470 milhões), em 2022, em comparação com o mesmo período do ano anterior, influenciados, principalmente, pelo reajuste da TUST, conforme Resolução Homologatória 3.066-ANEEL de 12/06/2022 de 15%.

PESSOAL, MATERIAL, SERVIÇOS E OUTRO – R\$ MILHÕES

Pessoal, Material, Serviços e Outros	2022	2021	%
Pessoal	-4.634	-4.340	6,8%
Programa de Demissão Voluntária	-1.260	0	-
Material	-269	-248	9%
Serviços	-2.065	-1.542	34%
Outros	-1.800	-1.652	9%
PMSO total	-10.028	-7.782	29%

- Destaques Pessoal

A variação na conta de pessoal, se deve, principalmente, (i) ao reajuste de 12,13% (IPCA), aplicação de adicional por tempo de serviço (ATS) e a consolidação da SAESA, a partir do 3T22, agregando despesa de R\$ 65 milhões/ano para o consolidado. Além disso, destaca-se provisão não recorrente relativa ao Programa de Demissão Voluntária, no montante de R\$1.260 milhões, relativa aos 2.494 empregados que aderiram ao Plano. Cerca de 160 empregados já deixado a companhia no 4T22. Os valores referentes à saída dos 821 colaboradores que deixaram a empresa no 4T22 já foram lançados como despesa em Dez/22 (R\$ -373,9 milhões) nas contas Incentivo Indenizatório, dentro da rubrica PDC. A diferença de R\$ 886,5 milhões refere-se à provisão para o quantitativo restante (1.673 colaboradores) e será baixado, como despesa, de acordo com o cronograma das saídas futuras.

- Destaques MSO

A conta de material não apresentou variação relevante.

A conta de serviços teve um incremento, em especial, em Furnas, com aumento de R\$287 milhões, sendo R\$ 127 milhões por conta da consolidação da SAESA a partir do 2T22. Em adição, Furnas também apresentou incrementos em:

- (i) Atendimento Médico, Hospitalar, Odontológico em R\$ 35,7 milhões;
- (ii) Despesas de R\$ 13,6 milhões com assessorias para obtenção *waiver* para aporte na SAESA, em Junho/22.

Na Eletronorte, houve aumento de R\$145 milhões na conta de serviços, com destaques para:

- (i) manutenção de ativos operacionais, de R\$ 24 milhões;
- (ii) manutenção equipamento de escritório e serviço, de R\$ 15,8 milhões;
- (iii) serviços de motorista, de R\$ 11,3 milhões;
- (iv) serviços de meio ambiente, de R\$ 9,4 milhões;
- (v) serviço de terceiros de empreiteiros, de R\$ 7 milhões;
- (vi) serviço técnico TI - Software, de R\$ 6,8 milhões;
- (vii) serviço de terceiros - segurança e vigilância, de R\$ 6,7 milhões;
- (viii) despesas com serviços do sistema financeiro, de R\$ 6,1 milhões;
- (ix) serviços diversos pulverizados em R\$ 13,6 milhões.

Em “Outros”, observou-se um aumento de cerca de 9% (R\$148 milhões), com destaque para:

- (i) Indenizações, perdas e danos, na controlada Furnas, nos processos da Ampla (R\$ 138 milhões) + IBDD (R\$ 63 milhões), CONVAP (R\$ 89 milhões);
- (ii) Na Chesf, aumento com despesas com benefícios a aposentados em R\$ 86 milhões, em função do aumento do custo dos juros do plano de benefícios BD e aumento de baixas para conversão de garantias de causas judiciais (R\$ 40 milhões).

Parcialmente contrabalançadas por:

(iii) baixa de ativos em 2021, sem contrapartida em 2022, de R\$ 121 milhões, na Eletronorte.

DEPRECIACÃO E AMORTIZAÇÃO – R\$ MILHÕES

Depreciação e Amortização	2022	2021	%
Depreciação e Amortização	-2.690	-1.443	86%

A Despesa de amortização apresentou aumento de 86%, R\$ 1.247 milhões devido a: (i) aos novos ativos de concessão decorrentes da privatização da Eletrobras (Sobradinho, Tucuruí, Curuá-Una, Itumbiara e Mascarenhas de Moraes), em cerca de R\$ 533 milhões. A amortização dos novos contratos decorrentes das usinas que serão descotizadas somente se iniciará em 2023, de forma não linear, conforme descotização; (ii) consolidação da Saesa, com impacto de R\$ 466 milhões, sem comparativo com 2021.

PROVISÕES OPERACIONAIS – R\$ MILHÕES

Provisões Operacionais	2022	2021	%
Provisão para Litígios	1.858	13.081	-86%
Perdas estimadas em investimentos	(92)	21	-545%
Provisão para Implantação de Ações - Empréstimo Compulsório	102	108	-5%
PECLD - Financiamentos e empréstimos	3.348	639	424%
PECLD - Consumidores e revendedores	1.674	-110	-1618%
PECLD - Conta de consumo de combustíveis	-	499	-100%
Provisão para passivo a descoberto	-	706	-100%
Garantias	(189)	-26	626%
Contratos onerosos	(230)	-16	1316%
Provisão para passivo atuarial	35	44	-19%
Usina Candiota III - Inflexibilidade	-	10	-100%
Provisão para redução de estoques de Combustíveis	26	126	-80%
GAG melhoria	9	29	-69%
Perda estimada por irrecuperabilidade de ativos (Impairment)	268	-475	-156%
Provisão para depósitos judiciais	-	234	-100%
Outras	119	54	121%
Total	6.928	14.922	-54%

A conta de Provisões Operacionais apresentou uma redução 54%, que se explica, principalmente, pela variação na conta de provisão para litígios, que passou de R\$13.081 milhões em 2021 para R\$ 1.858 milhões em 2022. A Provisão para Litígios foi impactada, principalmente, pelos registros de constituição relativas ao empréstimo compulsório, que passaram de uma provisão de R\$ 10.897 milhões em 2021, em especial devido à revisão de riscos ocorrida no 3º trimestre de 2021, para uma provisão de R\$ 133 milhões em 2022. Além disso, a Companhia vem adotando providências para mitigar os riscos envolvidos e possibilitar melhor planejamento de desembolsos de caixa para otimizar o aproveitamento tributário, por meio de acordos judiciais.

Destaca-se, também, aumento de R\$2.709 milhões nas provisões para crédito de Liquidação duvidosa de Financiamentos e empréstimos, que passaram de R\$639 milhões em 2021 para

R\$3.348 milhões em 2022, com destaque para à provisão dos saldos de empréstimos a receber pela holding da Amazonas Energia (Vide nota 10 das notas Explicativas). Houve ainda constituição de PECLD sobre consumidores e revendedores, no montante de R\$1.674 milhões, que se deve, principalmente, à provisão de 100% dos Instrumentos de Confissão de Dívida celebrados com a Amazonas Energia referentes a compra de energia não paga. (Vide nota 09 das notas Explicativas).

8.1.3 Remensurações Regulatórias de Transmissão

Remensurações regulatórias - Contratos de Transmissão (R\$ milhões)	2022	2021	%
Remensurações regulatórias - Contratos de Transmissão	365	4.859	-92%

Em 2021, o registro nesta rubrica decorreu da remensuração do ativo da RBSE, originado pelo reperfilamento do componente financeiro e do reconhecimento complementar do custo de capital próprio (KE). Em 2022, o impacto decorreu da Revisão Tarifária Periódica - RTP ANEEL para as RAPs dos contratos de concessão 014/2011 e 016/2011.

8.1.4 Participações Societárias

Participações Societárias – R\$ milhões	2022	2021	%
Participações Societárias	2.370	1.507	57%

A conta de participações Societárias apresentou aumento de R\$ 862 milhões, ou 57%. Esta conta é impactada pelo resultado de todas as participações minoritárias detidas pela Eletrobras e, entre essas variações, a principal foi o reconhecimento, em 2021, da baixa de investimento relativa à Arbitragem de Santo Antonio, no montante de R\$697 milhões, sem ocorrência em 2022. Destacam-se também as variações negativas na CTEEP (R\$269 milhões) e na Nessa – Norte Energia SA (R\$107 milhões) e variações positivas nas SPEs ESBR R\$36 milhões e IE Guaranhus R\$31 milhões.

8.1.5 Resultado Financeiro

Resultado Financeiro – R\$ milhões	2022	2021	%
Resultado Financeiro	-4.374	-1.442	203%

O Resultado Financeiro líquido passou de uma despesa líquida de R\$ 1.442 milhões em 2021 para uma despesa líquida de R\$ 4.374 milhões em 2022, representando um aumento de R\$ 2.932 milhões. Essa variação deve-se, principalmente:

- (i) ao aumento dos encargos de dívidas, provocado pela consolidação da SAESA (R\$ 775 milhões) e pela captação de novos contratos de empréstimos ocorridos durante o ano de 2022;

- (ii) às despesas com Encargos financeiros e atualização do saldo devedor da obrigação junto à CDE e Projetos de revitalização - Lei 14.182/2021 que somaram uma despesa de R\$1.284 milhões, sem comparativo com ano de 2021;
- (iii) às perdas com derivativos, que passaram de uma receita líquida de R\$726 milhões em 2021 para uma despesa líquida de R\$356 milhões em 2022, influenciada pela variação da cotação do alumínio na London Metal Exchange – LME, cotado em dólar, que é utilizado como referência para pagamento do prêmio previsto no contrato junto à Albras;
- (iv) atualização monetária dos processos judiciais que discutem diferença de correção monetária de créditos escriturais (2ª fase), que são impactados pela variação na taxa Selic e cuja variação entre os períodos foi de R\$ 898 milhões, sendo R\$ 1.620 milhões em 2022 e de R\$ 701 milhões em 2021. Destaca-se que em 2021 houve aumento da base de provisão pela revisão de riscos feita pela Eletrobras, a partir do 3T21, impactando apenas dois trimestres de 2021 e todos os trimestres de 2022.

8.1.6 Outras Receitas e Despesas

Outras Receitas e Despesas	2022	2021	%
Ressarcimento do ativo Imobilizado em curso – AIC	121	589	-79
Ganho da Alienação das ações da CEEE-T (1)	454	-	-
Reembolso Ineficiência -CCC	-	622	-
Efeitos da Lei 14.182/2021(2)	-355	-	-
Outras Receitas e Despesas	-33	-	-
TOTAL OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	187	1.211	-85%

¹ A Eletrobras vendeu a totalidade de sua participação acionária na CEEE-T para a CPFL de Energia Cone Sul Ltda, em abril de 2022, vide 42

² Os valores residuais das novas concessões foram baixados contra o resultado do período em razão da irrecuperabilidade apurada pelo CNPE, maiores detalhes vide nota 1.1.5.

8.1.7 Imposto de Renda

Imposto de Renda	2022	2021	%
Imposto de renda e contribuição social correntes	-1.630	-1.438	13%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	934	-3.823	-124%
Imposto de renda e contribuição social Total	-696	-5.261	-87%

8.1.8 Operações Descontinuadas

	2022	2021	%
Operações Descontinuadas	987	-85	-1258%

Conforme previsto na Lei nº 14.182/2021, a capitalização da Eletrobras estava condicionada à reestruturação societária para manter sob o controle, direto ou indireto da União, as empresas Eletronuclear e Itaipu Binacional, através da transferência de controle para a ENBpar. Assim, após

a capitalização, a participação acionária da Eletrobras no capital total da Eletronuclear passou de 99,95% para 67,95%, porém a Eletrobras não tem a maioria das ações ordinárias e não tem mais o controle. Nesse sentido, desde o 2T22, a Eletronuclear deixou de ser uma empresa controlada para ser uma empresa coligada.

8.1.6 EBITDA Consolidado

EBITDA – R\$ milhões	2022	2021	%
Resultado do Exercício	3.638	5.714	-36%
+ Provisão Imposto de Renda e Contribuição Social	696	5.261	-87%
+ Resultado Financeiro	4.374	1.442	203%
+ Amortização e Depreciação	2.690	1.443	86%
= EBITDA	11.398	13.860	-18%

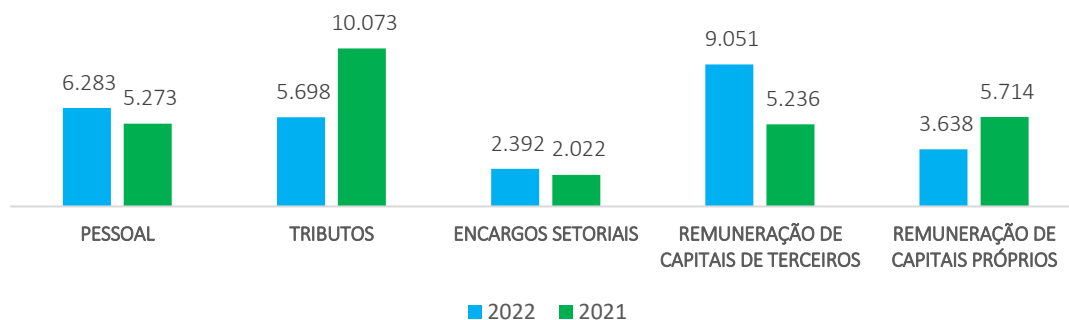
8.1.7 Dívida Bruta e Líquida

Dívida Bruta e Líquida – R\$ milhões	31/12/2022
Dívida Bruta	59.107
(-) (Caixa e Equivalente de caixa + Títulos e Valores Mobiliários)	22.933
(-) Financiamentos a Receber	1.022
(-) Saldo líquido do Ativo Financeiro de Itaipu	389
Dívida Líquida	34.763

Em 2022, a dívida da Eletrobras foi substancialmente afetada pela consolidação da dívida bruta da SAESA de cerca de R\$ 20 bilhões, na qual Furnas passou a deter 72% de participação a partir do 3T22.

8.2 Demonstração do Valor Adicionado

Em R\$ milhões

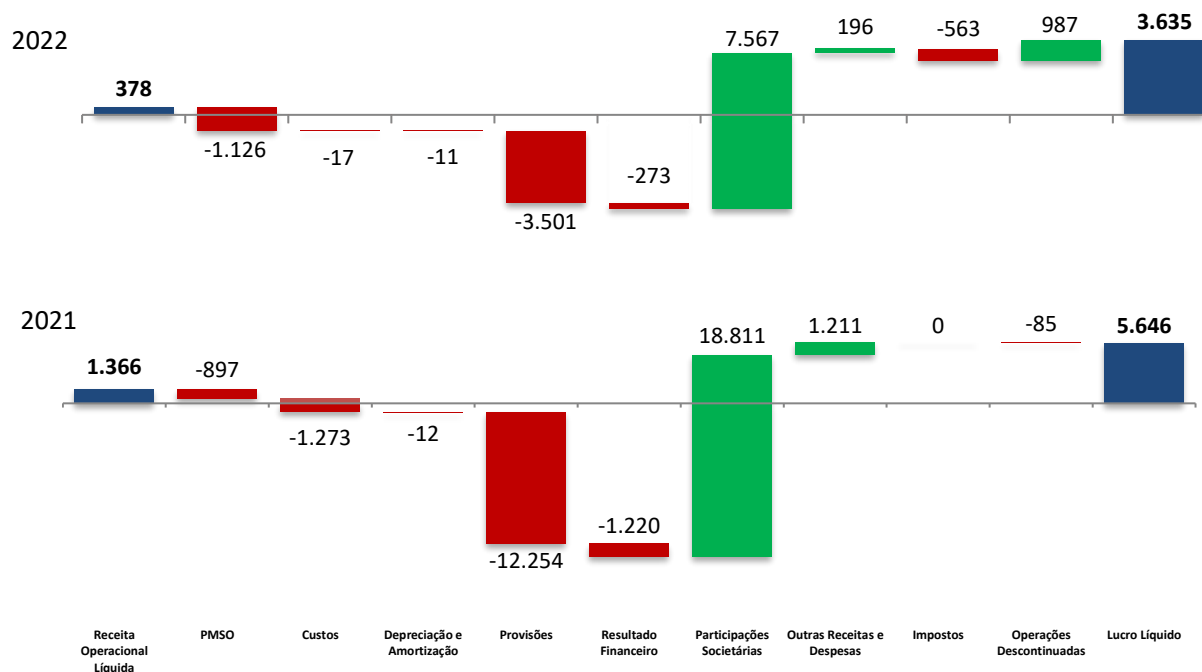


8.3 Análise do Resultado da Controladora

Em 2022, a Eletrobras Holding apresentou lucro líquido total de R\$ 3.635 milhões, sendo R\$ 2.648 milhões referentes às operações continuadas e R\$ 987 milhões referentes às operações descontinuadas, redução de 36% em comparação ao lucro líquido de R\$ 5.646 milhões registrado em 2021. Esse resultado de 2022 foi decisivamente influenciado por:

- (i) Resultado de Participações Societárias, de R\$ 7.567 milhões, principalmente pelo resultado das empresas controladas, contra um resultado de R\$ 18.811 em 2021;
- (ii) resultado das Operações Descontinuadas em R\$ 987 milhões, dado que, conforme previsto na Lei nº 14.182/2021, a capitalização da Eletrobras estava condicionada à reestruturação societária para manter sob o controle, direto ou indireto da União, as empresas Eletronuclear e Itaipu Binacional, através da transferência de controle para a ENBpar; e
- (iii) aumento de R\$2.709 milhões nas provisões para crédito de Liquidação duvidosa de Financiamentos e empréstimos, que passaram de R\$639 milhões em 2021 para R\$3.348 milhões em 2022, com destaque para a provisão dos saldos de empréstimos a receber pela holding da Amazonas Energia (Vide nota 10 das notas Explicativas).

Evolução do Resultado da Eletrobras Holding – R\$ milhões



8.3.1 Participações Societárias da Controladora

Em 2022, o resultado de Participações Societárias impactou, de forma positiva, o resultado da Companhia em R\$ 7.567 milhões, redução de 60% em comparação a 2021, decorrente principalmente de:

(i) resultado de equivalência patrimonial dos investimentos em controladas e coligadas, com destaque para as controladas: Eletronorte, no montante de R\$ 2.080 milhões, a Chesf, no montante de R\$ 1.700 milhões, e Furnas, que teve um resultado de participação societária de R\$ 1.653 milhões. A redução observada foi, em especial, pelo registro de crédito em 2021 referente à repactuação do risco hidrológico com o efeito na diminuição da despesa na compra de energia ocorrido em 2021, conforme resoluções da ANEEL 2.919/21 e 2.932/21, sem ocorrência em 2022.

8.3.2 Provisões Operacionais da Controladora

Em 2022, as Provisões Operacionais impactaram de forma negativa o resultado da Controladora em R\$ 3.501 milhões, frente a provisão de R\$ 12.254 milhões em 2021. Essa redução é explicada, principalmente, por:

(i) menor constituição, em Contingências, com destaque para o empréstimo compulsório no valor de R\$ 133 milhões em 2022, contra uma constituição de R\$ 10.897 milhões em 2021. No âmbito da provisão relacionada ao empréstimo compulsório sobre energia elétrica ("ECE"), a Companhia vem adotando providências para mitigar os riscos envolvidos e possibilitar melhor planejamento de desembolsos de caixa para otimizar o aproveitamento tributário. Nesse contexto, a Eletrobras criou o Comitê Executivo de Empréstimo Compulsório com objetivo de buscar acordos judiciais com deságios e quitação plena dos referidos processos. Portanto, embora tenha ocorrido uma provisão de R\$ 133 milhões em 2022 devido a decisões judiciais desfavoráveis, destacamos que, em decorrência das negociações ocorridas, a Eletrobras obteve no 4º trimestre de 2022, a redução de provisão no valor de R\$ 1.300 milhões, sendo R\$ 563 milhões de deságios obtidos em acordos que já foram assinados e R\$ 737 milhões em decorrência de pagamentos efetuados, no âmbito de acordos que já tiveram as respectivas homologações judiciais, com o devido trânsito em julgado. Por outro lado, destaca-se o aumento da PCLD - Financiamentos e Empréstimos, no montante de R\$ 2.709 milhões, relacionados ao provisionamento dos saldos de empréstimos a receber pela holding da Amazonas Energia. Maiores detalhes são encontrados na Nota Explicativa 10 das demonstrações financeiras.

8.3.4 Provisões Operacionais Controladora - R\$ milhões

Provisões Operacionais	2022	2021	%
Provisão para Litígios	-150	-10.902	-97%
Perdas em Investimentos	-67	-67	1%
PCLD - Financiamentos e Empréstimos	-3.348	-639	424%
PECLD - Conta de consumo de combustíveis	0	-580	-100%
Garantias	189	26	626%
Provisão para Implantação de Ações - Empréstimo Compulsório	-102	-108	-5%
Outras	-22	16	-240%
Provisões/reversões Operacionais	(3.501)	(12.254)	-70%

8.3.4 Resultado Financeiro da Controladora

Em 2022, o Resultado Financeiro impactou de forma negativa o resultado da Controladora em R\$ 273 milhões, porém representa uma melhora de R\$ 948 milhões em comparação ao ano anterior, influenciado, em especial, pelo:

- (i) aumento da Receita de aplicações financeiras em R\$ 774 milhões devido ao aumento do saldo de caixa da Holding através das seguintes iniciativas: (a) emissão de Notas Comerciais de R\$ 6 bilhões; (b) Capitalização: emissão de ações do Lote Suplementar de R\$ 4.387 milhões; (c) Recebíveis de Financiamento: R\$ 2.578 milhões; (d) Recebíveis Itaipu de R\$ 1.206 milhões e (e) Venda ações coligada CEEE-GT: R\$ 1.103 milhões. Destaca-se também aumento da taxa Selic/DI no período;
- (ii) aumento de R\$ 345 milhões nas receitas de empréstimos e financiamentos devido aumento da Selic que foi de 0,77% a.m. para 1,12% a.m no 4T22;
- (iii) variação positiva nas atualizações cambiais líquidas em R\$ 633 milhões e
- (iv) atualização monetária dos processos judiciais que discutem diferença de correção monetária de créditos escriturais (2ª fase), cuja variação entre os períodos foi de R\$ 898 milhões, dada a variação significativa da Selic e o aumento da base de provisão, pela revisão de riscos feita pela Eletrobras, a partir do 3T21, impactando apenas dois trimestres de 2021 e todos os trimestres de 2022. O total de atualização monetária de 2022 foi de R\$ 1.620 milhões, e de R\$ 701 milhões em 2021.

8.3.5 Resultado Financeiro Controladora – R\$ milhões

RESULTADO FINANCEIRO	2022	2021	%
Receitas Financeiras			
Receitas de juros, comissões e taxas	1.282	937	37%
Receita de aplicações financeiras	1.066	291	266%
Acréscimo moratório sobre energia elétrica	0	69	-100%
Receita de juros sobre dividendos	418	224	86%
Outras receitas financeiras	276	131	111%
(-) Tributos sobre receitas financeiras	-512	-350	46%
Despesas Financeiras			
Encargos de dívidas	-1.953	-1.481	34%
Encargos de obrigações com CDE	0	0	-
Encargos de revitalização de bacias hidrográficas	0	0	-
Outras despesas financeiras	-180	-637	-73%
Despesas Financeiras			
Variações monetárias	-997	-99	772%
Variações cambiais	327	-306	-207%
Derivativos	0	0	-
Resultado Financeiro	-273	-1.220	-78%

8.3.6 Outras Receitas e Despesas

Outras Receitas e Despesas – R\$ milhões	2022	2021	%
Outras receitas e despesas	196	1.211	-84%

8.4 Remuneração aos Acionistas

Pelas Demonstrações Financeiras Anuais, completas, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro, a Companhia apurou Lucro Líquido da Controladora de R\$ 3.635 milhões. Assim, a destinação dos resultados referente ao exercício de 2022 e lucros acumulados foi proposta pela administração, se encontra descrito a seguir:

DESTINAÇÃO DOS RESULTADO 2022

Destinação do resultado do exercício atual e Lucros Acumulados - R\$ milhões	
Saldo para Destinação do exercício de 2022 (LL)	3.635,4
(-) Reserva Legal	(181,8)
(-) Dividendos Obrigatórios	(863,4)
Subtotal a distribuir	2.590,2
(+) Lucros acumulados	248,1
(=) Saldo total a destinar	2.838,3
(-) Constituição de reserva Estatutária para investimentos (71,25% do LL)	(2.590,2)
(-) Constituição de reserva de Retenção de Lucros (art. 196, LSA)	(248,1)
(=) Saldo a Distribuir	-

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

A tabela abaixo representa o quantitativo de ações excluindo as ações em tesouraria até a data da divulgação do Relatório da Administração.

Classe	Quantidade	R\$/Ação	Total (R\$)
Ações preferenciais classe A	142.559	2,0524583309	292.596,41
Ações preferenciais classe B	279.941.393	1,4936516820	418.134.932,52
Ações preferenciais classe B (PNC)	1	0,2200537016	0,22
Ações ordinárias	2.022.117.806	0,2200537016	444.974.508,36
Total	2.302.201.759	-	863.402.037,50

Os valores unitários de dividendo por ação desconsideram as ações em tesouraria em 13 de março de 2023.

9. Serviços de Auditoria Externa

Em 2022, todas as Empresas Eletrobras tiveram como Auditor Independente exclusivo a *PriceWaterhouseCoopers* Auditores Independentes ("PWC"), exceto a Itaipu Binacional que foi auditada pela KPMG Auditores Independentes, e cuja participação acionária foi vendida, pela Eletrobras, para a Enbpar, em decorrência da privatização.

Em cumprimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que no último exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, os auditores independentes da Companhia exerceram, após seu engajamento como auditores independentes da Companhia, tão somente os serviços contratados de auditoria contábil externa.

Na Eletrobras, o Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário tem a responsabilidade de supervisionar as atividades dos auditores independentes e avaliar sua independência, a qualidade dos serviços prestados, a adequação de tais serviços às necessidades de todas as empresas Eletrobras e a adequação dos honorários.

Empresas Eletrobras	2022	2021	2020
PWC (R\$)	32.011.614,53	22.933.680,26	24.589.172,77
Deloitte Touche Tohmatsu	405.367,18	-	-
KPMG Assessoria LTDA (R\$)	-	-	16.000,00
KPMG Auditores Independentes (R\$)	-	414.500,00	2.390.535,00
TOTAL ELETROBRAS	32.416.981,71	23.348.180,26	26.995.707,77

Itaipu Binacional	2022	2021	2020
PWC (R\$)*	391.505,07	306.942,80	-
KPMG Auditores Independentes (R\$)	-	558.193,86	489.590,05
TOTAL ITAIPU	391.505,07	865.136,66	489.590,05

(*) Valores pagos que foram considerados são somente até a capitalização da Eletrobras em junho de 2022.

10. Balanço Social

Informações de Natureza Social e Ambiental				
(valores expressos em milhares de reais)				
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
I. Recursos Humanos				
a. Remuneração	2022	2021	2022	2021
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	R\$ 284.910	R\$ 252.316	R\$ 4.747.237	R\$ 4.123.391
- Empregados	R\$ 274.038	R\$ 243.320	R\$ 4.669.755	R\$ 4.090.496
- Administradores	R\$ 9.464	R\$ 7.700	R\$ 76.074	R\$ 31.599
Relação entre a maior e a menor remuneração:				
- Empregados	17,23	13,11	-	-
- Administradores	4,48	1,05	-	-
b. Benefícios Concedidos	2022	2021	2022	2021
Encargos Sociais	R\$ 75.343	R\$ 66.581	R\$ 778.873	R\$ 792.683
Alimentação	R\$ 15.347	R\$ 12.079	R\$ 204.785	R\$ 215.887
Transporte	R\$ 219	R\$ 3	R\$ 3.860	R\$ 25.976
Previdência Privada	R\$ 21.025	R\$ 19.150	R\$ 250.038	R\$ 252.736
Saúde	R\$ 19.024	R\$ 23.896	R\$ 354.493	R\$ 467.951
Segurança e Medicina do Trabalho	R\$ 10.445	R\$ 10.435	R\$ 33.865	R\$ 21.204
Educação ou Auxílio-creche	R\$ 3.305	R\$ 3.099	R\$ 56.772	R\$ 55.151
Cultura	R\$ -	R\$ -	R\$ 938	R\$ 833
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	R\$ 2.620	R\$ 1.477	R\$ 27.975	R\$ 30.670
Outros	R\$ 26.792	R\$ 13.161	R\$ 496.127	R\$ 334.897
Total	R\$ 174.119	R\$ 149.882	R\$ 2.207.725	R\$ 2.197.989
c. Composição do Corpo Funcional	2022	2021	2022	2021
Nº de empregados no final do exercício	708	669	9.529	12.018
Nº de admissões	5	0	22	37
Nº de demissões	75	25	1.148	468
Nº de estagiários no final do exercício	101	98	428	508
Nº de empregados portadores de necessidade especiais no final do exercício	6	9	410	452
Nº de empregados por sexo:				
- Masculino	470	435	7.748	9.741
- Feminino	238	234	1.781	2.277
Nº de empregados por faixa etária:				
- Menores de 18 anos	0	0	0	0
- De 18 a 35 anos	2	9	382	668
- De 36 a 60 anos	612	613	8.040	9.774

- Acima de 60 anos	94	47	1.107	1.576
Nº de empregados por nível de escolaridade:				
- Analfabetos	0	0	0	0
- Com ensino fundamental	20	7	396	518
- Com ensino médio	56	38	922	1.337
- Com ensino técnico	15	9	3.147	4.019
- Com ensino superior	309	314	3.358	4.132
- Pós-graduados	308	301	1.706	2.012

Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo:

- Masculino	63%	62%	-	-
- Feminino	37%	38%	-	-

d. Contingências e Passivos Trabalhistas	2022	2021	2022	2021
Nº de processos trabalhistas movidos contra a entidade	1.637	1.534	2.896	4.172
Nº de processos trabalhistas julgados procedentes	27	27	761	1.286
Nº de processos trabalhistas julgados improcedentes	225	125	707	1.158

Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça	R\$ 14.060	R\$ 11.252	R\$ 527.931	R\$ 101.384
--	------------	------------	-------------	-------------

II. Interação da Entidade com o Ambiente Externo

2.1. Relacionamento com a Comunidade	2022	2021	2022	2021
Totais dos investimentos em:				
Educação	R\$ -	R\$ -	R\$ 18.487	R\$ 13.420
Cultura	R\$ -	R\$ 1.050	R\$ 12.642	R\$ 11.738
Saúde e Infraestrutura	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.263	R\$ 41.584
Esporte e Lazer	R\$ -	R\$ 538	R\$ 2.182	R\$ 4.641
Alimentação	R\$ -	R\$ -	R\$ 153	R\$ 157
Geração de Trabalho e Renda	R\$ 62	R\$ 165	R\$ 690	R\$ 3.074

Reassentamento de Famílias

Outros	R\$ 45	R\$ 155	R\$ 9.924	R\$ 11.428
Total dos investimentos	R\$ 107	R\$ 1.909	R\$ 45.341	R\$ 86.042
Tributos (excluídos encargos sociais)	R\$ 267.969	R\$ 190.456	R\$ 5.008.160	R\$ 4.940.476
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	R\$ -	R\$ -	R\$ 604.444	R\$ 474.433
Total de Relacionamento com a Comunidade	R\$ 268.076	R\$ 192.365	R\$ 5.657.945	R\$ 5.500.951

2.2. Interação com os Fornecedores

Crítérios de responsabilidade social utilizados para a seleção de seus fornecedores:

Em todos os editais de licitação, a empresa proponente apresentam as seguintes declarações:

DECLARA, sob as penas da lei que:

1.1. Para fins do disposto no inciso V, do artigo 27, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezois anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

1.2. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV, do artigo 1º, e no inciso III, do artigo 5º, da Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988.

1.3. Não está sob os efeitos de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei nº 9.605/98 – Lei de Crimes Ambientais.

2. DECLARA, outrossim, conhecer e comprometer-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o Código de Ética das Empresas ELETROBRAS. Não permitindo principalmente, a prática ou a manutenção de discriminação limitativa ao acesso na relação de emprego, ou negativa com relação a sexo, origem, raça, cor, condição física, religião, estado civil, idade, situação familiar ou estado gravídico;

Quando da apresentação da proposta, o proponente deverá apresentar também: prova de regularidade com a Seguridade Social (CND), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF) e com a Justiça do Trabalho (CNDT).

Caso o proponente deixe de apresentar quaisquer dos documentos mencionados acima, sua proposta é desclassificada.

O fornecedor é fiscalizado quanto ao cumprimento da legislação trabalhista e previdenciária, tendo de demonstrar situação regular no cumprimento dos encargos sociais e trabalhistas instituídos por lei, por meio da apresentação das provas de regularidade fiscal e trabalhista, relativas à Seguridade Social, Justiça do Trabalho e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), nos atos da habilitação, da adjudicação e durante a vigência do referido instrumento contratual.

Algumas companhias inseriram em seus contratos cláusulas de responsabilidade socioambiental com o intuito de compartilhar o compromisso com o desenvolvimento sustentável do país.

Ressaltamos ainda que, de acordo com a Norma ABNT NBR 16001:2012, um dos dispositivos que moldaram o escopo do “Balanço Social”, respeitamos em nosso critério todos os onze temas da boa prática de responsabilidade social:

- boas práticas de governança;
- combate à pirataria, sonegação, fraude e corrupção;
- práticas leais de concorrência;
- direitos da criança e do adolescente, incluindo o combate ao trabalho infantil;
- direitos do trabalhador, incluindo o de livre associação, de negociação, a remuneração justa e benefícios básicos, bem como o combate ao trabalho forçado;
- promoção da diversidade e combate à discriminação (por exemplo: cultural, de gênero, de raça/etnia, idade, pessoa com deficiência);
- compromisso com o desenvolvimento profissional;
- promoção da saúde e segurança;
- promoção de padrões sustentáveis de desenvolvimento, produção, distribuição e consumo, contemplando fornecedores, prestadores de serviço, entre outros;
- proteção ao meio ambiente e aos direitos das gerações futuras;
- ações sociais de interesse público.

III. Interação com o Meio Ambiente

3.1. Investimentos	2022	2021	2022	2021
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	R\$ 298	R\$ 1.635	R\$ 85.116	R\$ 74.949
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	R\$ -	R\$ -	R\$ 56.867	R\$ 62.998
Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade	R\$ -	R\$ -	R\$ 354	R\$ 41
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade	R\$ -	R\$ -	R\$ 4.434	R\$ 2.622
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais	R\$ 6.925	R\$ 567	R\$ 41.737	R\$ 124.102
Total dos investimentos	7.224	2.203	188.508	264.713
3.2. Passivo Ambiental	2022	2021	2022	2021
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativas e/ou judicialmente	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Passivos e contingências ambientais	R\$ -	R\$ -	R\$ 76.353	R\$ 937.537
Total dos passivos ambientais	0	0	76.353	937.537
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade	7	7	109	113

IV. Outras Informações

4.1 - Informações financeiras	2022	2021	2022	2021
	R\$	R\$	R\$	R\$
Receita Operacional Líquida (ROL)	377.721	1.365.825	34.074.233	37.631.780
	R\$	R\$	R\$	R\$
Resultado Operacional (RO)	3.212.011	5.731.106	3.347.211	10.994.356

Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras

***Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2022
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras e da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Situação operacional das empresas controladas e controladas em conjunto

Conforme mencionado na Nota 20.7 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a controlada Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte, a controlada indireta Madeira Energia S.A. e as controladas em conjunto Norte Energia S.A., Teles Pires Participações S.A., Paulista Lajeado S.A., Enerpeixe S.A., Vamcruz I Participações S.A., Chapecoense e Foz do Chapecó Energia S.A. apresentam excesso de passivos sobre ativos circulantes em 31 de dezembro de 2022. As

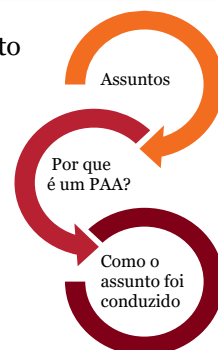


Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras

circunstâncias das controladas e controladas em conjunto demonstram a necessidade de manutenção do suporte financeiro por parte de terceiros, da Companhia e/ou demais acionistas. Nossa opinião não está ressaltada em função desse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Avaliação do valor recuperável do ativo imobilizado, intangível (Notas 21, 22 e 23) e dos investimentos em coligadas e controladas em conjunto (Nota 20) O ativo imobilizado consolidado é composto, principalmente, pelos custos de construção de usinas de geração hidroelétricas e termoeletrica, para os quais uma provisão para redução ao valor recuperável pode ser necessária sempre que eventos ou mudanças em circunstâncias indicarem que seu valor contábil pode não ser recuperável. O intangível consolidado é formado substancialmente pelos direitos adquiridos de explorar empreendimentos de geração de energia elétrica nos termos dos novos contratos de outorga. A avaliação de recuperabilidade é realizada com base em projeções de fluxos de caixa futuros esperados de cada unidade geradora de caixa - UGC à qual os saldos se relacionam. As projeções de fluxo de caixa foram preparadas com base na melhor estimativa da Administração da Companhia sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como em dados históricos das unidades geradoras de caixa e consideram premissas relacionadas aos resultados das atividades de cada UGC, bem como	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e a avaliação do ambiente de controles internos dos processos de mensuração do valor recuperável dos investimentos, do intangível e do ativo imobilizado da Companhia e suas controladas. Avaliamos as principais premissas operacionais e financeiras utilizadas pela administração, tais como perspectivas de crescimento da economia brasileira, receitas projetadas e despesas por UGC, bem como a coerência lógica e aritmética das projeções e envolvemos nossos especialistas em projeções financeiras para revisão da taxa de desconto e do modelo de fluxo de caixa descontado. Adicionalmente, comparamos as projeções anteriores com os resultados auferidos, bem como verificamos os registros contábeis relacionados com a constituição e/ou reversão de perdas do valor recuperável dos ativos. Com base na legislação societária vigente, também avaliamos a existência e valor das obrigações legais nos casos em que a Companhia constitui provisão para perdas adicionais para os investimentos em coligadas cujo saldo contábil de participação é reduzido a zero.



Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
outras premissas que subsidiam essas projeções como perspectivas de crescimento da economia brasileira, taxa de desconto, receitas projetadas e despesas por UGC. Adicionalmente a Companhia e suas controladas possuem saldos relevantes em investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, para os quais também é feita uma avaliação de valor recuperável com base nas projeções de fluxo de caixa descontado ou seu valor de mercado, dos dois o maior. As premissas utilizadas consideram a melhor estimativa da Administração da Eletrobras sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como em dados históricos. A utilização de diferentes premissas poderia modificar significativamente os valores recuperáveis apurados pela Companhia e por suas controladas para o ativo imobilizado e os investimentos. Além dos fatores citados acima, e considerando as deficiências de controles identificadas, foi necessário executar testes adicionais a fim de avaliar a integridade e a precisão das informações geradas internamente. Por essa razão, consideramos essa área como foco em nossa auditoria.	Efetuamos leitura das divulgações em notas explicativas. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração na mensuração do valor recuperável dos ativos são consistentes com dados e informações obtidos.
Mensuração do ativo contratual de transmissão (Nota 16)	
O ativo contratual de transmissão refere-se ao direito da Companhia à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção da infraestrutura das linhas de transmissão. A mensuração desse ativo requer o exercício de julgamento significativo por parte da administração sobre o cumprimento das obrigações de performance satisfeitas ao longo do tempo. Adicionalmente, por se tratar de ativos de longo prazo, a determinação das margens de lucro desejadas é formada com base no custo médio ponderado de capital - WACC da Eletrobras, nos riscos de atrasos nas obras, nas penalidades regulatórias originadas pelas indisponibilidades das linhas de transmissão de energia elétrica e na	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do ambiente de controles internos relacionados com o processo de mensuração do ativo contratual de concessões das linhas de transmissão de energia elétrica. Efetuamos a leitura dos contratos de concessão e respectivos aditivos (quando aplicável) e discutimos com a administração os principais aspectos, entre eles os componentes variáveis dos preços dos contratos. Efetuamos teste de consistência dos dados informados da Receita Anual Permitida ("RAP") nos controles auxiliares da Companhia com os dados constantes nos contratos de transmissão.



Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras

Porque é um PAA

identificação das taxas de remuneração. Essas taxas são a melhor representação do componente financeiro embutido nos fluxos de recebimentos futuros e também requerem o uso de julgamento significativo por parte da administração, afetando a mensuração do valor presente com base nos fluxos de caixa futuro.

Consideramos essa área como foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas pode modificar significativamente o valor do ativo mensurado pela Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Adicionalmente, avaliamos as premissas relevantes relacionadas aos fluxos financeiros dos respectivos contratos, tais como a definição das taxas de remuneração utilizadas e as margens dos contratos.

Consideramos que as premissas e critérios adotados pela administração são consistentes com as divulgações em notas explicativas e as informações obtidas em nossos trabalhos.

Provisões para litígios e passivos contingentes (Nota 34)

A Companhia e suas controladas são partes passivas em processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária, originados no curso normal dos negócios.

A determinação das probabilidades de perda e, consequentemente, do valor das provisões e das demais divulgações requeridas, exigem julgamento significativo da Companhia e de suas controladas, sendo reavaliados periodicamente conforme o andamento dos processos nas diversas instâncias judiciais e da jurisprudência aplicável.

Devido à complexidade e incertezas relacionadas aos aspectos legais e constitucionais envolvidos em temas cíveis, trabalhistas e tributários e a seus possíveis impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, bem como aos testes adicionais necessários em decorrência das deficiências de controles internos identificadas, consideramos essa como uma área de foco na nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e avaliação do ambiente de controles internos relacionados à identificação, avaliação, mensuração e divulgação das provisões e das discussões em andamento.

Obtivemos confirmações de assessores jurídicos, internos e externos, que patrocinam as causas da Companhia e suas controladas, para obtenção dos dados relacionados à avaliação do prognóstico, completude das informações e adequação do valor da provisão constituída ou do valor divulgado.

Avaliamos, ainda, a governança em torno desse processo e a experiência dos assessores jurídicos internos e externos envolvidos nas ações.

Para determinadas causas, com o apoio dos nossos especialistas, obtivemos opiniões legais de consultores jurídicos internos e externos, com o objetivo de avaliar a razoabilidade dos prognósticos determinados pelos advogados patronais das respectivas causas, bem como a argumentação e a existência de jurisprudências.

Por fim, efetuamos leitura das divulgações apresentadas em nota explicativa.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração para a determinação das provisões são consistentes com as divulgações efetuadas e os dados e informações obtidos.



Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Benefício pós emprego (Nota 33)

Em 31 de dezembro de 2022, as obrigações atuariais relacionadas aos planos de benefícios pós emprego patrocinados pela Companhia e suas controladas, líquidas dos ativos do plano, totalizam R\$ 5.194 milhões.

A Companhia e suas controladas possuem planos de benefício pós emprego, concedidos a funcionários e ex-funcionários, relativos substancialmente a complemento previdenciário. Certos planos, que possuem características de "benefício definido", "contribuição variável" e "benefício saldado", geram passivos relevantes, líquidos dos ativos do plano. Os cálculos das obrigações são efetuados com suporte de atuário independente e consideram premissas atuariais que incluem taxa de desconto, aumento salarial esperado, mortalidade, entre outros, aplicadas sobre a base de assistidos total dos referidos planos.

Devido ao fato de se tratarem de valores relevantes e que envolvem alto grau de julgamento pela Administração na definição das premissas envolvidas na mensuração das obrigações atuariais dos planos, bem como aos testes adicionais necessários em decorrência das deficiências de controles internos identificadas, consideramos este assunto relevante para nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e avaliação do ambiente de controles internos relacionados à identificação dos benefícios pós-emprego.

Adicionalmente, efetuamos testes, em base amostral, da consistência dos dados dos participantes que foram utilizados pelo atuário responsável pelo cálculo atuarial de 2022 e avaliamos os principais critérios para a determinação da reserva individual de participantes selecionados.

Também avaliamos as hipóteses atuariais e premissas adotadas pelo atuário, tais como tábua de mortalidade, taxa de desconto e aumento salarial esperado.

Os procedimentos foram executados com a assistência de nossos especialistas atuariais e incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração na mensuração dos benefícios pós emprego são consistentes com dados e informações obtidos.

Combinação de negócios (Nota 20.2)

Em julho de 2022, a Companhia concluiu o processo de aquisição de controle da Madeira Energia S.A., através da sua controlada Furnas Centrais Elétricas.

O processo de avaliação e mensuração dos ativos adquiridos e passivos assumidos a valores justos e da determinação do preço de aquisição foi conduzido pela Administração da Companhia.

Consideramos esse assunto como um dos principais assuntos de auditoria devido à complexidade inerente ao processo de combinação de negócios, que envolve a determinação da data de obtenção de controle e

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e avaliação do ambiente de controles internos relacionados à identificação, avaliação, mensuração e divulgação da combinação de negócios.

Efetuamos a leitura dos contratos e atas de reunião relacionados com a aquisição, bem como obtivemos evidências que fundamentaram a determinação da data de aquisição do controle da Madeira Energia S.A. pela Companhia.

Também contamos com o envolvimento de nossos especialistas em avaliação de ativos para análise da metodologia utilizada pelos avaliadores



Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
da contraprestação paga na transação, bem como na identificação dos ativos adquiridos e passivos assumidos e na mensuração dos valores justos.	externos contratados pela Companhia, para mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos e na avaliação da razoabilidade das premissas utilizadas e cálculos efetuados, confrontando-os, quando disponíveis, com informações de mercado. Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são consistentes com as informações obtidas em nossa auditoria.
Reconhecimento do intangível – Novos contratos de concessão (Nota 1.2.1 e 22) Em 17 de junho de 2022, a Companhia, através das suas controladas, celebrou novos contratos de concessão de geração de energia elétrica em substituição aos contratos de concessão vigentes para as vinte e duas usinas hidrelétricas contempladas pela Lei nº 14.182/2021 que permitiu e determinou as condições para a desestatização da Eletrobras. Os novos contratos concederam o direito de explorar os potenciais de energia hidráulica por meio das usinas hidrelétricas bem como as instalações de transmissão de interesse restrito dessas usinas pelo prazo de 30 anos, tendo como contraprestação, a obrigação de compromissos de pagamentos à conta de desenvolvimento energético (CDE) e para desenvolvimento de projetos determinados pela Lei nº 14.182/2021; a compensação dos créditos da aquisição de combustível e das indenizações de Tucuruí e Curuá-Una; e o pagamento de bônus de outorga que totalizam o custo de aquisição do ativo intangível referente aos contratos de concessão no montante de R\$ 75.021 milhões. Consideramos esse assunto como um dos principais assuntos de auditoria devido a sua relevância e pelos aspectos da formação do custo de aquisição no reconhecimento do ativo intangível destes novos contratos de concessão.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e avaliação do ambiente de controles internos relacionados à identificação, avaliação, mensuração e divulgação de transações não usuais. Efetuamos a leitura dos contratos de concessão, leis e normativos associados ao processo de obtenção dos novos contratos de concessão, bem como discutimos com a administração os principais aspectos de mensuração e reconhecimento desses novos contratos. Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras estão alinhadas com as informações analisadas em nossa auditoria.



Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive



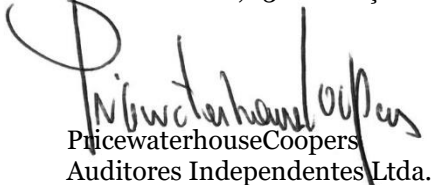
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras

as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nosso trabalho.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2023


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by:
Guilherme Naves Valle
Signed By: GUILHERME NAVES VALLE:54199158634
CPF: 54199158634
Signing Time: 13 de março de 2023 | 19:57 BRT


Guilherme Naves Valle
Contador CRC 1MG070614/O-5

PARECER DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31.12.2022

O Conselho Fiscal das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras, no âmbito de suas atribuições legais e estatutárias, conheceu o Relatório da Administração e procedeu ao exame das demonstrações financeiras individuais e consolidada da Eletrobras, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, compostas do Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração dos Fluxos de Caixa e das notas explicativas às demonstrações financeiras, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, bem como se inteirou da proposta relativa à destinação do resultado do exercício.

Este Conselho Fiscal, considerando o trabalho de acompanhamento da Empresa, controladora e consolidado, as informações prestadas pela Companhia ao longo do exercício, a análise da documentação apresentada e o Relatório dos Auditores Independentes – PWC, entende que os referidos documentos, destacada a ênfase contida no Relatório dos Auditores Independentes, estão em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Empresa.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2023.

ANTÔNIO EMILIO BASTOS DE AGUIAR FREIRE
Presidente do Conselho Fiscal

RICARDO TAKEMITSU SIMABUKU
Conselheiro

CARLOS EDUARDO TEIXEIRA TAVEIROS
Conselheiro

RAFAEL REZENDE BRIGOLINI
Conselheiro

INGRID PALMA ARAÚJO
Conselheira

PARECER SOBRE A PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL
ELETROBRAS

Proposta de orçamento de capital para o exercício de 2023.

O orçamento de capital da Eletrobras no valor total de R\$ 4.994 milhões para o exercício de 2023 foi parte integrante do Plano Diretor de Negócios e Gestão ("PDNG"). Dessa forma, a Companhia está propondo a retenção de R\$ 248 milhões com base no artigo 196 da Lei 6.404/1976. Como pode ser observado, a aplicação do capital se refere ao reforço de capital de giro consolidado da Companhia, adequando-o ao fluxo de caixa, velocidades e prazos de realização de ativos e liquidação dos passivos, neutralizando eventuais pressões sobre pontualidade e adimplemento de obrigações, inclusive considerando o esforço de redução do endividamento (financiamentos bancários).

Aplicações de Capital e Fontes de Recursos	
	R\$ milhões
Aplicações de Capital	4.994
Fontes de Recursos	9.380
Geração operacional de caixa após impostos	4.205
Recursos do saldo de caixa e equivalentes existente	4.927
Retenção de Lucros do art. 196 da LSA	248

Este Conselho Fiscal, no uso de suas atribuições, opina favoravelmente pelo encaminhamento desta proposta à deliberação da 63ª Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2023.

ANTÔNIO EMILIO BASTOS DE AGUIAR FREIRE
Presidente do Conselho Fiscal

RICARDO TAKEMITSU SIMABUKU
Conselheiro

CARLOS EDUARDO TEIXEIRA TAVEIROS
Conselheiro

RAFAEL REZENDE BRIGOLINI
Conselheiro

INGRID PALMA ARAÚJO
Conselheira



CA/CAAS
Rua da Quitanda, nº 196, 25º andar,
Centro, Rio de Janeiro
Telefones: (21) 2514-5641

DECISÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRAS, no uso de suas atribuições estatutárias e de acordo com o preceituado na Lei das Sociedades Anônimas, examinou as demonstrações financeiras, com o parecer emitido pela PricewaterhouseCoopers - PwC Auditores Independentes, relativas ao exercício findo em 31.12.2022 e, encontrando-se corretas e em ordem, DECIDE submeter à matéria à deliberação da Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas da Eletrobras.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2023.

Ivan de Souza Monteiro

Presidente do Conselho de Administração

Carlos Eduardo Rodrigues Pereira

Conselheiro

Daniel Alves Ferreira

Conselheiro

DocuSigned by:

Felipe Villela Dias

Conselheiro

DocuSigned by:

4BB88EF8B21B460...

Marcelo de Siqueira Freitas

Conselheiro

DocuSigned by:

5D9A5D05EE4C4D3...

Marcelo Gasparino Da Silva

Conselheiro

Marisete Fátima Dadald Pereira

Conselheira

Pedro Batista de Lima Filho

Conselheiro

Vicente Falconi Campos

Conselheiro

Declaramos, em atendimento à Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revisamos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Financeiras da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2022.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2023.

Diretoria Executiva Eletrobras

Wilson Ferreira Júnior – Presidente

Elvira Cavalcanti Presta – Diretora Financeira e de Relações com Investidores

Camila Gualda Sampaio Araújo – Diretora de Governança, Risco e Conformidade

Pedro Luiz de Oliveira Jatobá – Diretor de Geração

Márcio Szechtman – Diretor de Transmissão

Luiz Augusto Pereira de Andrade Figueira - Diretor de Gestão e Sustentabilidade

Rodrigo Limp Nascimento – Diretor interino de Regulação e Relações Institucionais

Declaramos, em atendimento à Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revisamos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia – PWC, emitido sobre as Demonstrações Financeiras da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2022.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2023.

Diretoria Executiva Eletrobras

Wilson Ferreira Júnior – Presidente

Elvira Cavalcanti Presta – Diretora Financeira e de Relações com Investidores

Camila Gualda Sampaio Araújo – Diretora de Governança, Risco e Conformidade

Pedro Luiz de Oliveira Jatobá – Diretor de Geração

Márcio Szechtman – Diretor de Transmissão

Luiz Augusto Pereira de Andrade Figueira - Diretor de Gestão e Sustentabilidade

Rodrigo Limp Nascimento – Diretor interino de Regulação e Relações Institucionais

1. Base legal:

- artigo 31-E da Resolução CVM n.º 23, de 25 de fevereiro de 2021
- artigo 10º, parágrafo único da Resolução CVM n.º 81, de 29 de março de 2022
- item 5.1, inciso “li” do Regimento Interno do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário (RICAE)

2. Escopo e período de abrangência:

- trabalhos desenvolvidos pelo Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário (CAE), de forma unificada e mediante assessoramento aos Conselhos de Administração (CAs) da Eletrobras e de suas subsidiárias, no período de 19.03.2022 a 13.03.2023, equivalente ao ciclo de acompanhamento, monitoramento e análise das demonstrações financeiras trimestrais e anuais da Eletrobras, individuais e consolidadas, referentes ao exercício social findo em 31.12.2022.

3. Principais focos de atuação:

- Controles internos e *Compliance* com a legislação norte-americana (Sarbanes-Oxley);
- Segurança da Informação, Gestão de riscos, Conformidade/Integridade e ética;
- Auditoria interna;
- Manifestações e Canal de denúncias;
- Transações com partes relacionadas;
- Operações societárias e financeiras;
- Processo de elaboração das demonstrações financeiras;
- Auditoria independente; e
- Saúde e Previdência Complementar.

4. Composição atual

- 5 (cinco) membros, todos independentes, sendo: 2 (dois) conselheiros e 3 (três) membros externos – item 2.1 RICAE.

Composição do CAE – março/2022 a março/2023

Nome	Qualidade	19/mar/22 a 13/mar/23
Jerônimo Antunes	Membro externo independente e Coordenador do CAE	✓ (primeiro mandato)
Felipe Villela Dias	Conselheiro independente e coordenador substituto	✓ (primeira recondução)
Daniel Alves Ferreira	Conselheiro independente	✓ (primeira recondução)
Luiz Carlos Nannini	Membro externo independente	✓ Eleito (primeira recondução) em 11.05.2022
Luís Henrique Bassi Almeida	Membro externo independente	✓ Eleito (segunda recondução) em 22.02.2023

- Todos os membros do CAE atendem aos critérios de independência estabelecidos no artigo 31-C, §2º, da Resolução CVM n.º 23, de 25.02.2021, bem como aos critérios de independência do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC e da legislação norte-americana, no que são aplicáveis à Eletrobras.

5. Regimento Interno

- Disponível em <https://eletrobras.com/pt/Paginas/Estatuto-Politicais-e-Manuais.aspx>

6. Plano de Trabalho

- Anualmente, o CAE submete ao Conselho de Administração (CA) da Eletrobras sua agenda anual de trabalho para o exercício social, abrangendo sua atuação perante a holding e suas subsidiárias.

7. Comunicação do CAE com os CAs da *holding* e de suas subsidiárias

- A atuação profícua e proativa do Comitê proporcionou maior segurança e confiabilidade ao processo decisório dos CAs, notadamente em matérias envolvendo riscos corporativos e transações com partes relacionadas.
- O Comitê reportou mensalmente nas reuniões do Conselho de Administração da *holding* os temas abordados em suas reuniões.
- O CAE também emitiu recomendações e opiniões prévias sobre temas submetidos à deliberação dos CAs da *holding* e de subsidiárias que sejam afetos às suas atribuições.

8. Estrutura da Superintendência e da Secretaria de Governança

- A Eletrobras tem constantemente aprimorado seu sistema de governança corporativa e a aderência de seus documentos aos ambientes legal, regulatório e voluntário, fruto do comprometimento da alta administração com uma cultura ética e transparente.
- Nesse sentido, a Eletrobras criou em 2022 a Superintendência de Governança (“Governance Officer”), composta pela Secretaria de Governança como agente interno que lida diretamente com os órgãos colegiados no adequado exercício de suas funções, prestando todo o suporte de governança, comunicação, técnico-administrativo, interação e acompanhamento necessários.
- O Superintendente de Governança, Bruno Klapper Lopes, e o Secretário de Governança, Fernando Khoury Francisco Junior, são os responsáveis por auxiliar o CAE sob as óticas de governança, técnica e jurídica, inclusive na comunicação com a administração das empresas Eletrobras.

9. Reuniões

- De 19.03.2022 a 13.03.2023, o CAE realizou 49 reuniões, o que equivale a aproximadamente 4,1 reuniões por mês e a 140 horas totais de reunião (sem contabilizar reuniões em circuito de deliberação eletrônica).

9.1 Incidência de temas em reuniões – março/2022 a março/2023

Incidência temática na ordem do dia



- Os 10 (dez) itens de maior incidência no período foram:

Top 10 temas
Fechamento contábil e ITRs
Operações Financeiras, Societárias e temas correlatos
Auditoria Interna
Auditores Independentes
TPRs – Transação com Partes Relacionadas
SOx – Controles Internos
SPEs e empreendimentos - Riscos
Gestão de Riscos
Manifestações e Denúncias
Integridade

10. Planilha de Acompanhamento de Demandas e Pendências

- No período, o CAE formalizou 25 demandas às áreas técnicas e órgãos de direção superior da Eletrobras e de suas subsidiárias.

11. Descritivo das Atividades e Recomendações

- O CAE deu enfoque ao monitoramento e acompanhamento de temas relacionados à elaboração de demonstrações financeiras anual e trimestrais, contingências e passivos contenciosos, auditoria interna, controles internos, gestão de riscos envolvendo ativos e investimentos, transações com partes relacionadas, operações societárias e financeiras, manifestações e denúncias, segurança da informação, conformidade e integridade, revisão de políticas e normativos, bem como atuou em diversificadas frentes relevantes para a Companhia, sob a ótica do risco.
- Abaixo, seguem elencadas as principais atividades e recomendações do Comitê no período:
 - Acompanhou, discutiu e manifestou opinião sobre informações trimestrais e demonstrações financeiras consolidadas- exercício social 2022 (1ITR, 2ITR, 3ITR e DFs).**
 - Realizou acompanhamento periódico sobre gestão dos passivos contenciosos, com enfoque em empréstimos compulsórios e trabalhista e aprimoramento dos controles internos.**

Solicitou à Auditoria Interna realização de levantamento executivo dos achados de auditoria contidos em trabalhos pretéritos sobre os riscos priorizados de empréstimos compulsórios e “depósitos judiciais”.

Analisou e assessorou o CA da Eletrobras em matérias envolvendo propostas de acordo judicial e extrajudicial.
 - Acompanhou e emitiu recomendações de aprimoramentos qualitativos nos trabalhos, relatórios e planos de trabalho da auditoria interna da Eletrobras.**
 - Monitorou fatores de risco afetos a controles internos (SOx).**

v. Analisou operações financeiras e societárias das empresas Eletrobras.

vi. Analisou concessão de empréstimos e garantias intragrupo.

vii. Auditores Independentes

Realizou reuniões periódicas com os auditores independentes, com enfoque no plano de trabalho anual, demonstrações financeiras trimestrais e anual e monitoramento dos apontamentos de deficiências dos controles internos, sob a ótica da lei Sarbanes-Oxley (SOx).

Conheceu e opinou sobre contratação de serviços a serem executados pelos auditores independentes (“permitted services” – PCAOB).

Procedeu à avaliação retrospectiva dos serviços prestados pelos auditores independentes em relação ao exercício findo em 31.12.2022.

viii. Acompanhou e emitiu recomendações qualitativas sobre o projeto de otimização tributária

ix. Acompanhou os principais riscos associados aos maiores projetos – segmentos de geração, transmissão e SPES

x. Acompanhou trabalhos e relatórios de gestão e apuração de denúncias, incluindo reporte da Comissão de Ética.

xi. Acompanhou o processo de desestatização da Eletrobras.

xii. Monitorou trabalhos e reportes da área de gestão de riscos.

xiii. Monitorou questões afetas à segurança de barragens.

xiv. Acompanhou trabalhos e reportes periódicos de integridade.

xv. Acompanhou trabalhos e reportes periódicos de segurança da informação.

xvi. Acompanhou oportunidades de negócio e de investimento.

xvii. Acompanhou e analisou Transações com Partes Relacionadas – TPRs.

xviii. Acompanhou temas afetos a fundos de pensão e planos de saúde.

xix. Tomou ciência e analisou previamente propostas de contratação de firmas de auditoria “Big Four” (EY, Deloitte, KPMG e PwC).

xx. Acompanhou e assessorou o CA no Plano Diretor de Negócios e Gestão – PDNG 22-26.

xxi. Conheceu o trabalho de auditoria interna sobre os resultados do Plano Diretor de Negócios e Gestão 2021-2025.

xxii. Acompanhou a confecção, a programação e a reprogramação do orçamento de custeio e de investimento da Eletrobras.

xxiii. Assessorou os Conselhos de Administração da Eletrobras e Eletronuclear em operação de crédito de longo prazo pela Eletronuclear no âmbito do Programa de Extensão de Vida Útil de Angra 1.

xxiv. Acompanhou a redefinição do modelo de negócios de comercialização de energia e solicitou a realização de trabalhos de auditoria interna sobre o tema.

xxv. Acompanhou temas regulatórios com potencial e eventual impacto sobre as demonstrações financeiras.

xxvi. Acompanhou e formulou sugestões de melhoria envolvendo a confecção do Formulário 20-F, bem como conheceu o Annual Written Affirmation – AWA – exercício 2021.

xxvii. Acompanhou o processo de confecção do Formulário de Referência – exercício social 2021.

xxviii. Opinou sobre o Relatório Anual da Eletrobras – exercício social 2021

xxix. Acompanhou a confecção/revisão de normativos envolvendo temas sob sua atribuição.

- xxx. Opinou sobre a Carta Anual de Política Pública e Governança da Eletrobras – exercício social 2021.
- xxxi. Conheceu e formulou sugestões de melhoria ao Informe sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhias Abertas (Anexo “D” da Resolução CVM n.º 81/2022).
- xxxii. Conheceu relatórios de auditoria interna envolvendo Participação nos Lucros/Resultados – PLR e se manifestou sobre o tema.
- xxxiii. Conheceu relatórios de auditoria interna envolvendo Remuneração Variável Anual – RVA e se manifestou sobre o tema.
- xxxiv. Conheceu e se manifestou sobre relatórios de auditoria interna sobre a remuneração paga aos administradores das empresas Eletrobras CGT-Eletrosul, Chesf, Eletronorte, Eletronuclear e Furnas – abril/2021 a março/2022.
- xxxv. Atuou em temas afetos à governança do próprio CAE (planilha de acompanhamento de demandas, orçamento do colegiado, avaliação do colegiado, revisão de seu regimento interno e proposição de calendário anual e agenda temática anual).
- xxxvi. Validou metas e avaliou competência dos gestores vinculados ao Conselho de Administração da Eletrobras.
- xxxvii. Realizou reuniões específicas com órgãos colegiados e equipes das subsidiárias.

12. Do Monitoramento dos Trabalhos das Informações Trimestrais – 1ITR, 2ITR e 3ITR – exercício social findo em 31.12.2022

O Comitê recebeu reportes periódicos sobre o andamento dos trabalhos de finalização das demonstrações financeiras trimestrais e anuais consolidadas, com vistas a nivelar as informações e proporcionar adequada interação entre o CAE e a gestão da companhia, notadamente, quanto ao fluxo de informações e ao atendimento a esclarecimentos relacionados ao processo de fechamento contábil.

O Comitê acompanhou *pari passu* o assunto relativo aos respectivos fechamentos contábeis trimestrais do 1ITR, 2ITR e 3ITR de 2022 da Eletrobras, tendo: (a) formulado sugestões de aprimoramento nas Notas Explicativas; (b) constatado evoluções positivas no processo de fechamento a partir da atuação do Comitê; (c) opinado pela autorização da publicação Demonstrações Financeiras intermediárias da Eletrobras (1ITR, 2ITR e 3ITR), relativas aos períodos findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2022, nos termos aprovados pela Diretoria Executiva.

13. Parecer do Comitê sobre as Demonstrações Financeiras – exercício social findo em 31.12.2022

O Comitê acompanhou *pari passu* os trabalhos e principais pontos críticos relativos ao fechamento das demonstrações financeiras anuais, individuais e consolidadas, do exercício social de 2022, incluindo reuniões com auditores independentes e reunião com o Conselho Fiscal da Eletrobras.

No dia 13 de março de 2022, o Comitê se reuniu para analisar de forma final as Demonstrações Financeiras e o Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

13.1 Conclusão da manifestação opinativa

Os membros do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário - CAE, no exercício de suas atribuições, procederam às análises das demonstrações financeiras individuais e consolidadas anuais da Eletrobras, acompanhadas da minuta de relatório dos auditores independentes, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões de trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados pelo CAE sobre a qualidade, adequação e integridade das informações, estimativas e mensurações divulgadas nas demonstrações financeiras, assim como baseando-se nas informações e esclarecimentos prestados pela gestão da Companhia e nas discussões com os auditores independentes, o Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário – CAE da Eletrobras, observado o seu escopo de atuação e o relatório dos auditores independentes sem ressalvas, por unanimidade, recomendou a aprovação de sua divulgação pelo Conselho de Administração da Eletrobras e seu consequente arquivamento pela Companhia na Comissão de Valores Mobiliários — CVM.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2023.

DocuSigned by:
Jerônimo Antunes
F4744D2F2F4B444...

JERÔNIMO ANTUNES
Coordenador e Membro externo

DocuSigned by:
Daniel Alves Ferreira
E69D9B07B2094BF...

DANIEL ALVES FERREIRA
Conselheiro de Administração

DocuSigned by:
Felipe Villela Dias
0F1AFA22670F43E...

FELIPE VILLELA DIAS
Conselheiro de Administração

DocuSigned by:
Luís Henrique Bassi Almeida
6FF12CB3954D4FF...

LUIS HENRIQUE BASSI ALMEIDA
Membro externo

DocuSigned by:
Luiz Carlos Nannini
8A2F691A1637447...

LUIZ CARLOS NANNINI
Membro externo

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A - ELETROBRAS
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(em milhares de Reais)

		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
ATIVO	NOTA	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	6	4.927.871	7.384	10.739.126	192.659
Caixa restrito	7	2.917.849	2.544.594	3.098.401	2.710.165
Títulos e valores mobiliários	8	3.611.904	6.026.365	12.193.654	15.475.205
Clientes	9	462.628	719.906	4.794.924	5.094.976
Ativo contratual transmissão	16	-	-	9.349.126	7.356.356
Ativo financeiro - Concessões e Itaipu	17	389.438	-	389.438	-
Financiamentos e empréstimos	10	1.524.088	2.275.301	692.839	1.251.766
Remuneração de participações societárias	12	3.028.085	5.028.731	707.875	443.142
Tributos a recuperar	13	857.466	456.725	1.135.913	755.906
Imposto de renda e contribuição social	14	261.321	640.191	1.749.225	1.487.777
Direito de ressarcimento	15	796.776	741.255	827.490	768.848
Almoxarifado		262	293	429.310	627.573
Estoque de combustível nuclear		-	-	-	487.895
Instrumentos financeiros derivativos	43	-	-	501.355	690.333
Outros		966.804	685.320	2.326.092	2.014.705
		19.744.492	19.126.065	48.934.768	39.357.306
Ativos mantidos para venda	46	320.691	289.331	688.359	387.690
		20.065.183	19.415.396	49.623.127	39.744.996
NÃO CIRCULANTE					
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO					
Caixa restrito	7	-	-	1.300.583	694.828
Direito de ressarcimento	15	2.048.517	5.529.316	2.124.907	5.627.386
Financiamentos e empréstimos	10	3.366.460	8.180.605	328.806	4.591.761
Clientes	9	-	-	703.055	993.080
Valores a Receber - ENBPAP	11	1.223.316	-	1.223.316	-
Títulos e valores mobiliários	8	411.705	398.280	417.648	398.648
Estoque de combustível nuclear		-	-	-	1.490.820
Tributos a recuperar	13	3.705	3.365	439.196	449.258
Imposto de renda e contribuição social diferido	14	-	-	3.541.162	1.500.987
Cauções e depósitos vinculados	18	6.402.122	6.393.647	8.558.013	8.247.485
Ativo contratual transmissão	16	-	-	51.703.084	52.158.612
Ativo financeiro - Concessões e Itaipu	17	-	428.865	-	2.601.027
Instrumentos financeiros derivativos	43	-	-	485.507	653.022
Adiantamentos para futuro aumento de capital	19	20.596.029	3.932.463	-	-
Fundo de descomissionamento		-	2.055.713	-	2.055.713
Outros		1.755.305	2.024.412	1.063.250	1.087.508
		35.807.159	28.946.666	71.888.527	82.550.135
INVESTIMENTOS	20				
Avaliados por equivalência patrimonial		112.079.558	86.966.083	32.224.264	25.769.172
Mantidos a valor justo		1.657.261	1.774.539	1.761.258	1.878.609
		113.736.819	88.740.622	33.985.522	27.647.781
IMOBILIZADO	21	231.883	235.453	34.739.705	33.367.981
INTANGÍVEL	22	67.857	61.387	79.980.581	4.992.176
		149.843.718	117.984.128	220.594.335	148.558.073
TOTAL DO ATIVO		169.908.901	137.399.524	270.217.462	188.303.069

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A - ELETROBRAS
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(em milhares de Reais)

		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
CIRCULANTE					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	26	3.682.702	5.310.178	7.524.770	8.234.753
Empréstimo compulsório	28	1.289.602	1.216.335	1.289.602	1.216.335
Fornecedores	24	994.922	773.858	3.517.173	4.031.532
Adiantamentos	25	1.486.222	1.370.946	1.653.122	1.460.455
Tributos a recolher	29	370.739	259.336	1.271.700	804.485
Imposto de renda e contribuição social	14	-	-	-	19.624
Remuneração aos acionistas	31	913.018	1.381.111	924.644	1.406.891
Passivo financeiro - Concessões e Itaipu	17	-	578.626	-	578.626
Obrigações com pessoal	33.2	166.337	153.568	2.318.554	1.602.947
Obrigações de ressarcimento	15	1.912.423	836.744	1.912.423	859.003
Benefício pós-emprego	33.1	-	-	246.437	233.304
Provisões para litígios	34	2.646.711	2.267.649	2.709.161	2.267.649
Encargos setoriais	30	-	-	996.610	542.913
Obrigações da Lei 14.182/2021	35	-	-	1.472.662	-
Arrendamentos	27	8.710	7.773	224.319	209.774
Outros		74.919	64.061	209.251	246.700
		13.546.305	14.220.185	26.270.428	23.714.991
Passivos associados a ativos mantidos para venda	46	-	-	170.448	168.381
		13.546.305	14.220.185	26.440.876	23.883.372
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	26	22.269.941	19.294.960	51.581.752	35.780.892
Fornecedores	24	-	-	-	16.555
Adiantamentos	25	-	-	213.921	186.348
Obrigações para desmobilização de ativos		-	-	-	3.268.301
Provisões para litígios	34	22.084.048	23.666.275	30.623.558	31.142.222
Benefício pós-emprego	33.1	680.399	885.455	4.947.234	5.851.502
Obrigações da Lei 14.182/2021	35	-	-	35.186.792	-
Provisão para passivo a descoberto		-	-	-	708.516
Contratos onerosos	32	-	-	209.099	428.164
Arrendamentos	27	32.571	40.560	528.849	693.710
Concessões a pagar - Uso do bem Público		-	-	372.420	81.655
Adiantamentos para futuro aumento de capital	19	86.919	77.336	86.919	77.336
Encargos setoriais	30	-	-	464.358	649.341
Tributos a recolher	29	-	-	723.716	260.612
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	427.390	569.816	6.294.347	7.244.737
Outros		276.532	2.523.733	1.514.985	1.613.042
		45.857.800	47.058.135	132.747.950	88.002.933
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	37				
Capital social	37	69.705.554	39.057.271	69.705.554	39.057.271
Reservas de capital		13.867.170	13.867.170	13.867.170	13.867.170
Reservas de lucros		33.910.233	30.890.165	33.910.233	30.890.165
Lucros acumulados		-	-	-	-
Outros resultados abrangentes acumulados		(6.978.161)	(7.693.402)	(6.978.161)	(7.693.402)
Participação de acionistas controladores		110.504.796	76.121.204	110.504.796	76.121.204
Participação de acionistas não controladores		-	-	523.840	295.560
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		110.504.796	76.121.204	111.028.636	76.416.764
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		169.908.901	137.399.524	270.217.462	188.303.069

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(em milhares de Reais)

	NOTA	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2022	31/12/2021 Reclassificado	31/12/2022	31/12/2021 Reclassificado
OPERAÇÕES CONTINUADAS					
Receita operacional líquida	39	377.721	1.365.825	34.074.233	34.626.834
Custos operacionais	40	(16.685)	(1.273.156)	(15.857.610)	(9.678.430)
RESULTADO BRUTO		361.036	92.669	18.216.623	24.948.404
Despesas operacionais	40	(4.638.745)	(13.162.674)	(13.417.697)	(20.023.861)
Remensurações regulatórias - Contratos de transmissão		-	-	365.178	4.858.744
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(4.277.709)	(13.070.005)	5.164.104	9.783.287
RESULTADO FINANCEIRO	41	(272.650)	(1.220.245)	(4.373.595)	(1.441.954)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS		(4.550.359)	(14.290.250)	790.509	8.341.333
Resultado das participações societárias		7.566.709	18.810.602	2.369.777	1.507.418
Outras receitas e despesas	42	195.661	1.210.754	186.924	1.210.754
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS TRIBUTOS		3.212.011	5.731.106	3.347.210	11.059.505
Imposto de renda e contribuição social correntes	14	(563.419)	-	(1.630.034)	(1.437.671)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	-	-	934.421	(3.822.971)
LUCRO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS		2.648.592	5.731.106	2.651.597	5.798.863
Parcela atribuída aos controladores		2.648.592	5.731.106	2.648.592	5.731.106
Parcela atribuída aos não controladores		-	-	3.005	67.757
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS					
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DA OPERAÇÃO DESCONTINUADA	47	986.785	(84.965)	986.785	(85.230)
Parcela Atribuída aos Controladores		986.785	(84.965)	986.785	(84.965)
Parcela Atribuída aos Não Controladores		-	-	-	(265)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		3.635.377	5.646.141	3.638.382	5.713.633
Parcela Atribuída aos Controladores		3.635.377	5.646.141	3.635.377	5.646.141
Parcela Atribuída aos Não Controladores		-	-	3.005	67.492
RESULTADO POR AÇÃO	38				
Resultado por ação - básico (ON)		R\$1,83	R\$3,54	R\$1,83	R\$3,54
Resultado por ação - básico (PN)		R\$2,00	R\$3,89	R\$2,00	R\$3,89
Resultado por ação - diluído (ON)		R\$1,80	R\$3,48	R\$1,80	R\$3,48
Resultado por ação - diluído (PN)		R\$1,98	R\$3,82	R\$1,98	R\$3,82
Operações Continuadas					
Resultado por ação - básico (ON)		R\$1,33	R\$3,59	R\$1,33	R\$3,59
Resultado por ação - básico (PN)		R\$1,46	R\$3,95	R\$1,46	R\$3,95
Resultado por ação - diluído (ON)		R\$1,31	R\$3,53	R\$1,31	R\$3,53
Resultado por ação - diluído (PN)		R\$1,44	R\$3,88	R\$1,44	R\$3,88

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(em milhares de Reais)

	C O N T R O L A D O R A		C O N S O L I D A D O	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	3.635.377	5.646.141	3.638.382	5.713.633
Outros componentes do resultado abrangente				
Itens que não serão reclassificados para o resultado				
Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de ORA	(418.901)	(237.372)	(374.425)	(243.443)
IR / CSLL diferidos	142.426	80.706	142.426	79.621
Participação no resultado abrangente das subsidiárias, coligadas e sociedades de controle compartilhado	486.128	576.205	-	-
Ajuste ganhos e perdas atuariais	203.953	211.030	660.673	1.154.355
IR / CSLL diferidos	-	-	(15.068)	(359.964)
	413.606	630.569	413.606	630.569
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado				
Ajustes acumulados de conversão	(93.408)	19.190	(102.497)	30.180
Ajuste de hedge de fluxo de caixa	-	-	(3.796)	-
Participação no resultado abrangente das subsidiárias, coligadas e sociedades de controle compartilhado	395.043	11.027	407.928	37
	301.635	30.217	301.635	30.217
Outros componentes do resultado abrangente do exercício	715.241	660.786	715.241	660.786
Total do resultado abrangente do exercício	4.350.618	6.306.927	4.353.623	6.374.419
Parcela atribuída aos controladores			4.350.618	6.306.927
Parcela atribuída aos não controladores			3.005	67.492

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A - ELETROBRAS
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(em milhares de Reais)

	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS			LUCROS ACUMULADOS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONTROLADORA	PATRIMÔNIO LÍQUIDO NÃO CONTROLADORES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO
			LEGAL	RETENÇÃO DE LUCROS	ESTATUTÁRIAS					
Em 31 de dezembro de 2021	39.057.271	13.867.170	1.968.512	10.539.662	409.825	17.972.166	-	76.121.204	295.560	76.416.764
Aumento de Capital	30.756.468	-	-	-	-	-	-	30.756.468	-	30.756.468
Gastos com emissão de ações	(108.185)	-	-	-	-	-	-	(108.185)	-	(108.185)
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	-	-	(93.408)	(93.408)	-	(93.408)
Ajuste Benefício pós-emprego	-	-	-	-	-	-	203.953	203.953	-	203.953
Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de ORA	-	-	-	-	-	206.222	(418.901)	(212.679)	-	(212.679)
IR/CS diferido sobre outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	142.426	142.426	-	142.426
Ajuste de Controladas / Coligadas	-	-	-	-	-	41.871	881.171	923.042	225.275	1.148.317
Constituição de reservas	-	-	181.769	248.093	-	2.590.206	(3.020.068)	-	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	(863.402)	(863.402)	-	(863.402)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	3.635.377	-	3.635.377	3.005	3.638.382
Em 31 de dezembro de 2022	69.705.554	13.867.170	2.150.281	10.787.755	409.825	20.562.372	-	110.504.796	523.840	111.028.636

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A - ELETROBRAS
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(em milhares de Reais)

	CAPITAL SOCIAL	AFAC	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS					LUCROS ACUMULADOS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONTROLADORA	PATRIMÔNIO LÍQUIDO NÃO CONTROLADORES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO
				LEGAL	RETENÇÃO DE LUCROS	ESTATUTÁRIAS	RESERVA ESPECIAL DE DIVIDENDOS	ESTATUTÁRIAS - INVESTIMENTOS					
Em 31 de dezembro de 2020	39.057.271	-	13.867.170	1.686.204	9.427.502	353.364	2.291.889	15.149.095	-	(8.354.188)	73.478.307	272.987	73.751.294
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19.190	19.190	-	19.190
Ajuste Benefício pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	-	211.030	211.030	-	211.030
Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de ORA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(237.372)	(237.372)	-	(237.372)
IR/CS diferido sobre outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	80.706	80.706	-	80.706
Ajuste de Controladas / Coligadas	-	-	-	-	-	-	-	-	(31.183)	587.232	556.049	(44.919)	511.130
Constituição de reservas	-	-	-	282.307	1.112.161	56.461	-	2.823.071	(4.274.000)	-	-	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.340.958)	-	(1.340.958)	-	(1.340.958)
Aprovação do dividendo adicional pela AGO	-	-	-	-	-	-	(2.291.889)	-	-	-	(2.291.889)	-	(2.291.889)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	5.646.141	-	5.646.141	67.492	5.713.633
Em 31 de dezembro de 2021	39.057.271	-	13.867.170	1.968.511	10.539.663	409.825	-	17.972.166	-	(7.693.402)	76.121.204	295.560	76.416.764

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(em milhares de Reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
RECEITAS (DESPESAS)				
Venda de mercadorias, produtos e serviços	1.511.873	1.637.666	42.237.697	47.671.549
Receita de construção	-	-	1.501.631	1.618.045
PECLD - Consumidores e Revendedores	-	-	(1.674.333)	(804.865)
Outras receitas e despesas operacionais	195.661	1.210.754	1.083.582	1.210.754
	<u>1.707.534</u>	<u>2.848.420</u>	<u>43.148.577</u>	<u>49.695.483</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Materiais, serviços e outros	(532.146)	(471.428)	(4.223.223)	(3.750.215)
Energia comprada para revenda	(16.685)	(1.273.156)	(3.117.655)	5.932
Encargos sobre uso da rede elétrica	-	-	(2.846.243)	(2.461.443)
Custo de Construção	-	-	(1.678.631)	(1.395.066)
Combustível para produção de energia elétrica	-	-	(2.331.229)	(2.338.395)
Provisões/Reversões operacionais	(3.501.113)	(12.254.011)	(5.315.327)	(14.088.174)
	<u>(4.049.944)</u>	<u>(13.998.595)</u>	<u>(19.512.308)</u>	<u>(24.027.361)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>(2.342.410)</u>	<u>(11.150.175)</u>	<u>23.636.269</u>	<u>25.668.122</u>
RETENÇÕES				
Depreciação, amortização e exaustão	(11.195)	(11.852)	(2.977.917)	(2.081.459)
VALOR ADICIONADO (CONSUMIDO) LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	<u>(2.353.605)</u>	<u>(11.162.027)</u>	<u>20.658.352</u>	<u>23.586.663</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado de equivalência patrimonial	7.566.709	18.640.740	2.301.287	1.867.546
Receitas financeiras	2.857.161	1.738.203	4.103.153	2.864.244
	<u>10.423.870</u>	<u>20.378.943</u>	<u>6.404.440</u>	<u>4.731.790</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>8.070.265</u>	<u>9.216.916</u>	<u>27.062.792</u>	<u>28.318.453</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
PESSOAL				
Remuneração direta	362.844	268.060	4.610.360	3.590.809
Benefícios	76.255	46.553	901.431	663.533
FGTS	19.708	11.736	270.866	282.136
Outros	-	-	500.594	736.566
	<u>458.807</u>	<u>326.349</u>	<u>6.283.251</u>	<u>5.273.044</u>
TRIBUTOS				
Federal	710.786	271.841	4.584.348	8.938.675
Estadual	-	-	1.103.091	1.124.432
Municipal	-	-	10.688	9.936
	<u>710.786</u>	<u>271.841</u>	<u>5.698.127</u>	<u>10.073.043</u>
ENCARGOS SETORIAIS	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.392.454</u>	<u>2.022.289</u>
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS				
Juros	3.129.811	2.873.551	8.833.738	4.920.583
Aluguéis	9.145	11.635	10.402	151.165
Outras	126.339	87.399	206.438	164.696
	<u>3.265.295</u>	<u>2.972.585</u>	<u>9.050.578</u>	<u>5.236.444</u>
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS				
Dividendos	863.402	1.340.958	863.402	1.340.958
Lucros retidos	2.771.975	4.305.183	2.771.975	4.305.183
Participação dos não-controladores	-	-	3.005	67.492
	<u>3.635.377</u>	<u>5.646.141</u>	<u>3.638.382</u>	<u>5.713.633</u>
	<u>8.070.265</u>	<u>9.216.916</u>	<u>27.062.792</u>	<u>28.318.453</u>

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A - ELETROBRAS
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

NOTA	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021 Reclassificado	31/12/2022	31/12/2021 Reclassificado
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Resultado do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	4.198.796	5.646.141	4.333.995	10.974.275
Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa gerado pelas operações:				
Depreciação e amortização	40	11.196	11.852	2.690.269
Variações cambiais e monetárias líquidas	41	669.681	405.588	650.770
Encargos financeiros	41	252.917	291.817	4.980.707
Resultado da equivalência patrimonial		(7.566.709)	(18.810.602)	(2.369.777)
Outras receitas e despesas	42	(195.661)	(1.210.754)	(186.924)
Receitas da transmissão	39	-	-	(15.774.884)
Custo de construção - transmissão		-	-	1.671.307
Remensurações regulatórias - Contratos de transmissão	16	-	-	(365.178)
Provisões (reversões) operacionais	40	3.501.113	12.254.011	6.928.425
Recuperação de custos - adesão ao risco hidrológico	40	-	-	-
Instrumentos financeiros - derivativos	41	-	-	356.494
Outras		145.382	(122.873)	1.751.340
		(3.182.082)	(7.180.961)	332.549
(Acréscimos)/decréscimos nos ativos operacionais				
Clientes		194.947	-	(408.364)
Títulos e valores mobiliários		2.414.460	1.638.290	2.264.059
Direito de ressarcimento		518.779	-	537.338
Ativo financeiro - Itaipu		499.071	605.581	499.071
Outros		(227.870)	(1.322.103)	(436.278)
		3.399.387	3.565.974	2.455.826
Acréscimos/(decréscimos) nos passivos operacionais				
Fornecedores		(61.608)	67.950	233.911
Adiantamentos		-	-	104.964
Obrigações com pessoal		12.769	(13.776)	222.345
Encargos setoriais		-	-	159.695
Outros		(69.227)	485.574	(382.451)
		(118.066)	539.748	338.464
Pagamento de encargos financeiros		(1.515.464)	(1.328.795)	(3.211.343)
Recebimento da receita anual permitida - RAP		-	-	14.623.582
Recebimento de encargos financeiros		677.776	861.026	316.278
Recebimento de remuneração de investimentos em participações societárias		4.617.624	7.302.271	1.494.560
Pagamento de litígios	34.1	(3.074.367)	(3.355.498)	(4.222.504)
Cauções e depósitos vinculados		(441.255)	(2.462.388)	(1.199.426)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(236.134)	(172.502)	(2.607.461)
Pagamento de previdência complementar		(33.894)	(21.595)	(469.943)
Caixa líquido proveniente das (usados nas) atividades operacionais das operações continuadas		4.292.323	3.393.421	12.184.577
Caixa líquido proveniente das (usados nas) atividades operacionais das operações descontinuadas	47	-	-	(2.908.844)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		4.292.323	3.393.421	9.275.733
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Recebimento pela emissão de ações	1.2	30.648.282	-	30.648.282
Empréstimos e financiamentos obtidos e debentures obtidas	26.1	6.000.000	2.700.000	8.500.000
Pagamento de empréstimos e financiamentos e debentures - principal	26.1	(4.048.309)	(7.181.654)	(6.734.696)
Pagamento de remuneração aos acionistas		(1.433.059)	(3.813.501)	(1.490.058)
Pagamento de arrendamentos - principal		-	(12.454)	(721.074)
Outros		44.746	-	44.746
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento das operações continuadas		31.211.660	(8.307.609)	30.247.200
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento das operações descontinuadas	47	-	-	(174.814)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento		31.211.660	(8.307.609)	30.072.386
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Concessão de adiantamento para futuro aumento de capital		(34.926.186)	(2.656.682)	-
Recebimento de empréstimos e financiamentos		3.397.329	7.581.413	2.358.352
Alienação de investimentos em participações societárias		1.147.905	-	1.169.784
Aquisição de ativo imobilizado		(7.697)	(2.621)	(1.585.639)
Aquisição de ativo intangível		(6.480)	(18.424)	(32.038.772)
Infraestrutura da transmissão - ativo contratual		-	-	(1.652.992)
Aquisição/aporte de capital em participações societárias		(188.367)	(3.744)	(254.498)
Caixa líquido na combinação de negócios		-	-	180.191
Outros		-	-	(57.832)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimento das operações continuadas		(30.583.497)	4.899.942	(31.881.406)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimento das operações descontinuadas	47	-	-	3.079.754
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimento		(30.583.497)	4.899.942	(28.801.652)
Acréscimo (redução) no caixa e equivalentes de caixa		4.920.487	(14.246)	10.546.467
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	7.384	21.630	192.659
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6	4.927.871	7.384	10.739.126
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa das operações descontinuadas	47	-	-	(3.904)
		4.920.487	(14.246)	10.546.467

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ("Eletrobras" ou "Controladora") é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede no Rio de Janeiro (RJ), registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e na *Securities and Exchange Commission* (SEC), com ações negociadas nas bolsas de valores de São Paulo (B3), Madri (LATIBEX) e New York (NYSE).

A Eletrobras exerce a função de *holding*, participando no capital de outras sociedades de forma direta e indireta, dedicadas primariamente na geração e transmissão de energia elétrica, vide nota 4, e ainda detém o controle acionário da Eletrobras Participações S.A. – Eletropar (em conjunto, "Companhia") e participação direta na Rouar S.A., além de participações diretas e indiretas em 73 Sociedades de Propósito Específico (SPE).

A Eletrobras é autorizada, diretamente ou por meio de suas controladas, controladas em conjunto e coligadas, a associar-se, com ou sem aporte de recursos, para constituição de consórcios empresariais ou participação em sociedades, com ou sem poder de controle, no Brasil ou no exterior, que se destinem direta ou indiretamente à exploração da produção, transmissão, comercialização ou distribuição de energia elétrica.

Os prazos de duração das concessões nos segmentos de geração e transmissão de suas controladas e controladas em conjunto estão descritos na nota 3.

A emissão destas demonstrações contábeis foi aprovada pelo Conselho de Administração, em 13 de março de 2023.

1.1 - Reestruturação societária

Em 12 de julho de 2021, houve a aprovação da Lei nº 14.182/2021, que dispõe sobre a desestatização da Eletrobras e que definiu condicionantes a serem aprovadas por sua assembleia geral de acionistas, a qual foi realizada em 22 de fevereiro de 2022. A Companhia iniciou seu processo de transformação para cumprir as condições legais definidas no processo de desestatização da Eletrobras. Foi realizada a reestruturação societária para manter sob o controle, direto ou indireto da União, empresas, instalações e participações, detidas ou gerenciadas pela Eletrobras, especificamente Eletronuclear S.A. ("Eletronuclear") e Itaipu Binacional ("Itaipu") ("Reestruturação Societária"). Em 19 de setembro de 2021, através do Decreto 10,791, foi criada a Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. ("ENBpar"), empresa pública detida exclusivamente pela União, que manterá o controle da Eletronuclear e, também, a participação brasileira em Itaipu Binacional.

O processo de Reestruturação Societária se deu através dos seguintes componentes:

(a) Eletronuclear:

O controle societário detido pela Eletrobras na Eletronuclear foi transferido para a ENBpar mediante as seguintes operações: (i) aporte de capital no montante de R\$ 3.500.000 realizado pela ENBpar; (ii) integralização de capital, pela Eletrobras, no montante de R\$ 6.232.330, demonstrado no quadro abaixo; e (iii) adesão pela Eletrobras ao programa de conversão facultativa das ações ordinárias (ON) em preferenciais (PN) na proporção de 1:1.

Integralização de capital social na Eletronuclear	
Integralização do AFAC	3.665.521
Capitalização dos dividendos a receber	2.512.286
Aporte de caixa e equivalentes de caixa	54.523
Investimentos em participações societárias	6.232.330

ACIONISTA	ELETRONUCLEAR					
	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS		CAPITAL TOTAL	
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
Eletrobras	37.651.030	99,98	10.528.730	99,85	48.179.760	99,95
Outros	7.137	0,02	15.969	0,15	23.106	0,05
Total	37.658.167	100,00	10.544.699	100,00	48.202.866	100,00

Após a reestruturação societária, as ações ordinárias detidas pela Eletrobras passaram de 99,98% para 35,90% e as preferenciais para 99,99%, perfazendo uma participação total de 67,95% sendo minoritariamente participante nas ações ordinárias da Companhia, conforme quadro abaixo:

ACIONISTA	ELETRONUCLEAR					
	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS		CAPITAL TOTAL	
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
Eletrobras	79.488.850	35,90	221.396.243	99,99	300.885.093	67,95
ENBPar	141.916.224	64,10	-	-	141.916.224	32,04
Outros	7.137	0,00	15.969	0,01	23.106	0,01
Total	221.412.211	100,00	221.412.212	100,00	442.824.423	100,00

Em razão da perda do controle, os ativos, passivos e as participações de não controladores na Eletronuclear, passaram a não compor o balanço consolidado da Companhia. Em função da participação societária mantida, a Eletronuclear se tornou uma coligada da Eletrobras. A participação remanescente foi reconhecida pelo valor justo, na rubrica de investimentos.

(b) Itaipu Binacional:

A Itaipu é uma entidade binacional criada e regida pelo tratado assinado em 26 de abril de 1973 (aprovado pelo Decreto Legislativo nº 23/1973), entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai.

A Eletrobras atuava como um veículo utilizado pelo Governo brasileiro para adquirir e comercializar o aproveitamento hidroelétrico gerado pela usina.

Com a Lei nº 14.182/2021 e a Resolução nº 203/2021 do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPPI), com as modificações da Resolução CPPI nº 221/2021, a Companhia transferiu a totalidade da sua participação, que representava 50% do capital da Itaipu à ENBpar pela contraprestação de R\$ 1.082.275, equivalentes a US\$ 208.262, definida pela Resolução CPPI nº 221/2021 e pelo contrato de transferência de participação societária, celebrado entre a Eletrobras e a ENBpar.

A Eletrobras receberá da ENBpar a contraprestação em 240 parcelas mensais, corrigidas pela variação cambial e acrescidas de juros de 4,76% a.a..

A transferência acionária impactou o resultado da Companhia em R\$ 896.658 conforme demonstrado abaixo:

Contraprestação pela transferência	1.082.275
Baixa na participação societária	(185.617)
Ganho na transferência	896.658

A transferência da Eletronuclear e de Itaipu para a ENBpar, atingiu os requisitos de operação descontinuada, de acordo com o Pronunciamento contábil CPC 31/IFRS 5 - Ativo Não Circulante Mantido

para Venda e Operação Descontinuada e tem os seus efeitos no resultado e no fluxo de caixa divulgados como operações descontinuadas, sendo assim, a Eletrobras não considera os efeitos da consolidação da Eletronuclear, visto não ter mais o controle dessa investida. Vide nota 4.

1.2 - Capitalização da Eletrobras

Em junho de 2022, a Eletrobras concluiu sua oferta pública de ações, que consistiu na distribuição primária e secundária de ações ordinárias de sua emissão, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, através da B3, simultaneamente no Brasil e no exterior. O preço de subscrição da ação foi de R\$ 42,00 (US\$ 8,63 sob a forma de ADS que corresponde ao preço por ação convertido para dólares dos Estados Unidos da América (US\$), incluindo taxas de emissão do ADS, com base na taxa de câmbio de venda (PTAX) divulgada pelo Banco Central do Brasil). perfazendo o montante total de R\$ 30.756.468, sendo:

- (a) oferta primária - 627.675.340 ações ordinárias no valor de R\$ 26.362.364 de emissão da Companhia, inclusive sob a forma de *American Depositary Shares* (ADS), representados por *American Depositary Receipts* (ADR), sendo:
 - no Brasil, em mercado de balcão não organizado, nos termos da Instrução CVM nº 400/2003, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, com esforços de colocação das ações no exterior; e
 - no exterior, mediante uma oferta pública de distribuição primária de ações, sob a forma de ADS, representados por ADR, nos termos do *U.S. Securities Act of 1933*.
- (b) secundária de ações - 69.801.516 ações ordinárias perfazendo o valor de R\$ 2.931.664 de titularidade do BNDESPAR, realizada no Brasil; e
- (c) em julho de 2022, a Companhia realizou a emissão do lote suplementar de ações, que consistiu em 15% do total de ações inicialmente ofertadas, correspondendo a um total de 104.621.528 ações representando o valor de R\$ 4.394.104, conforme previsto na Instrução da CVM nº 400/2003. Com a emissão do lote suplementar, a oferta pública realizada pela Eletrobras compreendeu uma distribuição primária final de 732.296.868 ações ordinárias de emissão da Companhia incluindo sob a forma de ADS e uma distribuição secundária final de 69.801.516 ações de titularidade do BNDES Participações S.A. – BNDESPAR.

Não foi realizado qualquer registro da oferta ou das ações, incluindo sob a forma de ADS, representados por ADR, em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto no Brasil, junto à CVM, e no Estados Unidos da América, junto à SEC.

Após a conclusão da oferta de ações, o controle da Eletrobras foi pulverizado passando a ser da iniciativa privada. Em 31 de dezembro de 2022, a União detém, direta e indiretamente, o percentual de ações ordinárias de 42,67% (72,33% em 31 de dezembro de 2021).

Desta forma, o processo de oferta pública de ações, após emissão do lote suplementar de ações, acrescentou o montante, líquido dos gastos com emissão de ações, de R\$ 30.648.282 no caixa da Eletrobras, conforme os itens (a) e (c) anteriormente descritos, conforme demonstrado abaixo:

Subscrição de ações	30.756.468
Gastos com emissão de ações	(108.186)
Impacto no capital social	<u>30.648.282</u>

1.2.1 – Novos contratos de concessões

A Lei nº 14.182/2021 condicionou a desestatização da Eletrobras à celebração de novos contratos de concessão de geração de energia elétrica, por trinta anos, em substituição aos contratos vigentes, para as usinas hidrelétricas:

- a) que tenham sido prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783/2013 (usinas cotistas); e
- b) Tucuruí, Sobradinho, Itumbiara, Curuá-Una, e Mascarenhas de Moraes.

A Companhia celebrou novos contratos de concessão de geração de energia elétrica, vide nota 3. Os novos contratos possibilitaram a alteração do regime de exploração, cotas, para produção independente de energia (PIE), nos termos da Lei nº 9.074/1995, inclusive quanto às condições de extinção das outorgas, da encampação das instalações e das indenizações.

Os novos contratos geraram aumento no ativo intangível da Companhia no montante de R\$ 75.021.259, vide nota 22, originado pelo direito de explorar os potenciais de energia hidráulica por meio das usinas hidrelétricas bem como as instalações de transmissão de interesse restrito dessas usinas pelo prazo de 30 anos. Em contrapartida ao direito de explorar as usinas de geração de energia elétrica, a Companhia efetuou pagamento à União, a título de bônus de outorga, firmou compromissos de pagamentos à conta de desenvolvimento energético (CDE) e para desenvolvimento de projetos determinados pela Lei nº 14.182/2021, bem como realizou os créditos da aquisição de combustível e das indenizações de Tucuruí e Curuá-Una, conforme detalhado abaixo:

Bônus de outorga (a)	26.622.905
Obrigações com a CDE (b)	33.735.216
Obrigações com a revitalização das bacias hidrográficas (c)	6.693.921
Indenizações das UHEs Tucuruí e Curuá-Una (d)	5.062.717
Reembolso aquisição de combustível - Lei nº 12.111/2009 (e)	2.906.500
Ativo Intangível	<u>75.021.259</u>

- (a) o valor do bônus de outorga em 17 de junho de 2022 referente aos novos contratos de concessão de geração de energia elétrica no montante de R\$ 26.622.905. Os recursos obtidos pela oferta pública de ações (oferta primária) foram utilizados para essa finalidade;
- (b) obrigações ao longo dos próximos 25 anos, de repassar recursos à CDE no montante de R\$ 33.735.216, vide nota 35;
- (c) obrigação, ao longo dos próximos 10 anos no montante total de R\$ 6.693.921, de desenvolver os projetos que vão compor os seguintes programas, vide nota 35:
 - revitalização dos recursos hídricos das bacias do Rio São Francisco e do Rio Parnaíba, pela controlada Chesf;
 - redução estrutural de custos de geração de energia na Amazônia Legal e para navegabilidade do Rio Madeira e do Rio Tocantins, pela controlada Eletronorte; e
 - revitalização dos recursos hídricos das bacias hidrográficas na área de influência dos reservatórios das usinas hidrelétricas de Furnas, pela controlada Furnas.
- (d) créditos no montante de R\$ 5.062.717 relativos às indenizações de bens reversíveis das Usinas de Tucuruí e Curuá-Una. Essas usinas tiveram novos contratos de concessão assinados; e
- (e) créditos no montante de R\$ 2.906.500 relativos ao reembolso de combustível das distribuidoras que anteriormente eram controladas pela Eletrobras, que foram comprovadas e não reembolsadas, eficiência econômica e energética de que trata a Lei nº 12.111/2009. Esses ativos estavam registrados na conta de Direito de Ressarcimento e foram compensados com os valores a pagar a título de bônus de outorga nos termos definidos pela Lei nº 14.182/2021.

O montante relativo ao direito de explorar as usinas de geração de energia elétrica, registrado no ativo intangível, está demonstrado abaixo:

Usinas Hidrelétricas (UHE)	Ativo intangível
Xingó	11.267.333
Complexo Paulo Afonso	10.590.724
Luiz Gonzaga (Itaparica)	4.693.535
Boa Esperança	876.032
Sobradinho	874.546
Funil - BA	28.489
Pedra	7.124
Valor adicionado Chesf	28.337.783
Tucuruí	25.542.126
Coaracy Nunes	582.030
Curuá-Una	160.582
Valor adicionado Eletronorte	26.284.738
Marimbondo	4.416.843
Furnas	4.025.234
Estreito (Luís Carlos B. de Carvalho)	3.177.816
Itumbiara	2.958.106
Mascarenhas de Moraes (Peixoto)	2.476.008
Corumbá I	1.431.622
Porto Colômbia	1.322.485
Funil - RJ	590.624
Valor adicionado Furnas	20.398.738
Valor adicionado consolidado	75.021.259

1.2.2 – Impactos no resultado

Com a assinatura dos novos contratos de concessão, as concessionárias passaram a não fazer jus às indenizações por investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, cujas concessões foram prorrogadas ou não, nos termos da Lei nº 12.783/2013.

Os investimentos ainda não amortizados, relativos às concessões não renovadas pela Lei nº 12.783/2013, foram considerados pelo CNPE para utilização na aquisição dos novos contratos de concessão. De acordo com os cálculos do CNPE, foi considerada indenização para as UHE Tucuruí e Curuá-una. Para as UHEs Sobradinho, Itumbiara e Mascarenhas de Moraes, não foram previstos valores a indenizar.

Adicionalmente, os novos contratos de concessão não incluíram remuneração para os ativos de modernização que se encontravam registrados como ativo financeiro de indenização a receber e que haviam sido objeto de consulta pública da ANEEL em outubro de 2019.

A seguir os efeitos no resultado da Companhia por regime de exploração do empreendimento:

Usinas Hidrelétricas	Valor contábil líquido	Indenização Líquida de Tributos	Resultado
Usinas não cotistas			
Curuá-Una	630	17.741	17.111
Tucuruí	2.990.633	4.576.672	1.586.039
Impacto Eletronorte	2.991.263	4.594.413	1.603.150
Usinas cotistas			
Boa Esperança	98.219	-	(98.219)
Apolônio Sales (Moxotó)	38.250	-	(38.250)
Paulo Afonso I	92.612	-	(92.612)
Paulo Afonso II	107.093	-	(107.093)
Paulo Afonso III	66.259	-	(66.259)
Paulo Afonso IV	20.832	-	(20.832)
Luiz Gonzaga (Itaparica)	15.150	-	(15.150)
Xingó	28.174	-	(28.174)
Funil - BA	12.626	-	(12.626)
Pedra	8.067	-	(8.067)
Usinas não cotistas			
Sobradinho	131.948	-	(131.948)
Impacto Chesf	619.230	-	(619.230)
Usinas cotistas			
Corumbá I	(4.497)	-	4.497
Estreito	479.561	-	(479.561)
Funil - RJ	8.110	-	(8.110)
Furnas	566.098	-	(566.098)
Marimbondo	15.844	-	(15.844)
Porto Colômbia	1.912	-	(1.912)
Usinas não cotistas			
Itumbiara	62.492	-	(62.492)
Mascarenhas de Moraes	209.462	-	(209.462)
Impacto Furnas	1.338.982	-	(1.338.982)
Impacto líquido	4.949.475	4.594.413	(355.062)

1.2.3 – Transferência dos programas de governo

A Eletrobras é a atual responsável pelos programas de Governo descritos a seguir:

- Gestão dos contratos de comercialização do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA);
- Administração da conta corrente do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL), operacionalização e gestão dos instrumentos contratuais do PROCEL;
- Gestão dos contratos de financiamento que utilizem recursos da Reserva Global de Reversão (RGR) celebrados até 17 de novembro de 2016; e
- Operacionalização dos Programas Mais Luz para a Amazônia (MLA) e Luz para Todos (LPT) e gestão dos instrumentos contratuais.

A Eletrobras é também responsável pela administração dos Bens da União sob Administração da Eletrobras (BUSA) encampados e desapropriados com recursos da RGR e gestão dos instrumentos contratuais.

Conforme determinado pela Resolução CPPI nº 203/2021, os programas acima citados e BUSA, permanecerão sob a administração da Eletrobras pelo prazo de transição de até 12 meses, iniciados em junho de 2022, bem como a assunção, pela Eletrobras, a título gratuito, do compromisso de prestar suporte e assessoria à ENBpar para a gestão dessas atividades.

1.3 - Jornada EESG - *Economic, Environmental, Social and Governance*

A Eletrobras vem adotando práticas sustentáveis e inovadoras desde a sua fundação, há mais de 60 anos. Contribui substancialmente para fazer a Matriz Elétrica Brasileira ser uma das mais limpas do mundo, dispondo de uma capacidade instalada formada por 97% de fontes de baixa emissão de carbono.

Temos o propósito empresarial de colocar toda a nossa força para o desenvolvimento sustentável da sociedade. Há 17 anos somos signatários do Pacto Global das Nações Unidas, maior iniciativa universal de sustentabilidade empresarial e priorizamos 9 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os ODS da Agenda 2030, sendo o nosso compromisso reconhecido como case de sucesso pela Rede Brasil do Pacto Global. Desde 2009, emitimos anualmente o Inventário de Gases de Efeito Estufa das empresas Eletrobras, seguindo metodologia do GHG *Protocol*.

Em 2022 passamos a integrar o Programa Brasileiro GHG *Protocol* e conquistamos o Selo Ouro, devido à sua completude e asseguração externa. Investimos em uma comunicação cada vez mais clara e objetiva sobre os temas relativos à sustentabilidade. Estruturamos o nosso *Framework* de Sustentabilidade em quatro pilares: Pessoas, Planeta, Prosperidade e Governança, com base na iniciativa Métricas do Capitalismo dos *Stakeholders*, liderada pelo *World Economic Forum*. Além de nosso relatório anual, que atende aos padrões da *Global Reporting Initiative* – GRI e às diretrizes do *International Integrated Reporting Council* – IIRC, mantivemos a divulgação de resultados a partir da materialidade da *Sustainability Accounting Standards Board* (Sasb) e das recomendações da *Task Force on Climate-Related Financial Disclosures* (TCFD), e incluímos um relato sobre os nossos resultados na Agenda 2030, o Caderno ODS.

Pelo sétimo ano consecutivo associamos metas ESG à remuneração variável de nossos dirigentes. A Eletrobras é um dos membros fundadores da *Global Alliance for Sustainable Energy*, que reúne os maiores players globais em energia sustentável, com o objetivo de promover a sustentabilidade junto à cadeia de valor, em especial nos temas ESG, nos princípios de economia circular e em modelos e soluções alinhados aos ODS da Agenda 2030.

Aprovado pelo Conselho de Administração, por meio de nosso Plano Diretor de Negócios e Gestão, o Programa Sustentabilidade 4.0 e composto por 12 projetos ligados às dimensões social (Direitos Humanos e Alavancagem do Capital Humano), ambiental (Transição Energética, Meio Ambiente, Biodiversidade e Descarbonização dos Sistemas Isolados da Amazônia), de governança (Reputação e Engajamento, Gestão de Fornecedores, Aprimoramento de Práticas de Governança, ESG *Risks* e Agenda 2030) e econômico-financeira (Gestão Sustentável do Capital Financeiro, Certificação de Energia Limpa e Sinergia com a Indústria 4.0) continuou suas entregas, impulsionando as práticas de sustentabilidade nas empresas Eletrobras.

Destacamos que no ano de 2022 a Eletrobras deu importantes passos no sentido de desdobrar seu propósito empresarial nos produtos, processos e modelo de negócios. Os temas afetos à sustentabilidade foram integrados ao Manual da Organização, estabelecendo como atribuição de todos os níveis hierárquicos da Companhia. Atualizamos a nossa Matriz de Riscos, destacando um pilar específico para Riscos ESG e publicamos o novo Código de Conduta, estruturado nos quatro pilares do *framework* de sustentabilidade das empresas Eletrobras. Reforçamos o nosso compromisso com a Biodiversidade, aderindo à Plataforma de Ação pela Natureza - frente Impacto Positivo, do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), para a implementação das diretrizes da *Taskforce on Nature-related Financial Disclosures* (TNFD). Participamos de três eventos internacionais de grande importância para a agenda de sustentabilidade das empresas de energia e da sociedade, a COP 27 (Mudanças Climáticas), a COP 15 (Diversidade Biológica) e o Fórum de empresas e Direitos Humanos, fortalecendo a ativa participação da Eletrobras nos principais debates nacionais e internacionais.

NOTA 2 – DESTAQUES DE 2022

2.1 – Venda de participação acionária na Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-T)

Em abril de 2022, a Eletrobras realizou a venda da totalidade de sua participação acionária, que correspondia a 32,66%, na CEEE-T para a CPFL Comercialização de Energia Cone Sul Ltda. Pela venda das ações, a Eletrobras recebeu o montante de R\$ 1.101.896 gerando o reconhecimento positivo no resultado no montante de R\$ 453.624. A venda dessas ações está contemplada no Plano de Alienação de participações societárias minoritárias da Eletrobras e está no escopo da iniciativa de venda de participações nas empresas coligadas, nos termos do Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG 2022-2026).

2.2 – Captação de recursos - Furnas

No primeiro semestre de 2022, ocorreu a captação de recursos por parte da controlada Furnas no montante de R\$ 2.500.000. Os recursos obtidos por meio dessas captações foram destinados ao cumprimento do programa de investimentos, ao pagamento de dívidas mais onerosas e para eventuais necessidades de caixa da controlada. Maiores informações, vide nota 26.

2.3 – Aquisição de controle da Madeira Energia S.A. (MESA)

Em junho de 2022, Furnas integralizou R\$ 1.582.551 em novas ações, emitidas pela investida MESA. Com a integralização das ações, a participação de Furnas em MESA passou para 72,36%.

Em julho de 2022, foi assinado o distrato do Acordo de Acionistas da MESA. Desta forma, Furnas passou a ter o controle da MESA. Maiores informações, vide nota 20.2.

2.4 – Plano de Demissão Voluntária – PDV 2022

Em novembro de 2022, a Companhia lançou o Plano de Demissão Voluntária (PDV 2022), que abrangeu empregados aposentados pela previdência oficial e aposentáveis até 30 de abril de 2023, considerando critérios do INSS. O montante total reconhecido no resultado com o lançamento do plano foi de R\$ 1.260.370. Maiores informações, vide nota 40.2.

2.5 – Emissão notas comerciais

Em dezembro de 2022, a Companhia emitiu 6.000.000 notas comerciais perfazendo o montante total de R\$ 6.000.000. Maiores informações, vide nota 26.

NOTA 3 – CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE ENERGIA ELÉTRICA

A Eletrobras, detém diretamente ou por meio das suas empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas, concessões de energia elétrica nos segmentos de geração e transmissão.

I – Concessões e autorizações de geração

Contrato	Usinas Hidrelétricas (UHE)	Capacidade Instalada (MW)*	Localização	Ano
001/2010	Belo Monte	11.233	PA	2045
002/2022	Tucuruí	8.535	PA	2052
002/2008	Jirau	3.750	RO	2043
001/2008	Santo Antônio	3.568	RO	2043
001/2022	Xingó	3.162	SE / AL	2052
001/2022	Paulo Afonso IV	2.462	BA	2052
003/2022	Itumbiara	2.082	MG	2052
002/2011	Teles Pires	1.819	MT/PA	2047
001/2022	Luiz Gonzaga (Itaparica)	1.480	PE / BA	2052
003/2022	Marimbondo	1.440	MG	2052
005/2004	Serra da Mesa	1.275	GO	2044
003/2022	Furnas	1.216	MG	2052
001/2022	Sobradinho	1.050	BA	2052
003/2022	Luís Carlos Barreto de Carvalho	1.050	SP/MG	2052
005/1997	Luís Eduardo Magalhães	903	TO	2032
128/2001	Foz do Chapecó	855	RS	2036
003/2014	Três Irmãos	808	SP	2044
001/2022	Paulo Afonso III	794	BA	2052
002/2014	São Manoel	736	PA	2049
130/2001	Peixe Angical	499	TO	2042
003/2022	Mascarenhas de Moraes (Peixoto)	476	MG	2052
001/2022	Paulo Afonso II	443	BA	2052
001/2014	Sinop	402	MT	2049
001/2022	Apolônio Sales (Moxotó)	400	AL	2052
003/2022	Corumbá I	375	GO	2052
003/2022	Porto Colômbia	320	MG	2052
003/2006	Simplicio	306	MG	2043
002/2007	Dardanelos	261	MT	2042
002/2019	Balbina	250	AM	2027
001/2022	Boa Esperança	237	PI / MA	2052
005/2011	Samuel	217	RO	2032
003/2022	Funil - RJ	216	RJ	2052
129/2001	Serra do Facão	213	GO	2036
010/2000	Manso	210	MT	2037
001/2022	Paulo Afonso I	180	BA	2052
001/2007	Governador Jayme Canet Júnior	363	PR	2047
001/2006	Baguari	140	MG	2046
007/2006	Retiro Baixo	82	MG	2041
002/2022	Coaracy Nunes	78	AP	2052
004/2006	Passo São João	77	RS	2046
002/2006	Batalha	53	MG	2043
092/2002	São Domingos	48	MS	2039
002/2022	Curuá-Una	30	PA	2052
001/2022	Funil	30	BA	2052
003/2006	Anta	28	RJ	2041
001/2022	Pedra	20	BA	2052
006/2004	Curemas	4	PB	2026

Contrato	Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH)	Capacidade Instalada (MW)*	Localização	Ano
374/2005	João Borges	19	SC	2039
186/2004	Barra do Rio Chapéu	15	SC	2038

Contrato	Centrais Geradoras Eólicas (EOL)	Capacidade Instalada (MW)*	Localização	Ano
007/2010	Casa Nova I	180	BA	2043
220/2014	Casa Nova II	33	BA	2049
746/2010	Cerro Chato I	30	RS	2045
747/2010	Cerro Chato II	30	RS	2045
748/2010	Cerro Chato III	30	RS	2045
Portaria MME nº 459/2012	FORTIM - Nossa Senhora de Fátima - Energia dos Ventos VI S. A.	30	CE	2047
225/2014	Casa Nova III	28	BA	2049
388/2012	Caiçara I	27	RN	2047
Portaria MME nº 458/2012	FORTIM - Jandaia - Energia dos Ventos VII S. A.	27	CE	2047
Portaria MME 068/2012	Ibirapuitã	25	RS	2047
399/2012	Junco I	24	RN	2047
417/2012	Junco II	24	RN	2047
81/2012	Cerro Chato VI	24	RS	2047
Portaria MME nº 409/2012	FORTIM - Jandaia I - Energia dos Ventos IX S. A.	24	CE	2047
Portaria MME nº 446/2012	FORTIM - São Clemente - Energia dos Ventos VIII S. A.	21	CE	2047
Portaria MME nº 432/2012	FORTIM - São Januário - Energia dos Ventos V S. A. (5)	21	CE	2047
418/2012	Caiçara II	18	RN	2047
219/2014	Coqueirinho II	16	BA	2049
286/2014	Tamanduá Mirim II	16	BA	2049
141/2012	Cerro Chato V	12	RS	2047
152/2014	Angical II	10	BA	2049
154/2014	Caititú II	10	BA	2049
174/2014	Carcará	10	BA	2049
176/2014	Corrupião III	10	BA	2049
177/2014	Caititú III	10	BA	2049
139/2012	Cerro Chato IV	10	RS	2047
153/2014	Teiú II	8	BA	2049
103/2012	Cerro dos Trindade	8	RS	2047
150/2014	Acauã	6	BA	2049
151/2014	Arapapá	4	BA	2049
213/2014	Papagaio	10	BA	2049

Contrato	Parques Eólicos	Capacidade Instalada (MW)*	Localização	Ano
204/2014	Parque Eólico Coxilha Seca	30	RS	2049
210/2014	Parque Eólico Capão do Inglês	10	RS	2049
192/2014	Parque Eólico Galpões	8	RS	2049

Contrato	Usinas Termelétricas (UTE)	Capacidade Instalada (MW)*	Localização	Ano
Resolução Aneel 4950/2014	MAUÁ III	591	AM	2044
004/2004	Santa Cruz	350	RJ	2026
Portaria MME nº 304/2008	Candiota III (Fase C)	350	RS	2041
207/2019	APARECIDA	166	AM	2030
Portaria MME nº 420/1989	Senador Arnon Afonso Farias de Mello	86	RR	2030
004/2004	Campos (Roberto Silveira)	30	RJ	2027
Resolução Autorizativa 5.682/2016	Araguaia ¹	23	MT	2019
Resolução Aneel 6.883/2018	ANORI	5	AM	2030
Resolução Aneel 6.883/2018	CODAJÁS	5	AM	2030
Resolução Aneel 6.883/2018	CAAPIRANGA	2	AM	2030
Registro CEG: UTE.GN.AM.000092-2.02	Anamá	2	AM	2030

^{1.} Descontratação da usina em sua totalidade, autorizada pela Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 331 de 14/08/2018. O processo referente à revogação da outorga de autorização encontra-se em andamento na ANEEL.

(*) Não examinado pelos auditores independentes.

II – Concessões de transmissão de energia elétrica

Contrato	Transmissoras	Extensão (KM) ¹	Participação	Localização	Ano	SE ²
062/2001	Transmissão Rede Básica - Diversas instalações	20067	100%	RJ/SP/PR/MG/GO/TO/DF/ES/MT	2043	50
061/2001	Transmissão Rede Básica - Diversas instalações	19251	100%	PE/CE/SE/BA/AL/PI/MA/PB/RN	2042	96
058/2001	Transmissão Rede Básica - Diversas instalações	9253	100%	AC, MA, MT, PA, PI, RO, RR, TO	2043	56
057/2001	Transmissão Rede Básica - Diversas instalações	26803	100%	MP/PR/RS/SC/SP	2043	37
013/2009	SPE Interligação Elétrica do Madeira S.A.	4769	25%	RO/SP	2039	-
014/2014	LT Xingu/Estreito e Estações Conversoras junto às respectivas subestações	4152	25%	PA/TO/GO/MG	2044	-
015/2009	LT Coletora Porto Velho / Araraquara II	4859	25%	RO/SP	2039	2
014/2014	LT Xingu/Estreito	2092	25%	PA/TO/GO/MG	2044	2
021/2009	LT Jauru - Vilhena - Pimenta Bueno - Ji-Paraná - Ariquemes - Samuel - Porto Velho	979	100%	MT/RO	2039	7
007/2013	LT Barreiras II - Rio das Éguas; Luziânia; Pirapora 2	953	25%	BA/MG/GO	2043	-
004/2012	LT Nova Santa Rita - Camaquã 3; LT Camaquã 3- Quinta; LT Salto Santiago - Itá; LT Itá - Nova Santa Rita	785	100%	PR/RS/SC	2042	1
003/2012	LT Lechuga/Equador/Boa Vista	715	49%	RR/AM	2042	3
009/2009	LT Chapadão - Jataí C1 e C2; LT Barra dos Coqueiros - Quirinópolis C1; LT Palmeiras - Edéia C1	708	49%	MS/GO/MT	2039	5
034/2001	LT Ibiúna - Batéias	664	100%	SP/PR	2031	-
022/2011	LT Luis Gonzaga - Garanhuns; LT Garanhuns II- Campina Grande III; LT Garanhuns - Pau Ferro; LT Garanhuns - Angelim I	633	49%	AL/PE/PB	2041	2
005/2004	LT Teresina II - Sobral - Fortaleza	546	49%	PI/CE	2034	-
022/2009	LT Porto Velho - Abunã - Rio Branco - C2	488	100%	AC/RO	2039	3
002/2010	LT Rio Verde - Trindade; LT Trindade - Xavantes; LT Trindade - Carajás	479	49%	GO	2040	1
020/2012	LT Nova Santa Rita - Povo Novo; LT Povo Novo - Marmeleiro; LT Marmeleiro - Santa Vitória do Palmar	1928	100%	RS	2042	3
004/2004	LT Salto Santiago (PR) - Ivaiporã (PR) - Cascavel D'Oeste (PR)	372	100%	PR	2034	-
010/2005	LT Campos Novos - Blumenau	2240	100%	SC	2035	1
012/2007	LT Paraíso - Açú II; LT Picos - Tauá II	316	100%	PI/CE/RN	2037	-
019/2010	LT C. Mirim II - João Câmara II; LT Extremoz II - C. Mirim; LT Açú III - Açú II; LT Mossoró II - Açú III - 230 kV, C2; LT Paraíso - Açú II	311	100%	RN	2040	2
004/2013	LT Marimbondo II - Assis	298	49%	SP/MG	2043	-
008/2011	LT Ceará-Mirim II- João Câmara II; LT Ceará-Mirim II - Campina Grande III; LT Ceará-Mirim II - Extremoz II; LT Campina Grande III - Campina Grande II	286	100%	RN/PB	2041	3
007/2014	LT Santo Ângelo-Maçambará; LT Pinhalzinho-Foz do Chapecó C1; LT Pinhalzinho-Foz do Chapecó C2	273	100%	RS/SC	2044	1
008/2010	LT Mesquita - Viana 2; LT Viana 2 - Viana	270	49%	MG/ES	2040	1
003/2006	LT Simplicio - Rocha Leão; LT Anta - Simplicio	264	100%	-	2036	-
005/2006	LT Campos Novos (SC) - Nova Santa Rita (RS)	257	100%	RS/SC	2036	-
004/2008	LT Presidente Médici - Santa Cruz	237	100%	RS	2038	-
018/2012	LT Ceará-Mirim II - Touros II; LT Mossoró II - Mossoró IV; LT Russas II - Banabuiu	210	100%	RN	2042	2
007/2005	LT Milagres - Tauá	208	100%	CE	2035	1
028/2009	LT Serra da Mesa - Niquelândia - Barro Alto	187	100%	GO	2039	-
003/2009	LT Bom Despacho 3 - Ouro Preto 2	180	100%	MG	2039	-
014/2013	LT Brasília Leste - Luziânia - C1 e C2; LT Brasília Geral - Brasília Sul - C3; LT Brasília Sul - Samambaia - C3	163	39%	GO/DF	2043	1
014/2008	LT Eunápolis - Teixeira de Freitas II	145	100%	BA	2038	1
018/2009	LT Eunápolis - Teixeira de Freitas II	145	100%	BA	2039	-
010/2000	LT Manso - Nobres; LT Manso - Nobres	136	100%	-	2035	-
019/2010	LT Paraíso - Açú II	123	100%	RN	2040	-
008/2005	LT Milagres - Coremas	120	100%	CE/PB	2035	-
020/2010	LT Bom Jesus da Lapa II - Igaporã II	115	100%	BA	2040	2

Contrato	Transmissoras	Extensão (KM) ¹	Participação	Localização	Ano	SE ²
005/2008	LT Nossa Senhora do Socorro - Penedo	110	100%	SE/AL	2038	-
017/2009	LT Paulo Afonso III - Zebu II; LT Pau Ferro - Santa Rita II	96	100%	PE/PB/AL/RN	2039	3
001/2008	SPE Madeira Energia S.A.	95	43%	RO	2038	1
001/2009	LT Ribeiro Gonçalves - Balsas	95	100%	MA/PI	2039	2
006/2010	LT Mascarenhas - Linhares	95	100%	ES	2040	-
010/2007	LT Ibicoara - Brumado	95	100%	BA	2037	2
021/2010	LT Acaraú II-Sobral III	91	100%	CE	2040	1
006/2005	LT Campos - Macaé 3	90	100%	RJ	2035	-
002/2006	LT Batalha - Paracatu	85	100%	MG	2036	1
007/2006	LT Tijuco Preto - Itapeti - Nordeste	71	100%	SP	2036	1
003/2014	LT Barro Alto - Itapaci	69	50%	GO	2044	-
446/2012	SPE Brasil Ventos Energia S.A	69	100%	CE	2047	1
220/2014	LT Casa Nova II - Sobradinho - C1	67	100%	BA	2049	1
129/2001	SPE Serra do Facão Energia S.A.	66	49%	GO	2036	1
010/2011	LT Paraíso - Lagoa Nova II	65	100%	RN/CE	2041	2
009/2011	LT Morro do Chapéu II - Irecê	64	100%	BA	2041	1
019/2012	LT Igaporã II - Igaporã III; LT Igaporã III - Pindaí II	60	100%	BA	2042	2
ECE 554/2010	LT Candiota/Melo; LT Presidente Médici	60	100%	RS	2040	-
014/2011	LT Xavantes - Pirineus C2	50	100%	GO	2041	-
006/2009	LT Pirapama II - Suape II - Suape III; LT Suape III - Suape II	49	100%	PE	2039	2
017/2011	LT Teresina II - Teresina III	46	100%	PI	2041	1
007/2006	SPE Retiro Baixo Energética S.A.	45	49%	MG	2036	1
005/2012	LT Jardim - Nossa Senhora do Socorro; LT Messias - Maceió II	41	100%	SE/AL/BA	2042	3
002/2014	SPE Empresa de Energia São Manoel	40	33%	PA	2049	1
012/2010	LT Monte Claro - Garibaldi	37	100%	RS	2040	-
007/2008	LT São Luís 2 - São Luís 3	36	100%	MA	2038	2
004/2010	LT São Luiz II - São Luiz III	34	100%	MA/CE	2040	5
014/2012	LT Lechuga - Jorge Teixeira, C3	30	100%	AM	2042	2
009/2010	LT Jorge Teixeira - Lechuga (ex-Cariri) - 230 kV	30	100%	AM	2040	2
CCT-1101130082	LT Cerro Chato - Livramento 2	25	100%	RS	2045	-
010/2009	LT Coletora Porto Velho - Porto Velho - C1 e C2 - 230kV	22	100%	RO	2039	2
130/2001	SPE Empresa de Energia São Manoel	20	40%	TO	2036	1
002/2011	SPE Teles Pires Participações S.A.	19	24%	MT/PA	2041	1
128/2001	SPE Teles Pires Participações S.A.	6	40%	SC/RS	2036	-
001/2006	LT Marabá - Itacaiunas; LT Itacaiunas - Colinas; LT Itacaiunas - Carajás	3	15%	MG	2036	-
003/2011	SPE Caldas Novas Transmissão S.A. ³	-	50%	GO	2041	-
015/2009	SPE Interligação Elétrica do Madeira S.A. ³	-	25%	RO/SP	2039	-
007/2010	SE Camaçari IV - 500/230 kV ³	-	100%	BA	2040	1
013/2010	SE Arapiraca III - 230/69 kV ³	-	100%	AL	2040	1
014/2010	SE Pólo 230/69 kV ³	-	100%	BA	2040	1
017/2012	SE Mirreia II 230/69 kV; SE Jaboatão II 230/69 kV ³	-	100%	PE	2042	2
150/2014	SE GPXPAN ³	-	100%	BA	2049	1
002/2009	SE Miranda II - 500/230 kV (450 MVA) ³	-	100%	MA	2039	1
012/2009	Estação Retificadora nº 01 CA/CC - 500/±600 kV - 3150 MW · Estação Inversora nº 01 CC/CA ±600/500 kV - 2950 MW ³	-	100%	RO, SP	2039	2

¹ Não examinado pelos auditores independentes;

² Refere-se à quantidade de subestações; e

³ Referem-se às subestações em construção ou ampliação que não possuem linhas de transmissão vinculadas.

NOTA 4 – BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

4.1 – Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia compreendem as demonstrações contábeis individuais da controladora e as demonstrações contábeis consolidadas, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - IFRSs emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações expedidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela CVM, e as disposições contidas na legislação societária brasileira. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Eletrobras.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da Controladora, constantes nas demonstrações contábeis consolidadas e o patrimônio líquido e resultado da Controladora, constantes nas demonstrações contábeis individuais, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

4.2 – Base de preparação e mensuração

A preparação das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração, no processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia, as quais são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações. Aquelas transações, divulgações ou saldos que requerem maior nível de julgamento, que possuem maior complexidade e para as quais premissas e estimativas são significativas, estão listadas na nota 5 e são detalhadas nas respectivas notas explicativas.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas na data das transações e o valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação.

4.3 – Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Eletrobras. As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais, arredondadas para o número mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4.4 – Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, com exceção da implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas a seguir.

4.4.1 - Adoção de novas normas e interpretações

A Companhia não identificou impactos quanto às aplicações das alterações normativas emitidas pelo IASB e pelo CPC:

Revisão de Pronunciamento Técnico	Normas revisadas	Aplicável a partir
19	CPC 15/IFRS 3 - Combinação de Negócios, CPC 25/IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 27/IAS 16 - Ativo Imobilizado, CPC 37/IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade e CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros.	01/01/2022
20	CPC 11/IFRS 4 - Contratos de seguro, CPC 21/IAS 34 - Demonstração Intermediária, CPC 23/IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 26 /IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, CPC 32/IAS 12 - Tributos sobre o lucro, CPC 37/IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, CPC 40/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 49/IAS 26 - Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria.	01/01/2023
21	Estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos decorrentes da emissão do Pronunciamento Técnico CPC 50 - Contratos de Seguro.	01/01/2023

4.5 – Bases de consolidação e investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas

Nas demonstrações contábeis individuais, as participações no capital social das controladas, dos empreendimentos controlados em conjunto e das coligadas são mensuradas pelo método de equivalência patrimonial, que reconhece o investimento inicialmente pelo custo e subsequentemente ajusta os valores contábeis desses investimentos com base nos lucros ou prejuízos gerados pelas investidas, na proporção da participação detida, e nas distribuições de dividendos ou juros de capital próprio. Nas demonstrações contábeis consolidadas, os saldos de ativos, passivos, resultados e fluxos de caixa das controladas são integralmente considerados e classificados de acordo com sua natureza. A inclusão dos saldos contábeis das controladas nas demonstrações consolidadas inicia na data em que o controle é detido pela Companhia e é interrompido a partir na data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Quando necessário, as demonstrações contábeis das controladas, controladas em conjunto e coligadas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas adotadas pela Companhia.

As controladas, controladas em conjunto e coligadas estão substancialmente domiciliadas no Brasil.

a) Controladas

O investidor controla a investida quando está exposto a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida. O investidor tem poder sobre a investida quando tem direitos existentes que lhe dão a capacidade atual de dirigir as atividades relevantes, ou seja, as atividades que afetam significativamente os retornos da investida.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas.

Todas as transações, saldos, receitas, custos e despesas entre as controladas da Companhia são completamente eliminados nas demonstrações contábeis consolidadas.

	31/12/2022		31/12/2021	
	Participação		Participação	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Controladas				
CGT Eletrosul ¹	99,96%	-	99,89%	-
Chesf	99,58%	-	99,58%	-
Furnas	99,67%	-	99,56%	-
Eletronorte	99,69%	-	99,66%	-
Eletrorpar	83,71%	-	83,71%	-
Eletronuclear ²	-	-	99,95%	-
Brasil Ventos Energia S.A.	-	99,67%	-	99,56%
Livramento Holding S.A. ³	-	78,00%	-	78,00%
Madeira Energia S.A. ⁴	-	72,36%	-	43,05%
Operações em conjunto (consórcios)				
Consórcio Energético Cruzeiro do Sul	-	49,00%	-	49,00%
Consórcio UHE Baguari	-	15,00%	-	15,00%

¹ O aumento da participação sobre a CGT Eletrosul se deve à integralização de capital realizada pela Eletrobras em agosto de 2022.

² Perda do controle em decorrência da reestruturação societária ocorrida em junho de 2022.

³ Empresa classificada como Passivo mantido para venda, vide nota 46.

⁴ O aumento da participação sobre a Madeira Energia S.A. se deve à integralização de ações realizada por Furnas, vide nota 20.2.

A controlada Furnas possui uma operação em conjunto, decorrente de uma participação de 15% sobre o Consórcio UHE Baguari, iniciado em 2006. O consórcio é responsável pelo projeto e construção da Usina Hidrelétrica Baguari (UHE Baguari). Em dezembro de 2022, ocorreu a celebração entre a controlada Eletronorte e a Neoenergia S.A. do Contrato de Permuta de Ações e Outras Avenças. Após a conclusão do negócio, que está condicionada às anuências cabíveis, a Companhia passará a ter 66% do Consórcio UHE Baguari. Maiores informações, vide nota 46.

A controlada CGT Eletrosul possui uma operação em conjunto, decorrente de uma participação de 49% no Consórcio Cruzeiro do Sul, que opera a UHE Governador Jayme Canet Junior, em Telêmaco Borba/Ortigueira (PR), em operação comercial desde 2012, pelo prazo de 30 anos. A CGT Eletrosul (e a Eletrobras, nas suas demonstrações consolidadas) tem direito a uma participação proporcional nas receitas e assume uma parcela proporcional das despesas da operação em conjunto.

b) Investimentos em coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre os quais a Companhia tem influência significativa, e que não se configuram como uma controlada nem em uma controlada em conjunto.

c) Controladas em conjunto

Negócio em conjunto é aquele em que duas ou mais partes têm o controle conjunto estabelecido contratualmente, podendo ser classificado como uma operação em conjunto ou um empreendimento controlado em conjunto, dependendo dos direitos e obrigações das partes.

4.6 – Reclassificação das demonstrações contábeis

A Companhia reclassificou a demonstração do resultado e o fluxo de caixa referentes à operação da Eletronuclear e Itaipu, os quais foram divulgados como operações descontinuadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 31/IFRS 5 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada. Vide nota 46 e 47.

Os reflexos destas reclassificações estão apresentados a seguir:

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	31/12/2021	Ajuste	31/12/2021	31/12/2021	Ajuste	31/12/2021
	Divulgado		Reclassificado	Divulgado		Reclassificado
Receita operacional líquida	1.365.825	-	1.365.825	37.616.241	(2.989.407)	34.626.834
Custos operacionais	(1.273.156)	-	(1.273.156)	(11.961.049)	2.282.619	(9.678.430)
Resultado bruto	92.669	-	92.669	25.655.192	(706.788)	24.948.404
Despesas operacionais	(13.162.674)	-	(13.162.674)	(20.541.541)	517.680	(20.023.861)
Remensurações regulatórias - Contratos de transmissão	-	-	-	4.858.744	-	4.858.744
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(13.070.005)	-	(13.070.005)	9.972.395	(189.108)	9.783.287
Resultado financeiro	(1.135.348)	(84.897)	(1.220.245)	(2.056.339)	614.385	(1.441.954)
Resultado antes das participações societárias	(14.205.353)	(84.897)	(14.290.250)	7.916.056	425.277	8.341.333
Resultado das participações societárias	18.640.740	169.862	18.810.602	1.867.546	(360.128)	1.507.418
Outras receitas e despesas	1.210.754	-	1.210.754	1.210.754	-	1.210.754
Resultado operacional antes dos tributos	5.646.141	84.965	5.731.106	10.994.356	65.149	11.059.505
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	-	-	-	(5.280.723)	20.081	(5.260.642)
Lucro líquido das operações continuadas	5.646.141	84.965	5.731.106	5.713.633	85.230	5.798.863
Prejuízo líquido das operações descontinuadas	-	(84.965)	(84.965)	-	(85.230)	(85.230)
Lucro líquido do exercício	5.646.141	-	5.646.141	5.713.633	-	5.713.633

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	CONSOLIDADO		
	31/12/2021	Ajuste	31/12/2021
	Divulgado		Reclassificado
Atividades Operacionais			
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais das operações continuadas	8.230.605	596.358	8.826.963
Caixa líquido usado nas atividades operacionais das operações descontinuadas	-	(600.800)	(600.800)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades operacionais	8.230.605	(4.442)	8.226.163
Atividades de Financiamento			
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento das operações continuadas	(8.448.540)	282.108	(8.166.432)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento das operações descontinuadas	-	2.105.924	2.105.924
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento	(8.448.540)	2.388.032	(6.060.508)
Atividades de Investimento			
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimento das operações continuadas	123.987	(879.930)	(755.943)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento das operações descontinuadas	-	(1.503.660)	(1.503.660)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimento	123.987	(2.383.590)	(2.259.603)
Redução no caixa e equivalentes de caixa	(93.948)	-	(93.948)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	CONSOLIDADO		
	31/12/2021	Ajuste	31/12/2021
	Divulgado		Reclassificado
Atividades Operacionais			
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades operacionais das operações continuadas	8.230.605	596.358	8.826.963
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades operacionais das operações descontinuadas	-	(600.800)	(600.800)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades operacionais	8.230.605	(4.442)	8.226.163
Atividades de Financiamento			
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento das operações continuadas	(8.448.540)	282.108	(8.166.432)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento das operações descontinuadas	-	2.105.924	2.105.924
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento	(8.448.540)	2.388.032	(6.060.508)
Atividades de Investimento			
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimento das operações continuadas	123.987	(879.930)	(755.943)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimento das operações descontinuadas	-	(1.503.660)	(1.503.660)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimento	123.987	(2.383.590)	(2.259.603)
Acréscimo (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	(93.948)	-	(93.948)

4.7 – Demonstração do valor adicionado - DVA

A legislação societária brasileira exige para as companhias abertas a elaboração da DVA e sua divulgação como parte integrante do conjunto das demonstrações contábeis. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08. O IFRS não exige a apresentação desta demonstração.

Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas.

NOTA 5 – ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

Na aplicação das práticas contábeis, a Administração da Eletrobras utiliza de julgamentos e estimativas relacionados aos valores contábeis de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações nas notas explicativas.

As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revistas.

Ainda que estas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Administração da Companhia, a materialização sobre o valor contábil de receitas, despesas, ativos e passivos são inerentemente incertas, por decorrer do uso de julgamento. Como consequência, a Companhia pode sofrer efeitos em decorrência de imprecisão nestas estimativas e julgamentos que sejam substanciais em exercícios futuros, que podem ter efeito material adverso na sua condição financeira, no resultado de suas atividades e/ou nos seus fluxos de caixa.

A seguir, listamos as estimativas contábeis avaliadas como as mais críticas pela Administração da Eletrobras e de suas controladas, estando o seu detalhamento dentro de cada nota explicativa:

Nº	Nota	Estimativas e julgamentos significativos
09/10	Cientes/Financiamentos e empréstimos a receber	Avaliação de perda esperada de créditos.
14.2	Imposto de renda e contribuição social diferidos - ativo	Realização de créditos tributários com base nas estimativas de lucros tributáveis futuros.
16	Ativo contratual de transmissão	Taxa de remuneração dos contratos de concessões, alocação do preço às obrigações de performance e previsão dos fluxos caixas.
20.2	Combinação de negócios	Avaliação de controle e valor justo de ativos em combinação de negócios.
20.1/23/32	Perdas em investimentos, Valor recuperável dos ativos de longo prazo e Contratos Onerosos	Valor presente dos fluxos de caixa futuros, considerando a taxa de desconto determinada pela Companhia.
33	Benefícios a empregados	Premissas atuariais dos planos de benefício pós-emprego.
34	Provisões para litígios e passivos contingentes	Estimativas de perdas em processos judiciais.
Nº	Nota	Estimativas e julgamentos significativos
09/10	Cientes/Financiamentos e empréstimos a receber	Avaliação de perda esperada de créditos.
14.2	Imposto de renda e contribuição social diferidos - ativo	Realização de créditos tributários com base nas estimativas de lucros tributáveis futuros.
16	Ativo contratual de transmissão	Taxa de remuneração dos contratos de concessões, alocação do preço de às obrigações de performance e previsão dos fluxos caixas.
20.2	Combinação de negócios	Avaliação de controle e valor justo de ativos em combinação de negócios.
20.1/23/32	Perdas em investimentos, Valor recuperável dos ativos de longo prazo e Contratos Onerosos	Valor presente dos fluxos de caixa futuros, considerando a taxa de desconto determinada pela Companhia.
33	Benefícios a empregados	Premissas atuariais dos planos de benefício pós-emprego.
34	Provisões para litígios e passivos contingentes	Estimativas de perdas em processos judiciais.

NOTA 6 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O saldo do caixa e equivalentes de caixa inclui caixa em poder da Companhia. O saldo dessa rubrica em 31 de dezembro de 2022, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa, pode ser conciliado com os respectivos itens dos balanços patrimoniais, conforme demonstrado a seguir:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e Bancos	3.814	6.035	59.439	85.608
Aplicações Financeiras	4.924.057	1.349	10.679.687	107.051
	4.927.871	7.384	10.739.126	192.659

As aplicações financeiras são compostas por títulos de Certificado Depósito Bancário (CDB) e fundos de renda fixa, substancialmente remuneradas pelo CDI, prontamente conversíveis em montantes conhecidos de caixa e os recursos estão aplicados com liquidez diária.

Prática contábil

O caixa compreende o numerário em espécie e os depósitos bancários disponíveis.

Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e, não, para investimentos ou outros propósitos.

Admite-se que uma aplicação financeira é de curto prazo quando tem vencimento de três meses ou menos, a contar da data de aquisição.

Os saldos de depósitos bancários e de aplicações financeiras de curto prazo com restrições que impeçam o uso generalizado desses valores não são classificados na rubrica de Caixa e Equivalentes de Caixas.

NOTA 7 – CAIXA RESTRITO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante				
Comercialização - PROINFA	2.157.166	1.041.481	2.157.166	1.041.481
PROCEL	726.107	433.268	726.107	433.268
Convênio Itaipu	-	-	180.552	165.571
Recursos da RGR	34.576	31.575	34.576	31.575
Comercialização - Itaipu	-	1.038.270	-	1.038.270
	2.917.849	2.544.594	3.098.401	2.710.165
Não Circulante				
Fundo de Energia do Sudeste e Centro-Oeste (a)	-	-	897.225	554.123
Fundo de Energia do Nordeste (b)	-	-	403.358	140.705
	-	-	1.300.583	694.828
	2.917.849	2.544.594	4.398.984	3.404.993

Com a conclusão do processo de capitalização da Companhia, a responsabilidade pela comercialização da energia elétrica produzida pela usina hidrelétrica de Itaipu foi transferida para a ENBpar.

A Companhia manterá pelo prazo de até doze meses, contados a partir de junho de 2022, a continuidade da gestão dos contratos de comercialização no âmbito do PROINFA, RGR e da administração da conta PROCEL, que posteriormente serão transferidos à ENBpar. Maiores detalhes, vide nota 1.2.3.

(a) Fundo de Energia do Sudeste e Centro-Oeste – FESC

Fundo setorial, criado pela MP nº 677/2015, convertida em Lei nº 13.182/2015, de 03 de novembro de 2015, com o objetivo de prover recursos para suprir as empresas eletrointensivas do Centro-Oeste e do Sudeste, o FESC permite que Furnas negocie energia elétrica a preços competitivos com as indústrias de ferroliga, de silício metálico, ou de magnésio, com ampliação dos investimentos em energia elétrica, especialmente nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste. Furnas usará os recursos deste fundo para a

aquisição/formação destas SPEs podendo sua participação acionária ser de até 49% do capital próprio dessas sociedades.

(b) Fundo de Energia do Nordeste – FEN

Fundo setorial, criado pela MP nº 677/2015, convertida em Lei nº 13.182/2015, de 03 de novembro de 2015. Os recursos revertidos para o fundo são calculados pela diferença entre o preço pago pelos grandes consumidores à Chesf e o custo de geração da energia, nos termos da legislação, com o objetivo de prover recursos para a implantação de empreendimentos de energia elétrica na Região Nordeste do Brasil, por meio de SPEs. A Chesf usará os recursos deste fundo para a aquisição/formação destas SPEs podendo sua participação acionária ser de até 49% do capital próprio dessas sociedades.

Prática contábil

O caixa restrito é composto por recursos que podem ser utilizados exclusivamente para os fins que foram arrecadados, sem que a Companhia possa movimentá-los livremente.

NOTA 8 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

O detalhamento dos títulos e valores mobiliários, nos fundos nos quais a Companhia aplica seus recursos, se dá como se segue:

Títulos	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante				
Letra do Tesouro Nacional	221.763	5.407.449	468.267	9.823.486
Nota do Tesouro Nacional - série F	4.245	49.842	15.986	143.768
Letra Financeira do Tesouro Nacional	2.072.392	-	2.216.621	690.470
Títulos de Renda Fixa	-	-	7.928.308	3.182.447
Aplicações em Cotas de Fundos	-	-	210.950	-
Operações Compromissadas	1.257.849	569.074	1.272.316	1.489.807
Outros	55.655	-	81.206	145.227
	<u>3.611.904</u>	<u>6.026.365</u>	<u>12.193.654</u>	<u>15.475.205</u>
Não Circulante				
Partes Beneficiárias (a)	407.556	393.747	407.556	393.747
Outros	4.149	4.533	10.092	4.901
	<u>411.705</u>	<u>398.280</u>	<u>417.648</u>	<u>398.648</u>
	<u>4.023.609</u>	<u>6.424.645</u>	<u>12.611.302</u>	<u>15.873.853</u>

(a) Partes Beneficiárias

Títulos adquiridos em decorrência da reestruturação do investimento da Companhia na controlada INVESTCO S.A. Estes ativos garantem rendimentos anuais equivalentes a 10% do lucro das empresas Lajeado Energia S.A., Paulista Lajeado Energia S.A. e CEB Lajeado Energia S.A., pagos juntamente com os dividendos, e serão resgatados no vencimento previsto para outubro de 2032, mediante sua conversão em ações preferenciais do capital social das referidas empresas. Esses títulos são ajustados a valor presente.

Prática contábil

Referem-se às aplicações financeiras que não se caracterizam como caixa e equivalentes de caixa, vide nota 6. A Companhia, historicamente, recupera seus investimentos em aplicações financeiras pelo recebimento de juros e principal, por isso são registrados inicialmente pelos valores de transação e, posteriormente, atualizados pelos juros transcorridos, com base na taxa de juros efetiva. As atualizações das aplicações financeiras são receitas da Companhia apresentadas no grupo do Resultado Financeiro, na demonstração de resultados.

NOTA 9 – CLIENTES

	CONSOLIDADO					
	31/12/2022					31/12/2021
	A vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos + de 90 dias	Créditos Renegociados	Total	Total
Circulante						
Suprimento/Fornecimento de Energia (a)	2.549.255	233.871	745.377	39.600	3.568.103	2.793.981
Energia Elétrica de Curto Prazo - CCEE (b)	103.787	140.207	92.620	-	336.614	299.162
Uso da Rede Elétrica (c)	951.285	11.020	62.095	-	1.024.400	860.986
Conexão/Disponibilização ao Sistema de Transmissão PROINFA (d)	399.572	12.637	145.147	-	557.356	511.372
Parcelamento	462.608	-	-	-	462.608	524.939
(-) PECLD (e)	686.410	217.724	83.783	-	987.917	633.751
	(1.103.360)	(344.650)	(669.027)	(25.037)	(2.142.074)	(529.215)
	4.049.557	270.809	459.995	14.563	4.794.924	5.094.976
Não Circulante						
Suprimento/Fornecimento de Energia (a)	-	-	9.548	1.563.810	1.573.358	1.834.667
Energia Elétrica de Curto Prazo - CCEE (b)	-	-	280.138	-	280.138	293.560
Uso da Rede Elétrica (c)	-	-	4.348	-	4.348	4.348
(-) PECLD (e)	-	-	(294.034)	(860.755)	(1.154.789)	(1.139.495)
	-	-	-	703.055	703.055	993.080
	4.049.557	270.809	459.995	717.618	5.497.979	6.088.056

(a) Suprimento/Fornecimento de Energia

Créditos a receber decorrentes da venda de energia no Ambiente de Contratação Regulada – ACR e no Ambiente de Contratação Livre – ACL.

O aumento do saldo de Suprimentos decorreu principalmente devido à obtenção de controle da Madeira Energia S.A. por Furnas em julho de 2022, que acrescentou um montante de R\$ 474.234 ao Consolidado.

(b) Energia Elétrica de Curto prazo – CCEE

Créditos a receber decorrentes da liquidação das diferenças entre os montantes de energia elétrica contratados e os montantes de geração ou consumo efetivamente verificados e atribuídos aos respectivos agentes da CCEE.

(c) Uso de Rede Elétrica

Créditos a receber decorrentes do uso da rede de transmissão pelos usuários conectados à rede.

(d) PROINFA

A fim de assegurar a continuidade operacional, comercial, financeira, regulatória e administrativa, bem como permitir a transferência das competências da Eletrobras para a ENBpar, as partes celebraram um contrato de transição e transferência da gestão dos programas setoriais, que determinou os termos e as condições que serão aplicáveis durante a transição, em atendimento às disposições da Lei nº 14.182/2021 e do Decreto nº 10.791/2021.

(e) Perda Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD

As movimentações dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são as seguintes:

CONSOLIDADO

Saldo inicial em 31 de dezembro 2021 e 2020	1.668.710	2.635.209
(+) Constituição	1.891.966	619.232
(-) Reversão	(217.633)	(738.732)
(-) Baixa	(46.180)	(855.403)
Transferências	-	8.404
Saldo final em 31 de dezembro 2022 e 2021	3.296.863	1.668.710

Ao longo do exercício de 2022, foi constituído o montante de provisão R\$ 1.891.966, deste total, R\$ 1.357.111 corresponde à recebíveis da Amazonas Energia. A constituição visa refletir o risco observado em função da manutenção da inadimplência dos instrumentos de confissão de dívidas (ICD). A Eletronorte possui 4 ICDs, os quais estão 100% provisionados.

A constituição e a reversão da PECLD foram registradas e apresentadas no resultado do exercício como despesas operacionais de forma líquida, vide nota 40.1.

Prática contábil

As contas a receber de clientes são contabilizados inicialmente pelo preço da transação e subsequentemente pelos juros e correção monetária contratuais menos os valores recebidos e as perdas esperadas - PECLD.

A Companhia adota a abordagem simplificada para reconhecimento de perdas esperadas de créditos, utilizando-se de matriz de cálculo com base no relacionamento histórico das contrapartes com a Companhia e nas garantias. Em síntese, nos contratos que não têm garantias, é verificado, no cenário máximo de dois anos, a relação percentual, por cliente, entre o faturamento e o histórico de recebimentos, sendo o percentual apurado aplicado no saldo em aberto de contas a receber do cliente e registrado como perda esperada.

Adicionalmente, para os clientes com saldos renegociados, a Companhia, com base em análise individual do cliente, avalia o risco de inadimplência desses créditos, podendo a chegar ao registro em perdas esperadas de 100% do saldo em aberto, caso o risco de inadimplência seja considerado alto. A análise de crédito individual de cliente, para esses casos, leva em consideração, principalmente, o histórico da cliente, o montante envolvido, as pesquisas em entidades de proteção de créditos e a situação patrimonial do cliente.

NOTA 10 – FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

	Taxa Média		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Eletronorte	13,30	6,73	2.140.388	2.072.281	-	-
CGT Eletrosul	7,83	5,76	1.273.880	1.277.658	-	-
Furnas	7,27	5,83	454.635	611.165	-	-
Amazonas Energia S.A.	14,81	7,59	4.596.971	4.009.587	4.596.971	4.009.587
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	15,65	5,69	389.979	1.135.749	389.979	1.135.749
Itaipu Binacional	5,23	5,43	84.133	688.884	84.133	688.884
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo	12,74	5,34	354.779	687.679	354.779	687.679
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	15,15	6,29	1.229	411.595	1.229	411.595
Boa Vista S.A.	13,49	7,02	148.219	143.896	148.219	143.896
Eletronuclear	5,00	5,00	8.168	651.276	8.168	-
Outras	-	-	174.256	154.476	174.256	154.477
(-) PECLD	-	-	(4.736.089)	(1.388.340)	(4.736.089)	(1.388.340)
Total			4.890.548	10.455.906	1.021.645	5.843.527
Principal			1.456.681	2.234.352	671.236	1.232.745
Encargos			67.407	40.949	21.603	19.021
Circulante			1.524.088	2.275.301	692.839	1.251.766
Não Circulante			3.366.460	8.180.605	328.806	4.591.761
			4.890.548	10.455.906	1.021.645	5.843.527

Os financiamentos e empréstimos concedidos são efetuados com recursos próprios da Companhia e preveem, substancialmente, atualização com base em índices de IGP-M e IPCA.

Em fevereiro de 2023, a Companhia recebeu a totalidade dos recursos devidos pela Itaipu Binacional, conforme previsto no Anexo C do Tratado de Itaipu.

10.1 – Movimentação de empréstimos a receber

A movimentação apresentada a seguir compreende os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
Saldo inicial em 31 de dezembro 2021 e 2020	10.455.906	17.134.396	5.843.527	10.924.899
Amortização principal	(3.139.819)	(6.547.954)	(2.100.842)	(4.800.916)
Juros, encargos, variações monetária e cambial incorridos	1.182.104	1.258.534	753.367	815.326
Juros recebidos	(455.463)	(851.657)	(93.965)	(558.369)
PECLD	(3.347.749)	(633.338)	(3.347.749)	(633.338)
Desreconhecimento do passivo com a RGR	(573.008)	24.119	(573.008)	24.119
Perda com baixa de recebíveis Itaipu	(46.751)	-	(46.751)	-
Efeitos da desconsolidação - Eletronuclear	-	-	587.067	-
Liberação	815.328	71.806	-	71.806
Saldo final em 31 de dezembro 2022 e 2021	4.890.548	10.455.906	1.021.645	5.843.527
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
Saldo inicial em 31 de dezembro 2021 e 2020	10.455.906	17.134.396	5.843.527	10.924.899
Amortização principal	(3.139.819)	(6.547.954)	(2.100.842)	(4.800.916)
Juros, encargos, variações monetária e cambial incorridos	1.182.105	1.258.534	753.367	815.326
Juros recebidos	(455.463)	(851.657)	(93.965)	(558.369)
PECLD	(3.347.749)	(633.338)	(3.347.749)	(633.338)
Desreconhecimento do passivo com a RGR	(573.008)	24.119	(573.008)	24.119
Perda com baixa de recebíveis Itaipu	(46.751)	-	(46.751)	-
Efeitos da desconsolidação Eletronuclear	-	-	587.067	-
Liberação	815.328	71.806	-	71.806
Saldo final em 31 de dezembro 2022 e 2021	4.890.548	10.455.906	1.021.645	5.843.527

10.2 – Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD) de empréstimos a receber

As movimentações das estimativas de perda dos financiamentos e empréstimos concedidos da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são as seguintes:

	CONTROLADORA / CONSOLIDADO	
Saldo inicial em 31 de dezembro 2021 e 2020	1.388.340	755.002
(+) Complemento	3.347.749	633.338
Saldo final em 31 de dezembro 2022 e 2021	4.736.089	1.388.340

Em 31 de dezembro de 2022 a estimativa de perda esperada registrada foi no valor total de R\$ 4.736.089. Deste montante, R\$ 4.596.971 refere-se à Amazonas Energia, que teve provisionamento integral de seus créditos.

A Eletrobras vem acompanhando a situação econômica, financeira e operacional da distribuidora Amazonas Energia levando em consideração as informações relatadas pela distribuidora no plano de resultados ao órgão regulador no qual inicialmente foi demonstrado equilíbrio operacional somente a partir do ano de 2025. No exercício de 2022 os créditos da Amazonas Energia tiveram seu risco agravado por questionamentos jurídicos impetrados pelo devedor e da piora da situação financeira e operacional.

Apesar das constantes interações entre as duas empresas no sentido de equalizar a dívida da distribuidora não houve acordo entre as partes.

A análise desses fatos, em conjunto com a inadimplência histórica do devedor levaram a uma análise de provisão sendo feito o complemento de perda esperada para a totalidade do valor a receber.

Prática contábil

A Companhia reconhece inicialmente os financiamentos e empréstimos a receber pelo valor da transação e subsequentemente pelos juros, correção monetária e variações cambiais menos os valores recebidos e as perdas esperadas - PECLD.

Para o registro das perdas esperadas - PECLD, a Companhia avalia individualmente os devedores em relação ao risco de inadimplemento, levando em consideração a situação patrimonial da empresa devedora e o histórico de inadimplência.

NOTA 11 – VALORES A RECEBER – ENBpar

Nos termos da reestruturação societária estabelecida pela Lei nº 14.182/2021, a Companhia, em junho de 2022, realizou a transferência da totalidade da participação societária sobre Itaipu à ENBpar. A movimentação apresentada compreende o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

	CONTROLADORA/ CONSOLIDADO
Saldo inicial em 31 de dezembro 2021	-
Adições	1.283.731
Atualizações	29.734
Recebimentos	(51.096)
Variação cambial	1.690
Saldo final em 31 de dezembro 2022	1.264.059
	31/12/2022
Circulante	40.743
Não circulante	1.223.316

As adições no montante de R\$ 1.283.731 representam a contraprestação atualizada de R\$ 1.082.275 (Vide nota 1.1) a ser paga pela ENBpar à Eletrobras, conforme resolução MME nº 221/2021. Esta operação gerou um resultado positivo para a Companhia no montante de R\$ 896.658, uma vez que o valor justo superou o valor contabilizado como investimento mensurado pela equivalência patrimonial na data da transferência das ações. Vide nota 47.

As parcelas dos recebíveis da ENBpar têm seu fluxo de recebimento a valor presente de acordo com os vencimentos assim programados:

	CONTROLADORA/ CONSOLIDADO
	31/12/2022
2023	40.743
2024	42.684
2025	44.717
2026	46.847
2027	49.078
2028 a 2042	1.039.990
	1.264.059

NOTA 12 – REMUNERAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Os valores apresentados referem-se a dividendos e juros sobre o capital próprio a receber, líquidos de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), quando aplicável, decorrente de investimentos de caráter permanente mantidos pela Companhia.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante				
Controladas				
Eletronorte	867.031	2.471.778	-	-
Chesf	692.887	1.293.289	-	-
Furnas	870.995	984.621	-	-
CGT Eletrosul	96.638	69.143	-	-
Coligadas				
Itaipu Binacional	-	1.949	-	-
Lajeado Energia S.A.	22.000	101.318	22.000	101.318
Interligação Elétrica do Madeira S.A. - IE Madeira	-	-	50.116	60.238
Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. - CTEEP	245.211	40.431	250.310	40.431
Belo Monte Transmissora de Energia S.A. - BMTE	-	-	41.898	37.964
Manaus Construtora LTDA	-	-	-	23.298
Energética Águas da Pedra S.A. - EAPSA	-	-	7.354	21.854
Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica - CEEE-G	-	18.522	-	18.522
CEB Lajeado S.A.	28.163	17.267	28.163	17.267
Interligação Elétrica Garanhuns S.A. - IE Garanhuns	-	-	21.867	14.453
Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.	-	-	13.280	13.560
Goiás Transmissão S.A.	-	-	19.783	10.594
MGE Transmissão S.A.	-	-	9.631	10.498
Sistema de Transmissão Nordeste S.A. - STN	-	-	-	9.428
Retiro Baixo Energética S.A.	-	-	5.761	7.072
Paulista Lajeado Energia S.A.	11.786	5.371	11.786	5.371
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	-	-	9.668	4.997
Transenergia São Paulo S.A.	-	-	8.275	2.691
Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T	-	4.064	-	4.064
Baguari Energia S.A.	-	-	2	6.511
Outros	193.374	20.978	207.981	33.011
	<u>3.028.085</u>	<u>5.028.731</u>	<u>707.875</u>	<u>443.142</u>

Prática contábil

As remunerações de participações societárias a receber, provenientes dos investimentos da Companhia no capital social de suas controladas e coligadas, vide a nota 20, são reconhecidas no ativo quando essas investidas destinam dividendos e juros de capital próprio aos seus acionistas.

NOTA 13 – TRIBUTOS A RECUPERAR

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante				
IRRF	856.483	453.927	989.112	518.797
PIS/COFINS a recuperar	983	2.798	101.677	191.934
ICMS a recuperar	-	-	18.420	30.290
Outros	-	-	26.704	14.885
	<u>857.466</u>	<u>456.725</u>	<u>1.135.913</u>	<u>755.906</u>
Ativo não circulante				
IR/CS	3.705	3.365	152.427	180.193
PIS/COFINS a recuperar	-	-	192.505	183.772
ICMS a recuperar	-	-	72.621	64.706
Outros	-	-	21.643	20.587
	<u>3.705</u>	<u>3.365</u>	<u>439.196</u>	<u>449.258</u>
	<u>861.171</u>	<u>460.090</u>	<u>1.575.109</u>	<u>1.205.164</u>

NOTA 14 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

14.1 - Imposto de renda e contribuição social corrente

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante				
Imposto de Renda corrente	-	-	1.096.658	517.931
Contribuição Social corrente	-	-	391.246	329.655
Saldo negativo IRPJ	192.149	538.490	192.149	538.490
Saldo negativo CSLL	69.172	101.701	69.172	101.701
	<u>261.321</u>	<u>640.191</u>	<u>1.749.225</u>	<u>1.487.777</u>
Passivo circulante				
Imposto de Renda corrente	-	-	-	35
Contribuição Social corrente	-	-	-	19.589
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>19.624</u>

14.2 - Imposto de renda e contribuição social diferidos

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo não circulante				
Imposto de Renda	-	-	2.605.645	1.105.148
Contribuição Social	-	-	935.517	395.839
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.541.162</u>	<u>1.500.987</u>
Passivo não circulante				
Imposto de Renda	314.257	418.982	4.282.233	5.602.584
Contribuição Social	113.133	150.834	2.012.114	1.642.153
	<u>427.390</u>	<u>569.816</u>	<u>6.294.347</u>	<u>7.244.737</u>

Em decorrência da aquisição de controle da MESA houve um acréscimo na rubrica de créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa. Em 31 de dezembro de 2022, a MESA possui o montante de R\$ 2.077.784 referente ao saldo do ativo fiscal diferido.

A Eletrobras está iniciando, junto aos bancos credores, a renegociação de parte relevante da dívida detida por SAESA. Atualmente a subsidiária possui indicadores financeiros não compatíveis com as orientações estratégicas da Companhia e, portanto, tal reestruturação visa adequar sua estrutura de dívida e sua performance de resultados.

14.3 - Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	31/12/2022			31/12/2021		
	Ativo	Passivo	Efeito Líquido ativo (passivo)	Ativo	Passivo	Efeito Líquido ativo (passivo)
Ativo diferido						
CGT Eletrosul	2.995.804	(1.532.426)	1.463.378	2.946.137	(1.445.150)	1.500.987
Furnas ¹	2.077.784	-	2.077.784	-	-	-
	<u>5.073.588</u>	<u>(1.532.426)</u>	<u>3.541.162</u>	<u>2.946.137</u>	<u>(1.445.150)</u>	<u>1.500.987</u>
Passivo diferido						
Eletrobras	-	(427.390)	(427.390)	-	(569.816)	(569.816)
Chesf	2.158.774	(2.747.003)	(588.229)	1.754.433	(2.424.625)	(670.192)
Furnas	2.666.371	(6.909.249)	(4.242.878)	2.324.090	(6.459.602)	(4.135.512)
Eletropar	-	(9.327)	(9.327)	-	(9.805)	(9.805)
Eletronorte	1.117.175	(2.143.698)	(1.026.523)	1.374.181	(3.233.593)	(1.859.412)
Eletronuclear	-	-	-	549.705	(549.705)	-
	<u>5.942.320</u>	<u>(12.236.667)</u>	<u>(6.294.347)</u>	<u>6.002.409</u>	<u>(13.247.146)</u>	<u>(7.244.737)</u>
	<u>11.015.908</u>	<u>(13.769.093)</u>	<u>(2.753.185)</u>	<u>8.948.546</u>	<u>(14.692.296)</u>	<u>(5.743.750)</u>

	31/12/2022			31/12/2021		
	Ativo	Passivo	Efeito Líquido ativo (passivo)	Ativo	Passivo	Efeito Líquido ativo (passivo)
Ativo diferido						
CGT Eletrosul	2.995.804	(1.532.426)	1.463.378	2.946.137	(1.445.150)	1.500.987
Furnas ¹	2.077.784	-	2.077.784	-	-	-
	5.073.588	(1.532.426)	3.541.162	2.946.137	(1.445.150)	1.500.987
Passivo diferido						
Eletrobras	-	(427.390)	(427.390)	-	(569.816)	(569.816)
Chesf	2.158.774	(2.747.003)	(588.229)	1.754.433	(2.424.625)	(670.192)
Furnas	2.666.371	(6.909.249)	(4.242.878)	2.324.090	(6.459.602)	(4.135.512)
Eletropar	-	(9.327)	(9.327)	-	(9.805)	(9.805)
Eletronorte	1.117.175	(2.143.698)	(1.026.523)	1.374.181	(3.233.593)	(1.859.412)
Eletronuclear	-	-	-	549.705	(549.705)	-
	5.942.320	(12.236.667)	(6.294.347)	6.002.409	(13.247.146)	(7.244.737)
	<u>11.015.908</u>	<u>(13.769.093)</u>		<u>8.948.546</u>	<u>(14.692.296)</u>	

¹ Ativo fiscal diferido consolidado de Furnas composto substancialmente pelo saldo de MESA.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Tributos diferidos ativos				
Provisões Operacionais	-	-	1.812.089	1.015.144
Créd. Tributário s/ Prejuízo Fiscal e Base Negativa (a)	-	-	3.646.840	2.052.298
Créditos Tributários s/Perdas Atuariais	-	-	840.125	126.277
Provisão para Litígios	-	-	2.032.381	1.850.554
Perda Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	625.897	1.075.818
Provisões para perdas não operacionais	-	-	474.198	380.619
Perdas estimadas em investimentos	-	-	166.027	234.400
Ajustes CPC 47	-	-	770.561	348.481
Impairment ¹	-	-	226.138	1.535.144
Outros	-	-	421.652	329.811
Total Ativo	-	-	11.015.908	8.948.546
Tributos diferidos passivos				
Ativo contratual	-	-	9.770.896	10.104.705
Ajustes CPC 47	-	-	1.640.037	1.141.187
Repactuação do Risco Hidrológico	-	-	873.629	1.344.845
Encargos de Dívidas	-	-	-	558.457
Instrumentos Financeiros VJORA	427.390	569.816	427.390	569.816
Depreciação acelerada	-	-	293.257	273.826
Outros	-	-	763.884	699.460
Total Passivo	427.390	569.816	13.769.093	14.692.296
Tributos diferidos passivos, líquidos	<u>427.390</u>	<u>569.816</u>	<u>2.753.185</u>	<u>5.743.750</u>

¹ Impairment - Perda estimada por irrecuperabilidade de ativos

(a) Em decorrência da aquisição de controle da MESA houve um acréscimo na rubrica de créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa. Em 31 de dezembro de 2022, a MESA possui o montante de R\$ 2.077.784 referente ao saldo do ativo fiscal diferido. A Companhia está desenvolvendo um plano de reestruturação que tem como objetivo a aceleração do uso desse crédito tributário. O plano contempla estratégias e iniciativas de cunho societário, tributário e financeiro, juntamente com sinergias operacionais intercompany que possibilitarão a reestruturação da Controlada e, por conseguinte, a aceleração da realização dos tributos diferidos constituídos sobre os prejuízos fiscais.

Os montantes reconhecidos nas demonstrações contábeis são resultantes de nossa melhor estimativa dos lucros tributáveis futuros, sendo a base do valor registrado formada pelas diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social de cada entidade, cuja realização esperada por exercício futuro é como segue:

	Eletrobras	CGT Eletrosul	Furnas	Chesf	Eletropar	Eletronorte	Total
2023	-	192.589	(842.101)	36.902	(3.109)	(8.034)	(623.753)
2024	-	180.538	(898.755)	36.902	(3.109)	(8.033)	(692.457)
2025	-	109.743	(919.144)	8.037	(3.109)	(45.342)	(849.815)
2026	-	(27.666)	(919.144)	7.470	-	(57.735)	(997.075)
Após 2027	(427.390)	1.008.174	1.414.050	(677.540)	-	(907.379)	409.915
	<u>(427.390)</u>	<u>1.463.378</u>	<u>(2.165.094)</u>	<u>(588.229)</u>	<u>(9.327)</u>	<u>(1.026.523)</u>	<u>(2.753.185)</u>

Adicionalmente, a Eletrobras não apresentou perspectiva de lucro tributável futuro e, desta forma, os créditos tributários diferidos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não registrados nas demonstrações contábeis somam o valor de R\$ 2.714.529 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 3.205.205 em 31 de dezembro de 2021).

A Companhia também possui em seus livros fiscais diferenças temporárias ativas, que caso existissem os pressupostos para reconhecimento contábil, gerariam ativo fiscal diferido no montante de R\$ 12.050.743, em 31 de dezembro de 2022, cuja composição é apresentada a seguir:

Ativo Fiscal Diferido sobre diferenças temporárias não reconhecido	31/12/2022
Provisão para Litígios	9.588.690
Provisão atuarial	244.336
PECLD	1.605.189
Variação cambial passiva	176.078
Outros	436.450
	12.050.743

14.4 - Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
	IRPJ/CSLL		IRPJ/CSLL	
Resultado operacional antes dos tributos	3.212.011	5.731.106	3.347.210	11.059.505
IRPJ e CSLL calculado às alíquotas nominais	(1.092.084)	(1.948.576)	(1.138.051)	(3.760.232)
Efeitos de adições e exclusões:				
Tributos diferidos não reconhecidos/baixados	(3.273.609)	(8.333.715)	(2.885.746)	(9.336.783)
Variação Cambial	40.131	(136.397)	40.131	(136.397)
Equivalência patrimonial	2.572.681	6.337.852	805.724	722.018
Provisões	1.190.378	4.166.364	1.727.714	5.721.293
Receita financeira - Ativo de Contrato	-	-	272.872	689.880
Atualização Monetária	(314.694)	48.435	(314.694)	48.435
Constituição de tributo diferido sobre prejuízo fiscal/base negativa	-	-	-	13.525
Constituição/Reversão de Créditos Tributários	-	-	(376.652)	(887.365)
Incentivos Fiscais (a)	173	-	152.059	732.541
Doações	(20.617)	(4.377)	(20.617)	(17.830)
Repactuação Risco Hidrológico	-	-	395.666	1.317.411
Demais adições e exclusões permanentes	334.222	(129.586)	645.981	(367.138)
Total da despesa de IRPJ e CSLL	(563.419)	-	(695.613)	(5.260.642)
Alíquota efetiva	17,54%	0,00%	20,78%	48,03%

(a) Incentivos Fiscais

A Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), por meio de laudos constitutivos, reconheceram o direito à redução de 75% do imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis, calculados sobre o lucro da exploração nas atividades de geração e transmissão de energia elétrica, cujo montante de benefício apurado até 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 116.797 (R\$ 678.853 em 31 de dezembro de 2021). As controladas Chesf (SUDENE) e Eletronorte (SUDAM) usufruem destes benefícios fiscais.

14.5 - Imposto de renda e contribuição social reconhecidos em outros resultados abrangentes

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ajuste ganhos e perdas atuariais	-	-	(15.068)	(359.964)
Remensuração do valor justo de instrumentos financeiros por meio de ORA	142.426	80.706	142.426	79.621
Imposto de renda e da contribuição social reconhecidos em outros resultados abrangentes	142.426	80.706	127.358	(280.343)

Prática contábil

O resultado de Imposto de Renda e a Contribuição Social é reconhecido na demonstração do resultado, dividido em corrente e diferido, no período da ocorrência do resultado (lucro ou prejuízo) a que se referem. O Imposto de Renda e a Contribuição Social, relacionados com os outros resultados abrangentes, são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, sem transitar pelo resultado do exercício, e apresentados na Demonstração de Resultado Abrangente.

O imposto de renda - IRPJ, corrente e diferido, é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando-se a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável do exercício.

A despesa de Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente é calculada com base nos resultados que podem ser admitidos na apuração de pagamento de imposto de renda e contribuição social do exercício.

O resultado com Imposto de Renda e a Contribuição Social diferido representa, basicamente, o resultado tributário originado (i) das receitas e despesas que não podem (diferenças temporárias), em razão das regras tributárias, ser consideradas na base cálculo de pagamento de Imposto de Renda e a Contribuição Social na apuração do exercício, mas que poderão ser utilizadas em exercícios seguintes, e (ii) de eventual prejuízo do exercício.

Os créditos de Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos (ativo), originados por diferenças temporárias ou por eventuais prejuízos, são reconhecidos na proporção da probabilidade de lucro tributável futuro e na possibilidade de utilização das diferenças temporárias.

Quando há o direito legal e a intenção de compensá-los, na apuração dos tributos correntes, os tributos diferidos ativos e passivos, relacionados com a mesma entidade legal, são apresentados pelo líquido no balanço patrimonial.

NOTA 15 – DIREITOS E OBRIGAÇÕES DE RESSARCIMENTO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo Circulante				
Conta de consumo de combustíveis - CCC (a)	584.826	556.270	615.540	583.863
Ressarcimento do ativo imobilizado em curso - AIC (b)	211.950	184.985	211.950	184.985
	796.776	741.255	827.490	768.848
Ativo Não Circulante				
Conta de consumo de combustíveis - CCC (a)	2.094.538	5.471.642	2.170.928	5.569.712
Perdas estimadas CCC - PECLD	(340.063)	(340.063)	(340.063)	(340.063)
Ressarcimento do ativo imobilizado em curso - AIC (b)	294.042	397.737	294.042	397.737
	2.048.517	5.529.316	2.124.907	5.627.386
Total de direito de ressarcimento	2.845.293	6.270.571	2.952.397	6.396.234
Passivo Circulante				
Desvio negativo – Angra 2	-	-	-	22.259
PROINFA (c)	1.912.423	836.744	1.912.423	836.744
	1.912.423	836.744	1.912.423	859.003
Total de obrigação de ressarcimento	1.912.423	836.744	1.912.423	859.003

(a) Conta de Consumo de Combustível - CCC

Créditos que representam o direito de reembolso da Conta de Consumo de Combustível, relativos aos custos de geração de energia elétrica nos sistemas isolados, incluindo os custos relativos à contratação de energia e de potência associada à geração própria para atendimento ao serviço público de energia elétrica, aos encargos e impostos do setor elétrico e, ainda, aos investimentos realizados. A Companhia registra provisões com base na expectativa de recebimento, considerando os critérios de avaliação das fiscalizações de asseguarção realizadas pela ANEEL.

A Eletrobras e a Eletronorte receberão os valores em 60 parcelas mensais atualizadas pelo IPCA, sendo iniciado os pagamentos a partir de janeiro de 2022. A variação no ano deve-se a utilização de parte dos créditos para pagamento das obrigações relacionadas aos novos contratos de concessão.

(b) Ressarcimento do ativo imobilizado em curso – AIC

Referem-se a valores a receber de ativo imobilizado das distribuidoras que eram controladas pela Eletrobras. Os valores serão recebidos em até 48 meses e são atualizados pela taxa SELIC ou IPCA.

(c) PROINFA

As operações de comercialização de energia elétrica no âmbito PROINFA geraram um saldo líquido positivo de R\$ 1.075.679 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 536.912 negativo no exercício findo em 31 de dezembro de 2021), não produzindo efeito no lucro líquido do exercício da Companhia, sendo este valor incluído na rubrica Obrigações de Ressarcimento.

15.1 – Movimentação do direito de ressarcimento

A movimentação apresentada a seguir compreende os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
Saldo inicial em 31 de dezembro 2021 e 2020	6.270.571	5.583.447	6.396.234	5.588.131
Adições	130.546	610.098	200.139	701.264
Amortizações ¹	(3.772.887)	(42.492)	(3.791.877)	(42.492)
Ressarcimento CDE	-	-	(67.584)	(40.061)
Atualizações	217.063	757.471	215.485	827.345
PECLD	-	(637.953)	-	(637.953)
Saldo final em 31 de dezembro 2022 e 2021	2.845.293	6.270.571	2.952.397	6.396.234

¹ Do total das amortizações, o valor de R\$ 2.906.499 se refere a utilização dos créditos de ineficiência para a aquisição dos novos contratos de concessão de geração de energia elétrica, conforme a lei nº 14.182/2021. Esta transação não impactou o caixa da Companhia.

15.2 – Fluxo de recebimento do direito de ressarcimento a valor presente

	CONSOLIDADO
	31/12/2022
2023	822.277
2024	801.806
2025	667.946
2026	658.191
2027	2.177
	2.952.397

NOTA 16 – ATIVO CONTRATUAL DE TRANSMISSÃO

A Companhia registra o direito às contraprestações originadas pela construção dos empreendimentos de transmissão, no âmbito dos contratos de concessões, na rubrica Ativo Contratual de Transmissão. A movimentação desses ativos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, está demonstrada no quadro a seguir:

	Furnas	Chesf	Eletronorte	CGT Eletrosul	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	22.044.369	14.477.124	10.092.792	4.774.239	51.388.524
Aquisição do controle de investida ¹	-	-	-	1.022.102	1.022.102
Receita de construção	764.804	519.125	116.786	135.125	1.535.840
Receita financeira	4.238.573	2.922.291	1.836.475	949.287	9.946.626
Remensurações regulatórias - Transmissão	1.364.564	2.942.521	312.819	238.840	4.858.744
Baixa ²	-	-	(241.241)	(53.240)	(294.481)
Amortização	(3.917.892)	(2.732.905)	(1.510.376)	(781.214)	(8.942.387)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	24.494.418	18.128.156	10.607.255	6.285.139	59.514.968
	Furnas	Chesf	Eletronorte	CGT Eletrosul	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	24.494.418	18.128.156	10.607.255	6.285.139	59.514.968
Receita de construção	480.112	605.344	143.735	265.116	1.494.307
Receita financeira	3.252.503	2.403.532	1.399.382	845.839	7.901.256
Remensurações regulatórias - Transmissão	19.874	228.155	21.890	95.259	365.178
Transferências	-	-	-	20.762	20.762
Amortização	(3.483.290)	(2.504.388)	(1.399.078)	(857.505)	(8.244.261)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	24.763.617	18.860.799	10.773.184	6.654.610	61.052.210

¹ A incorporação refere-se à aquisição de controle da investida Fronteira Oeste Transmissora de Energia S.A. pela CGT Eletrosul, ocorrida em maio de 2021; e

² Foi encerrado o contrato de concessão de transmissão da incorporada Amazonas GT, a qual foi indenizada no valor de R\$ 239.300.

A Companhia utiliza como margem de construção dos contratos de concessão, que acrescida ao custo de construção, forma a receita de construção, o custo médio ponderado de capital – WACC da Eletrobras, do ano de início de cada contrato. Anualmente, a Companhia compara o saldo do ativo de cada contrato com o fluxo previsto de RAPs futuras, considerando a taxa de desconto de cada contrato. Tanto os impactos positivos quanto os negativos são registrados na receita de construção.

As taxas de remuneração utilizadas (Receita financeira), estabelecidas no início de cada projeto, são de aproximadamente, em média, 8,08% ao ano, para os contratos renovados, e 7,51% para os licitados.

Os saldos dos contratos são atualizados (Atualização monetária) substancialmente pelo IPCA, exceto para os contratos 004/2004, 010/2005, 005/2005, 006/2005 e 034/2001, que são atualizados pelo IGPM.

Em 2022, as RAPs de 17 concessões da Eletrobras foram reajustadas em razão de Revisão Tarifária Periódica – RTP, impactando o ativo contratual da transmissão e o resultado da Companhia em R\$ 365.178, na rubrica Remensurações regulatórias - Contratos de transmissão.

Em julho de 2022, a ANEEL, por meio da Resolução nº 3.067/2022, homologou os valores das RAPs para o ciclo 2022/2023:

Empresas Eletrobras	RAP homologada
Furnas	5.439.877
Chesf	4.230.451
Eletronorte	2.580.273
CGT Eletrosul	1.634.642
	13.885.243

Em junho de 2022, a SGT/ANEEL publicou a Nota Técnica nº 085/2022, que revisitou os pedidos de reconsideração interpostos no âmbito do pagamento do componente financeiro e reperfilamento da RBSE. A produção de efeitos dessa Nota Técnica depende de adequada instrução processual para que o mérito seja analisado pela diretoria colegiada da ANEEL. A Companhia continua acompanhando e atuando em relação à questão para que as premissas, metodologias e cálculos considerados até o momento continuem vigentes.

Do saldo atual do ativo contratual da transmissão, R\$ 36.041.147 correspondem ao direito às contraprestações originadas pela infraestrutura não depreciada da RBSE – Rede Básica do Sistema Existente, quando das renovações das concessões em 2012, nos termos da Lei nº 12.783/2013. O fluxo estimado pela Companhia para o recebimento das RAPs relativas à RBSE está demonstrado, por ciclo, no quadro a seguir:

Ciclos	CGT Eletrosul	Chesf	Eletronorte	Furnas	Total
23-24	479.922	2.571.964	1.129.435	4.213.298	8.394.619
24-25	479.922	2.571.964	1.129.435	4.213.298	8.394.619
25-26	479.922	2.571.964	1.129.435	4.213.298	8.394.619
26-27	479.922	2.571.964	1.129.435	4.213.298	8.394.619
27-28	479.922	2.571.964	1.129.435	4.213.298	8.394.619
Total	2.399.610	12.859.820	5.647.175	21.066.490	41.973.095

Prática contábil

Os ativos de transmissão da Companhia são tratados no escopo do CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente. Seguindo o CPC 47/IFRS 15, os direitos da entidade às contraprestações originadas de obrigações de desempenho concluídas, cujo direito efetivo do recebimento está condicionado ao cumprimento de outras obrigações contratuais, devem ser classificados como ativos de contrato, que a Companhia identifica como Ativo Contratual, no balanço patrimonial.

Para desenvolver as atividades de construção da infraestrutura de transmissão e operá-la e mantê-la – O&M, no âmbito dos contratos de concessões de transmissão de energia de energia elétrica, a Companhia é remunerada pela Receita Anual Permitida – RAP e pelos valores residuais correspondentes ao saldo não depreciado dos empreendimentos de transmissão ao final da concessão, calculado pela ANEEL, quando previstos contratualmente.

Para fins de registros contábeis, a Companhia, com base nos custos projetados de construção e de operação e manutenção, acrescidas das margens de lucros desejadas para essas atividades, separa a RAP, estipulada no contrato de concessão (Leilão de transmissão), em duas partes: (i) parcela da RAP destinada à remuneração da atividade de Construção e a parcela da RAP destinada à remuneração da atividade Operação e Manutenção – O&M.

As margens de lucratividade desejadas são formadas com base no custo médio ponderado de capital - WACC da Eletrobras, nos riscos de atrasos nas obras e nas penalidades regulatórias originadas pelas indisponibilidades das linhas de transmissão de energia elétrica.

À medida que a construção do empreendimento de transmissão evolui, a Companhia reconhece, na rubrica de ativo o contratual, em contrapartida a receita de construção, os valores das RAPs relativas à construção do empreendimento de transmissão e o saldo residual, quando previsto contratualmente, na proporção da execução do projeto. O ativo contratual da transmissão corresponde, portanto, aos valores das RAPs, relativas à construção, e o saldo residual, quando previsto contratualmente, que serão recebidos futuramente, trazidos a valor presente, na proporção da execução do projeto.

A taxa de desconto (implícita) de cada contrato de concessão representa o índice que equilibra o fluxo financeiro projetado, formado pelos custos projetados de construção e operação e manutenção, pelas margens de construção e operação e manutenção, pelos fluxos projetados de RAP e pelo valor residual projetado, quando aplicável.

O ativo contratual é atualizado mensalmente pelos juros implícitos, com base na taxa de desconto de cada contrato, e pela atualização monetária (IPCA ou IGPM), em função dos reajustes das RAPs.

As Receitas Anuais Permitidas – RAPs dos contratos de concessão são revisadas a cada cinco anos, no processo de Revisão Tarifária Periódica da ANEEL – RTP, que analisa, principalmente, a estrutura de investimentos realizados e a taxa de remuneração de capital, resultando, normalmente, em modificações nos valores das RAPs futuras. Após a publicação dos resultados da RTP pela ANEEL, a Companhia remensura o fluxo de recebimentos futuros relacionados com construção do empreendimento de transmissão, e, em razão disso, o saldo do ativo contratual é ajustado para considerar o novo fluxo de recebíveis. A diferença entre o saldo do ativo contratual antes da RTP e o saldo do ativo contratual após a RTP é registrado no resultado do período, na rubrica Remensurações Regulatórias – Contratos de Transmissão.

O direito efetivo de recebimento dos fluxos de caixas (RAPs) relativos à construção está condicionado à satisfação de outra obrigação de desempenho contratual, a de operar e manter a infraestrutura, por isso a amortização do ativo contratual (reclassificação para o contas a receber de clientes) ocorre à medida que a Companhia cumpre as obrigações mensais de operar e manter a infraestrutura, que ocorre no período compreendido entre a finalização da implantação do empreendimento de transmissão e o final da concessão

À medida que as obrigações de operar e manter a infraestrutura são satisfeitas, a Companhia reconhece, na rubrica de contas a receber de clientes, em contrapartida a receita de operação e manutenção – O&M, os valores das RAPs relativas à operação e manutenção dos empreendimentos de transmissão. O reconhecimento direto em contas a receber de clientes, sem transitar no ativo contratual, é possível, pois o direito de recebimento de RAP, originado pela execução da atividade de operação e manutenção, não depende do cumprimento de outras obrigações.

NOTA 17 – ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo Circulante				
Ativo Financeiro Itaipu (a)	389.438	-	389.438	-
Ativo Não Circulante				
Concessões de Geração Indenizáveis (b)	-	-	-	2.172.162
Ativo Financeiro Itaipu (a)	-	428.865	-	428.865
	<u>389.438</u>	<u>428.865</u>	<u>389.438</u>	<u>2.601.027</u>
Passivo Circulante				
Passivo Financeiro Itaipu (a)	-	(578.626)	-	(578.626)
	<u>-</u>	<u>(578.626)</u>	<u>-</u>	<u>(578.626)</u>

(a) Ativo (Passivo) Financeiro de Itaipu

	CONTROLADORA / CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021
Ativo / Passivo Circulante		
Contas a Receber	-	3.665.620
Direito de Ressarcimento	1.738.746	2.837.610
Fornecedores de Energia - Itaipu	-	(3.213.830)
Obrigações de ressarcimento - Comercialização de energia	-	(1.705.223)
Obrigações de ressarcimento - Fator de ajuste	(1.349.308)	(2.162.803)
	389.438	(578.626)
Ativo / Passivo não circulante		
Contas a Receber	-	406.085
Direito de Ressarcimento	-	306.339
Obrigações de ressarcimento	-	(283.559)
	-	428.865
	389.438	(149.761)

Os efeitos da constituição do ativo financeiro Itaipu estão inseridos acima e detalhados a seguir:

• Fator de ajuste

Os saldos decorrentes do fator de ajuste de Itaipu Binacional, inseridos nas rubricas de ativo e passivo financeiros estão apresentados na tabela a seguir:

	31/12/2022		31/12/2021	
	R\$	US\$	R\$	US\$
Ativo regulatório - Ativo circulante	1.738.746	333.240	2.837.610	508.487
Ativo regulatório - Ativo não circulante	-	-	306.339	54.895
Total do ativo	1.738.746	333.240	3.143.949	563.382
Obrigações de ressarcimento - União - Passivo circulante	(1.349.308)	(258.602)	(2.162.803)	(387.564)
Obrigações de ressarcimento - União - Passivo não circulante	-	-	(283.559)	(50.812)
Total do passivo	(1.349.308)	(258.602)	(2.446.362)	(438.376)
Ativo financeiro líquido	389.438	74.638	697.587	125.006
Taxa Adotada:	31/12/2022	31/12/2021		
USD	5,22	5,58		

O passivo da Companhia será repassado ao Tesouro Nacional até 2024, como decorrência da operação de cessão de crédito realizada entre a Companhia e o Tesouro Nacional em 1999. Tais valores serão realizados mediante a sua inclusão na tarifa de repasse a ser praticada em 2023.

Com a conclusão do processo de capitalização da Companhia, a responsabilidade pela comercialização da energia elétrica produzida pela usina hidrelétrica de Itaipu foi transferida para a ENBpar.

(b) Concessões de Geração Indenizáveis

De acordo com os novos contratos de concessão assinados em junho de 2022, não há previsão para as indenizações por investimentos ainda não amortizados referentes aos projetos básicos e investimentos vinculados a bens reversíveis das usinas hidrelétricas, ainda não amortizados ou não depreciados, cujas concessões foram prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783/2013. Desta forma os ativos pendentes de indenização foram baixados via resultado da Companhia. Vide nota 1.2.

CONSOLIDADO				
Controlada	Usina	31/12/2022	31/12/2021	
Furnas	UHE Furnas	-	762.191	
Furnas	UHE Luiz Carlos de Barreto de Carvalho	-	505.411	
Chesf	UHE Paulo Afonso I, II, III e IV	-	449.520	
Chesf	UHE Boa Esperança	-	135.370	
Furnas	UHE Marimbondo	-	85.448	
Chesf	UHE Luiz Gonzaga (Itaparica)	-	65.935	
Furnas	UHE Funil	-	49.449	
Furnas	UHE Porto Colômbia	-	43.701	
Chesf	UHE Xingó	-	38.793	
Chesf	UHE Funil	-	14.488	
Chesf	UHE Pedra	-	13.141	
Eletronorte	UHE Coaracy Nunes	-	5.235	
Furnas	UHE Corumbá	-	3.480	
		-	2.172.162	

Prática contábil

O direito da Companhia originado pelo fator de ajuste de Itaipu Binacional, são atualizados periodicamente pela inflação americana, com reconhecimento no resultado financeiro.

NOTA 18 – CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo Circulante				
Outros	-	-	173.996	63.718
	-	-	173.996	63.718
Ativo Não Circulante				
Cíveis	5.523.526	5.991.258	6.377.621	6.423.554
Trabalhistas	-	-	691.056	678.578
Tributárias	-	-	565.692	471.727
Outros	878.596	402.389	923.644	673.626
	6.402.122	6.393.647	8.558.013	8.247.485
	6.402.122	6.393.647	8.732.009	8.311.203

NOTA 19 – ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

A Eletrobras apresenta no ativo não circulante, valores correspondentes a adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC) nas seguintes investidas, conforme movimentação abaixo:

	CONTROLADORA					
	Eletronuclear	CGT Eletrosul	Furnas	Eletronorte	Chesf	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.068.922	90.782	63.404	-	-	1.223.108
Adições	2.447.464	300.000	-	-	-	2.747.464
Atualização monetária	49.861	-	2.812	-	-	52.673
Devolução	-	(90.782)	-	-	-	(90.782)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.566.247	300.000	66.216	-	-	3.932.463
Adições (a)	-	-	-	8.829.807	11.766.222	20.596.029
Capitalizações	(3.699.574)	(300.000)	-	-	-	(3.999.574)
Atualização monetária	133.327	-	5.346	-	-	138.673
Devoluções	-	-	(71.562)	-	-	(71.562)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	-	-	8.829.807	11.766.222	20.596.029

- (a) A Companhia definiu que os pagamentos em contrapartida aos ativos adquiridos no processo de capitalização (bônus de outorga) fossem realizados por suas controladas. Em razão disso, o valor arrecadado na oferta de ações foi transferido às controladas, por meio de adiantamentos para futuro

aumento de capital. A transferência dos recursos para a controlada Furnas, no montante de R\$ 8.908.219, foi contabilizada na rubrica de investimentos e foi capitalizado em outubro de 2022 após a emissão de ações pela controlada.

Prática contábil

Os recursos concedidos às investidas, a título de adiantamento para futuro aumento de capital, são classificados em rubrica específica do ativo não circulante, e não em investimentos, quando a totalidade das condições para a integralização desses recursos no capital social das investidas não estiverem satisfeitas, principalmente no que se relaciona com a quantidade de ações.

Após o período de um ano, os adiantamentos para futuro aumento de capital não integralizados passam a ser atualizados por indexador estabelecido contratualmente.

NOTA 20 – INVESTIMENTOS

	Participações	CONTROLADORA	
		31/12/2022	31/12/2021
Controladas			
Furnas	99,67%	45.128.153	26.703.790
Chesf	99,58%	21.366.866	20.562.574
Elettronorte	99,69%	22.641.853	19.536.381
CGT Eletrosul	99,96%	8.835.454	8.132.619
Eletro nuclear	67,95%	-	2.568.797
Eletropar	83,71%	181.410	178.047
		98.153.736	77.682.208

	Participações	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Controlada em conjunto					
Norte Energia S.A. - NESA	49,98%	-	1.916.058	6.060.822	6.384.303
Energia Sustentável do Brasil S.A. - ESB	40,00%	-	-	3.563.552	3.295.627
Belo Monte Transmissora de Energia S.A. - BMTE	49,00%	-	-	2.005.808	1.895.036
Interligação Elétrica do Madeira S.A. - IE Madeira	49,00%	-	-	1.735.667	1.409.983
Teles Pires Participações S.A. - TPP	49,44%	-	-	315.385	789.994
Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.	49,90%	-	-	548.104	634.284
Chapecoense Geração S.A.	40,00%	-	-	253.633	454.259
Empresa de Energia São Manoel S.A.	33,33%	-	-	588.913	428.168
Interligação Elétrica Garanhuns S.A. - IE Garanhuns	49,00%	-	-	502.090	413.106
Companhia Energética Sinop S.A. - SINOP	49,00%	-	-	526.442	349.256
Energética Águas da Pedra S.A. - EAPSA	49,00%	-	-	-	291.327
Enerpeixe S.A.	40,00%	-	-	261.789	266.309
Sistema de Transmissão Nordeste S.A. - STN	49,00%	-	-	269.217	258.272
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	24,50%	-	-	222.169	188.675
Triângulo Mineiro Transmissora de Energia S.A.	49,00%	-	-	199.746	182.828
Goiás Transmissão S.A.	49,00%	-	-	206.773	177.274
Retiro Baixo Energética S.A.	49,00%	-	-	155.470	168.726
MGE Transmissão S.A.	49,00%	-	-	196.954	168.273
Rouar S.A.	50,00%	133.828	134.264	133.828	134.264
Transenergia Renovável S.A.	49,00%	-	-	96.112	97.461
Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.	39,00%	-	-	89.860	79.406
Luziania-Niquelandia Transmissora S.A.	49,00%	47.750	38.320	47.750	38.320
Itaipu	-	-	279.025	-	279.025
Outros	24,50% a 54,10%	-	9	381.437	364.160
		181.578	2.367.676	18.361.521	18.748.336

Coligadas					
Eletro nuclear	67,95%	7.188.028	-	7.188.028	-
Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. - CTEEP	35,03%	4.902.846	4.357.895	5.007.916	4.451.016
Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T ¹	-	-	644.208	-	644.208
Lajeado Energia S.A.	40,07%	96.037	99.516	96.037	99.516
CEB Lajeado S.A.	40,07%	94.839	74.160	94.839	74.160
Paulista Lajeado Energia S.A.	40,07%	14.522	37.925	14.522	37.925
Outros	32,59% a 39,02%	1.447.972	1.702.495	1.461.401	1.714.011
		13.744.244	6.916.199	13.862.743	7.020.836
		112.079.558	86.966.083	32.224.264	25.769.172

¹ A Eletrobras vendeu a totalidade de sua participação acionária na CEEE-T para a CPFL Comercialização de Energia Cone Sul Ltda, em abril de 2022.

Mensurados a valor justo

Participações		CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
		Valor Patrimonial ¹	Valor Justo		Valor Patrimonial ¹	Valor Justo	
		31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021
AES Tietê Energia S.A	6,80%	147.327	383.958	333.932	147.327	383.958	333.932
Companhia Energética do Ceará - COELCE	7,06%	76.658	200.391	254.664	76.658	200.391	254.664
Energisa Holding	2,06%	101.897	371.418	354.279	101.897	371.418	354.279
Auren Energia S.A. ²	1,03%	61.468	152.425	-	61.468	152.425	-
Companhia Energética de São Paulo - CESP ²	-	-	-	224.090	-	-	224.090
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - CELESC	10,75%	266.636	227.237	281.924	266.636	227.237	281.924
Companhia Paranaense de Energia - COPEL	0,56%	60.413	105.164	92.459	60.413	105.164	92.459
Equatorial Energia Pará	0,99%	16.075	143.008	117.671	16.075	143.008	117.671
Neoenergia Pernambuco ³	-	-	-	31.941	-	-	31.941
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S.A.	0,18%	3.064	32.632	32.400	3.064	32.632	32.400
Rio Paranapanema Energia	0,47%	3.924	11.899	14.615	3.924	11.899	14.615
Companhia Energética de Brasília - CEB	2,10%	11.861	16.330	23.650	11.861	16.330	23.650
Outros	Entre 0,06% a 0,31%	368	12.799	12.914	41.416	116.796	116.984
		749.691	1.657.261	1.774.539	790.739	1.761.258	1.878.609

¹ Valor patrimonial conforme participação da Eletrobras e das suas controladas sobre o capital social das empresas;

² A Companhia Energética de São Paulo (CESP) foi incorporada pela Auren Energia S.A. em janeiro de 2022; e

³ A Eletrobras vendeu a totalidade de sua participação acionária na Neoenergia Pernambuco em outubro de 2022.

20.1 - Perdas estimadas em investimentos

A Companhia estima o valor recuperável de seus investimentos nas Coligadas com base em seu valor para o acionista, calculado a partir do fluxo de caixa descontado, ou seu valor de mercado, dos dois o maior, de acordo com o CPC 01/IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, para os casos em que tenha havido alguma transação sob condições de mercado para alguma SPE.

As premissas utilizadas consideram a melhor estimativa da Administração da Eletrobras sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como em dados históricos das SPEs. As principais premissas são descritas a seguir:

- Crescimento compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira;
- Taxa de desconto ao ano (após os impostos*) específica para cada SPE, respeitando a estrutura de capital e custo da dívida de cada uma, utilizando o WACC, valendo-se dos mesmos parâmetros, com exceção a estrutura de capital e custo da dívida, utilizados para o cálculo das taxas de desconto dos ativos corporativos. Maiores informações, vide nota 23;
- Receitas projetadas de acordo com os contratos, sem previsão de prorrogação da concessão/autorização; e
- Despesas considerando o Plano de Negócios de cada investida e os valores históricos realizados.

* O uso de taxas de desconto pós-impostos, na determinação dos valores em uso, não resultaria em valores recuperáveis materialmente diferentes caso taxas antes dos impostos fossem utilizadas.

	CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021
Teles Pires Participações S.A. - TPP	468.478	-
Energia Sustentável do Brasil S.A. - ESBR	-	309.617
Interligação Elétrica do Madeira S.A. - IE Madeira	92.192	310.411
Companhia Energética Sinop S.A. - SINOP	139.677	354.900
Empresa de Energia São Manoel S.A.	-	177.516
Transnorte Energia S.A.	122.787	133.058
Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.	141.393	73.868
Outros	16.652	7.294
	981.179	1.366.664

20.2 – Combinação de negócios: aquisição de controle da Madeira Energia S.A. (MESA)

Em razão das divergências entre a SAESA e o Consórcio Construtor Santo Antônio (CCSA), em novembro de 2015, a SAESA, buscando declarar a responsabilidade do CCSA em relação aos custos de recomposição de lastro aos contratos de compra e venda de energia celebrados pela SAESA no âmbito da antecipação do cronograma contratual, instaurou processo de arbitragem contra o CCSA na "International Chamber of Commerce - ICC". Em fevereiro de 2022, a Corte Internacional de Arbitragem proferiu sentença desfavorável, gerando obrigações de desembolsos à SAESA.

Para atender as obrigações financeiras decorrentes da perda imposta à Santo Antônio Energia S.A (SAESA), controlada integral da MESA, Furnas, em junho de 2022, integralizou 5.494.950.237 ações ordinárias no valor de R\$ 681.374, em decorrência do direito de preferência no âmbito do aumento de capital da MESA, e, mais 7.267.560.939 de novas ações ordinárias subscritas, em decorrência das sobras de ações do aumento de capital, integralizando o valor equivalente a R\$ 901.177, totalizando o montante de R\$ 1.582.551. Com a integralização das ações, a participação de Furnas em MESA passou de 43,05% para 72,36%.

Em 08 de julho de 2022, foi assinado o distrato do Acordo de Acionistas da MESA, com esse ato, Furnas, que detém 72,36% do capital social, passou a ter os direitos de dirigir as atividades relevantes da Companhia, se tornando, portanto, a controladora da MESA.

A assunção do controle por Furnas, a partir do distrato do Acordo de Acionistas, se configura combinação de negócios, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 15 – Combinação de Negócios.

Com a finalidade de classificar a contraprestação da combinação de negócios, R\$ 1.582.551, valor correspondente a integralização do capital social, o patrimônio da MESA foi avaliado a valor justo, conforme quadro abaixo:

Balanco Patrimonial - MESA	Valor contábil 30/06/2022	Ajustes a valor justo	Valor justo (100,00%)	Valor justo - participação atual (72,36%)
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	1.762.742	-	1.762.742	1.275.591
IR e CSLL diferidos	2.077.704	-	2.077.704	1.503.510
Outros Ativos	758.493	-	758.493	548.876
Imobilizado e intangível	18.991.316	1.213.000	20.204.316	14.620.651
	23.590.255	1.213.000	24.803.255	17.948.628
Passivo				
Empréstimos e financiamentos	19.979.063	-	19.979.063	14.457.649
Outros Passivos	2.687.907	58.026	2.745.933	1.987.067
	22.666.970	58.026	22.724.996	16.444.716
Ativos (passivos) líquidos	923.285	1.154.974	2.078.259	1.503.912

Apesar do valor líquido de R\$ 1.503.912, destacado acima, o laudo de avaliação da Companhia demonstrou a necessidade de registro de provisão para perda, pois o valor adicionado ao ativo, resultado dos investimentos adicionais, foi inicialmente considerado parcialmente irre recuperável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o investimento em MESA estava com o saldo zero e com provisão para passivo a descoberto no montante de R\$ 705.864, relativa ao processo de arbitragem, que foi assumida pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2022, o resultado da Companhia foi impactado em R\$ 250.551, referente a provisão para perda do investimento, reconhecida na rubrica perdas estimadas de investimento. Vide nota 40.1.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de investimento em MESA é de R\$ 604.377.

A Eletrobras estuda os planos que poderão permitir a recuperabilidade completa do valor investido, considerando, inclusive, possíveis alterações no plano de negócios da investida.

20.3 - Mutação dos investimentos

Participações societárias e outros investimentos	CONTROLADORA							Saldo em 31/12/2022
	Saldo em 31/12/2021	Transferência para ativo mantido para venda/Baixa	Ganhos/Perdas de capital	Outros Resultados Abrangentes	Aumento / Redução de Capital	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Equivalência patrimonial	
Furnas	26.703.790	-	2.672	(4.095)	17.308.219	(535.202)	1.652.769	45.128.153
Chesf	20.562.574	-	-	(203.076)	-	(692.887)	1.700.255	21.366.866
Eletronorte	19.536.381	-	453	37.563	1.854.768	(867.031)	2.079.719	22.641.853
CGT Eletrosul ¹	8.132.619	-	5.838	76.715	300.000	(141.578)	461.860	8.835.454
Eletronuclear	2.568.797	-	-	880.647	6.232.330	(2.735.950)	242.204	7.188.028
Eletropar	178.047	-	-	148	-	(19.462)	22.677	181.410
Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. - CTEEI	4.357.895	-	-	75.705	(11.244)	(245.210)	725.700	4.902.846
Norte Energia S.A. - NESA ⁴	1.916.058	(1.854.472)	-	-	-	-	(61.586)	-
Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T ²	644.208	(648.271)	-	-	-	4.063	-	-
Itaipu ³	279.025	(279.025)	-	-	-	-	-	-
Rouar S.A.	134.264	-	-	(9.089)	-	(4.734)	13.387	133.828
Lajeado Energia S.A.	99.516	-	-	67	-	(115.640)	112.094	96.037
CEB Lajeado S.A.	74.160	-	-	18	-	(37.123)	57.784	94.839
Paulista Lajeado Energia S.A.	37.925	-	-	-	-	(13.690)	(9.713)	14.522
Luziania-Niquelandia Transmissora S.A.	38.320	-	-	-	-	(5.700)	15.130	47.750
Outros	1.702.504	(344.643)	-	22.458	(6.688)	(214.679)	289.020	1.447.972
	86.966.083	(3.126.411)	8.963	877.061	25.677.385	(5.624.823)	7.301.300	112.079.558

¹ A CGT Eletrosul incorporou a TSLE em abril de 2022;

² A Eletrobras vendeu a totalidade de sua participação acionária na CEEE-T para a CPFL Comercialização de Energia Cone Sul Ltda, em abril de 2022;

³ A Eletrobras, em junho de 2022, realizou a transferência da totalidade de sua participação acionária sobre Itaipu à ENBpar. Os valores a receber pela transferência podem ser identificados na nota 10; e

⁴ Em julho de 2022, a Eletrobras realizou a transferência da totalidade sua participação acionária sobre a Norte Energia para a Eletronorte.

Participações societárias e outros investimentos	CONTROLADORA							Saldo em 31/12/2021
	Saldo em 31/12/2020	Outros Resultados Abrangentes	Aumento / Redução de Capital	Ajustes de investidas	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Equivalência patrimonial		
Furnas	23.721.704	586.469	-	-	(1.668.703)	4.064.320		26.703.790
Chesf	16.250.487	159.939	-	-	(1.293.289)	5.445.437		20.562.574
Eletronorte	15.113.339	(24.394)	-	-	(2.970.076)	7.417.512		19.536.381
CGT Eletrosul	7.884.123	80.811	-	-	(69.143)	236.828		8.132.619
Eletronuclear	3.500.657	(401.870)	-	-	-	(529.990)		2.568.797
Norte Energia S.A. - NESA	1.980.979	-	-	-	-	(64.921)		1.916.058
Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. - CTEEP	4.235.422	(3.898)	9.082	-	(829.990)	947.279		4.357.895
Rouar S.A.	128.315	10.990	(5.338)	-	(5.099)	5.396		134.264
Lajeado Energia S.A.	90.340	175	-	-	(126.889)	135.890		99.516
CEB Lajeado S.A.	67.956	18	-	-	(25.769)	31.955		74.160
Paulista Lajeado Energia S.A.	38.056	-	-	-	(19.502)	19.371		37.925
Luziania-Niquelandia Transmissora S.A.	31.179	-	-	-	(5.348)	12.489		38.320
Outros	2.484.226	198.607	-	(31.739)	(334.419)	487.109		2.803.784
	75.526.783	606.847	3.744	(31.739)	(7.348.227)	18.208.675		86.966.083

CONSOLIDADO

Participações societárias e outros investimentos	Saldo em 31/12/2021	Efeitos da desconsolidação	Transferência para ativo mantido para venda/Baixa	Outros Resultados Abrangentes	Aumento / Redução de Capital	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Equivalência patrimonial	Perda estimada em investimentos	Saldo em 31/12/2022
Eletronuclear	-	6.571.987	-	474.581	-	-	141.460	-	7.188.028
Norte Energia S.A. - NESA	6.384.303	-	-	-	-	-	(323.481)	-	6.060.822
Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. - CTEEP	4.451.016	-	-	75.855	(11.244)	(250.310)	742.599	-	5.007.916
Energia Sustentável do Brasil S.A. - ESB	3.295.627	-	-	-	-	-	(41.692)	309.617	3.563.552
Belo Monte Transmissora de Energia S.A. - BMTE	1.895.036	-	-	-	-	(66.400)	177.172	-	2.005.808
Interligação Elétrica do Madeira S.A. - IE Madeira	1.409.983	-	-	-	-	(123.598)	231.063	218.219	1.735.667
Empresa de Energia São Manoel S.A.	428.168	-	-	-	-	-	(16.771)	177.516	588.913
Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.	634.284	-	-	-	-	(74.570)	55.915	(67.525)	548.104
Companhia Energética Sinop S.A. - SINOP	349.256	-	-	-	-	-	(38.037)	215.223	526.442
Interligação Elétrica Garanhuns S.A. - IE Garanhuns	413.106	-	-	-	-	(7.415)	96.399	-	502.090
Teles Pires Participações S.A. - TPP	789.994	-	-	-	46.336	-	(52.467)	(468.478)	315.385
Sistema de Transmissão Nordeste S.A. - STN	258.272	-	-	-	-	(52.964)	63.909	-	269.217
Enerpeixe S.A.	266.309	-	-	-	-	-	(4.520)	-	261.789
Chapecoense Geração S.A.	454.259	-	-	-	-	(369.709)	169.083	-	253.633
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	188.675	-	-	-	-	(10.433)	43.927	-	222.169
Goiás Transmissão S.A.	177.274	-	-	-	-	(9.188)	38.687	-	206.773
Triângulo Mineiro Transmissora de Energia S.A.	182.828	-	-	-	-	(5.145)	22.063	-	199.746
MGE Transmissão S.A.	168.273	-	-	-	-	(8.934)	37.615	-	196.954
Retiro Baixo Energética S.A.	168.726	-	-	-	-	(37.513)	24.257	-	155.470
Lajeado Energia S.A.	99.516	-	-	67	-	(115.640)	112.094	-	96.037
Rouar S.A.	134.264	-	-	(9.089)	-	(4.734)	13.387	-	133.828
Transenergia Renovável S.A.	97.461	-	-	-	-	(13.514)	12.165	-	96.112
CEB Lajeado S.A.	74.160	-	-	18	-	(37.123)	57.784	-	94.839
Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.	79.406	-	-	-	-	(6.240)	16.694	-	89.860
Luziania-Niquelandia Transmissora S.A.	38.320	-	-	-	-	(5.700)	15.130	-	47.750
Paulista Lajeado Energia S.A.	37.925	-	-	-	-	(13.690)	(9.713)	-	14.522
Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T ¹	644.208	-	(648.271)	-	-	4.063	-	-	-
Energética Águas da Pedra S.A. - EAPSA	291.327	-	(286.776)	-	-	(65.154)	60.603	-	-
Itaipu ²	279.025	-	(279.025)	-	-	-	-	-	-
Construtora Integração Ltda ³	21.527	-	(21.879)	-	-	-	352	-	-
Outros	2.056.644	-	(344.832)	23.414	13.110	(266.278)	360.132	648	1.842.838
	25.769.172	6.571.987	(1.580.783)	564.846	48.202	(1.540.189)	2.005.809	385.220	32.224.264

¹ A Eletrobras vendeu a totalidade de sua participação acionária na CEEE-T para a CPFL Comercialização de Energia Cone Sul Ltda, em abril de 2022;

² A Eletrobras, em junho de 2022, realizou a transferência da totalidade de sua participação acionária sobre Itaipu à ENBpar. Os valores a receber pela transferência podem ser identificados na nota 10; e

³ Em agosto de 2022, foi encerrada a SPE Construtora Integração Ltda.

CONSOLIDADO

Participações societárias e outros investimentos	Saldo em 31/12/2020	Integralização de capital	Transferência para ativo mantido para venda / Baixa	Outros Resultados Abrangentes	Capitalização de AFAC	Aquisição de controle	Aumento / Redução de Capital	Ajustes de investidas	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Equivalência patrimonial	Perda estimada em investimentos	Saldo em 31/12/2021
Norte Energia S.A. - NESA	6.600.626	-	-	-	-	-	-	-	-	(216.323)	-	6.384.303
Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. - CTEEP	4.314.282	11.843	-	(4.084)	-	-	9.082	-	(846.968)	966.861	-	4.451.016
Energia Sustentável do Brasil S.A. - ESB	3.250.575	-	-	-	-	-	-	-	-	(77.581)	122.633	3.295.627
Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. - BMTE	1.702.719	-	-	-	-	-	-	(43.996)	(37.963)	162.902	111.374	1.895.036
Interligação Elétrica do Madeira S.A. - IE Madeira	1.375.039	-	-	-	-	-	-	279	(132.921)	267.906	(100.320)	1.409.983
Madeira Energia S.A. - MESA	906.289	-	-	-	-	-	-	-	-	(972.661)	66.372	-
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A. - NBTE	795.287	-	(740.382)	-	-	-	-	29.441	-	23.746	(108.092)	-
Teles Pires Participações S.A. - TPP	746.820	38.679	-	-	-	-	-	-	-	4.495	-	789.994
Companhia Energética Sinop S.A. - SINOP	555.783	-	-	-	-	-	-	-	-	(69.907)	(136.620)	349.256
Empresa de Energia São Manoel S.A.	434.379	-	-	-	-	-	-	-	-	(26.162)	19.951	428.168
Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.	534.167	-	-	-	-	-	-	-	(13.559)	62.921	50.755	634.284
Chapcoense Geração S.A.	373.740	-	-	-	-	-	-	-	(93.861)	174.380	-	454.259
Interligação Elétrica Garanhuns S.A. - IE Garanhuns	324.874	-	-	-	-	-	-	-	(14.532)	64.695	38.069	413.106
Enerpeixe S.A.	265.711	-	-	-	-	-	-	-	1.725	(1.127)	-	266.309
Energética Águas da Pedra S.A. - EAPSA	244.444	-	-	-	-	-	-	-	(50.894)	97.777	-	291.327
Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. - TSLE	171.632	17.194	-	-	-	(200.605)	-	-	(13.041)	24.820	-	-
Sistema de Transmissão Nordeste S.A. - STN	217.861	-	-	-	-	-	-	36.322	(46.226)	50.315	-	258.272
Goiás Transmissão S.A.	212.431	-	-	-	-	-	-	-	(79.724)	44.567	-	177.274
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	173.434	-	-	-	-	-	-	-	(5.732)	20.973	-	188.675
Rouar S.A.	128.315	-	-	10.990	-	-	(5.338)	-	(5.099)	5.396	-	134.264
Transnorte Energia S.A.	25.498	-	-	-	9.800	-	-	-	-	(11.177)	(24.121)	-
MGE Transmissão S.A.	137.148	-	-	-	-	-	-	-	(7.332)	38.457	-	168.273
Transenergia Renovável S.A.	116.395	-	-	-	-	-	-	-	(33.401)	14.467	-	97.461
Retiro Baixo Energética S.A.	157.183	-	-	-	1.225	-	-	-	(3.214)	13.532	-	168.726
Triângulo Mineiro Transmissora de Energia S.A.	126.654	-	-	-	-	-	-	34.220	(3.920)	25.874	-	182.828
Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.	64.019	-	-	-	-	-	-	-	-	15.387	-	79.406
Lajeado Energia S.A.	90.340	-	-	175	-	-	-	-	(126.889)	135.890	-	99.516
CEB Lajeado S.A.	67.956	-	-	18	-	-	-	-	(25.769)	31.955	-	74.160
Paulista Lajeado Energia S.A.	38.056	-	-	-	-	-	-	-	(19.502)	19.371	-	37.925
Luziania-Niquelandia Transmissora S.A.	31.179	-	-	-	-	-	-	-	(5.348)	12.489	-	38.320
Fronteira Oeste Transmissora de Energia	79.003	-	-	-	-	(105.018)	-	-	-	2.134	23.881	-
Outros	2.734.404	35.593	(20.831)	196.657	-	-	-	(67.637)	(404.263)	525.216	2.265	3.001.404
	26.996.243	103.309	(761.213)	203.756	11.025	(305.623)	3.744	(11.371)	(1.968.433)	1.431.588	66.147	25.769.172

20.4 - Resumo das informações dos principais empreendimentos controlados em conjunto e coligadas

31/12/2022										
	Percentual de participação	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Total do Ativo	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio líquido	Total do passivo	Receita Operacional Líquida	Lucro/(Prejuízo) Líquido
Controladas em conjunto										
Norte Energia S.A. - NESA	49,98%	1.760.261	41.668.551	43.428.812	2.254.754	29.070.142	12.103.916	43.428.812	5.565.305	(647.346)
Energia Sustentável do Brasil S.A. - ESBR	40,00%	1.210.513	19.354.405	20.564.918	1.058.167	10.597.876	8.908.875	20.564.918	3.116.478	(104.235)
Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. - BMTE	49,00%	1.140.735	7.679.713	8.820.448	630.800	4.096.162	4.093.486	8.820.448	954.985	360.022
Interligação Elétrica do Madeira S.A. - IE Madeira	49,00%	931.271	6.251.143	7.182.414	634.666	2.817.425	3.730.323	7.182.414	735.154	471.557
Coligadas										
Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. - CTEEP	35,74%	4.670.170	27.573.380	32.243.550	1.293.346	14.413.723	16.536.481	32.243.550	5.450.570	2.319.791
Eletronuclear	67,95%	4.610.349	18.373.593	22.983.942	2.434.613	9.970.923	10.578.406	22.983.942	3.963.282	308.977

31/12/2021										
	Percentual de participação	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Total do Ativo	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio líquido	Total do passivo	Receita Operacional Líquida	Lucro/(Prejuízo) Líquido
Controladas em conjunto										
Norte Energia S.A. - NESA	49,98%	1.489.913	41.641.146	43.131.059	1.678.941	28.705.845	12.746.273	43.131.059	4.836.435	(432.814)
Energia Sustentável do Brasil S.A. - ESBR	40,00%	567.089	19.816.570	20.383.659	730.876	10.639.673	9.013.110	20.383.659	2.783.506	(193.955)
Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. - BMTE	49,50%	1.073.113	7.438.788	8.511.901	546.168	4.098.559	3.867.174	8.511.901	896.974	326.221
Interligação Elétrica do Madeira S.A. - IE Madeira	49,50%	928.778	6.088.383	7.017.161	610.022	2.896.130	3.511.009	7.017.161	920.715	546.746
Madeira Energia S.A. - MESA	43,00%	927.739	23.286.096	24.213.835	2.309.383	20.412.415	1.492.037	24.213.835	3.757.969	(12.386)
Coligadas										
Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. - CTEEP	35,08%	3.747.849	25.228.890	28.976.739	1.229.194	12.954.810	14.792.735	28.976.739	5.534.129	3.037.808

20.5 - Valor de mercado das coligadas que possuem cotação em bolsa de valores

Empresas de capital aberto	Participação	Valor Justo ¹	
		31/12/2022	31/12/2021
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial			
Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. - CTEEP	35,74%	5.566.247	5.775.156
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	33,41%	1.348.024	2.238.434
Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T ²	-	-	1.180.812
Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE	40,44%	1.015.837	1.095.497
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D	4,62%	119.615	152.108

¹ Baseado na cotação das ações na data-base.

² A Eletrobras vendeu a totalidade de sua participação acionária na CEEE-T para a CPFL Comercialização de Energia Cone Sul Ltda, em abril de 2022.

20.6 - Ações em garantia

Tendo em vista que a Companhia possui diversos processos no âmbito do Poder Judiciário, onde figura como ré, vide nota 34, são oferecidos em garantia, nos recursos dessas ações judiciais, participações societárias, conforme abaixo:

CONTROLADORA			
31/12/2022			
Participações societárias	Valor do Investimento	Percentual de bloqueio	Investimento bloqueado
Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. - CTEEP	4.902.846	85,49%	4.191.276
AES Tietê Energia S.A	383.958	74,22%	284.989
Energisa Holding	371.418	58,56%	217.490
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A - CELESC	227.237	45,72%	103.896
Companhia Energética do Ceará - COELCE	200.391	10,73%	21.493
Auren Energia S.A.	152.425	74,02%	112.832
Companhia Energética de Brasília - CEB	16.330	83,13%	13.576
Outros	1.271.407	64,14% a 100%	997.195
	7.526.012		5.942.747

20.7 – Capital Circulante Líquido negativo de Controladas e Coligadas

(a) Controladas diretas e indiretas

Eletronorte – Tem por objetivo principal a geração e transmissão de energia elétrica. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a controlada apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$ 712.544.

Madeira Energia S.A. – Tem por objetivo principal a operação e manutenção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio e de seu sistema de transmissão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a controlada apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$ 752.010.

(b) Coligadas

A Companhia e suas controladas detêm participações nas empresas Norte Energia S.A., Teles Pires Participações S.A., Paulista Lajeado S.A., Enerpeixe S.A., Vamcruz I Participações S.A., Chapecoense e Foz do Chapecó Energia S.A. que apresentaram no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 capital circulante líquido negativo de R\$ 494.493, R\$ 90.899, R\$ 18.459, R\$ 271.746, R\$ 49.384, R\$ 35.089 e R\$ 35.453 respectivamente.

Prática contábil

A Companhia avalia seus investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas pelo método da equivalência patrimonial, vide a nota 4.5, e os outros investimentos em participações societárias pelo valor justo. O valor justo considerado para essas participações corresponde ao preço atual das ações comercializadas na Bolsa de Valores.

As variações do valor dos investimentos em participações societárias avaliadas a valor justo, decorrente da modificação dos preços das ações, são registradas diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes. Os recebimentos de dividendos pagos à Companhia por essas investidas são registrados no resultado.

No balanço patrimonial consolidado, os saldos patrimoniais das controladas da Companhia são distribuídos, de acordo com a natureza, nas rubricas de ativos e passivos, não compondo, portanto, o saldo consolidado de investimentos. Vide a nota 4.5.

NOTA 21 – IMOBILIZADO

Os itens do ativo imobilizado referem-se substancialmente à infraestrutura para geração de energia elétrica de concessões e ativos corporativos.

A seguir demonstramos a movimentação do imobilizado:

	CONSOLIDADO						
	Saldo em 31/12/2021	Efeitos da desconsolidação - Eletronuclear	Aquisição de controle - MESA (a)	Adição / Constituição	Baixas / Reversões (b)	Depreciação	Saldo em 31/12/2022
Imobilizado em serviço							
Barragens, reservatórios e adutoras	6.412.995	(1.283)	6.506.951	-	(1.675.657)	(495.697)	11.466.291
Edificações, obras civis e benfeitorias	2.885.165	(492.840)	3.532.292	-	(462.751)	(212.703)	5.357.369
Máquinas e equipamentos	12.225.806	(3.124.977)	7.329.149	249.346	(1.149.201)	(766.561)	16.466.066
Outros	278.971	(41.624)	348.979	3.125	(204.807)	(70.177)	315.423
<i>Impairment</i> ¹	(2.454.840)	-	-	(287.874)	205.879	-	(2.536.835)
	19.348.097	(3.660.724)	17.717.371	(35.403)	(3.286.537)	(1.545.138)	31.068.314
Imobilizado em curso	17.484.344	(14.600.061)	141.896	2.014.982	(150.362)	-	2.716.242
<i>Impairment</i> ¹	(4.508.764)	4.508.764	-	-	-	-	-
	12.975.580	(10.091.297)	141.896	2.014.982	(150.362)	-	2.716.242
Direito de Uso							
Imobilizado em serviço							
Edificações, obras civis e benfeitorias	170.631	-	2.023	805	(84)	(31.990)	139.282
Máquinas e equipamentos	861.977	(8.514)	-	15.847	-	(67.592)	803.793
Outros	11.696	-	-	602	-	(224)	12.074
	1.044.304	(8.514)	2.023	17.254	(84)	(99.806)	955.149
	33.367.981	(13.760.535)	17.861.290	1.996.833	(3.436.983)	(1.644.944)	34.739.705

¹Impairment - Perda estimada por irreversibilidade de ativos.

(a) Furnas adquiriu o controle da Madeira Energia S.A (MESA) em julho de 2022, vide nota 20.2.

(b) A Companhia em 31 de dezembro de 2022 apresentou um saldo de R\$ 3.286.537 de baixas/reversões do imobilizado em serviço que corresponde, substancialmente, à baixa do valor residual da UHE Tucuruí, em linha com o disposto na resolução do CNPE nº 15/2021, devido à indenização referente aos novos contratos de concessão, vide nota 1.2.1. O mesmo normativo estabeleceu o montante de R\$ 5.062.717 referentes às indenizações dos contratos de concessão da UHE Tucuruí e UHE Curuá-Una vigentes a época. Esta operação gerou um ganho, líquido de tributos, no valor de R\$ 1.603.150. Vide nota 1.2.2.

CONSOLIDADO

	Saldo em 31/12/2020	Adição/ Constituição	Baixas / Reversões	Depreciação	Transferências	Transferências Mantidas para Venda/Incorporação	Saldo em 31/12/2021
Imobilizado em serviço						o	
Barragens, reservatórios e adutoras	6.689.554	-	-	(305.483)	28.924	-	6.412.995
Edificações, obras civis e benfeitorias	3.124.535	3.447	-	(193.055)	(32.865)	(16.897)	2.885.165
Máquinas e equipamentos	11.928.760	67.914	(179.523)	(1.160.899)	1.692.395	(122.841)	12.225.806
Outros	218.452	23.832	13.851	(16.567)	39.391	12	278.971
<i>Impairment</i> ¹	(3.056.704)	(262.738)	738.730	-	102.110	23.762	(2.454.840)
	18.904.597	(167.545)	573.058	(1.676.004)	1.829.955	(115.964)	19.348.097
Imobilizado em curso (a)	17.159.375	2.432.269	(271.206)	-	(1.729.474)	(106.620)	17.484.344
<i>Impairment</i> ¹ (b)	(4.508.764)	-	-	-	-	-	(4.508.764)
	12.650.611	2.432.269	(271.206)	-	(1.729.474)	(106.620)	12.975.580
Direito de Uso							
Imobilizado em serviço							
Edificações, obras civis e benfeitorias	156.901	45.823	2.903	(34.673)	(323)	-	170.631
Máquinas e equipamentos	946.935	-	(43)	(84.911)	(4)	-	861.977
Outros	3.868	7.778	-	(256)	306	-	11.696
	1.107.704	53.601	2.860	(119.840)	(21)	-	1.044.304
	32.662.912	2.318.325	304.712	(1.795.844)	100.460	(222.584)	33.367.981

¹ *Impairment* - Perda estimada por irrecuperabilidade de ativos.

(a) Em 31 de dezembro de 2021, do valor total do imobilizado em curso de R\$ 17.484.344, o montante de R\$ 14.600.060 refere-se ao empreendimento Angra 3 (R\$ 13.266.022 em 31 de dezembro de 2020)

(b) Em 31 de dezembro de 2021, o valor de R\$ 4.508.764 da perda estimada por irrecuperabilidade de ativos (*impairment*) sobre o imobilizado em curso refere-se ao empreendimento Angra 3 (R\$ 4.508.764 em 31 de dezembro de 2020).

Taxa média de depreciação e custo histórico:

CONSOLIDADO

	31/12/2022				31/12/2021			
	Taxa média de depreciação a.a.	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Taxa média de depreciação a.a.	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Imobilizado em serviço								
Barragens, reservatórios e adutoras	3,07%	22.752.509	(11.286.218)	11.466.291	2,18%	15.418.627	(9.005.632)	6.412.995
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,24%	10.977.908	(5.620.539)	5.357.369	2,57%	8.214.167	(5.329.002)	2.885.165
Máquinas e equipamentos	3,91%	43.366.209	(26.900.143)	16.466.066	4,38%	42.054.751	(29.828.944)	12.225.806
Outros ¹	5,96%	499.472	(184.049)	315.423	5,30%	742.900	(463.929)	278.971
		77.596.098	(43.990.949)	33.605.149		66.430.445	(44.627.507)	21.802.938
Imobilizado em curso		2.716.242	-	2.716.242		17.484.344	-	17.484.344
		2.716.242	-	2.716.242		17.484.344	-	17.484.344
Perda estimada								
<i>Impairment</i> ²		-	-	(2.536.835)		-	-	(6.963.604)
		-	-	(2.536.835)		-	-	(6.963.604)
Direito de Uso								
Imobilizado em serviço								
Edificações, obras civis e benfeitorias	12,71%	236.911	(97.629)	139.282	10,97%	239.806	(69.175)	170.631
Máquinas e equipamentos	4,81%	1.801.469	(997.676)	803.793	3,87%	1.858.559	(996.582)	861.977
Outros ¹	3,73%	14.502	(2.428)	12.074	2,40%	13.997	(2.301)	11.696
		2.052.882	(1.097.733)	955.149		2.112.362	(1.068.058)	1.044.304
		82.365.222	(45.088.682)	34.739.705		86.027.150	(45.695.565)	33.367.981

¹ O valor é composto, substancialmente, por terrenos, veículos, móveis e utensílios e obrigações especiais.

² *Impairment* - Perda estimada por irrecoverabilidade de ativos.

Maiores informações acerca da perda estimada por irrecoverabilidade de ativos (*impairment*), vide nota 23.

Prática contábil

O imobilizado é mensurado inicialmente pelo seu custo. O custo inclui os gastos diretamente atribuídos à aquisição ou construção dos ativos e os gastos para colocação do ativo em funcionamento. Subsequentemente, os imobilizados são deduzidos pela depreciação e pela perda por redução do valor recuperável, se verificada, vide a nota 23.

Os itens do ativo imobilizado referem-se substancialmente à infraestrutura de geração de energia elétrica das concessões da Companhia. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para operar, sendo reconhecida linearmente com base na vida útil estimada de cada ativo e no valor residual desses ativos ao final das concessões. A Companhia considera que a vida útil estimada pela ANEEL para os itens do imobilizado expressam adequadamente o tempo de vida útil dos bens, por isso adota as taxas de depreciação determinadas pela ANEEL.

A infraestrutura de transmissão de energia elétrica da Companhia não está classificada no Imobilizado, em razão das características contratuais das concessões. Os direitos às contraprestações originadas pela construção dos empreendimentos de transmissão são registrados na rubrica Ativo Contratual de Transmissão, vide a nota 16.

Os ativos de Direito de Uso são depreciados também linearmente, pelos prazos contratuais de arrendamentos.

NOTA 22 – INTANGÍVEL

A Companhia celebrou novos contratos de concessão de geração de energia elétrica, conforme destacado nas notas 1.2.1 e 3, em substituição aos contratos de concessão vigente à época para as usinas hidrelétricas contempladas pela Lei nº 14.182/2021, no processo de capitalização da Eletrobras, os quais estão apresentados a seguir:

CONSOLIDADO							
	Saldo em 31/12/2021	Efeitos da desconsolidação Eletronuclear	Aquisição de controle - MESA	Adições/ Constituições	Baixas/ Reversões	Amortizações	Saldo em 31/12/2022
Intangível em serviço							
Concessões (a)	4.169.739	-	880.584	75.021.254	(1.156)	(1.013.732)	79.056.689
Software	120.097	(18.790)	463	7.183	-	(18.198)	112.533
Ágio	158.460	-	-	-	-	(8.196)	92.639
Uso do Bem Público	88.068	-	134.741	-	-	(5.005)	217.804
Outros	69.008	-	109.794	10.726	(7.754)	(42.934)	148.371
	4.605.372	(18.790)	1.125.582	75.039.163	(8.910)	(1.088.065)	79.628.036
Impairment ¹	(70.092)	-	-	(100.153)	17.257	-	(152.988)
	4.535.280	(18.790)	1.125.582	74.939.010	8.347	(1.088.065)	79.475.048
Intangível em curso							
Software	275.941	(60.403)	4.448	112.645	-	-	304.839
Outros	180.955	-	-	48.997	(5.002)	-	200.694
	456.896	(60.403)	4.448	161.642	(5.002)	-	505.533
	4.992.176	(79.193)	1.130.030	75.100.652	3.345	(1.088.065)	79.980.581

¹ Impairment - Perda estimada por irrecuperabilidade de ativos

- (a) O saldo de concessões é composto pelos valores da repactuação do risco hidrológico e as adições provenientes dos novos contratos de concessão assinados em junho de 2022. Maiores informações, vide nota 1.2.1.

CONSOLIDADO

	Saldo em 31/12/2020	Adições / Constituições	Baixas / Reversões	Amortização	Ativo mantido para venda	Transferências	Saldo em 31/12/2021
Intangível em serviço							
Repactuação do Risco Hidrológico	155.140	3.893.389	(27.440)	(223.848)	-	372.498	4.169.739
Software	123.339	877	(2.518)	(52.712)	-	51.111	120.097
Ágio	306.602	57.626	-	(10.700)	2	(195.070)	158.460
Servidões	83.223	6.799	-	(1.954)	-	-	88.068
Uso do Bem Público	31.210	80.320	(41.213)	(4.814)	(476)	3.981	69.008
Outros	699.514	4.039.011	(71.171)	(294.028)	(474)	232.520	4.605.372
							-
Impairment ¹	(305.292)	(684)	40.814	-	-	195.070	(70.092)
	394.222	4.038.327	(30.357)	(294.028)	(474)	427.590	4.535.280
							-
Intangível em curso							
Software	185.487	111.617	(12.174)	-	-	(8.989)	275.941
Servidões	882	-	-	-	(227)	(655)	-
Outros	204.903	393.472	(181)	-	-	(417.239)	180.955
	391.272	505.089	(12.355)	-	(227)	(426.883)	456.896
							-
	785.494	4.543.416	(42.712)	(294.028)	(701)	707	4.992.176

¹ Impairment - Perda estimada por irrecuperabilidade de ativos

Taxa média de amortização e custo histórico:

CONSOLIDADO

	31/12/2022				31/12/2021			
	Taxa média de Amortização	Custo Histórico	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido	Taxa média de Amortização	Custo Histórico	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Intangível em serviço								
Concessões	6,12%	80.484.396	(1.427.707)	79.056.689	10,16%	4.557.858	(388.119)	4.169.739
Software	22,62%	473.331	(360.798)	112.533	20,00%	585.584	(465.487)	120.097
Ágio	3,39%	241.527	(148.888)	92.639	3,56%	300.512	(140.693)	159.819
Uso do Bem Público	2,75%	306.888	(89.084)	217.804	3,53%	107.547	(19.479)	88.068
Outros	21,31%	322.737	(174.366)	148.371	18,65%	169.665	(100.657)	69.008
		81.828.879	(2.200.843)	79.628.036		5.721.166	(1.114.435)	4.606.731
								-
Impairment ¹				(152.988)				(71.451)
		81.828.879	(2.200.843)	79.475.048		5.721.166	(1.114.435)	4.535.280
								-
Intangível em curso								
Software		304.839	-	304.839		275.941	-	275.941
Outros		200.694	-	200.694		180.955	-	180.955
		505.533	-	505.533		456.896	-	456.896
								-
		82.334.412	(2.200.843)	79.980.581		6.178.062	(1.114.435)	4.992.176

¹ Impairment - Perda estimada por irrecuperabilidade de ativos

Os intangíveis provenientes dos novos contratos de concessão, cujo regime de exploração previsto nos contratos originais era de Produção Independente de Energia – PIE, são amortizados de forma linear, iniciado a partir de julho de 2022 até junho de 2052. Os novos contratos de concessão, cujo regime era de cotas de garantia física, serão amortizados, entre janeiro de 2023 e junho de 2052, na proporção da redução imposta pela restrição do direito de livre comercialização de energia, estabelecida pela Resolução CNPE nº 015/2021 (cotas de garantia física).

O fluxo consolidado anual de amortização das novas concessões se dará da seguinte forma:

2023	2024	2025	2026	2027 a 2051	2052
1.379.845	1.692.644	2.005.443	2.318.242	2.631.042	1.315.521

Prática contábil

O intangível é mensurado inicialmente pelo seu custo e subsequentemente deduzido pela amortização e pela perda por redução do valor recuperável, se verificada, vide a nota 23.

O intangível da Companhia é formado substancialmente pelos direitos adquiridos de explorar empreendimentos de geração de energia elétrica nos termos dos novos contratos de outorga, em conexão com o processo de desestatização da Eletrobras, ocorrido em 2022.

O custo inicial dos intangíveis provenientes do processo de desestatização da Eletrobras foi formado com base no valor das obrigações e indenizações determinadas pela Lei 14.182/2021, vide a nota 1.2.1. A amortização desses ativos serão realizadas de forma linear pelo período dos respectivos contratos, sendo que os que tiveram a alteração do regime de cotas para comercialização de energia serão amortizados de forma progressiva, de acordo com a projeção de evolução das receitas associadas, tendo em vista que a legislação determina o volume de comercialização de energia limitado a 20% a partir de 2023 e com acréscimo de 20% ao ano, atingindo o volume máximo em cinco anos.

NOTA 23 – VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS DE LONGO PRAZO

A Companhia estima o valor recuperável de seus ativos imobilizados e intangíveis com base em valor em uso, que é mensurado com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado. As premissas utilizadas consideram a melhor estimativa da Administração da Companhia sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos das unidades geradoras de caixa.

Foram consideradas as principais premissas definidas a seguir:

- Crescimento compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira;
- Taxa de desconto ao ano no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, após os impostos, específica para os segmentos testados: 4,82% e 5,58% para o segmento de geração sem e com o benefício fiscal SUDAM/SUDENE, respectivamente (em 31 de dezembro de 2021, 4,70% para geração não renovada sem o benefício SUDAM/SUDENE, 5,23% para a geração não renovada e 5,20% para a geração renovada com o benefício), levando em consideração o custo médio ponderado de capital;
- A taxa de desconto ao ano, antes dos impostos, para os empreendimentos corporativos testados varia entre 4,27% e 15,31%;
- Receitas projetadas de acordo com os contratos, sem previsão de prorrogação da concessão/autorização;
- Despesas segregadas por unidade geradora de caixa, projetadas com base no PDNG para 5 anos e consistentes com o plano para os demais anos, até o final das concessões e sem considerar renovações/prorrogações futuras; e
- A Companhia tratou cada um de seus empreendimentos como unidades geradoras de caixa independentes.

Seguem abaixo as posições de *impairment* no exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

	31/12/2022			31/12/2021		
	Geração	Administração	Total	Geração	Administração	Total
Imobilizado	2.536.835	-	2.536.835	6.963.604	-	6.963.604
Intangível	83.917	69.071	152.988	1.021	69.071	70.092
	2.620.752	69.071	2.689.823	6.964.625	69.071	7.033.696

A movimentação de *impairment* nas UGC é como segue:

Unidades Geradoras de Caixa	31/12/2021	Efeitos da desconsolidação - Eletronuclear	Adições/ (Reversões)	Baixas	31/12/2022
UTN Angra 3	4.508.764	(4.508.764)	-	-	-
UTE Candiota	1.054.306	-	(11.113)	-	1.043.193
UTE Santa Cruz	279.379	-	287.874	-	567.253
UTE Candiota Fase B	305.778	-	(23.684)	-	282.094
UHE Batalha	148.953	-	(70.302)	-	78.651
Eólica Casa Nova I	257.579	-	(22.846)	-	234.733
UHE Coaracy Nunes	71.007	-	-	(71.007)	-
UTE Mauá Bloco 4	49.372	-	-	-	49.372
UTE Aparecida Óleo	46.258	-	-	-	46.258
Eólica Coxilha Seca	1.264	-	(1.264)	-	-
UTE Mauá Bloco 1	41.040	-	-	-	41.040
PCH Funil	-	-	39.098	-	39.098
PCH Pedra	-	-	12.445	-	12.445
Eólica Ventos de Angelim S.A.	-	-	31.914	-	31.914
Outros	200.925	-	(6.224)	-	194.701
	6.964.625	(4.508.764)	235.898	(71.007)	2.620.752

Unidades Geradoras de Caixa	31/12/2020	Adições/(Reversões)	Baixas	Transferências	31/12/2021
UTN Angra 3	4.508.764	-	-	-	4.508.764
UTE Candiota	796.045	258.261	-	-	1.054.306
UTE Santa Cruz	402.769	(123.390)	-	-	279.379
UTE Candiota Fase B	321.020	(15.242)	-	-	305.778
UHE Batalha	298.058	(149.105)	-	-	148.953
Casa Nova I	292.763	(35.184)	-	-	257.579
Livramento	126.294	(422)	-	(125.872)	-
Complexo Eólico Pindaí	100.428	(100.428)	-	-	-
UHE Samuel	98.804	(98.804)	-	-	-
UHE Coaracy Nunes	71.007	-	-	-	71.007
PCH João Borges	42.103	(42.103)	-	-	-
UTE Mauá Bloco 4	49.372	-	-	-	49.372
UTE Aparecida Óleo	46.258	-	-	-	46.258
Eólica Coxilha Seca	27.462	(26.198)	-	-	1.264
UTE Mauá Bloco 1	41.040	-	-	-	41.040
UHE Passo São João	34.987	(34.987)	-	-	-
Eólica Casa Nova II	49.154	(49.154)	-	-	-
PCH Rio Chapéu	32.752	(32.752)	-	-	-
Eólica Casa Nova III	25.730	(25.730)	-	-	-
Outros	201.530	(168)	(437)	-	200.925
	7.566.340	(475.406)	(437)	(125.872)	6.964.625

Abaixo, destacamos a unidade geradora de caixa que sofreu maior impacto após a avaliação do valor recuperável pela empresa em 31 de dezembro de 2022:

UTE Santa Cruz

O montante adicionado de *impairment* refere-se principalmente ao aumento expressivo do gás, impactando assim o seu custo variável unitário (CVU) e, por consequência, o despacho da usina pelo ONS.

Geradora Eólica Ventos de Angelim S.A.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia avaliou a unidade geradora de caixa (UGC) do projeto Geradora Eólica Ventos de Angelim S.A., quanto aos aspectos do *impairment* e, por falta de expectativa de geração de receitas na unidade geradora de caixa ocasionados principalmente por motivos de inviabilidade técnica, constituiu provisão no montante de R\$ 31.914.

PCH Funil e Pedra

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia observou indicativo de registro de provisão para as UGCs Funil e Pedra, devido, principalmente, à redução da garantia física dessas usinas. Dessa forma, foi constituída uma provisão no montante de R\$ 51.543.

Unidades Geradoras de Caixa (UGC) que não apresentaram perda estimada por irrecuperabilidade de ativos (*impairment*)

As UGC que não tiveram *impairment* têm um valor recuperável superior ao valor contábil do ativo imobilizado. Além disso, a Companhia realizou uma análise de sensibilidade aumentando a taxa de desconto em 5% e 10%, para avaliação do risco de *impairment* para cada UGC. Nenhuma UGC apresentou risco de *impairment* após a sensibilização das taxas de desconto.

Usina Termonuclear (UTN) - Angra 3

Após a reestruturação societária estabelecida pela Lei nº 14.182/22 (vide nota 1.2), a Companhia deixou de consolidar o montante de R\$ 4.508.765 referente ao *impairment* registrado na usina Angra 3.

O valor provisionado pela coligada Eletronuclear decorre, substancialmente, da ausência da homologação da tarifa do empreendimento, sendo considerada a tarifa de referência aprovada em 2018 e atualizada pela inflação.

Adicionalmente, a Eletronuclear assinou o contrato de prestação de serviços que permite a retomada das obras em Angra 3, no âmbito do Plano de Aceleração do Caminho Crítico, com previsão de entrada em operação no ano de 2027.

Prática contábil

A Companhia avalia periodicamente se há indicação de desvalorização dos seus principais ativos não financeiros (investimentos em participações societárias, imobilizado e intangível). A avaliação é realizada por Unidade Geradora de Caixa - UGC, que corresponde a um grupo de ativos capaz de gerar entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos.

Se houver indicação de desvalorização, o valor recuperável da UGC é estimado e confrontado com o saldo contábil atual. Caso o valor recuperável seja inferior ao valor contábil, é registrada perda com desvalorização do ativo.

O valor recuperável do ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo. Em síntese, o valor em uso é o valor presente de fluxos de caixa futuros advindos da operação do ativo e o valor justo é o preço que seria recebido pela venda do ativo em transação não forçada.

Por não haver mercado ativo para a negociação dos seus ativos e por acreditar que o cálculo do valor justo a partir de premissas do mercado se aproximariam do valor em uso, na maior parte dos testes de *impairment*, a Companhia admite como valor recuperável o valor em uso, que corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, com taxa de desconto que reflete a avaliação atual de mercado e/ou custo de oportunidade da Companhia, o valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo.

Para os testes de *impairment* dos ativos que a Companhia iniciou estudos para negociação, ainda não caracterizados contabilmente como disponível para venda, o valor justo é considerado, sendo calculado com base na média dos valores das propostas, ainda não vinculantes, recebidas dos possíveis interessados.

NOTA 24 – FORNECEDORES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante				
Bens, Materiais e Serviços	151.311	63.840	1.870.754	2.602.086
Energia Comprada para Revenda	843.611	710.018	1.632.529	1.381.544
CCEE - Energia de curto prazo	-	-	13.890	47.902
	994.922	773.858	3.517.173	4.031.532
Não circulante				
Bens, Materiais e Serviços	-	-	-	16.555
	-	-	-	16.555
	994.922	773.858	3.517.173	4.048.087

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou um saldo de R\$ 3.517.173 (R\$ 4.048.087 em 31 de dezembro de 2021) de fornecedores. Do montante de R\$ 2.602.086 em 31 de dezembro de 2021 de Bens, Materiais e Serviços, o valor R\$ 1.233.282 corresponde à Eletronuclear, que foi desconsolidada no exercício de 2022.

Prática contábil

As obrigações com os fornecedores da Companhia são reconhecidas pelos valores das transações e liquidadas pelos pagamentos. Não há juros embutidos nessas obrigações.

NOTA 25 – ADIANTAMENTOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante				
PROINFA (a)	921.597	1.043.978	921.597	1.043.978
PROCEL (b)	564.625	326.968	564.625	326.968
Adiantamento de Clientes (c)	-	-	166.900	89.509
	1.486.222	1.370.946	1.653.122	1.460.455
Não Circulante				
Adiantamento de Clientes (c)	-	-	213.921	186.348
	-	-	213.921	186.348
	1.486.222	1.370.946	1.867.043	1.646.803

(a) PROINFA

O recebimento antecipado das quotas do PROINFA se destina às necessidades de pagamento estabelecidas contratualmente entre a Eletrobras e os empreendedores. As quotas de custeio e as de energia elétrica são resultantes do rateio do custo e da energia elétrica gerada no âmbito do PROINFA. Conforme resolução homologatória nº 3.147 da ANEEL o valor do rateio do PROINFA foi de R\$ 11,94/MWh em dezembro de 2022 (R\$ 14,13/MWh em dezembro de 2021). Além disso, as operações no âmbito do PROINFA não afetam o resultado da Eletrobras.

(b) Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL

Programa do governo federal com o objetivo de aumentar eficiência dos bens e consumos de energia. A Eletrobras atua como agente executor do PROCEL, por meio de contratos, convênios, termos de operação e acordos de cooperação. O recebimento antecipado dos recursos e sua utilização estão condicionados à aprovação do Plano de Aplicação de Recursos Anual (PAR), o qual dispõe das propostas de projetos em eficiência energética e demais dispêndios a serem aplicados no âmbito do programa. Tais projetos são programados e orçados no PAR e ficam condicionados à sua efetiva contratação e realização. Portanto, os recursos financeiros são recebidos de acordo a programação estabelecida e lançados ao resultado do programa na medida da sua efetiva execução. Além disso, as operações no âmbito do PROCEL não afetam o resultado da Eletrobras.

(c) Adiantamentos de Clientes

Refere-se ao adiantamento de venda de energia elétrica para clientes, as receitas dessa operação são reconhecidas no resultado quando ocorrem na medida que as energias são entregues, cumprindo-se as obrigações de desempenho, nesta ocasião ocorrerão as baixas dos adiantamentos.

NOTA 26 – EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

A composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures devidos pela Eletrobras e suas controladas é divulgada a valor presente, conforme a seguir:

	CONTROLADORA					
	31/12/2022			31/12/2021		
	Taxa Média	Circulante	Não Circulante	Taxa Média	Circulante	Não Circulante
Moeda Estrangeira						
Banco Mundial	2,41%	139.563	-	2,41%	149.904	148.214
Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW	2,69%	21.481	212.861	2,69%	22.239	265.948
		161.044	212.861		172.143	414.162
Moeda Nacional						
RGR Devolução ¹	5,00%	250.802	752.406	5,00%	250.802	1.003.208
RGR Controladas ¹	5,00%	19.983	3.124	5,00%	83.275	602.157
RGR CCEE ¹	5,00%	9.105	-	5,00%	11.187	-
Caixa Econômica Federal	-	-	-	10,93%	329.989	11.169
Banco do Brasil	16,31%	17.914	-	10,93%	527.983	17.871
Petrobras	13,65%	2.557.907	1.730.519	9,15%	2.199.910	3.327.920
Vibra Energia S.A.	13,65%	24.317	16.592	9,15%	21.941	31.908
Cigás	-	393.920	156.147	-	393.920	193.249
		3.273.948	2.658.788		3.819.007	5.187.482

¹ A Companhia manterá pelo prazo de até doze meses, contados da data de liquidação da oferta pública de ações, a continuidade da gestão dos contratos de comercialização no âmbito da RGR, que posteriormente serão transferidos à ENBpar.

CONTROLADORA

	31/12/2022			31/12/2021		
	Taxa a.a.	Circulante	Não Circulante	Taxa a.a.	Circulante	Não Circulante
Bônus						
Vencimento 04/02/2025	3,63%	38.616	2.594.669	3,63%	41.302	2.767.841
Vencimento 04/02/2030	4,63%	73.904	3.846.327	4,63%	79.043	4.103.680
		112.520	6.440.996		120.345	6.871.521
Notas Comerciais						
Eletrobras - Vencimento 20/06/2024	CDI + 1,35%	16.853	6.000.000	-	-	-
Debêntures						
Eletrobras - Vencimento 25/04/2022	-	-	-	DI + 0,70%	1.113.080	-
Eletrobras - Vencimento 25/04/2024	DI + 1,00%	40.090	2.200.000	DI + 1,00%	27.053	2.200.000
Eletrobras - Vencimento 25/04/2026	DI + 1,20%	18.487	1.000.000	DI + 1,20%	12.567	1.000.000
Eletrobras - Vencimento 15/05/2029	IPCA + 5,18%	5.576	866.533	IPCA + 5,18%	5.447	820.619
Eletrobras - Vencimento 15/04/2026	DI + 1,80%	37.365	1.200.000	DI + 1,80%	24.304	1.200.000
Eletrobras - Vencimento 15/04/2031	IPCA + 4,91%	16.818	1.690.763	IPCA + 4,91%	16.232	1.601.176
		118.336	6.957.296		1.198.683	6.821.795
		3.682.702	22.269.941		5.310.178	19.294.960

CONSOLIDADO

	31/12/2022			31/12/2021		
	Taxa Média	Circulante	Não Circulante	Taxa Média	Circulante	Não Circulante
Moeda Estrangeira						
Banco Mundial	2,41%	139.563	-	2,41%	149.904	148.214
Banco Interamericano de Desenvolvimento	2,93%	40.214	315.109	1,22%	42.349	379.147
Kreditanstalt fur Wiederaufbau - KfW	4,19%	61.760	431.645	4,77%	65.423	542.639
		241.537	746.754		257.676	1.070.000
Moeda Nacional						
RGR Devolução ¹	5,00%	250.802	752.406	5,00%	250.802	1.003.208
RGR Controladas ¹	5,00%	19.983	3.124	5,00%	83.275	602.157
RGR CCEE ¹	5,00%	9.105	-	5,00%	11.187	-
BNDES	8,58%	615.535	7.495.258	5,63%	458.015	4.668.486
Caixa Econômica Federal	14,12%	288.316	2.350.637	8,22%	806.317	3.072.622
Banco do Brasil	15,08%	515.116	4.002.284	6,92%	957.151	1.079.149
Bradesco	14,53%	337.405	416.666	5,27%	265.124	1.077.681
Petrobras	13,65%	2.557.907	1.730.519	9,15%	2.199.910	3.327.920
Vibra Energia S.A.	13,65%	24.317	16.592	9,15%	21.941	31.908
State Grid	10,00%	94.855	579.337	10,00%	91.196	647.597
Itaú	14,68%	69.580	1.317.360	9,15%	4.017	500.000
Banco do Nordeste do Brasil	8,12%	109.755	1.585.159	7,18%	66.187	987.810
BASA	12,22%	27.360	652.150	8,52%	12.425	344.624
BASA FNO	8,50%	50.302	431.510	-	-	-
Santander	14,10%	37.076	822.789	-	-	-
Cigás	-	393.920	156.147	-	393.920	193.249
Outras Instituições Financeiras	12,55%	501.234	1.359.801	6,51%	481.255	506.579
		5.902.568	23.671.739		6.102.722	18.042.990

¹ A Companhia manterá pelo prazo de até doze meses, contados da data de liquidação da oferta pública de ações, a continuidade da gestão dos contratos de comercialização no âmbito da RGR, que posteriormente serão transferidos à ENBpar.

CONSOLIDADO

	31/12/2022			31/12/2021		
	Taxa a.a.	Circulante	Não Circulante	Taxa a.a.	Circulante	Não Circulante
Bônus						
Vencimento 04/02/2025	3,63%	38.616	2.594.669	3,63%	41.302	2.767.841
Vencimento 04/02/2030	4,63%	73.904	3.846.327	4,63%	79.043	4.103.680
		112.520	6.440.996		120.345	6.871.521
Notas Comerciais						
Eletrobras - Vencimento 20/06/2024	CDI + 1,35%	16.853	6.000.000	-	-	-
Debêntures						
Eletrobras - 25/04/2022	-	-	-	DI + 0,70%	1.113.080	-
Eletrobras - 25/04/2024	DI + 1,00%	40.090	2.200.000	DI + 1,00%	27.053	2.200.000
Eletrobras - 15/04/2026	DI + 1,80%	37.365	1.200.000	DI + 1,80%	24.304	1.200.000
Eletrobras - 25/04/2026	DI + 1,20%	18.487	1.000.000	DI + 1,20%	12.567	1.000.000
Eletrobras - 15/05/2029	IPCA + 5,18%	5.576	866.533	IPCA + 5,18%	5.447	820.619
Eletrobras - 15/04/2031	IPCA + 4,91%	16.817	1.690.763	IPCA + 4,91%	16.232	1.601.176
Furnas - 15/11/2024	CDI 117,60% a.a	155.786	150.001	CDI 117,60% a.a	95.608	360.000
Furnas - 15/11/2029	IPCA + 4,08%	2.464	952.777	IPCA + 4,08%	2.340	897.225
Furnas - 01/07/2038	IPCA + 6,5%	145.793	5.067.260	-	-	-
Furnas - 15/04/2024	IPCA + 7,49% a.a	353.111	273.902	-	-	-
Chesf - 15/01/2029	IPCA + 7,03%	18.740	132.155	IPCA + 7,03%	14.474	141.445
CGT Eletrosul - 16/09/2024	DI + 1,78%	9.182	214.545	DI + 1,78%	5.245	214.465
CGT Eletrosul - 15/09/2028	IPCA + 6,80%	11.390	107.610	IPCA + 6,80%	11.098	110.316
CGT Eletrosul - 15/11/2028	IPCA + 3,75%	639	348.212	IPCA + 3,75%	597	327.752
CGT Eletrosul - 17/09/2029	IPCA + 5,35%	13.221	199.061	IPCA + 5,35%	2.118	187.271
Eletronorte - 04/08/2024	CDI + 2,75%	170.107	111.111	CDI + 2,75%	170.657	277.778
Eletronorte - 20/10/2024	CDI + 2,60%	252.523	208.333	CDI + 2,60%	253.190	458.334
		1.251.291	14.722.263		1.754.010	9.796.381
		7.524.770	51.581.752		8.234.753	35.780.892

Captação de recursos – Furnas

Companhia realizou a captação de recursos no montante de até R\$ 2.500.000, por sua controlada Furnas, por meio de 3 operações junto às seguintes instituições:

- Banco Itaú, no valor de R\$ 500.000, taxa de juros de CDI + 1,60% a.a., realizada em maio de 2022 e prazo de pagamento em 2 anos;
- Banco do Brasil, no valor de R\$ 500.000, taxa de juros de CDI + 1,65% a.a., realizada em maio de 2022 e prazo de pagamento em 2 anos; e
- Banco do Brasil, no valor de R\$ 1.500.000, taxa de juros de CDI + 2,0% a.a., realizada em junho de 2022 e prazo de pagamento em 7 anos, mediante eventual identificação de necessidade de seu desembolso pela Controlada.

Os recursos obtidos por meio dessas captações serão destinados ao cumprimento do programa de investimentos de 2022, ao pagamento de dívidas mais onerosas e para eventuais necessidades de caixa da Controlada.

Quitação antecipada de Cédulas de Crédito Bancário (CCB)

Em maio de 2022, a Eletrobras realizou à quitação antecipada das Cédulas de Crédito Bancário (CCB) emitidas pela Companhia em favor da Caixa Econômica Federal. A possibilidade de quitação antecipada do saldo devedor do empréstimo é prevista contratualmente no documento “Contrato de Abertura de Crédito e Outras Avenças”, não envolvendo necessidade de nova negociação contratual com o credor. A quitação antecipada das Cédulas de Crédito Bancário compreende o prêmio contratualmente previsto de 0,2% sobre o saldo devedor quitado, perfazendo um montante total de R\$ 204.078.

Emissão Notas Comerciais

Em dezembro de 2022, a Companhia emitiu 6.000.000 notas comerciais escriturais no valor unitário de mil reais, em série única, para distribuição pública, no montante total de R\$ 6.000.000 na data de emissão. As notas comerciais terão prazo de vencimento de 18 meses e juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada da taxa DI + 1,35%.

26.1 - Movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures

A movimentação apresentada a seguir compreende os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
Saldo inicial em 31 de dezembro 2021 e 2020	24.605.138	27.998.275	44.015.645	47.002.033
Efeitos da desconsolidação - Eletronuclear	-	-	(6.380.128)	-
Aquisição de controle MESA	-	-	19.979.111	-
Captação	6.000.000	2.700.000	8.500.000	4.828.697
Juros, encargos, Variações monetária e cambial incorridos	1.472.767	2.391.849	3.716.921	2.936.377
Juros Pagos	(1.503.945)	(1.327.451)	(3.306.894)	(2.545.458)
Amortização do Principal	(4.048.309)	(7.181.654)	(6.849.396)	(8.429.427)
Custos de transação apropriado	-	-	744	(13.825)
Transferência	-	-	3.527	213.129
Desreconhecimento RGR	(573.008)	24.119	(573.008)	24.119
Saldo final em 31 de dezembro 2022 e 2021	25.952.643	24.605.138	59.106.522	44.015.645

Furnas realizou a aquisição do controle de MESA em julho de 2022. Em 31 de dezembro de 2022 o montante da consolidação de MESA é de R\$ 20.041.448.

A parcela dos empréstimos, financiamentos e debêntures tem seu vencimento assim programado:

	2023	2024	2025	2026	2027	2028 a 2042	Total
Controladora	3.682.702	10.244.254	3.001.340	2.472.278	310.320	6.241.749	25.952.643
Consolidado	7.524.770	13.863.268	4.803.839	4.783.522	2.467.857	25.663.266	59.106.522

26.2 - Garantias

A Companhia participa, na qualidade de interveniente garantidora, de diversos empreendimentos de suas investidas controladas e não controladas. A exposição total em garantias é composta pelas garantias fornecidas para coligadas e empreendimentos controlados em conjunto no montante de R\$ 28.799.328 em 31 de dezembro de 2022, apresentadas no quadro abaixo:

EMPRESAS NÃO CONTROLADAS			
Garantidora	Empreendimento	Saldo Devedor Garantido em 31/12/2022	Término da Garantia
Eletrobras	UHE Belo Monte - Norte Energia	14.203.901	2042
Eletrobras	UHE Jirau - ESBR	3.310.366	2034
Eletrobras	Angra III (b)	3.255.476	2036
Eletrobras	Angra III (b)	2.907.853	2038
Eletrobras	Teles Pires	1.138.175	2036
Eletrobras	UHE Jirau - ESBR	909.306	2035
Eletrobras	Mata de Santa Genebra	738.527	2041
Eletrobras	UHE Sinop	576.744	2038
Eletrobras	Empresa de Energia São Manoel	545.002	2038
Eletrobras	Amazonas Energia (a)	377.367	2026
Eletrobras	Teles Pires	243.256	2032
Eletrobras	Angra I (b)	103.392	2027
Furnas	Empresa de Energia São Manoel	101.659	2033
Furnas	Mata de Santa Genebra	94.201	2030
Chesf	UHE Sinop	75.335	2032
Eletronorte	UHE Sinop	75.335	2032
Eletrobras	Chapada do Piauí II	72.087	2032
Eletrobras	Chapada do Piauí I	68.765	2032
Eletrobras	Caldas Novas Transmissão	2.581	2028
Garantias empresas não controladas		28.799.328	

- (a) Instrumento particular oriundo de processos judiciais cuja origem é anterior à privatização e desverticalização da Amazonas Energia, com vistas ao equacionamento de dívidas anteriores em que a Eletrobras é parte dada sua condição de garantidora.

(b) A Lei n.º 14.182, de 12 de julho de 2021, estabeleceu que a Eletrobras e as suas subsidiárias permanecem obrigadas a manter a garantia oferecida a terceiros, em contratos firmados anteriormente à desestatização. Em decorrência de tal previsão, ficam mantidas em sua integralidade as garantias oferecidas pela Eletrobras em operações da Eletronuclear, mesmo após a conclusão do processo de Capitalização e consequente alteração de Controle Direto da Eletronuclear. Tal situação se aplica aos contratos de dívida firmados pela Eletronuclear nos quais, no âmbito da estrutura de Garantias vigentes, a Eletrobras figura diretamente como Garantidora e/ou Obrigada à Prestação integral de Suporte de Acionista em caso Inadimplemento da Tomadora.

As garantias fornecidas para as investidas controladas são apresentadas de forma segregada por já constarem seus saldos registrados em financiamentos e empréstimos a pagar.

Em 31 de dezembro de 2022 o montante garantido para as controladas de R\$ 19.679.390 é apresentado no quadro abaixo:

EMPRESAS CONTROLADAS			
Garantidora	Empreendimento	Saldo Devedor Garantido em 31/12/2022	Término da Garantia
Eletrobras	UHE Santo Antônio (c)	9.934.931	2040
Furnas	UHE Santo Antônio (c)	3.772.714	2038
Eletrobras	Emissão de Debêntures - Furnas	972.260	2029
Eletrobras	Belo Monte Transmissora de Energia	674.190	2029
Eletrobras	UHE Santo Antônio (c)	454.955	2024
Eletrobras	Emissão de Debêntures - Furnas	305.787	2024
Furnas	Modernização da UHE Furnas e UHE Luiz Carlos	355.324	2031
CGT Eletrosul	Transmissora Sul Litorânea de Energia	315.084	2029
Eletrobras	UHE Simplício	279.937	2026
Eletrobras	Complexo Eólico Livramento - Entorno II	261.208	2028
Eletrobras	Diversos - Furnas	211.286	2023
Eletrobras	UHE Santo Antônio (c)	348.907	2030
Eletrobras	Projetos Corporativos de Transmissão	231.712	2034
Eletrobras	Projetos Corporativos Chesf	199.707	2029
Eletrobras	Linha Verde Transmissora	144.884	2033
Eletrobras	Eólicas Casa Nova II e III	143.012	2031
Eletrobras	UHE Mauá	137.534	2028
Eletrobras	Plano de Investimentos 2012 - 2014	132.489	2029
Eletrobras	Transmissora Sul Brasileira de Energia	119.001	2028
Eletrobras	Reforço à Estrutura de Capital de Giro	111.801	2024
Chesf	Transmissora Delmiro Gouveia	98.401	2032
Eletrobras	UHE São Domingos	93.826	2028
Eletrobras	Projetos Corporativos Chesf	64.411	2029
Eletrobras	UHE Passo de São João	59.822	2026
Eletrobras	UHE Batalha	58.982	2025
Eletrobras	Financiamento Corporativo	56.872	2023
Chesf	Transmissora Delmiro Gouveia	45.842	2031
Eletrobras	Projetos Corporativos CGT Eletrosul	27.957	2023
CGT Eletrosul	Ampliação do Sistema Sul de Transmissão	16.122	2029
Eletrobras	UHE Baguari	15.630	2026
Eletrobras	RS Energia	14.896	2027
CGT Eletrosul	Interligação Brasil x Uruguai	12.101	2029
Eletrobras	RS Energia	7.805	2027
Garantias empresas controladas		19.679.390	

(c) No exercício findo de 31 de dezembro de 2022 a UHE Santo Antônio passou a constar na base de empreendimentos com garantias consolidadas, em decorrência da elevação da participação acionária detida por Furnas na SPE MESA para 72,36%. Com isso, ocorreram as devidas formalizações dos instrumentos aditivos contratuais de equalização das garantias à nova participação acionária detida por Furnas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia detinha o montante de R\$ 176.130 registrado em seu passivo não circulante referente às provisões para garantias.

26.3 – Obrigações assumidas - *Covenants*

A Companhia possui cláusulas restritivas (*covenants*) em alguns de seus contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures. Os principais *covenants* são referentes à: (i) dívida líquida sobre EBITDA, (ii) índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD), (iii) garantias corporativas, (iv) requisitos para alteração de controle societário e (v) limitação à venda significativa de ativos. Ressalta-se que não houve identificação de evento de descumprimento de *covenants* no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 referente às empresas controladas pela Companhia.

Prática contábil

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos inicialmente pelo valor da transação e atualizados subsequentemente pelos encargos contratuais (juros, atualizações monetárias e variações cambiais) e pelos pagamentos realizados.

Para fazer frente aos riscos de eventual execução das garantias fornecidas pela Eletrobras para financiamentos de empresas não controladas, a Companhia provisiona entre 1% e 5% do saldo devedor, considerando o grau de risco envolvido, que é calculado com base no histórico de execução de garantias e no capital circulante líquido da empresa detentora da dívida.

NOTA 27 – ARRENDAMENTOS

O passivo de arrendamento refere-se principalmente a contratos de compra de energia firmados com os Produtores Independentes de Energia (PIE) que possuem a transferência de parcela significativa de riscos e benefícios ao final dos contratos, além destes, também estão inclusos imóveis, veículos e equipamentos.

A movimentação do passivo é demonstrada no quadro a seguir:

	CONSOLIDADO	
Saldo inicial em 31 de dezembro 2021 e 2020	903.484	1.053.194
Efeitos da desconsolidação - Eletronuclear	(9.539)	-
Aquisição de controle - MESA	2.223	-
Novos contratos/Remensurações	46.686	60.824
Juros incorridos	535.185	377.482
Pagamentos	(724.871)	(588.016)
Saldo final em 31 de dezembro 2022 e 2021	753.168	903.484
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Circulante	224.319	209.774
Não Circulante	528.849	693.710
	<u>753.168</u>	<u>903.484</u>

Os aluguéis fixos e variáveis, bem como aqueles relacionados a contratos de curto prazo e de baixo valor, foram os seguintes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	CONSOLIDADO	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Arrendamentos de curto prazo	2.886	3.667
Arrendamentos de baixo valor	18.674	23.827
Despesas variáveis de arrendamento	4.505	885

Os vencimentos dos passivos não circulantes estão demonstrados no quadro a seguir:

	CONSOLIDADO
2024	233.988
2025	127.317
2026	49.434
2027	34.701
2028	34.596
2029 a 2045	48.813
	<u>528.849</u>

A seguir é apresentado o quadro indicativo do direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme o período previsto para pagamento.

	CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021
Contraprestação do arrendamento	724.871	588.016
PIS/COFINS potencial (9,25%)	67.051	54.391

O saldo de direito de uso está apresentado no Imobilizado, vide nota 21.

Prática contábil

A Companhia reconhece inicialmente os passivos de arrendamentos pelo valor presente do fluxo futuro de pagamentos dos arrendamentos, sem refletir a inflação projetada. Subsequentemente, os passivos de arrendamentos são atualizados pelos juros, correção monetária estabelecidas pelos contratos e pelos pagamentos de arrendamentos realizados.

A taxa de juros utilizadas para calcular o valor presente das obrigações com arrendamentos é formada pela taxa de juros do tesouro americano (taxa livre de risco) mais o spread de risco da Eletrobras menos percentual de desagravo decorrente das garantias envolvidas nos contratos de arrendamentos.

Os juros transcorridos são reconhecidos na demonstração de resultados, no grupo de resultado financeiro.

As correções monetárias dos arrendamentos são reconhecidas no Direito de Uso, no grupo de Imobilizado, sem transitar, portanto, na demonstração de resultados.

NOTA 28 – EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO

a) Compulsório não quitado

O Empréstimo Compulsório sobre o consumo de energia elétrica foi criado pela Lei nº 4.156/1962, com a finalidade de expansão e melhoria do setor elétrico brasileiro, tendo sido arrecadado somente a partir de 1964. Com o advento do Decreto nº 1.512/1976, a incidência do empréstimo compulsório passou, durante o período de 1977 a 1993, a recair somente sobre os grandes consumidores industriais de energia elétrica, assim, considerados aquelas industriais com consumo mensal superior a 2.000 Kwh. Nesta fase, o Empréstimo Compulsório era representado por créditos escriturais, e não mais por Obrigações.

A arrecadação ocorreu no período de 1977 a 1993 e a devolução dos créditos foi realizada por meio da entrega de ações preferenciais da Eletrobras, tendo sido realizadas 4 assembleias de conversão em ações dos créditos arrecadados. Porém, alguns contribuintes questionaram a constitucionalidade do Empréstimo Compulsório e depositaram judicialmente os valores do tributo.

A Eletrobras assume a obrigação de devolução do valor principal, registrada no passivo circulante, sendo remunerada à taxa de 6% ao ano até a data da sua conversão em ações, acrescidos de atualização monetária desde o levantamento do depósito judicial com base na variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E.

b) Provisão para ações a entregar

Existe ainda um passivo da Controladora referente ao montante equivalente ao valor de ações preferenciais B, utilizadas como pagamento em processos judiciais que envolvem correção monetária dos créditos de Empréstimo Compulsório convertidos através das quatro assembleias realizadas pela Eletrobras.

Considerando que os contribuintes precisam se cadastrar junto ao procedimento administrativo de Solicitações de Ações - SAC da Eletrobras, demonstrando sua legitimidade ao recebimento dessas ações, existem muitos contribuintes que ainda não tiveram as ações convertidas implantadas em seu nome, ficando as referidas ações registradas no patrimônio líquido da Eletrobras, assim como no Banco Custodiante, sob a rubrica de "ações com acionistas a identificar", não tratando de ações em tesouraria, mas sim ações objeto das conversões dos créditos de Empréstimo Compulsório, com o objetivo de quitação de tais créditos.

A partir de 2008, a Eletrobras utilizou-se do saldo de ações de acionistas ainda não identificados para o pagamento dos processos judiciais de diferenças de correção monetária dos créditos do Empréstimo Compulsório.

Contudo, à luz de novo parecer jurídico, consolidou-se entendimento de que a Eletrobras poderá quitar a obrigação de entregar ações preferenciais B, por meio de aumento de capital ou pela aquisição de idênticas ações no mercado, o que for mais vantajoso.

	CONTROLADORA / CONSOLIDADO	
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2021 e 2020	1.216.335	1.047.109
Ingresso de recursos	44.746	-
Provisão para Implantação de Ações	101.813	107.652
Encargos sobre dívida	9.360	30.791
Pagamento de juros	(11.518)	(1.328)
Atualização monetária	26.632	32.111
Baixas	(97.766)	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2022 e 2021	1.289.602	1.216.335

Prática contábil

A Eletrobras registra a obrigação com remuneração à taxa de 6% ao ano até a data da sua conversão em ações, acrescidos de correção monetária com base no Índice de Preço ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E, conforme o Decreto-lei nº 1.512/76. No caso da provisão para implantação de ações, o valor é corrigido pelo preço da ação.

NOTA 29 – TRIBUTOS A RECOLHER

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Passivo circulante				
PIS/COFINS	334.229	133.085	538.341	372.631
IRRF/CSRF	16.314	112.372	489.883	265.956
ICMS	-	-	24.453	22.843
INSS/FGTS	7.719	5.452	150.734	82.170
PAES/REFIS	-	-	35.064	23.362
ISS	-	-	17.054	14.168
Outros	12.477	8.427	16.171	23.355
	<u>370.739</u>	<u>259.336</u>	<u>1.271.700</u>	<u>804.485</u>
Passivo não circulante				
PAES/REFIS	-	-	130.822	145.448
PIS/COFINS	-	-	477.118	13.936
IR/CS parcelamento	-	-	115.776	101.016
Outros	-	-	-	212
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>723.716</u>	<u>260.612</u>

NOTA 30 – ENCARGOS SETORIAIS

	CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Eficiência Energética - EE	583.855	235.492
Quota RGR	223.120	196.584
Compensação pelo Uso de Recursos Hídricos	122.029	80.617
Quota CDE	28.448	13.809
Quota PROINFA	23.753	7.438
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica	15.405	8.973
	<u>996.610</u>	<u>542.913</u>
Não circulante		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Eficiência Energética - EE	464.330	649.303
Quota RGR	28	38
	<u>464.358</u>	<u>649.341</u>
	<u>1.460.968</u>	<u>1.192.254</u>

30.1 – Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e Eficiência Energética – EE

As concessionárias de energia elétrica estão obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% de sua receita operacional líquida ajustada, em projetos de pesquisa e desenvolvimento e programa de eficiência energética do setor elétrico, nos termos da Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000.

30.2 - Reserva Global de Reversão - RGR

A contribuição para a formação da RGR é de responsabilidade das empresas concessionárias do serviço público de energia elétrica, mediante uma quota denominada Reversão e Encampação de Serviços de Energia Elétrica, de até 2,5% do valor dos investimentos dos concessionários e permissionários, limitado a 3% da receita anual. O valor da quota é computado como componente do custo do serviço das concessionárias. As transmissoras licitadas a partir de 12 de setembro de 2012 e as transmissoras e geradoras que tiveram suas concessões prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783/2013, são desobrigadas do recolhimento deste encargo.

30.3 - Compensação Financeira pelo Uso de Recursos Hídricos - CFURH

A compensação financeira pelo uso dos recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica foi instituída pela Constituição Federal de 1988 e trata-se de um percentual de 6,75% que as concessionárias de geração hidrelétrica pagam pela utilização de recursos hídricos.

Prática contábil

A Companhia reconhece como obrigações a recolher os encargos setoriais calculados com base na receita bruta do período, de acordo com os percentuais estabelecidos pelas leis. Na demonstração de resultados, os encargos setoriais são apresentados na receita líquida, como redutores da receita bruta.

NOTA 31 – REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Dividendos do exercício de 2022	863.402	-	875.008	-
Dividendos do exercício de 2021	-	1.340.958	-	1.366.726
Dividendos de exercícios anteriores	49.616	40.153	49.636	40.165
	<u>913.018</u>	<u>1.381.111</u>	<u>924.644</u>	<u>1.406.891</u>

O valor de dividendos aprovados pela 62ª AGO ocorrida em abril de 2022, foi atualizado com base na variação da taxa SELIC, *pro rata temporis*, desde 31 de dezembro de 2021 a setembro de 2022, quando ocorreu o pagamento de Dividendos constantes da Proposta de Administração, no valor total de R\$ 1.449.097, aos acionistas da Companhia, titulares de ações preferenciais de classes "A" e "B" e de ações ordinárias, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia.

Prática contábil

A Eletrobras possui Política de Distribuição de Dividendos que, alinhada ao Estatuto Social, assegura a seus acionistas o direito, em cada exercício, a dividendos e/ou juros de capital próprio não inferiores a 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e alterações posteriores e não autoriza que a reserva de capital possa ser usada para pagamento de dividendos.

O valor dos dividendos, que representa o mínimo obrigatório estabelecido em Lei, é reconhecido no passivo e o valor dos dividendos acima do mínimo obrigatório é reconhecido no patrimônio líquido, na conta de dividendos adicionais propostos, até a aprovação em Assembleia Geral.

As ações preferenciais das classes A e B possuem prioridade no recebimento dos dividendos distribuídos em cada exercício social, estes incidentes à razão de 8% e 6% ao ano, respectivamente, sobre o capital pertencentes a essas espécies e classes de ações, rateados igualmente entre elas.

As ações preferenciais participarão, em igualdade de condições, com as ações ordinárias na distribuição dos dividendos distribuídos em cada exercício social, depois de assegurado às ações ordinárias um dividendo cujo valor seja o menor daqueles atribuído às classes preferenciais. É garantido às ações preferenciais o direito ao recebimento de dividendos distribuídos no exercício social, por cada ação, pelo menos 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária no respectivo exercício.

NOTA 32 – CONTRATOS ONEROSOS

	CONSOLIDADO			
	Saldo em 31/12/2021	Constituições	Reversão	Saldo em 31/12/2022
Geração				
Jirau	147.122	61.977	-	209.099
Funil	280.527	-	(280.527)	-
CoaracyNunes	11.032	-	(11.032)	-
	438.681	61.977	(291.559)	209.099
Passivo Circulante	10.517			-
Passivo Não Circulante	428.164			209.099
	438.681			209.099

	CONSOLIDADO			
	Saldo em 31/12/2020	Constituições	Reversão	Saldo em 31/12/2021
Geração				
Jirau	129.672	51.145	(33.695)	147.122
Funil	225.727	54.800	-	280.527
CoaracyNunes	99.502	-	(88.470)	11.032
	454.901	105.945	(122.165)	438.681

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou um saldo de R\$ 209.099 (R\$ 438.681 em 31 de dezembro de 2021) em contratos onerosos. A movimentação refere-se principalmente às reversões ocorridas sobre contratos das usinas de Funil e Coaracy Nunes nos montantes de R\$ 280.527 e R\$ 11.032, respectivamente, devido a assinatura dos novos contratos de concessão conforme nota 1.2.1.

Prática contábil

No processo de teste de *impairment* dos ativos da Companhia, se verificado contratos de concessão cujos custos inevitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se espera sejam recebidos ao longo contrato, a diferença é registrada no passivo, como provisão de contrato oneroso, e na demonstração de resultados, no grupo de provisões operacionais.

NOTA 33 – BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

33.1 - Benefício pós emprego

A Eletrobras e suas controladas oferecem aos seus atuais e futuros aposentados e aos seus dependentes benefícios do tipo previdenciário, de assistência à saúde e seguro de vida pós-emprego. Esses benefícios são classificados como Benefícios Definidos – BD, Contribuição Definida – CD, Contribuição Variável – CV e Benefício Saldado.

Devido à estrutura descentralizada da Companhia, cada controlada patrocina seu próprio pacote de benefícios a empregados, conforme apresentado na tabela a seguir:

Empresa	Benefícios patrocinados pela Companhia				
	Planos de benefícios previdenciários			Outros benefícios pós-emprego	
	Plano BD	Plano Saldado	Plano CD	Seguro de Vida	Plano de Saúde
Eletrobras	X		X		X
CGT Eletrosul	X		X		X
Chesf	X	X	X		
Eletronorte	X		X	X	X
Furnas	X		X		X

O plano de benefício previdenciário normalmente expõe a Companhia a riscos atuariais, tais como risco de investimento, risco de taxa de juros, risco de longevidade e risco de salário.

- Risco de investimento: O valor presente do passivo do plano de benefício definido previdenciário é calculado usando uma taxa de desconto determinada em virtude da remuneração de títulos privados de alta qualidade; se o retorno sobre o ativo do plano for abaixo dessa taxa, haverá um déficit do plano. Atualmente, o plano tem um investimento relativamente equilibrado em ações, instrumentos de dívida e imóveis. Devido à natureza de longo prazo dos passivos do plano, o conselho do fundo de pensão considera apropriado que uma parcela razoável dos ativos do plano deva ser investida em ações e imóveis para alavancar o retorno gerado pelo fundo;
- Risco de taxa de juros: Uma redução na taxa de juros dos títulos aumentará o passivo do plano. Entretanto, isso será parcialmente compensado por um aumento do retorno sobre os títulos de dívida do plano;
- Risco de longevidade: O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência à melhor estimativa da mortalidade dos participantes do plano durante e após sua permanência no trabalho. Um aumento na expectativa de vida dos participantes do plano aumentará o passivo do plano; e
- Risco de salário: O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência aos salários futuros dos participantes do plano. Portanto, um aumento do salário dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.

As tabelas abaixo apresentam a conciliação do valor presente das obrigações de benefício definido e do valor justo dos ativos com os valores registrados no balanço patrimonial dos fundos de pensão para os benefícios previdenciários e para os demais benefícios pós-emprego. A seguir estão apresentados os resultados consolidados.

Obrigações de benefício pós-emprego - valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Planos de benefícios previdenciários	620.691	849.766	4.938.491	5.839.349
Planos de saúde e seguro de vida	59.708	35.689	255.180	245.457
Total das obrigações de benefício pós emprego	680.399	885.455	5.193.671	6.084.806
Circulante	-	-	246.437	233.304
Não circulante	680.399	885.455	4.947.234	5.851.502
Total	680.399	885.455	5.193.671	6.084.806

33.1.1 - Planos previdenciários

Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício:

Balço Patrimonial - Planos Previdenciários

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Valor presente das obrigações atuariais parciais ou totalmente cobertas (a)	2.343.776	2.772.801	27.357.876	32.654.956
(-) Valor justo dos ativos do plano (b)	(1.723.085)	(1.923.035)	(23.780.227)	(27.983.826)
Valores Disponíveis Imediatos	233	78	1.942	1.189
Realizáveis	151.476	128.249	535.595	504.955
Investimentos em Renda Fixa	1.607.381	1.791.664	25.680.500	27.222.524
Investimentos em Renda Variável	570.375	774.396	5.066.214	6.366.796
Investimentos Imobiliários	174.362	195.015	741.066	872.022
Investimentos Estruturados	107.921	98.392	1.281.176	1.957.898
Empréstimos e Financiamentos	78.166	93.919	652.629	779.374
Investimentos no Exterior	79.262	93.890	304.996	429.010
Outros	79.035	-	43.676	32.038
(-) Ativos dos planos de contribuição definida	(969.278)	(1.094.692)	(9.422.527)	(9.107.431)
(-) Exigíveis Operacionais	(13.973)	(21.758)	(146.552)	(176.735)
(-) Exigíveis Contingenciais	(30.273)	(14.452)	(215.484)	(178.198)
(-) Fundos de Investimentos	(15.913)	(14.300)	(174.479)	(207.267)
(-) Fundos Administrativos	(70.271)	(78.293)	(454.391)	(399.858)
(-) Fundos Previdenciais	(25.418)	(29.072)	(114.134)	(112.491)
Teto do ativo	-	-	1.360.842	1.168.219
Passivo (Ativo) líquido	620.691	849.766	4.938.491	5.839.349

Demonstração do Resultado - Planos Previdenciários

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Custo do serviço corrente	45	(4.023)	42.245	72.507
Custos dos juros líquidos	59.352	45.950	436.183	381.672
Despesa/(receita) atuarial reconhecida no exercício	59.397	41.927	478.428	454.179

(a) Valor presente das obrigações atuariais parciais ou totalmente cobertas

As movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, referentes aos planos previdenciários são as seguintes:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo em inicial em 31 de dezembro de 2021 e 2020	2.772.801	3.191.662	32.654.956	37.523.363
Efeitos da desconsolidação - Eletronuclear	-	-	(4.024.043)	-
Custo de serviço corrente	45	(4.023)	42.245	72.507
Juros sobre a obrigação atuarial	251.569	168.191	2.622.700	2.438.460
Benefícios pagos durante o exercício	(263.423)	(262.294)	(2.537.463)	(2.554.573)
Contribuições Normais do Participante	466	1.882	(8.061)	33.707
Custo de Serviço Passado	(33.594)	(90.972)	(33.594)	(90.972)
Perda sobre as obrigações atuariais decorrentes de remensuração	(384.088)	(231.645)	(1.358.863)	(4.767.536)
Perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	(145.042)	(605.276)	(1.897.918)	(8.481.160)
Perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	(239.046)	373.631	539.055	3.713.625
Saldo final em 31 de dezembro de 2022 e 2021	2.343.776	2.772.801	27.357.876	32.654.956

(b) Valor justo dos ativos do plano

Os valores justos dos instrumentos de capital e de dívida são determinados com base em preços de mercado cotados em mercados ativos enquanto os valores justos de investimentos em empreendimentos imobiliários, para aluguel e renda, são determinados pelo método comparativo direto de dados de mercado, com a adoção dos procedimentos matemáticos recomendados pelas NBR-14653-1 e 2 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

As movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, referentes aos planos previdenciários são as seguintes:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
Saldo em inicial em 31 de dezembro de 2021 e 2020	1.923.035	2.062.421	27.983.826	31.394.339
Efeitos da desconsolidação - Eletronuclear	-	-	(3.664.089)	-
Benefícios pagos durante o exercício	(263.423)	(262.294)	(2.537.463)	(2.554.573)
Contribuições de participante vertidas durante o exercício	466	1.882	(8.061)	33.707
Contribuições do empregador vertidas durante o exercício	29.542	23.368	287.381	294.489
Ganho sobre os ativos do plano (excluindo as receitas de juros)	(158.753)	(24.582)	(526.396)	(3.224.499)
Rendimento esperado dos ativos no ano	192.217	122.240	2.245.029	2.040.363
Saldo final em 31 de dezembro de 2022 e 2021	1.723.084	1.923.035	23.780.226	27.983.826
Rendimento efetivo dos ativos no ano	33.464	97.658	1.718.633	(1.184.136)

33.1.2 - Hipóteses atuariais e econômicas

As premissas atuariais apresentadas abaixo foram utilizadas na determinação da obrigação de benefício definido e da despesa do exercício.

Hipóteses Econômicas		
	31/12/2022	31/12/2021
Taxa de juros real de desconto atuarial anual	5,42% a 6,17%	2,87% a 5,47%
Projeção de aumento médio dos salários	1,00% a 2,01%	1,00% a 2,01%
Taxa média de inflação anual	4,00%	4,00%
Expectativa de retorno dos ativos do plano (i)	4,00%	3,27%

(i) representa as taxas máximas e mínimas de retorno de ativos dos planos.

Hipóteses Demográficas		
	31/12/2022	31/12/2021
Taxa de rotatividade	Nula; 0,00%; Experiência Nucleos 2018	Nula; 0,00%; Experiência Nucleos 2018
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT-2000 Segregada por sexo e suavizada em 10%; AT-2000 Feminina (Agravada em 15%); AT-2000 Segregada por sexo; AT-2000 Basic, segregada por sexo; AT-2000 Masculina	AT-2000 Segregada por sexo e suavizada em 10%; AT-2000 Feminina (Agravada em 15%); AT-2000 Segregada por sexo; AT-2000 Basic, segregada por sexo; AT-2000 Masculina
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB-1983; AT-49 Desagravada em 2 anos; AT-49 Basic Segregada por sexo; MI-2006 Segregada por sexo e suavizada em 10%; MI 85 por sexo; AT-83 (IAM) Masculina	RRB-1983; AT-49 Desagravada em 2 anos; AT-49 Basic Segregada por sexo; MI-2006 Segregada por sexo e suavizada em 10%; MI 85 por sexo; AT-83 (IAM) Masculina
Tábua de invalidez	Light Fraca; Álvaro Vindas Suavizada em 50%; Álvaro Vindas; TASA 1927; TASA 1927 agravada em 20%; Light (Média)	Light Fraca; Álvaro Vindas Suavizada em 50%; Álvaro Vindas; TASA 1927; TASA 1927 agravada em 20%; Light (Média)

A definição da taxa global de retorno dos ativos do plano considerou a prática de mercado dos títulos do Governo Federal, conforme critério recomendado pelas normas nacionais e internacionais, para prazos similares aos dos fluxos das obrigações do programa de benefícios, no chamado conceito de *Duration*.

A taxa global de retorno esperada corresponde à média ponderada dos retornos esperados das várias categorias de ativos do plano. A avaliação do retorno esperado realizada pela Administração tem como base as tendências históricas de retorno e previsões dos analistas de mercado para o ativo durante a vida da respectiva obrigação. O atual retorno dos ativos dos planos previdenciários em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 33.464 positivo (R\$ 97.658 positivo em 2021) na Controladora e R\$ 1.718.633 positivo (R\$ 1.184.136 negativo em 2021) no Consolidado.

33.1.3 - Planos de saúde e seguro de vida

Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício:

Balanco Patrimonial

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Valor presente das obrigações atuariais (a)	59.708	35.689	255.180	245.457
Passivo (Ativo) líquido	59.708	35.689	255.180	245.457

Demonstração do Resultado

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Custo do serviço corrente	118	247	757	5.214
Custos dos juros líquidos	3.443	183	20.741	14.467
Despesa/(receita) atuarial reconhecida no exercício	3.561	430	21.498	19.681

(a) Valor presente das obrigações atuariais

As movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, referentes aos planos de saúde e seguro de vida, são as seguintes:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo em inicial em 31 de dezembro de 2021 e 2020	35.689	2.756	245.457	225.471
Efeitos da desconsolidação - Eletronuclear	-	-	(25.745)	-
Custo de serviço corrente	118	247	757	5.214
Juros sobre a obrigação atuarial	3.443	183	20.741	14.467
Benefícios pagos no ano	(180)	(96)	(10.350)	(22.085)
Desreconhecimento de benefício	-	-	-	(26.005)
Custo de Serviço Passado	-	41.378	-	52.662
Perda sobre as obrigações atuariais decorrentes de remensuração	20.637	(8.779)	24.320	(4.267)
Perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	-	(1.045)	38.026	146.397
Perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	(7.358)	(8.526)	(21.655)	(111.260)
Perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	27.994	792	7.948	(39.404)
Saldo final em 31 de dezembro de 2022 e 2021	59.708	35.689	255.180	245.457

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2022	2021	2022	2021
Saldo em inicial em 31 de dezembro de 2021 e 2020	35.689	2.756	245.457	225.471
Efeitos da desconsolidação - Eletronuclear	-	-	(25.745)	-
Custo de serviço corrente	118	247	757	5.214
Juros sobre a obrigação atuarial	3.443	183	20.741	14.467
Benefícios pagos no ano	(179)	(96)	(10.349)	(22.085)
Desreconhecimento de benefício	-	-	-	(26.005)
Custo de Serviço Passado	-	41.378	-	52.662
Perda sobre as obrigações atuariais decorrentes de remensuração	20.637	(8.779)	24.319	(4.267)
Perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	-	(1.045)	38.026	146.397
Perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	(7.358)	(8.526)	(21.655)	(111.260)
Perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	27.994	792	7.948	(39.404)
Saldo final em 31 de dezembro de 2022 e 2021	59.709	35.689	255.181	245.457

33.1.4 - Resultados consolidados atuariais

Resultados consolidados de benefícios definidos previdenciários, planos de saúde e seguros de vida reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes (ORA) no exercício:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2022	2021	2022	2021
Ganhos (perdas) atuariais reconhecidos em ORA no exercício - Planos de benefícios previdenciários, planos de saúde e seguro de vida	203.953	211.030	660.673	1.154.355

33.1.5 - Contribuições patronais

Em 31 de dezembro de 2022, as contribuições feitas pela Controladora, para a constituição das provisões matemáticas de benefícios do Plano CD atingiram R\$ 2 (R\$ 2 em 2021) e R\$ 13.087 (R\$ 12.495 em 2021) no Consolidado.

Em 31 de dezembro de 2022, as contribuições feitas pela Controladora, para a constituição das provisões matemáticas de benefícios do Plano BD atingiram R\$ 27.709 (R\$ 23.365 em 2021) e R\$ 281.866 (R\$ 281.994 em 2021) no Consolidado.

A Controladora espera contribuir com R\$ 28.819 com o plano de benefício definido durante o próximo exercício e R\$ 2.295.411 no Consolidado.

A duração média ponderada da obrigação de benefício definido da Controladora é de 67 anos e a média do Consolidado ponderada pelas obrigações é de 64 anos.

Análise dos vencimentos esperados de benefícios não descontados de planos de benefício definido pós-emprego para os próximos 10 anos:

CONTROLADORA							
Programa Previdenciário	2023	2024	2025	2026	2027	2028 a 2046	Total
Controladora	235.537	216.814	199.126	182.463	148.450	1.361.384	2.343.776
Consolidado	2.431.839	2.266.482	2.106.224	1.949.875	1.855.354	16.748.104	27.357.876

CONTROLADORA							
Programa Previdenciário	2023	2024	2025	2026	2027	2028 a 2046	Total
Controladora	210.681	193.604	177.496	162.325	148.450	1.166.026	2.058.581
Consolidado	2.431.839	2.266.482	2.106.224	1.949.875	1.843.634	18.603.457	27.357.876

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação dos planos de benefícios definidos são: taxa de desconto, aumento salarial esperado e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Controladora

- Se a taxa de desconto da obrigação fosse 1% mais alta ou mais baixa, a obrigação de benefício definido teria redução de R\$ 138.857 ou aumento de R\$ 159.232, respectivamente; e
- Se a expectativa de crescimento salarial sobre as obrigações aumentasse ou diminuísse em 1%, a obrigação de benefício definido teria um aumento de R\$ 1.079 ou teria uma redução de R\$ 995, respectivamente.

Consolidado

- Se a taxa de desconto da obrigação fosse 1% mais alta ou mais baixa, a obrigação de benefício definido teria redução de R\$ 1.757.686 ou aumento de R\$ 2.040.169, respectivamente; e
- Se a expectativa de crescimento salarial sobre as obrigações aumentasse ou diminuísse em 1%, a obrigação de benefício definido teria uma redução de R\$ 63.133 ou teria um aumento de R\$ 56.874, respectivamente.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	Cenário I (+1%)	Cenário II (-1%)	Cenário I (+1%)	Cenário II (-1%)
Obrigação de benefício definido	(138.857)	159.232	(1.757.686)	2.040.169
Expectativa de crescimento salarial	1.079	(995)	(63.133)	56.874

A análise de sensibilidade apresentada pode não ser representativa da mudança real na obrigação de benefício definido, uma vez que não é provável que a mudança ocorra em premissas isoladas, considerando que algumas das premissas podem estar correlacionadas.

Além disso, na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial.

Não houve alteração em relação a exercícios anteriores nos métodos e nas premissas usados na preparação da análise de sensibilidade.

33.2 – Obrigações com pessoal

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante				
Provisão de férias	60.403	60.896	359.243	360.525
Programa de demissão voluntária	25.008	-	1.018.275	155.046
Folha de pagamento	881	649	413.758	193.170
Encargos sobre férias	14.693	14.441	189.729	193.940
Participações nos Lucros/Resultados	15.508	28.409	227.605	526.105
Encargos sobre 13º salário	1.662	1.663	5.785	78.848
Contribuição previdenciária	46.231	46.277	54.087	52.849
Outros	1.951	1.233	49.964	42.464
	<u>166.337</u>	<u>153.568</u>	<u>2.318.554</u>	<u>1.602.947</u>
Não circulante				
Programa de demissão voluntária	-	-	4.697	63.024
	<u>166.337</u>	<u>153.568</u>	<u>2.323.251</u>	<u>1.665.971</u>

Prática contábil

Planos previdenciários

A Eletrobras e suas controladas patrocinam planos de pensão, os quais são geralmente financiados por pagamentos a estes fundos de pensão, determinados por cálculos atuariais periódicos. A Companhia possui planos de benefício definido e, também, de contribuição definida e variável.

- Nos planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. Adicionalmente, não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições, se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar, a todos os empregados, os benefícios relacionados com os serviços prestados nos exercícios correntes e anteriores atrelados a essa modalidade de plano.

A Companhia efetua o pagamento das contribuições de forma obrigatória, contratual ou voluntária. A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

- Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida, visto que, em tais planos de benefício definido, é estabelecido um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração. Nesse tipo de plano, a Companhia tem a obrigação de honrar com o compromisso assumido, caso o fundo não possua ativos suficientes para pagar, a todos os empregados, os benefícios relacionados com os serviços prestados nos exercícios correntes e anteriores atrelados a essa modalidade de plano.

O passivo reconhecido no Balanço Patrimonial, com relação aos planos de benefício definido, é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa. As taxas de juros utilizadas nesse desconto são condizentes com os títulos de mercado, os quais são denominados na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e as perdas atuariais são decorrentes substancialmente de ajustes, nas mudanças das premissas atuariais e nos rendimentos dos ativos do plano, e são debitados ou creditados em outros resultados abrangentes.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado no exercício de ocorrência de uma alteração do plano.

Outras obrigações pós-emprego

Algumas empresas da Companhia oferecem benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados, além de seguro de vida para ativos e inativos. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço, ou à sua invalidez enquanto funcionário ativo.

Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período do emprego, dispondo da mesma metodologia contábil que é usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são debitados ou creditados em outros resultados abrangentes, no período esperado de serviço remanescente dos funcionários. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

Obrigações com pessoal

Os pagamentos de benefícios tais como salário ou férias, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios são reconhecidos mensalmente no resultado, respeitando o regime de competência.

NOTA 34 – PROVISÕES PARA LITÍGIOS E PASSIVOS CONTINGENTES

A Eletrobras e suas controladas são partes envolvidas em diversas ações em andamento no âmbito do judiciário, principalmente nas esferas cível e trabalhista, que se encontram em vários estágios de julgamento. As principais ações se referem a:

- Processos cíveis – Destacam-se as ações em que são discutidas: (i) Valor do principal e correção dos juros remuneratórios e de mora sobre o Empréstimo Compulsório, (ii) processos decorrentes de pagamentos, multas e encargos por supostos atrasos e inadimplementos, (iii) ações cíveis ligadas à relação de consumo, relativas a indenizações por danos morais e materiais decorrentes principalmente de irregularidades na medição de consumo e cobranças indevidas;
- Processos trabalhistas – Destacam-se as ações em que são discutidas: (i) ações movidas por empregados de quadro próprio de empresas prestadoras de serviço, (ii) ações vinculadas a questões ligadas às relações de trabalho e emprego;
- Processos tributários – Destacam-se as ações em que são discutidas: (i) compensações não homologadas de PIS e COFINS, (ii) cobrança de contribuição previdenciária indevida, (iii) autuações pela escrituração extemporânea de créditos de ICMS, exigências de estorno de crédito de ICMS sobre perdas de energia, aproveitamento de crédito de ICMS em razão dos subsídios CCC, além de execuções fiscais diversas e processos em que os consumidores buscam ressarcimento da taxa de iluminação pública paga, (iv) apuração e compensações de prejuízos fiscais relacionados ao IRPJ e à CSLL;
- Processos regulatórios – Destacam-se as ações em que são discutidas questões relacionadas a caducidade de contratos de concessão; e
- Processos ambientais – Destacam-se as ações em que são discutidas questões relacionadas aos licenciamentos e danos ambientais de operações e projetos da Companhia.

34.1 – Provisões para litígios

A Eletrobras e suas controladas constituem provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada nos seguintes valores:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante				
Cíveis	2.639.850	2.262.622	2.702.135	2.262.622
Trabalhistas	6.861	5.027	7.026	5.027
	2.646.711	2.267.649	2.709.161	2.267.649
Não Circulante				
Cíveis	21.818.356	23.479.694	26.945.065	27.747.381
Trabalhistas	265.692	186.581	2.069.861	2.233.654
Tributárias	-	-	586.489	569.640
Regulatórios	-	-	945.790	554.804
Ambientais	-	-	76.353	36.743
	22.084.048	23.666.275	30.623.558	31.142.222
	24.730.759	25.933.924	33.332.719	33.409.871

As provisões tiveram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a seguinte evolução:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31 de dezembro de 2021	25.933.924	33.409.871
Efeitos da desconsolidação - Eletronuclear	-	(210.891)
Aquisição de Controle - MESA	-	122.779
Constituição de provisões	1.832.768	4.605.577
Reversão de provisões	(1.682.297)	(2.653.485)
Atualização Monetária	1.720.733	2.207.161
Depósitos judiciais	-	74.213
Pagamentos	(3.074.369)	(4.222.506)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	24.730.759	33.332.719

Os litígios, acrescidos de juros e atualização monetária, cuja probabilidade de perda é considerada provável, são apresentadas a seguir:

34.1.1 – Cíveis

Em 31 de dezembro de 2022 a Eletrobras e suas controladas possuem ações judiciais cíveis com a estimativa provável de perdas de R\$ 29.647.200 (R\$ 30.010.003 em 31 de dezembro de 2021). Destacam-se:

• Empréstimo Compulsório

Existe um contencioso judicial expressivo envolvendo a Eletrobras, no qual o maior número de ações tem por objeto impugnar os critérios de atualização monetária dos créditos escriturais do Empréstimo Compulsório sobre o consumo de energia elétrica, determinados pela legislação que rege o Empréstimo Compulsório e aplicada pela Controladora, e a aplicação dos expurgos inflacionários decorrentes de planos econômicos implantados no Brasil. Em 31 de dezembro de 2022, a Eletrobras possuía 3.703 processos provisionados relativos a este tema específico de correção monetária de créditos escriturais (3.689 processos em 31 de dezembro de 2021). Para maiores informações, vide nota 28.

A Eletrobras, no âmbito desses processos, tem registrado provisões referentes à: (i) diferença de principal decorrente de critério de correção monetária, (ii) juros remuneratórios reflexos; e (iii) aplicação de juros moratórios (substancialmente a taxa SELIC, incidente sobre principal, correção dos juros pagos e juros remuneratórios).

	31/12/2022	31/12/2021
Principal	6.150.499	6.403.710
Correção dos juros pagos	39.902	47.316
Juros remuneratórios	4.040.093	4.748.235
Juros moratórios	13.081.861	13.116.760
Honorários advocatícios	1.028.103	747.994
Outras verbas	83.747	646.213
Total	24.424.205	25.710.228

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi reconhecida uma provisão, líquida de reversão, no montante de R\$ 132.979, totalizando R\$ 24.424.205, referente aos processos do empréstimo compulsório.

• Empréstimo compulsório – Acordos judiciais

No âmbito da provisão relacionada ao empréstimo compulsório sobre energia elétrica (ECE), a Companhia vem adotando providências para mitigar os riscos envolvidos e possibilitar melhor planejamento de desembolsos de caixa para otimizar o aproveitamento tributário.

Nesse contexto, a Eletrobras criou o Comitê Executivo de Empréstimo Compulsório com objetivo de buscar acordos judiciais com deságios e quitação plena dos referidos processos. Em decorrência dessas negociações, a Eletrobras obteve no 4º trimestre de 2022, a redução dessa obrigação no valor de R\$ 1.300.130, sendo que R\$ 563.130 impactou positivamente o resultado a título de deságios obtidos em acordos que já foram assinados e R\$ 736.999 em decorrência de pagamentos efetuados, no âmbito de acordos que já tiveram as respectivas homologações judiciais, com o devido trânsito em julgado.

• Nulidade parcial de aditivo - Fator K de correção analítica de preços (Chesf)

A Chesf é autora de uma ação na qual pede a declaração de nulidade parcial de aditivo ao contrato de empreitada das obras civis da Usina Hidrelétrica Xingó, firmado com o Consórcio formado pela Companhia Brasileira de Projetos e Obras - CBPO, CONSTRAN S.A. - Construções e Comércio e Mendes Júnior Engenharia S.A. e a devolução de importâncias pagas, a título de Fator K, no valor histórico de aproximadamente R\$ 350.000, em dobro. As rés, além de contestarem o feito, ajuizaram, em paralelo, reconvenção pleiteando a condenação da Chesf a pagamentos vencidos decorrentes do mesmo aditivo contratual não tempestivamente liquidados pela empresa. O fator K refere-se a cobrança de um índice de reajuste de preços em face a necessidade de compensar os efeitos inflacionários causados pelos planos econômicos instituídos no final da década de 1980. Os efeitos dos reajustes dos preços trouxeram prejuízos para a empresa, ensejando superfaturamento dos valores, além de inexistir previsão no edital da contratação do Consórcio. Não há previsão de tempo para o desfecho completo desta lide.

A Companhia, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, atualizou a provisão em seu passivo não circulante, no montante de R\$ 2.067.368 (R\$ 1.749.709, em 2021).

• Energia Potiguar Geradora Eólica S.A. (Chesf)

Em outubro de 2022 foi publicado acordo referente ao julgamento dos embargos de declaração opostos pela Chesf no âmbito do processo movido pela Energia Potiguar contra a Chesf no qual foi mantida a decisão que anulou o julgamento anterior que havia sido favorável à Chesf e, na mesma sessão, julgou novamente os recursos de apelação interpostos pelas partes contrárias confirmando a sentença que condenou a Chesf ao pagamento de indenização por força dos prejuízos ocasionados pelo suposto atraso na entrega da linha de transmissão 230 kV Extremoz II – João Câmara II, integrante do Contrato de Concessão nº 019/2010. Considerando a última posição da ação judicial, o processo foi classificado como de risco de perda provável, pelo valor estimado de R\$ 611.987.

34.1.2 – Tributárias

Em 31 de dezembro de 2022 a Eletrobras e suas controladas possuem ações tributárias de R\$ 586.489 (R\$ 569.640 em 31 de dezembro de 2021), sendo esta, a estimativa provável de perda destes processos.

34.1.3 – Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2022 a Eletrobras e suas controladas possuem ações judiciais trabalhistas de R\$ 2.076.887 (R\$ 2.238.681 em 31 de dezembro de 2021), sendo esta, a estimativa provável de perda destes processos.

34.2 – Passivos contingentes

Adicionalmente, a Eletrobras e suas controladas possuem processos avaliados com perda possível nos seguintes montantes:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Cíveis	8.726.253	28.137.284	27.507.399	44.358.547
Trabalhistas	928.911	1.409.079	2.284.664	3.473.210
Tributárias	-	462	10.400.731	8.755.786
Ambientais	-	-	1.811.883	787.918
Regulatórios	-	-	1.602.258	1.367.227
	9.655.164	29.546.825	43.606.935	58.742.688

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a redução dos saldos dos processos de natureza cível ocorreu, substancialmente, em função da evolução dos processos citados abaixo:

- **Caso Decoradora Roma**

Em maio de 2022, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) julgou os Embargos de Declaração com efeitos infringentes, interpostos pela Eletrobras, nos Embargos de Divergência em Agravo em Recurso Especial (EAREsp) 790.288, conhecido por “Caso Roma”, endossando a tese já contida no *leading case* que pacificou os temas relativos à devolução do Empréstimo Compulsório sobre a Energia Elétrica (ECE) – RESP 1.003.955/RS, no sentido de que o termo final dos juros remuneratórios incidentes sobre os créditos do ECE devem fluir tão somente até as assembleias de conversão destes créditos em ações preferenciais da Companhia. Esta decisão consagrou a vedação de cumulação dos juros remuneratórios com os juros moratórios.

Neste contexto, à luz do repositório favorável de decisões aderentes ao “Caso Roma”, houve a reclassificação do risco no contingenciamento de possível para remoto referente à estas teses jurídicas no montante R\$ 14.396.540.

- **Demais processos – Empréstimo compulsório**

Redução de processo relacionado ao empréstimo compulsório no montante aproximado de R\$ 4.460.000 no qual houve a classificação de risco alterada para remota, em virtude de etapa processual que consolidou decisão desfavorável ao pleito autoral.

34.2.1 – Principais Processos - Cíveis

Em 31 de dezembro de 2022 a Eletrobras e suas controladas possuem ações judiciais cíveis de R\$ 27.507.399 (R\$ 44.358.547 em 31 de dezembro de 2021), sendo possível sua probabilidade de perda, onde não é realizada provisão. Destacam-se:

- **Nulidade do acordo sindical (Chesf)**

Ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal - MPF onde, em síntese, persegue a obtenção de decreto judicial que declare a inexistência do Aditivo ao Acordo de 1986, celebrado no ano de 1991, firmado entre a Chesf e os representantes do Polo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco. O valor atribuído à causa foi de R\$1.000.000. Foi proferida sentença que declarou a nulidade do acordo de 1991, entre a Chesf e o Polo Sindical, que alterou a forma de cálculo da Verba de Manutenção Temporária – VMT) para o equivalente a 2,5 salários mínimos; bem como para determinou o pagamento das diferenças apuradas, desde 1991, entre a verba efetivamente paga e o valor de 2,5 salários mínimos, monetariamente corrigidos e acrescidos de juros moratórios para cada família que recebeu ou ainda recebe a VMT, pelo respectivo período que tenha recebido e que pertençam à competência territorial desta Subseção Judiciária, ressalvados os casos dos reassentados que celebraram os termos de acordos extrajudiciais e a escritura pública de doação com a requerida, renunciando aos benefícios da VMT, assim como afastou o direito dos interessados à percepção das parcelas atingidas pela prescrição quinquenal, a contar do ajuizamento da ação. Contra a sentença foram opostas apelações pela Chesf e pelo MPF, recursos esses que aguardam julgamento, sendo distribuídos por dependência em novembro de 2016 ao relator Desembargador Federal.

Em dezembro de 2016 encontrava-se concluso para relatório e voto. Em 21 de fevereiro de 2020, o processo foi migrado para o sistema Processo Judicial Eletrônico (Pje). Com base na avaliação de seus procuradores jurídicos, a Chesf classificou o risco de perda desta ação como possível, no montante atualizado de R\$ 4.159.029 (R\$ 3.732.691, em 31 de dezembro de 2021).

- [Ação Civil Pública – Ministério Público Federal da Bahia \(Chesf\)](#)

Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público Federal da Bahia, cujo objeto consiste no reconhecimento da existência de ocupantes da área inundada que não foram reassentados em projetos de irrigação, fazendo jus a todo o previsto no Acordo de 1986 entre a Chesf e as comunidades envolvidas na construção da Barragem de Itaparica. O processo tramita perante a Vara Federal em Paulo Afonso - BA, estando atualmente em fase recursal no TRF 1ª Região (TRF1). Houve liminar deferida em favor do Ministério Público, que foi cassada pelo TRF1. A sentença foi favorável à tese de decadência e existe precedente no STJ contrário à pretensão do MPF. Com base na avaliação de seus procuradores jurídicos, a Chesf classificou o risco de perda desta ação como “possível”, e tem como valor pedido atualizado o montante de R\$ 3.772.158 (R\$ 3.361.748, em 31 de dezembro de 2021).

- [Cobrança de supostos prejuízos aos consumidores finais \(Chesf\)](#)

Trata-se de ação civil pública manejada pela ANEEL com o intuito de cobrar da Chesf supostos prejuízos que os consumidores finais de energia elétrica teriam tido com os atrasos das obras referentes às chamadas Instalações de Geração Compartilhada – ICGs. Esse prejuízo remontaria a R\$ 1.471. A Chesf recebeu a citação, tendo apresentado contestação ao feito em dezembro de 2015. Apresentada réplica pela ANEEL, o juiz indeferiu produção de provas requeridas pela Chesf. O MM. Juízo determinou a intimação do MPF para manifestação a qual foi realizada. A Chesf peticionou para suspensão do processo, face estratégia de levar o caso à Conciliação da Administração Pública Federal da Advocacia Geral da União - CCAF/AGU. Em dezembro de 2017 o pedido de suspensão foi deferido, pelo prazo de 6 meses. Foi protocolado requerimento para a CCAF/AGU em março de 2018. Houve audiência de conciliação, na qual as partes não demonstraram interesse em conciliar. O processo encontrava-se concluso para sentença desde dezembro de 2018. Em setembro de 2019, foi proferida sentença por meio da qual a demanda foi julgada parcialmente procedente para condenar a Chesf ao ressarcimento dos valores pagos pela CCEE. O Juízo sentenciante consignou que teria havido culpa da União pelo atraso, de modo que a referida responsabilidade da Chesf estaria limitada ao percentual de sua culpa pelos atrasos, o que seria aferido por perícia em fase de liquidação de sentença. Em novembro de 2019, foi interposta apelação pela ANEEL. No mesmo mês, foi determinada a migração do processo para o PJe, não tendo sido ainda iniciada a contagem de prazo para recurso da Chesf, em virtude da ausência de publicação da sentença.

Em 26 de março de 2020 as partes foram intimadas a se manifestar sobre a conformidade dos autos digitais com os autos físicos e o cumprimento de eventual ato já praticado nos autos físicos. Em 08 de

maio de 2020 a Chesf interpôs embargos de declaração. Em 31 de dezembro de 2020, a ANEEL apresentou impugnação aos embargos de declaração opostos pela Chesf.

Em outubro de 2021 o Ministério Público Federal pugna pelo acolhimento da preliminar de julgamento extra petita. No mérito, a manifestação é pelo não provimento dos recursos. Não há condições de se avaliar, no presente momento, qual seria o desfecho da causa, vez que essa é a primeira ação no País a tratar do tema (não existe histórico no Brasil de ingresso de ações coletivas com conteúdo semelhante).

Com base na avaliação de seus procuradores jurídicos, a Chesf classificou o risco de perda desta ação como possível, no montante estimado de R\$ 2.252.254 (R\$ 1.470.885, em 31 de dezembro de 2021).

- **Pedido de recuperação judicial (Chesf)**

Pedido de recuperação judicial, apresentada como defesa contra pedido de falência em razão da requerente (WIND POWER ENERGIA S/A) ser parte de grupo líder de mercado, e com investimentos e contratos que possibilitam a referida recuperação. A lide tramita na 1ª Vara Cível da Comarca do Cabo de Santo Agostinho-PE, estando em fase decisória. Principais andamentos do processo: Apresentação de Plano de recuperação; apresentação de aditivo ao plano de recuperação; novo aditivo ao Plano de recuperação; realização de assembleia geral de credores com análise da última versão do plano de recuperação. Com base na avaliação de seus procuradores jurídicos, a Diretoria classificou o risco de perda desta ação como “possível”, e tem como valor pedido atualizado o montante R\$ 1.004.479 (R\$ 889.819, em 2021).

34.2.2 - Principais Processos - Tributárias

Em 31 de dezembro de 2022 a Eletrobras e suas controladas possuem ações judiciais tributárias com probabilidade de perda possível no montante de R\$ 10.400.731 (R\$ 8.755.786 em 31 de dezembro de 2021). Destacam-se:

- **Auto de Infração - PIS e COFINS (Furnas)**

Trata-se de processo administrativo, pleiteado pela Fazenda Nacional contra a Furnas, referente ao auto de infração lavrado em função de suposta insuficiência de recolhimento para o PIS/COFINS tendo em vista que Furnas excluiu da apuração as seguintes receitas: Exclusão da RGR da base de cálculo; Receitas de transmissão Itaipu (exclusão da base de cálculo); Inclusão como receita financeira, no mês de dezembro de 2007, da receita proveniente do passivo atuarial mantido junto à FRG. Ademais, a autuação compreende valores que deixaram de ser recolhidos a título de PIS e COFINS em razão da empresa ter procedido à compensação sem apresentação do documento hábil, o PER/DCOMP. O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) julgou improcedente o Recurso Voluntário de Furnas, restando apenas a matéria relativa à exclusão da RGR que permanece em análise no CARF no processo originário. As demais matérias foram definitivamente julgadas em sede administrativa. Furnas apresentou garantia para possibilitar a emissão de Certidão e levar a discussão para a esfera judicial. O valor total classificado com prognóstico de perda possível é R\$ 1.645.510 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 1.551.613 em 31 de dezembro de 2021).

- **Auto de Infração - apuração do IRPJ e CSLL (Furnas)**

Trata-se de processo judicial, impetrado por Furnas contra a Fazenda Nacional, que visa discutir a cobrança decorrente do auto de Infração lavrado em função de supostas irregularidades na apuração do IRPJ e CSLL, no qual foi excluída do Lucro Real a reversão do passivo atuarial da FRG. Por se tratar de superávit atuarial, o valor foi excluído da base de cálculo e foi oferecido à tributação à medida de sua realização. Após a decisão administrativa desfavorável, Furnas impetrou ação para ter seu direito reconhecido judicialmente, sendo que, em 31 de dezembro de 2022, não havia sido prolatada sentença no processo. A União Federal ajuizou Execução Fiscal para cobrar o débito, mas o juiz suspendeu o seu andamento até que a questão seja definitivamente analisada na ação Anulatória proposta por Furnas. O valor total classificado com prognóstico de perda possível é R\$ 1.876.516 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 1.774.328 em 31 de dezembro de 2021).

34.3 Demais assuntos tributários

- **ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IFRIC 23 - *Uncertainty over Income Tax Treatments*)**

Esta Interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre o tratamento do imposto de renda sobre o lucro. A Interpretação requer que a Eletrobras: (1) determine se posições fiscais incertas são avaliadas separadamente ou como um grupo; e (2) avalie se é provável que a autoridade fiscal aceite a utilização de tratamento fiscal incerto, ou proposta de utilização pela Companhia. Em caso positivo, a entidade deve determinar sua posição fiscal e contábil em linha com o tratamento fiscal utilizado ou a ser utilizado nas suas declarações de imposto de renda. Em caso negativo, a Companhia deve refletir o efeito da incerteza na determinação da sua posição fiscal e contábil.

Com base nos requerimentos da norma ICPC 22/IFRIC 23, a Eletrobras avaliou as operações das suas controladas que envolveram reestruturações societárias e aquisição do controle de participações em outras empresas, e concluiu que sua posição fiscal e contábil está em conformidade com o tratamento fiscal utilizado.

- **Decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) - Matéria tributária transitada em julgado**

Em fevereiro de 2023, o STF, em decisão por unanimidade, considerou que uma decisão definitiva, a chamada “coisa julgada”, sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário. Isso porque, de acordo com a legislação e a jurisprudência, uma decisão, mesmo transitada em julgado, produz os seus efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou. Havendo alteração, os efeitos da decisão anterior podem deixar de se produzir.

A Companhia não identificou processos judiciais relevantes relacionados com os seus tributos recolhidos de forma continuada, portanto a Eletrobras e suas controladas não foram, neste momento, impactadas pela decisão do STF.

Prática contábil

Os riscos de desembolso futuros com litígios trabalhistas, tributários e cíveis são reconhecidas no balanço patrimonial, na rubrica Provisões para Litígios, quando há obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, cuja liquidação seja provável e que seja possível estimarem os valores de forma confiável, com base na avaliação da Administração e dos assessores jurídicos internos e externos. Os valores são registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos referidos processos judiciais.

Os riscos de desembolso futuros com litígios (contingentes), cuja liquidação seja possível, são apenas divulgados em notas explicativas, sem compor o passivo da Companhia.

A avaliação de riscos é suportada pelo julgamento da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

NOTA 35 – OBRIGAÇÕES DA LEI Nº 14.182/2021

A Lei nº 14.182/2021 determinou as condições para a obtenção das novas outorgas de concessão de geração de energia elétrica estabelecendo às controladas Furnas, Eletronorte e Chesf obrigações de: (i) pagamento à CDE e (ii) implementação de programas de revitalização das bacias hidrográficas e projetos na Amazônia Legal.

CONSOLIDADO			
	Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)	Revitalização das Bacias Hidrográficas	Total
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2021	-	-	-
Adição	33.735.216	6.693.921	40.429.137
Atualização monetária	197.580	23.017	220.597
Encargos	1.097.038	187.023	1.284.061
Juros pagos	(22.731)	-	(22.731)
Amortização do principal	(5.251.610)	-	(5.251.610)
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	29.755.493	6.903.961	36.659.454
Circulante	597.722	874.940	1.472.662
Não circulante	29.157.771	6.029.021	35.186.792

CONSOLIDADO			
	Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)	Revitalização das Bacias Hidrográficas	Total
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2021	-	-	-
Adição	33.735.216	6.693.921	40.429.137
Atualização monetária	197.580	23.017	220.597
Encargos	1.097.038	187.023	1.284.061
Juros pagos	(22.731)	-	(22.731)
Amortização do principal	(5.251.610)	-	(5.251.610)
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	29.755.493	6.903.961	36.659.454

As parcelas das obrigações com CDE e Revitalização das Bacias Hidrográficas têm seus vencimentos a valor presente, com taxa 7,60% e 5,67%, respectivamente, assim programados:

CONSOLIDADO			
	Conta de Desenvolvimento Energético ¹	Revitalização das Bacias Hidrográficas ²	Total
2023	597.722	874.940	1.472.662
2024	1.103.180	826.989	1.930.169
2025	1.537.907	782.611	2.320.518
2026	1.905.729	740.615	2.646.344
2027	2.213.929	700.873	2.914.802
Após 2027	22.397.026	2.977.933	25.374.959
	29.755.493	6.903.961	36.659.454

¹ Final em 2047; e

² Final em 2032.

Na nota 43.3.4, é demonstrado o fluxo de pagamentos (valores futuros) das obrigações da Lei 14.182/2021, determinados pela Resolução CNPE 015/2021, corrigidos monetariamente pelo IPCA.

Prática contábil

As obrigações da Lei nº 14.182/2021 (desestatização da Eletrobras) foram reconhecidas inicialmente a partir dos valores apresentados na Resolução CNPE 015/2021, alterada Pela Resolução CNPE 030/2021.

Subsequentemente, essas obrigações são atualizadas pelos juros transcorridos, pela atualização monetária (IPCA) e pelos pagamentos realizados.

A taxas de juros das obrigações não foram apresentadas diretamente na Resolução CNPE 015/2021, em razão disso, foram calculadas, de forma implícita, a partir do valor presente das obrigações, do fluxo futuro de pagamentos e do prazo de pagamento.

Os juros e as atualizações monetárias transcorridas são registrados na demonstração de resultados, no grupo de resultado financeiro.

NOTA 36 – COMPROMISSOS OPERACIONAIS DE LONGO PRAZO

Os compromissos de longo prazo da Companhia, relacionados, principalmente, a contratos de compra e venda de energia elétrica são:

Compromissos	CONSOLIDADO					
	2024	2025	2026	2027	2028	Após 2028
Venda de energia	5.972.453	4.094.315	3.337.890	2.602.970	2.501.614	21.260.901
Compra de energia	3.271.929	2.562.197	2.110.021	2.088.130	1.467.916	8.889.123
Relacionados a controladas em conjunto	487.683	664.424	215.566	580.915	556.681	3.695.483
Aquisições de imobilizados	1.119.618	151.185	149.480	212.264	733.564	546.334
Fornecedores de combustíveis	541.217	240.096	240.096	16.628	33.296	-
Construção	305.456	70.451	-	-	-	-
Socioambientais	42.286	28.175	23.531	21.380	20.654	30.504

Prática contábil

A Companhia reconhece, os compromissos para aquisição de imobilizado e os compromissos relacionados com seus empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) separadamente do valor de outros compromissos, de acordo com os requerimentos das normas contábeis CPC 27/IAS 16 – Ativo imobilizado e CPC 45/IFRS 12 – Divulgação de Participações em outras Entidades. Além disso, também são reconhecidos os compromissos de compra e venda de energia, compromissos socioambientais, e compras com fornecedores de combustíveis.

NOTA 37 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

37.1. Capital Autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 100.000.000 mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, por meio de emissão de ações ordinárias.

37.2. Capital Social

O capital social da Eletrobras, em 31 de dezembro de 2022, é de R\$ 69.705.554 (R\$ 39.057.271 em 31 de dezembro de 2021) e suas ações não têm valor nominal, os detalhes sobre a oferta pública de emissão de ações estão descritos na nota 1.2.

O capital social está distribuído, por principais acionistas e pelas espécies de ações, conforme a seguir:

ACIONISTA	31/12/2022											
	ORDINÁRIAS				PREFERENCIAIS				CAPITAL TOTAL			
	QUANTIDADE	%	Série A	%	Série B	%	Golden Share	%	QUANTIDADE	%	VALOR	%
União	667.888.884	33,05	-	-	493	0,00	-	-	667.889.378	29,02	20.765.980	29,74
BNDES	74.545.264	3,69	-	-	18.262.671	6,52	-	-	92.807.935	4,03	2.772.392	3,97
BNDESPAR	71.956.435	3,56	-	-	18.691.102	6,68	-	-	90.647.537	3,94	2.702.566	3,87
BlackRock	98.319.628	4,86	-	-	13.027.180	4,65	-	-	111.346.808	4,84	3.381.250	4,84
GIC Private	92.090.802	4,56	-	-	7.643.805	2,73	-	-	99.734.607	4,33	3.053.569	4,37
American Depositary Receipts – ADR's	50.903.042	2,52	-	-	4.846.843	1,73	-	-	55.749.885	2,42	1.703.333	2,44
Fundos 3G Radar	963.132	0,05	-	-	30.451.076	10,88	-	-	31.414.208	1,37	788.001	1,13
Outros	964.472.277	47,71	146.920	100,00	187.018.223	66,81	-	-	1.151.637.420	50,05	34.646.649	49,64
Gastos com emissão de ações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(108.186)	-
	2.021.139.464	100,00	146.920	100,00	279.941.393	100,00	1	100,00	2.301.227.778	100,00	69.705.554	100,00

A ação preferencial de classe especial, conhecida como *Golden Share*, é de titularidade obrigatória do governo brasileiro que dá à União o poder de veto nas deliberações sociais que visem à modificação do Estatuto Social com a finalidade de remoção ou modificação da limitação ao exercício do direito de voto e de celebração de acordo de acionistas.

ACIONISTA	31/12/2021									
	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS				CAPITAL TOTAL			
	QUANTIDADE	%	Série A	%	Série B	%	QUANTIDADE	%	Valor	%
União	667.888.884	51,82	-	-	494	0,00	667.889.378	42,56	16.626.568	42,57
BNDESPAR	141.757.951	11,00	-	-	18.691.102	6,68	160.449.053	10,23	3.994.250	10,23
BNDES	74.545.264	5,78	-	-	18.262.671	6,52	92.807.935	5,92	2.310.379	5,92
FIA Dinâmica e Banclass	65.536.875	5,09	-	-	-	-	65.536.875	4,18	1.631.488	4,18
Fundos 3G Radar	-	-	-	-	30.890.676	11,03	30.890.676	1,97	768.999	1,97
American Depositary Receipts – ADR's	52.065.112	4,04	-	-	5.340.887	1,91	57.405.999	3,66	1.429.076	3,66
Outros	287.048.510	22,27	146.920	100,00	206.755.564	73,86	493.950.994	31,48	12.296.512	31,48
	1.288.842.596	100,00	146.920	100,00	279.941.394	100,00	1.568.930.910	100,00	39.057.271	100,00

37.3. Reserva de Capital

Essa reserva representa o excedente de capital acumulado da empresa. Os montantes destinados a esse objetivo são permanentemente investidos e não podem ser usados para pagar dividendos.

37.4. Reservas de lucros

37.4.1 - Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com a Lei 6.404/1976.

37.4.2 - Reserva de Retenção de Lucros

Conforme a Lei 6.404/1976, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado.

37.4.3 - Reservas Estatutárias

A Assembleia Geral destinará, além da reserva legal, calculados sobre os lucros líquidos do exercício:

I - até 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido do exercício será destinado à reserva para investimentos, com a finalidade de assegurar a manutenção e o desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia.

37.5 Remuneração aos acionistas

O estatuto da Eletrobras estabelece como dividendo mínimo obrigatório 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária, respeitada a remuneração mínima para as ações preferenciais das classes A e B, de 8% e 6%, respectivamente, do valor nominal do capital social relativo a essas espécies e classes de ações, prevendo a possibilidade de pagamento de juros sobre capital próprio.

A seguir a distribuição dos resultados, imputados aos dividendos mínimos, nos termos da legislação aplicável, bem como o valor total da remuneração proposta aos acionistas, a ser deliberada em Assembleia Geral Ordinária:

Destinação do Exercício	31/12/2022	31/12/2021
Saldo para destinação do exercício	3.635.377	5.646.141
Reserva Legal	(181.769)	(282.307)
Realização de reserva de reavaliação	-	2.351
Ajustes reflexos da cisão da CEEE GT	-	(33.534)
Dividendos Obrigatórios	(863.402)	(1.340.958)
Subtotal a distribuir	2.590.206	3.991.693
Constituição de reservas estatutárias e retenção de lucros	(2.590.206)	(3.991.693)
Saldo a Distribuir do exercício	-	-

Em setembro de 2022, em cumprimento ao deliberado na 62ª Assembleia Geral Ordinária (AGO), a Eletrobras realizou o pagamento dos dividendos relativos ao exercício de 2021, no valor atualizado de R\$ 1.449.097, às pessoas físicas e jurídicas registradas como proprietários ou usufrutuários de ações ordinárias e preferenciais classes "A" e "B" (ON, PNA e PNB, respectivamente).

Prática contábil

Representa as ações ordinárias e as ações preferenciais integralizadas e é classificado no patrimônio líquido.

NOTA 38 – RESULTADO POR AÇÃO

(a) Básico

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão entre o lucro atribuível aos acionistas da Eletrobras e sua média ponderada da quantidade de ações emitidas, excluindo aquelas compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. As ações preferenciais possuem direito assegurado (por ação) de superioridade de pelo menos 10% na distribuição de dividendos e/ou juros sobre capital próprio (JCP) quanto às ações ordinárias.

31/12/2022				
Numerador	Ordinárias	Preferencial A	Preferencial B	Total
Lucro atribuível a cada classe de ações - Operação Continuada	2.239.391	215	408.987	2.648.592
Lucro atribuível a cada classe de ações - Operação Descontinuada	834.329	80	152.376	986.785
Lucro do Exercício	3.073.720	295	561.363	3.635.377
Denominador	Ordinárias	Preferencial A	Preferencial B	
Média ponderada da quantidade de ações	1.686.088	147	279.941	
% de ações em relação ao total	85,75%	0,01%	14,24%	
Resultado por ação básico da operação continuada (R\$)	1,33	1,46	1,46	
Resultado por ação básico da operação descontinuada (R\$)	0,50	0,54	0,54	
Resultado por ação básico (R\$)	1,83	2,00	2,00	
31/12/2021				
Numerador	Ordinárias	Preferencial A	Preferencial B	Total
Lucro atribuível a cada classe de ações - Operação Continuada	4.625.405	580	1.105.121	5.731.106
Prejuízo atribuível a cada classe de ações - Operação Descontinuada	(68.573)	(9)	(16.383)	(84.965)
Lucro do Exercício	4.556.832	571	1.088.738	5.646.141
Denominador	Ordinárias	Preferencial A	Preferencial B	
Média ponderada da quantidade de ações	1.288.843	147	279.941	
% de ações em relação ao total	82,15%	0,01%	17,84%	
Resultado por ação básico da operação continuada (R\$)	3,59	3,95	3,95	
Resultado por ação básico da operação descontinuada (R\$)	(0,05)	(0,06)	(0,06)	
Resultado por ação básico (R\$)	3,54	3,89	3,89	

(b) Diluído

Em 31 de dezembro de 2022, com base no saldo passivo referente ao empréstimo compulsório, foi simulada a diluição com incremento de 26.855.558 ações preferenciais B no lucro por ação, conforme apresentado abaixo.

31/12/2022					
Numerador	Ordinárias	Preferencial A	Preferenciais B Convertidas	Preferencial B	Total
Lucro atribuível a cada classe de ações - Operação Continuada	2.206.702	212	38.663	403.016	2.648.592
Lucro atribuível a cada classe de ações - Operação Descontinuada	822.150	79	14.404	150.152	986.785
Lucro do Exercício	3.028.852	291	53.067	553.168	3.635.377
Denominador	Ordinárias	Preferencial A	Preferenciais B Convertidas	Preferencial B	
Média ponderada da quantidade de ações em mil	1.686.088	147	26.856	279.941	
% de ações em relação ao total	84,60%	0,01%	1,35%	14,05%	
Resultado por ação diluído da operação continuada (R\$)	1,31	1,44	1,44	1,44	
Resultado por ação diluído da operação descontinuada (R\$)	0,49	0,54	0,54	0,54	
Resultado por ação diluído (R\$)	1,80	1,98	1,98	1,98	

31/12/2021					
Numerador	Ordinárias	Preferencial A	Preferenciais B Convertidas	Preferencial B	Total
Lucro atribuível a cada classe de ações - Operação Continuada	4.546.887	570	97.288	1.086.361	5.731.106
Prejuízo atribuível a cada classe de ações - Operação Descontinuada	(67.408)	(8)	(1.443)	(16.106)	(84.965)
Lucro do Exercício	4.479.479	562	95.845	1.070.255	5.646.141
Denominador	Ordinárias	Preferencial A	Preferenciais B Convertidas	Preferencial B	
Média ponderada da quantidade de ações em mil	1.288.843	147	25.070	279.941	
% de ações em relação ao total	80,86%	0,01%	1,57%	17,56%	
Resultado por ação diluído da operação continuada (R\$)	3,53	3,88	3,88	3,88	
Resultado por ação diluído da operação descontinuada (R\$)	(0,05)	(0,05)	(0,06)	(0,06)	
Resultado por ação diluído (R\$)	3,48	3,82	3,82	3,82	

Prática contábil

Para a obtenção do resultado básico por ação, a Eletrobras divide o lucro ou prejuízo atribuível aos titulares de ações ordinárias da Eletrobras pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas (excluídas as mantidas em tesouraria) durante o período. No caso de balanço consolidado, o lucro ou prejuízo atribuível à Companhia se refere à parcela da Controladora. Desta forma, são excluídas as participações dos não controladores.

Já para a obtenção do resultado diluído por ação, a Eletrobras presume o exercício de opções, bônus de subscrição e outros potenciais efeitos diluidores. Sendo seu único efeito diluidor, a conversão do empréstimo compulsório. Os valores presumidos provenientes desses instrumentos são considerados como recebidos da emissão de ações ao preço médio de mercado das ações durante o exercício.

De acordo com a política de dividendos, as ações preferenciais possuem direito assegurado (por ação) de superioridade de pelo menos 10% na distribuição de Dividendos e/ou Juros Sobre Capital Próprio quanto às ações ordinárias.

NOTA 39 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Geração				
Suprimento (a)	-	-	14.104.623	11.836.975
Fornecimento	-	-	3.925.510	3.334.527
CCEE (b)	17.708	1.426.062	1.159.158	3.090.100
Receita de operação e manutenção	-	-	4.676.630	4.220.474
Receita de construção	-	-	7.324	82.205
Repasse Itaipu	287.610	65.831	287.610	65.831
	305.318	1.491.893	24.160.855	22.630.112
Transmissão				
Receita de operação e manutenção	-	-	6.379.321	5.967.866
Receita de construção	-	-	1.494.307	1.535.840
Receita financeira contratual (c)	-	-	7.901.256	9.946.627
	-	-	15.774.884	17.450.333
Outras receitas	219.770	145.773	1.101.817	925.455
	525.088	1.637.666	41.037.556	41.005.900
(-) Deduções à Receita Operacional				
(-) ICMS	-	-	(1.103.091)	(1.124.432)
(-) PIS e COFINS	(147.367)	(271.841)	(3.527.175)	(3.325.144)
(-) Encargos setoriais	-	-	(2.322.369)	(1.919.554)
(-) Outras Deduções (inclusive ISS)	-	-	(10.688)	(9.936)
	(147.367)	(271.841)	(6.963.323)	(6.379.066)
Receita operacional líquida	377.721	1.365.825	34.074.233	34.626.834

(a) O Aumento na receita de Suprimento no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, se deve, principalmente, à consolidação de MESA pela controlada Furnas, que adicionou o montante de R\$ 2.442.856 na conta de Suprimento;

(b) A redução na receita de CCEE no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, em comparação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, se deve às melhores condições hidrológicas do país, que reduziu expressivamente a necessidade de importar energia elétrica oriunda do Uruguai; e

(c) A redução da receita financeira contratual no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, se deve, principalmente, à redução do indexador Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA no exercício.

Prática contábil

As receitas são reconhecidas à medida que a Companhia satisfaz suas obrigações estabelecidas nos contratos com os clientes, sendo mensuradas com base nos valores das contraprestações que espera receber em troca do desempenho das atividades de geração, transmissão e de outros serviços.

Geração

As receitas de suprimento e fornecimento de energia elétrica são reconhecidas no momento que a Companhia entrega a energia elétrica para o comprador pelos preços estabelecidos nos contratos.

As receitas das transações no mercado de curto prazo, apresentadas na linha CCEE, são valoradas pelo Preço de Liquidação das Diferenças – PLD.

As receitas originadas das concessões de geração prorrogadas à luz da Lei nº 12.783/2013 (Usinas Cotistas) estão apresentadas na linha Receita de operação e manutenção, sendo reconhecidas pelo preço da tarifa calculada pela ANEEL. A tarifa é calculada com base nos custos de operação e manutenção das

usinas, acrescidos da taxa adicional de receita de 10%. A partir de 2023, em razão das determinações da Lei 14.182/2021 (desestatização da Eletrobras), o regime de exploração dessas usinas será alterado de cotas de garantia física para produção independente de energia (PIE), em 20 % ano, atingindo a alteração completa em 05 anos. Maiores detalhes nas notas 1.2.1 e 22.

Transmissão

As contraprestações estabelecidas nos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica remuneram a transmissora para duas obrigações de desempenho: (i) construir; e (ii) manter e operar a infraestrutura. À medida que são cumpridas, a Companhia registra as receitas de acordo com a natureza da obrigação concluída.

A obrigação de construir o empreendimento de transmissão é satisfeita ao longo da fase de construção, sendo as receitas de construção registradas de acordo com a evolução dos empreendimentos.

Além das receitas de construção e de operação e manutenção, a Companhia reconhece a receita financeira contratual, que se refere a atualização financeira dos direitos originados pela construção do empreendimento, que serão recebidos entre o término da construção e o final da concessão.

A Companhia inclui a receita financeira contratual na Receita Operacional Líquida – ROL, pois entende que nos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica o financiamento (ato de gastar para construir e receber em parcelas no decorrer da concessão) realizado ao poder concedente para a construção dos empreendimentos faz parte do seu negócio.

Maiores detalhes nas práticas contábeis da nota 16.

NOTA 40 – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	CONTROLADORA					
	31/12/2022			31/12/2021		
	Custos	Despesas	Total	Custos	Despesas	Total
Pessoal	-	(415.808)	(415.808)	-	(326.349)	(326.349)
Plano de demissão voluntária (40.2)	-	(42.999)	(42.999)	-	-	-
Material	-	(603)	(603)	-	(504)	(504)
Serviços	-	(246.249)	(246.249)	-	(224.573)	(224.573)
Energia comprada para revenda	(16.685)	-	(16.685)	(1.273.156)	-	(1.273.156)
Depreciação e amortização	-	(11.196)	(11.196)	-	(11.852)	(11.852)
Doações e contribuições	-	(126.339)	(126.339)	-	(87.399)	(87.399)
Perdas estimadas/Provisões operacionais (40.1)	-	(3.501.113)	(3.501.113)	-	(12.254.011)	(12.254.011)
Outros	-	(294.438)	(294.438)	-	(257.986)	(257.986)
	(16.685)	(4.638.745)	(4.655.430)	(1.273.156)	(13.162.674)	(14.435.830)

	CONSOLIDADO					
	31/12/2022			31/12/2021		
	Custos	Despesas	Total	Custos	Despesas	Total
Pessoal	(2.284.459)	(2.349.223)	(4.633.682)	(1.841.679)	(2.498.430)	(4.340.109)
Plano de demissão voluntária (40.2)	-	(1.260.370)	(1.260.370)	-	-	-
Material	(230.777)	(38.306)	(269.083)	(211.072)	(36.786)	(247.858)
Serviços	(1.074.415)	(990.817)	(2.065.232)	(733.981)	(807.859)	(1.541.840)
Energia comprada para revenda	(3.117.655)	-	(3.117.655)	(4.259.957)	-	(4.259.957)
Recuperação de custos - adesão ao risco hidrológico	-	-	-	4.265.889	-	4.265.889
Encargos sobre uso da rede elétrica	(2.746.132)	-	(2.746.132)	(2.276.254)	-	(2.276.254)
Combustível para produção de energia elétrica	(2.085.996)	-	(2.085.996)	(1.889.722)	-	(1.889.722)
Construção	(1.678.631)	-	(1.678.631)	(1.395.066)	-	(1.395.066)
Depreciação e amortização (a)	(2.480.692)	(209.577)	(2.690.269)	(1.301.681)	(141.604)	(1.443.285)
Doações e contribuições	-	(206.438)	(206.438)	-	(164.696)	(164.696)
Perdas estimadas/Provisões operacionais (40.1)	-	(6.928.425)	(6.928.425)	177.482	(15.099.545)	(14.922.063)
Outros	(158.853)	(1.434.541)	(1.593.394)	(212.389)	(1.274.941)	(1.487.330)
	(15.857.610)	(13.417.697)	(29.275.307)	(9.678.430)	(20.023.861)	(29.702.291)

(a) As constituições de depreciação e amortização no exercício de 2022 se devem, principalmente, aos novos contratos de geração celebrados em junho de 2022 para as usinas hidrelétricas contempladas pela Lei nº 14.182/2021.

40.1 - Perdas estimadas/Provisões Operacionais

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para Litígios (a)	(150.471)	(10.902.242)	(1.857.566)	(13.080.540)
Perdas estimadas em investimentos	(67.429)	(66.760)	92.226	(20.712)
Provisão para Implantação de Ações - Empréstimo Compulsório	(101.813)	(107.652)	(101.813)	(107.652)
PECLD - Financiamentos e empréstimos (b)	(3.347.749)	(638.894)	(3.347.749)	(638.894)
PECLD - Consumidores e revendedores (c)	-	-	(1.674.333)	110.282
PECLD - Conta de consumo de combustíveis	-	(580.342)	-	(498.630)
Provisão para passivo a descoberto	-	-	-	(705.864)
Garantias	188.590	25.976	188.590	25.976
Contratos onerosos	-	-	229.582	16.219
Provisão para redução de estoques de Combustíveis	-	-	(25.764)	(126.286)
Impairment ¹	-	-	(267.815)	475.406
Provisão para depósitos judiciais	-	-	-	(233.908)
Outras	(22.241)	15.903	(163.783)	(137.460)
	<u>(3.501.113)</u>	<u>(12.254.011)</u>	<u>(6.928.425)</u>	<u>(14.922.063)</u>

¹ Impairment - Perda estimada por irre recuperabilidade de ativos

- (a) A constituição da provisão para litígios no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 se deve, principalmente, às atualizações monetárias de processos cíveis e trabalhistas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a constituição da provisão para litígios foi impactada, principalmente, por uma provisão de R\$ 10.896.956 referente aos processos relacionados ao empréstimo compulsório. Vide nota 34;
- (b) A constituição de PECLD sobre financiamentos e empréstimos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 se deve, principalmente, à provisão dos saldos de empréstimos a receber com a Amazonas Energia. Vide nota 10;
- (c) A constituição de PECLD sobre consumidores e revendedores no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 se deve, principalmente, à provisão de 100% dos Instrumentos de Confissão de Dívida da Amazonas Energia. Vide nota 09.

40.2 – Programa de Demissão Voluntária - 2022

A despesa referente ao Plano de Demissão Voluntária (PDV) no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 totalizou R\$ 1.260.370, conforme demonstrado abaixo:

Desligamentos	CONSOLIDADO	
	Quantidade de funcionários	Valor
2022	821	(373.883)
2023 ¹	1.673	(886.487)
	<u>2.494</u>	<u>(1.260.370)</u>

¹ Valores estimados para 2023.

NOTA 41 – RESULTADO FINANCEIRO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras				
Receitas de juros, multas, comissões e taxas	1.282.346	937.275	997.434	756.395
Receita de aplicações financeiras	1.065.822	291.494	2.211.854	619.729
Acréscimo moratório sobre energia elétrica	-	69.273	252.637	325.943
Receita de juros sobre dividendos	417.789	224.481	10.950	-
Outras receitas financeiras	276.323	130.783	566.848	319.638
(-) Tributos sobre receitas financeiras	(512.176)	(349.672)	(611.964)	(415.961)
	2.530.104	1.303.634	3.427.759	1.605.744
Despesas financeiras				
Encargos de dívidas	(1.953.052)	(1.481.344)	(4.705.030)	(2.804.816)
Encargos de obrigações com CDE	-	-	(1.097.038)	-
Encargos de revitalização de bacias hidrográficas	-	-	(187.023)	-
Outras despesas financeiras	(180.021)	(636.947)	(804.999)	(549.140)
	(2.133.073)	(2.118.291)	(6.794.090)	(3.353.956)
Itens financeiros, líquidos				
Variações monetárias	(996.738)	(99.149)	(1.097.622)	(34.520)
Variações cambiais	327.057	(306.439)	446.852	(385.049)
Derivativos	-	-	(356.494)	725.826
	(669.681)	(405.588)	(1.007.264)	306.257
	(272.650)	(1.220.245)	(4.373.595)	(1.441.954)

Prática contábil

No resultado financeiro são registrados, principalmente, os encargos das dívidas sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, vide nota 26, os encargos das obrigações com a CDE e revitalização de bacias hidrográficas, vide nota 35, os juros dos passivos de arrendamentos, vide nota 27, e as receitas de aplicações financeiras.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando a taxa de câmbio vigente na data das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da conversão pela taxa de câmbio do fim do período são reconhecidos no resultado como despesa ou receita financeira.

NOTA 42 – OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ressarcimento do ativo imobilizado em curso - AIC (a)	121.033	588.786	121.033	588.786
Ganho da alienação das ações da CEEE-T (b)	453.624	-	453.624	-
Reembolso da ineficiência - CCC	-	621.968	-	621.968
Efeitos da Lei nº 14.182/2021 (c)	-	-	(355.062)	-
Outras receitas e despesas	(378.996)	-	(32.671)	-
	195.661	1.210.754	186.924	1.210.754

(a) Ressarcimento do ativo imobilizado em curso – AIC

Em 31 de dezembro de 2022, o Conselho de Administração da Eletrobras deliberou pela aprovação do valor apurado do AIC da Ceron, atual Energisa Rondônia, no montante de R\$ 121.033. Além disso, foi aprovada a assinatura do Contrato de Ressarcimento do AIC a ser celebrado pela Eletrobras e Energisa. Conforme definido no Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, a Energisa Rondônia irá realizar o pagamento do valor apurado do AIC em 60 parcelas, com o saldo devedor sendo corrigido por 111% da taxa Selic. Vide nota 15.

(b) Ganho na alienação das ações CEEE-T

A Eletrobras vendeu a totalidade de sua participação acionária na CEEE-T para a CPFL de Energia Cone Sul Ltda, durante o exercício findo em dezembro de 2022. Vide nota 20.

(c) Efeitos da Lei nº 14.182/2021

Os valores residuais das novas concessões foram baixados contra o resultado do período em razão da irrecuperabilidade apurada pelo CNPE, líquido do resultado das indenizações. Vide nota 1.2.2.

NOTA 43 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

43.1- Gestão do risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. As aquisições e vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à exposição líquida dividida pelo capital total. A alavancagem financeira, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos, vide nota 26, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - TVM (sem considerar o caixa restrito e TVM restrito), vide notas 6 e 8. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

	CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021
Total dos empréstimos, financiamentos e debêntures	59.106.522	44.015.645
(-) Títulos e Valores Mobiliários	(12.611.302)	(15.873.853)
(-) Caixa e equivalente de caixa	(10.739.126)	(192.659)
Exposição líquida	35.756.094	27.949.133
(+) Total do Patrimônio Líquido	111.028.636	76.416.764
Total do Capital	146.784.730	104.365.897
Índice de Alavancagem Financeira	24%	27%

43.2 – Classificação por categoria de instrumentos financeiros

Os saldos contábeis de certos ativos e passivos financeiros representam uma aproximação razoável do valor justo. A Companhia usa a seguinte classificação para enquadrar os seus instrumentos financeiros e seus respectivos níveis:

		CONSOLIDADO	
	Nível	31/12/2022	31/12/2021
ATIVOS FINANCEIROS			
Custo amortizado		21.874.736	21.126.404
Caixa e equivalentes de caixa		10.739.126	192.659
Clientes		5.497.979	6.088.056
Direitos de Ressarcimento		2.952.397	6.396.234
Valores a receber - ENBPar		1.264.059	-
Financiamentos e Empréstimos		1.021.645	5.843.527
Ativo Financeiro - Itaipu		389.438	428.865
Títulos e Valores Mobiliários		10.092	4.901
Ativo Financeiro - Geração		-	2.172.162
Valor justo por meio do resultado		13.588.072	19.268.020
Títulos e Valores Mobiliários	2	12.601.210	15.868.952
Instrumentos Financeiros Derivativos	2	986.862	1.343.355
Fundo de descomissionamento	2	-	2.055.713
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes		1.761.258	1.878.609
Investimentos (Participações Societárias)	1	1.761.258	1.878.609
PASSIVOS FINANCEIROS			
Custo amortizado		103.279.464	51.898.760
Empréstimos, financiamentos e debêntures		59.106.522	44.015.645
Obrigações da Lei nº 14.182/2021		36.659.454	-
Fornecedores		3.517.173	4.048.087
Obrigações de ressarcimento		1.912.423	859.003
Remuneração aos acionistas		924.644	1.406.890
Arrendamentos		753.168	903.484
Concessões a Pagar UBP		406.080	87.025
Passivo Financeiro - Itaipu		-	578.626

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora. E os preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Eletrobras e suas controladas é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais

classificados como valor justo por meio de resultado ou através de outros resultados abrangentes anteriormente classificados como títulos para negociação ou disponíveis para venda.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde estão disponíveis e confia o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros (nível 2) incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- O valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado; e
- O valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente.

43.3 - Gestão de riscos financeiros

No exercício de suas atividades a Companhia é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros da Companhia.

Para a gestão de riscos financeiros, a Eletrobras definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela Administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida definidos para os fluxos econômico-financeiros.

As análises de sensibilidade abaixo foram elaboradas tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Tratam-se, portanto, de projeções baseadas em avaliações de cenários macroeconômicos, não significando que as transações terão os valores apresentados no prazo de análise considerado.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

43.3.1 - Risco de taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia ter seus demonstrativos econômico-financeiros impactados por flutuações nas taxas de câmbio. A Companhia apresenta exposição a riscos financeiros que causam volatilidade nos seus resultados bem como em seu fluxo de caixa. A Companhia apresenta exposição entre ativos e passivos indexados à moeda estrangeira, em especial ao dólar norte americano.

A Companhia possui uma Política de *Hedge* Financeiro cujo objetivo é monitorar e mitigar a exposição às variáveis de mercado que impactem ativos e passivos da Eletrobras e de suas controladas, reduzindo assim os efeitos de flutuações indesejáveis destas variáveis em suas demonstrações financeiras.

A referida política, portanto, visa que os resultados da Companhia reflitam fielmente o seu real desempenho operacional e que o seu fluxo de caixa projetado apresente menor volatilidade.

Considerando as diferentes formas de se realizar o *hedge* dos descasamentos apresentados pela Companhia, a Política elenca uma escala de prioridades, priorizando a solução estrutural, e, apenas para os casos residuais, adoção de operações com instrumentos financeiros derivativos.

As operações com derivativos financeiros, quando realizadas, não podem caracterizar alavancagem financeira ou operação de concessão de crédito a terceiros.

a) Composição dos saldos em moeda estrangeira e análise de sensibilidade

Risco de apreciação das taxas de câmbio

			CONSOLIDADO			
			Saldo em 31/12/2022		Efeito no resultado	
		Moeda Estrangeira	Reais	Cenário I - Provável 2023¹	Cenário II (+25%)¹	Cenário III (+50%)¹
	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(1.400.514)	(7.307.464)	66.807	(1.743.358)	(3.553.522)
USD	Valores a receber - ENBpar	242.264	1.264.059	(11.554)	301.572	614.698
	Financiamentos e Empréstimos a Receber	16.125	84.133	(767)	20.075	40.916
	Ativo financeiro - Itaipu	74.638	389.438	(3.560)	92.910	189.380
	Impacto no resultado	(1.067.487)	(5.569.834)	50.926	(1.328.801)	(2.708.528)
EURO	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(42.077)	(234.343)	(597)	(59.333)	(118.068)
	Impacto no resultado	(42.077)	(234.343)	(597)	(59.333)	(118.068)
Impacto no resultado em caso de apreciação das taxas de câmbio				50.329	(1.388.134)	(2.826.596)
¹) Premissas adotadas:			31/12/2022	Provável	+25%	+50%
	USD		5,22	5,17	6,46	7,76
	EURO		5.57	5.58	6.98	8.38

43.3.2 - Risco de taxa de juros

a) Indexadores nacionais

Risco de apreciação das taxas de juros

		CONSOLIDADO			
		Saldo em 31/12/2022	Efeito no resultado		
			Cenário I - Provável 2023 ¹	Cenário II (+25%) ¹	Cenário III (+50%) ¹
CDI	Empréstimos, financiamentos e debêntures	(17.879.505)	(2.083.277)	(2.604.096)	(3.124.915)
	Impacto no resultado	(17.879.505)	(2.083.277)	(2.604.096)	(3.124.915)
SELIC	Empréstimos, financiamentos e debêntures	(4.329.336)	(508.697)	(635.871)	(763.045)
	Ressarcimento AIC	505.992	59.454	74.318	89.181
	Impacto no resultado	(3.823.344)	(449.243)	(561.553)	(673.864)
TJLP	Empréstimos, financiamentos e debêntures	(1.500.325)	(107.229)	(134.036)	(160.844)
	Impacto no resultado	(1.500.325)	(107.229)	(134.036)	(160.844)
IGPM	Arrendamentos	(753.168)	(33.238)	(41.548)	(49.857)
	Financiamentos e empréstimos a receber	270.158	11.922	14.903	17.884
	Impacto no resultado	(483.010)	(21.316)	(26.645)	(31.973)
IPCA	Obrigações da Lei nº 14.182/2021	(36.659.454)	(1.737.174)	(2.171.467)	(2.605.761)
	Empréstimos, financiamentos e debêntures	(24.649.296)	(1.168.051)	(1.460.064)	(1.752.077)
	Direito de ressarcimento	2.446.405	115.927	144.909	173.891
	Financiamentos e empréstimos a receber	10.961	519	649	779
	Impacto no resultado	(58.851.384)	(2.788.779)	(3.485.973)	(4.183.168)
Impacto no resultado em caso de apreciação nos indexadores nacionais			(5.449.844)	(6.812.303)	(8.174.764)
(1) Premissas adotadas:		31/12/2022	Provável	+25%	+50%
	CDI	13,65%	11,65%	14,56%	17,48%
	SELIC	13,75%	11,75%	14,69%	17,63%
	TJLP	7,20%	7,15%	8,93%	10,72%
	IGPM	5,44%	4,41%	5,52%	6,62%
	IPCA	5,58%	4,74%	5,92%	7,11%

43.3.3 - Risco de crédito

Esse risco decorre da possibilidade de a Eletrobras e suas controladas incorrerem em perdas resultantes da dificuldade de realização de seus recebíveis de clientes e demais créditos.

A Eletrobras, através de suas controladas, atua nos mercados de geração e transmissão de energia elétrica amparada em contratos firmados nos ambientes regulado e livre de energia. A Companhia busca minimizar seus riscos de crédito através de mecanismos de garantia envolvendo recebíveis de seus clientes e, quando aplicável, através de fianças bancárias.

A Companhia possui a norma sobre credenciamento de instituições financeiras para fins de realização de operações com derivativos. Esta norma define critérios em relação a porte, *rating* e *expertise* no mercado de derivativos, para que sejam selecionadas as instituições que poderão realizar operações com a Companhia.

Adicionalmente, a Companhia está exposta ao risco de crédito com relação a garantias financeiras concedidas a instituições financeiras. A exposição da Companhia corresponde ao valor máximo que deverá ser pago caso a garantia seja executada. Vide nota 26.2.

43.3.4 - Risco de liquidez

As necessidades de liquidez da Companhia são de responsabilidade das áreas financeira e de captação de recursos, que atuam alinhadas no monitoramento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazo, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data final do contrato. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar obrigações e inclui os respectivos juros contratuais relacionados, quando aplicável.

CONSOLIDADO					
31/12/2022					
Fluxo de pagamento nominal					
	Até 1 Ano	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)	19.407.655	23.277.701	22.324.186	93.128.374	158.137.917
Obrigações da Lei nº 14.182/2021	1.486.080	2.094.252	9.931.788	65.206.735	78.718.856
Empréstimos, financiamentos e debêntures	11.305.856	20.906.210	12.091.000	27.503.632	71.806.698
Fornecedores	3.517.173	-	-	-	3.517.173
Obrigações de Ressarcimento	1.912.423	-	-	-	1.912.423
Remuneração aos Acionistas	924.644	-	-	-	924.644
Arrendamentos	227.819	239.099	219.053	88.490	774.461
Concessões a Pagar UBP	33.660	38.140	82.345	329.517	483.662
CONSOLIDADO					
31/12/2022					
Fluxo de pagamento nominal					
	Até 1 Ano	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)	19.407.602	23.277.701	22.324.186	93.128.374	158.137.864
Obrigações da Lei nº 14.182/2021	1.486.080	2.094.252	9.931.788	65.206.735	78.718.856
Empréstimos, financiamentos e debêntures	11.305.856	20.906.210	12.091.000	27.503.632	71.806.698
Fornecedores	3.517.120	-	-	-	3.517.120
Obrigações de Ressarcimento	1.912.423	-	-	-	1.912.423
Remuneração aos Acionistas	924.644	-	-	-	924.644
Arrendamentos	227.819	239.099	219.053	88.490	774.461
Concessões a Pagar UBP	33.660	38.140	82.345	329.517	483.662

	CONSOLIDADO				
	31/12/2021				
	Fluxo de pagamento nominal				
	Até 1 Ano	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)	14.802.340	9.068.371	20.021.202	19.627.075	63.518.988
Empréstimos, financiamentos e debêntures	9.674.220	8.693.204	19.650.487	19.413.779	57.431.690
Fornecedores	4.031.532	16.555	-	-	4.048.087
Obrigações de Ressarcimento	859.003	-	-	-	859.003
Arrendamentos	232.215	351.395	355.101	75.248	1.013.959
Concessões a Pagar UBP	5.370	7.217	15.614	138.048	166.249

43.4 – Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos

A análise a seguir estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de *stress* dos principais fatores de risco de mercado que impactam os instrumentos financeiros derivativos.

- Provável: O cenário provável foi definido como o valor justo dos derivativos em 31 de dezembro de 2022;
- Cenário I e II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco associadas; e
- Cenário III e IV: Estimativa do valor justo considerando uma apreciação de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco associadas.

Derivativo embutido	Provável	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV
Fornecimento de energia elétrica	986.862	740.147	493.431	1.233.578	1.480.293

As análises de sensibilidade foram elaboradas tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Trata-se, portanto, de projeções baseadas em avaliações de cenários macroeconômicos, não significando que as transações terão os valores apresentados no prazo de análise considerado.

43.4.1 – Fornecimento de energia elétrica

Este instrumento financeiro derivativo refere-se a um contrato de longo prazo para fornecimento de energia elétrica com a Alumínio Brasileiro S.A. – Albrás, a receita desse contrato de longo prazo está associada ao pagamento de um prêmio atrelado ao preço internacional do alumínio, cotado na *London Metal Exchange* – LME), este cálculo inclui o conceito de *cap and floor band*, relacionado ao preço do alumínio cotado na LME, cujos quais foram realizadas análises de sensibilidade dos contratos de fornecimento de energia dos consumidores eletrointensivos.

O prêmio decorrente do contrato de venda de energia, avaliados suas características, pode ser considerado como um componente de um contrato híbrido (combinado), que inclui um contrato não derivativo que o abriga. Esse prêmio faz parte do contrato principal e possui características específicas de correção associadas à flutuação do preço do alumínio no mercado internacional e ainda pela variação na cotação do dólar. Assim, o prêmio é considerado um derivativo embutido, pois a sua precificação deriva do preço do alumínio que é definido neste caso como o ativo básico, também conhecido como ativo subjacente.

O contrato celebrado com a Albrás possui data inicial em 01 de julho de 2004 e seu vencimento está para 31 de dezembro de 2024. O volume médio contratado era de 750 MW e passou para 800MW após janeiro de 2007.

O cálculo do prêmio do contrato inclui o conceito de *cap and floor band*, relacionado ao preço do alumínio cotado na LME. O preço máximo e mínimo da LME está limitado a US\$ 2.773,21/ton e US\$ 1.450/ton, respectivamente.

Desta forma, foi sensibilizada para tais contratos híbridos uma variação sobre o preço do prêmio auferido, vide item 43.4. Os componentes de volatilidade do prêmio basicamente são: preço do alumínio primário na LME, câmbio e CDI.

O prêmio calculado para o exercício de 2022 é de R\$ 986.862, uma desvalorização de R\$ 356.493 com relação ao exercício de 2021 que teve o prêmio calculado de R\$ 1.343.355 e pode ser explicado principalmente pela redução na expectativa do preço do LME para os próximos 24 meses (média do preço do LME projetado: (12-2022: US\$ 2.480,86 / 12-2021: US\$ 2.815,36).

Prática contábil

Reconhecimento e mensuração:

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Eletrobras, ou uma de suas controladas, for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, posteriormente, mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo, seguindo as regras do CPC 48/IFRS 9.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

- **Ativos financeiros**

Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidos e baixados na data de negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Todos os ativos financeiros reconhecidos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, posteriormente, mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

a) Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao Valor Justo ao Resultado – VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

b) Um instrumento de dívida é mensurado ao Valor Justo a Outros Resultados Abrangentes – VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes – ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

c) Os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como mensurados ao valor justo por meio de resultado. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração.

Avaliação sobre os fluxos de caixa contratuais:

Para fins de avaliação se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamento de principal e de juros, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são compostos somente de pagamentos de principal e juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém termo contratual que poderá mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

- **Passivos financeiros**

Os passivos financeiros, que incluem os empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar, são mensurados inicialmente pelo valor justo e posteriormente pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidas no resultado.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e prêmios pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

A Companhia baixa passivos financeiros somente quando as obrigações da Companhia são extintas e canceladas ou quando expiram.

Contratos de garantia financeira:

Contrato de garantia financeira consiste em contrato que requer que o emitente efetue pagamentos especificados a fim de reembolsar o detentor por perda que incorrer devido ao fato de o devedor especificado não efetuar o pagamento na data prevista, de acordo com as condições iniciais ou alteradas de instrumento de dívida.

Essas estimativas são definidas com base na experiência e no julgamento da Administração da Eletrobras. As taxas recebidas são reconhecidas com base no método linear ao longo da vida da garantia, vide nota 26.2. Qualquer aumento de obrigações em relação às garantias é apresentado, quando ocorrido, nas despesas operacionais, vide nota 40.

Instrumentos financeiros derivativos:

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de taxa de juros e câmbio, incluindo contratos *swaps* de taxa de juros.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo, na data de contratação, e são posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento do exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de *hedge*; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de *hedge*.

Contabilização de *hedge*:

A Companhia possui política de contabilização de *hedge* e os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo, na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo.

Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

NOTA 44 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

Os segmentos de negócios da Companhia divulgados separadamente são:

- Geração, cujas atividades consistem na geração de energia elétrica e a venda de energia para empresas de distribuição e para os consumidores livres e comercialização;
- Transmissão, cujas atividades consistem na transmissão de energia elétrica; e
- Administração, cujas atividades representam principalmente a gestão de caixa da Companhia, o gerenciamento do empréstimo compulsório e a gestão de negócios em SPE, cujo monitoramento e gestão são feitos de forma distinta dos investimentos corporativos.

As informações consolidadas por segmento de negócios, correspondentes a 31 de dezembro de 2022 e 2021, são as seguintes:

	31/12/2022				
	Administração	Geração	Transmissão	Eliminações	Total
Receita operacional líquida	379.988	20.252.000	14.001.392	(559.147)	34.074.233
Intersegmentos	-	244.761	314.386	(559.147)	-
Terceiros	379.988	20.007.239	13.687.006	-	34.074.233
Custos operacionais	(16.685)	(11.156.832)	(5.208.891)	524.798	(15.857.610)
Despesas operacionais	(4.643.816)	(3.573.826)	(5.234.404)	34.349	(13.417.697)
Remensurações regulatórias - Contratos de Transmissão	-	-	365.178	-	365.178
Resultado oper. antes do resultado financeiro	(4.280.513)	5.521.342	3.923.275	-	5.164.104
Resultado financeiro					(4.373.595)
Resultado de participações societárias					2.369.777
Outras receitas e despesas					186.924
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido					(695.613)
Lucro líquido das operações continuadas					2.651.597
Lucro líquido das operações descontinuadas					986.785
Lucro líquido do exercício					3.638.382

	31/12/2022				
	Administração	Geração	Transmissão	Eliminações	Total
Receita operacional líquida	379.988	20.208.730	14.044.662	(559.147)	34.074.233
Intersegmentos	-	244.761	314.386	(559.147)	-
Terceiros	379.988	19.963.969	13.730.276	-	34.074.233
Custos operacionais	(16.685)	(11.156.832)	(5.208.891)	524.798	(15.857.610)
Despesas operacionais	(4.643.816)	(3.573.826)	(5.234.404)	34.349	(13.417.697)
Remensurações regulatórias - Contratos de Transmissão	-	-	365.178	-	365.178
Resultado oper. antes do resultado financeiro	(4.280.513)	5.478.072	3.966.545	-	5.164.104
Resultado financeiro					(4.373.595)
Resultado de participações societárias					2.369.777
Outras receitas e despesas					186.924
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido					(695.613)
Lucro líquido das operações continuadas					2.651.597
Lucro líquido das operações descontinuadas					986.785
Lucro líquido do exercício					3.638.382

	31/12/2021				
	Administração	Geração	Transmissão	Eliminações	Total
Receita operacional líquida	1.366.364	17.994.908	15.713.987	(448.425)	34.626.834
Intersegmentos	18.989	222.010	207.426	(448.425)	-
Terceiros	1.347.375	17.772.898	15.506.561	-	34.626.834
Custos operacionais	(1.273.156)	(5.714.997)	(3.119.712)	429.435	(9.678.430)
Despesas operacionais	(13.164.099)	(3.863.853)	(3.014.899)	18.990	(20.023.861)
Remensurações regulatórias - Contratos de Transmissão	-	-	4.858.744	-	4.858.744
Resultado oper. antes do resultado financeiro	(13.070.891)	8.416.058	14.438.120	-	9.783.287
Resultado financeiro					(1.441.954)
Resultado de participações societárias					1.507.418
Outras receitas e despesas					1.210.754
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido					(5.260.642)
Lucro líquido das operações continuadas					5.798.863
Lucro líquido das operações descontinuadas					(85.230)
Lucro líquido do exercício					5.713.633

A coluna de eliminação apresenta os ajustes ocorridos entre os segmentos da Companhia, conciliando os saldos divulgados por cada segmento. Não existem reconciliações provenientes de diferenças de prática contábil.

44.1 - Receita operacional líquida, após eliminações, por segmento

	31/12/2022				31/12/2021			
	Administração	Geração	Transmissão	Total	Administração	Geração	Transmissão	Total
Suprimento	-	14.104.623	-	14.104.623	-	11.836.975	-	11.836.975
Fornecimento	-	3.925.510	-	3.925.510	-	3.334.527	-	3.334.527
CCEE	17.708	1.141.450	-	1.159.158	1.426.062	1.664.038	-	3.090.100
Receita de O&M	-	4.676.630	6.379.321	11.055.951	-	4.220.474	5.967.866	10.188.340
Receita de construção	-	7.324	1.494.307	1.501.631	-	82.205	1.535.840	1.618.045
Repasse Itaipu	287.610	-	-	287.610	65.831	-	-	65.831
Receita contratual	-	-	7.901.256	7.901.256	-	-	9.946.627	9.946.627
Outras receitas operacionais	222.037	173.774	706.006	1.101.817	146.312	462.762	316.381	925.455
Deduções Receitas operacionais	(147.367)	(4.022.072)	(2.793.884)	(6.963.323)	(271.841)	(3.847.074)	(2.260.151)	(6.379.066)
	379.988	20.007.239	13.687.006	34.074.233	1.366.364	17.753.907	15.506.563	34.626.834

44.2 - Ativos não circulantes por segmento

	31/12/2022				31/12/2021			
	Administração	Geração	Transmissão	Total	Administração	Geração	Transmissão	Total
Intangível	648.677	79.250.508	81.396	79.980.581	644.176	4.345.908	2.092	4.992.176
Ativo Contratual	-	-	51.703.084	51.703.084	-	-	52.158.612	52.158.612
Imobilizado	1.748.211	32.991.494	-	34.739.705	1.830.502	31.537.479	-	33.367.981
	<u>2.396.888</u>	<u>112.242.002</u>	<u>51.784.480</u>	<u>166.423.370</u>	<u>2.474.678</u>	<u>35.883.387</u>	<u>52.160.704</u>	<u>90.518.769</u>

Prática contábil

A Companhia segmenta os seus resultados entre Geração e de Transmissão, pois a maior parte das suas receitas e despesas são originadas por essas atividades.

No resultado do segmento de Administração é evidenciado somente o resultado obtido pela Eletrobras e Eletropar, entidades que não desenvolvem as atividades de geração e transmissão de energia Elétrica.

Os ativos não circulantes segmentados em Geração e Transmissão se referem aos que são diretamente ligados com essas atividades. Os ativos intangíveis e imobilizados sem vínculos diretos com as atividades de geração e transmissão de energia elétrica são apresentados no segmento de Administração.

NOTA 45 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Abaixo encontram-se resumidas as transações comerciais e respectivos saldos com partes relacionadas da Companhia:

45.1 – Principais transações ocorridas em 2022

Partes Relacionadas	Data da Operação	Objeto do Contrato	Valor da transação
Chesf e Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social (Fachesf)	01/01/2022	Segundo Aditivo ao Convênio: Compartilhamento da estrutura necessária à oferta dos serviços assistenciais, de saúde e de medicina do trabalho, decorrentes do PAP, de responsabilidade da Chesf, e do Fachesf-Saúde, de responsabilidade da Fachesf, bem como dos serviços médicos ambulatoriais.	57.875
SPE São Manoel e BNDES	30/01/2022	Trata-se de aditivo ao Contrato de Financiamento com o objetivo de formalizar a adesão da Beneficiária às condições do programa de Standstill promovido pelo BNDES.	526.000
Eletrobras, CGT Eletrosul e SPE UHE Teles Pires	21/02/2022	Trata-se de aditivo ao Contrato de Financiamento mediante repasse de recursos do BNDES, celebrado junto ao Banco do Brasil, com o objetivo de formalizar a adesão da Beneficiária às condições do programa de Standstill promovido pelo BNDES.	561.000
Eletronuclear e Indústrias Nucleares do Brasil (INB)	24/02/2022	Fornecimento do Concentrado de U308 para a execução da conversão e enriquecimento de urânio e para a fabricação de elementos combustíveis, relativos ao fornecimento de combustível para as 28ª à 32ª Recargas de Angra 1 e para as 19ª à 23ª Recargas de Angra 2.	6.553.463
Eletrobras e Eletronuclear	08/06/2022	Trata-se de contratação de operação de crédito de longo prazo pela Eletronuclear, junto ao banco Santander, com garantia prestada pelo US Eximbank, tendo como contragarantidora a Eletrobras. A contragarantia corporativa a ser prestada pela Companhia equivale ao montante da operação de crédito concedida à Parte Relacionada. A contragarantia equivale ao montante da operação de crédito, compreendendo assim um total de até US\$ 22.262 e taxa de juros SOFR + 1,05%a.a. Vide nota 23.2.	116.143
Eletrobras e Eletronorte	23/06/2022	A Eletronorte reconheceu a confissão e consolidação da dívida oriunda decorrente dos processos judiciais da El Paso, que eram de responsabilidade da Amazonas GT e foi efetivamente pago pela Eletrobras, na condição de garantidora. O Juros remuneratórios do confissão de dívida correspondentes a 100% da variação acumulada da Taxa DI, acrescida exponencialmente de uma sobretaxa de 1,50% ao ano e o saldo será amortizado em 60 parcelas mensais e sucessivas.	567.000
Eletrobras e Chapada do Piauí	12/07/2022	Emissão de fiança bancária por instituição financeira de mercado (Fiador) como uma garantia a ser prestada em favor dos credores dos Contratos de Dívida da SPE Chapada do Piauí I. A contragarantia corporativa a ser prestada pela Eletrobras equivale ao montante da fiança bancária correspondente à participação acionária da Companhia no empreendimento, qual seja, 49%, compreendendo assim um total de R\$ 71.322, de acordo com o contrato celebrado. O instrumento contratual e a respectiva garantia fidejussória provida terão duração de 24 meses.	71.322
Eletrobras e SPE Rouar	26/08/2022	Formalização de prestação de garantia pela Companhia, por meio do penhor de suas ações detidas na SPE, de maneira a viabilizar a celebração de financiamento de longo prazo pela parte relacionada junto a uma instituição financeira. A garantia a ser prestada pela Eletrobras, equivale ao montante correspondente à sua participação acionária na SPE, ponderado pelo montante da dívida contratada, compreendendo uma garantia total de até US\$ 20 milhões.	104.342
Eletrobras, Fumas, MESA e SAESA	03/11/2022	Formalização de instrumentos aditivos aos contratos de Dívidas e Garantias providas dentro da Estrutura de Financiamento da SPE SAESA, de modo a refletir a alteração do quadro societário da SPE Madeira Energia S/A (MESA) resultante do recente aumento, em 07/06/2022, da participação acionária de Fumas para 72,36% nesta Sociedade. Faz parte do escopo deste Comunicado o 3º Aditivo ao Instrumento Particular de escritura da 1ª (Primeira) emissão de debêntures da SAESA, o qual conta com Garantia de Fumas.	3.690.000
Eletrobras, Fumas, MESA, SAESA e BNDES	04/11/2022	Em complemento ao Comunicado de 03/11/2022, fazem parte do escopo deste contrato os instrumentos aditivos aos contratos nos quais a Companhia é Garantidora das operações da SAESA, conforme listados a seguir: (i) 11º Aditivo ao Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 08.2.1120.1 (BNDES Direto); (ii) 6º Aditivo ao Contrato nº 12.2.1307.1 (BNDES Direto Suplementar); (iii) 11º Aditivo ao Contrato de Abertura de Crédito para Financiamento Mediante Repasse nº 01/2009 (BNDES Repasse); (iv) 6º Aditivo ao Contrato de Abertura de Crédito para Financiamento Mediante Repasse Suplementar nº 01/2013 (BNDES Repasse Suplementar); (v) 7º Aditivo ao Contrato Financiamento com Recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO; (vi) 3º Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Fiança da 2ª (Segunda) emissão de debêntures da SAESA; (vii) 3º Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Fiança da 3ª (Terceira) emissão de debêntures da SAESA.	10.830.000

45.2 - Transações com entidades governamentais

Em junho de 2022, a Eletrobras concluiu a oferta pública de ações e, consequentemente, deixou de ser uma sociedade de economia mista controlada pela União Federal. Porém, a União Federal ainda possui influência significativa sobre a Companhia. Desta forma, das entidades governamentais, apenas a União Federal atende aos requisitos de classificação como parte relacionada. O resultado das principais transações com estas entidades até junho de 2022 está resumido a seguir:

NATUREZA DA OPERAÇÃO	CONSOLIDADO					
	31/12/2022			31/12/2021		
	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
Direito de Ressarcimento						
Poder Público Federal	-	-	-	6.396.234	-	-
Cauções e depósitos vinculados - Poder Público Federal						
FIDC Infinity DI	-	-	-	29.323	-	-
Empréstimos e Financiamentos a Pagar - Poder Público Federal						
Banco do Brasil	-	-	-	-	2.036.300	-
Caixa Econômica Federal	-	-	-	-	3.878.939	-
BNDES	-	-	-	-	5.126.501	-
Reserva Global de Reversão	-	-	-	-	1.950.629	-
BNB	-	-	-	-	1.053.997	-
Petrobras	-	-	-	-	5.527.830	-
FINEP	-	-	-	-	52.465	-
BASA	-	-	-	-	357.049	-
FIDC Infinity DI	-	-	-	-	28.269	-
Remuneração aos acionistas						
União Federal	-	146.971	-	-	570.712	-
Obrigações de Ressarcimento - Poder Público Federal						
Tesouro Nacional - Itaipu	-	1.349.308	-	-	4.151.585	-
Despesas Financeiras - Poder Público Federal						
Banco do Brasil	-	-	(64.512)	-	-	(60.629)
Caixa Econômica Federal	-	-	(14.812)	-	-	(32.667)
BNDES	-	-	(24.029)	-	-	(45.665)
BNB	-	-	-	-	-	(63.225)
Petrobras	-	-	585.021	-	-	(262.797)
BASA	-	-	(12.993)	-	-	(5.968)
FINEP	-	-	(1.066)	-	-	(2.342)
FIDC Infinity DI	-	-	-	-	-	(17.678)
Outras Receitas /(Despesas)						
Petrobras	-	-	(346.070)	-	-	-
FIDC Infinity DI	-	-	-	-	-	3.215
Outras receitas	-	-	6.109	-	-	-
Outras despesas	-	-	(578)	-	-	-
	-	1.496.279	127.070	6.425.557	24.734.276	(487.756)

A seguir, identifica-se a principal transação com outras entidades governamentais:

- (a) Tesouro Nacional – Itaipu: O passivo da Companhia será repassado ao Tesouro Nacional até 2023, como decorrência da operação de cessão de crédito realizada entre a Companhia e o Tesouro Nacional em 1999. Tais valores serão realizados mediante a sua inclusão na tarifa de repasse a ser praticada até 2023. Maiores informações, vide nota 17.

45.3 - Transações com partes relacionadas - Controladora

Abaixo se encontram resumidas as transações comerciais e respectivos saldos com partes relacionadas da Controladora:

Patrimonial	31/12/2022				31/12/2021			
	Controladas	Controladas em conjunto	Coligadas	Entidades benefício pós-emprego	Controladas	Controladas em conjunto	Coligadas	Entidades benefício pós-emprego
Ativos								
Adiantamento para futuro aumento de capital (a)	20.596.029	-	-	-	3.932.463	-	-	-
Dividendos / JCP a receber	2.527.551	-	508.803	-	4.823.947	2.790	186.973	-
Empréstimos e financiamentos a receber (b)	3.868.903	-	587.067	-	4.612.380	688.883	-	-
Créditos com Controladas	1.894.051	-	-	-	1.974.022	-	-	-
Outros ativos	70.549	-	79.148	-	16.312	41.281	57.075	-
Total Ativo	28.957.083	-	1.175.018	-	15.359.124	732.954	244.048	-
Passivos								
Provisões ¹	-	-	-	620.691	-	-	-	849.766
Fundo de Descomissionamento	-	-	-	-	2.055.713	-	-	-
Outros passivos	-	-	-	-	62.556	-	-	-
Total Passivo	-	-	-	620.691	2.118.269	-	-	849.766

¹ Fundação Eletrobras de Seguridade Social – Eletros: em 31 de dezembro de 2022, o saldo das provisões de benefícios aos empregados totaliza R\$ 620.691 (R\$ 849.766 em 31 de dezembro de 2021).

Resultado	31/12/2022				31/12/2021			
	Controladas	Controladas em conjunto	Coligadas	Entidades benefício pós-emprego	Controladas	Controladas em conjunto	Coligadas	Entidades benefício pós-emprego
Fundo de Descomissionamento	-	-	-	-	-	-	(78.680)	-
Receitas de Juros, Comissões, Taxas e Variações Cambiais	839.163	(38.071)	180.134	-	273.365	372.736	90.274	-
Perdas estimadas em investimentos	(250.553)	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas (Despesas)	968	-	-	(2.650)	3.050	-	-	(3.094)
	589.578	(38.071)	180.134	(2.650)	276.415	372.736	11.594	(3.094)

- (a) Adiantamento para futuro aumento de capital: a Companhia definiu que os pagamentos em contrapartida aos ativos adquiridos no processo de capitalização (bônus de outorga) fossem realizados por suas controladas. Em razão disso, o valor arrecadado na oferta de ações foi transferido às controladas, por meio de adiantamentos para futuro aumento de capital. Maiores detalhes, vide nota 19.
- (b) Empréstimos e financiamentos a receber: Os financiamentos e empréstimos concedidos são efetuados com recursos próprios da Companhia e com recursos externos. As controladas Eletronorte e CGT Eletrosul possuem os empréstimos mais relevantes, no montante de R\$ 2.140.388 e 1.273.880, respectivamente. Maiores detalhes, vide nota 10.

45.4 - Transações com partes relacionadas – Consolidado

Abaixo se encontram resumidas as transações comerciais e respectivos saldos com partes relacionadas do consolidado:

Patrimonial	31/12/2022			31/12/2021		
	Controladas em conjunto	Coligadas	Entidades benefício pós-emprego	Controladas em conjunto	Coligadas	Entidades benefício pós-emprego
Ativos						
Clientes	37.741	23.970	-	52.308	20.057	-
Contas a Receber	14.725	17.064	932	1.436	66	934
Dividendos / JCP a receber	180.213	615.740	-	216.728	209.160	-
Empréstimos e financiamentos a receber	-	587.067	-	688.884	-	-
Outros ativos	-	78.147	136.375	49.549	57.075	55
Total Ativo	232.679	1.321.988	137.307	1.008.905	286.358	989
Passivos						
Fornecedores	17.268	9.273	231	37.437	8.683	231
Provisões	-	-	620.691	-	-	849.766
Contribuições previdenciárias	-	-	32.991	-	-	18.797
Contratos de dívidas atuariais	-	-	71.668	-	-	891.726
Obrigações diversas	-	-	11.079	-	-	9.933
Empréstimos e financiamentos	-	-	4.892	-	-	17.310
Compra de Energia Elétrica	20.379	9.273	-	-	9.222	-
Contas a Pagar	39.400	-	137.718	18.017	-	123.897
Outros passivos	-	-	124.354	15	-	201
Total Passivo	77.047	18.546	1.003.624	55.469	17.905	1.911.861

Resultado	31/12/2022			31/12/2021		
	Controladas em conjunto	Coligadas	Entidades benefício pós-emprego	Controladas em conjunto	Coligadas	Entidades benefício pós-emprego
Receita de uso de Energia Elétrica	161.651	142.852	-	76.820	175.467	-
Receitas de prestação de serviços	100.981	3.223	-	107.196	906	-
Outras Receitas	551.180	-	84.103	296.759	-	81.216
Receitas de Juros, Comissões e Taxas e Variações cambiais	(38.071)	180.134	-	372.736	90.274	-
Receitas Financeiras	-	-	-	692	-	-
Compra/Venda de Energia Elétrica	(659.912)	(70.650)	-	(579.303)	(95.333)	-
Encargos de Uso da Rede	(102.805)	(29)	-	(96.243)	-	-
Taxas	-	-	(2.650)	-	-	(3.094)
Outras Despesas	(311.396)	(209)	(557.258)	(84.255)	(1.247)	(550.789)
Fundo de Descomissionamento	-	-	-	-	(78.680)	-
Despesas atuariais	-	-	-	-	-	(56.712)
Despesas Financeiras	-	-	(140.730)	(626)	(850)	(10.203)
	(298.372)	255.321	(616.535)	93.776	90.537	(539.582)

45.5 - Remuneração do pessoal chave

A remuneração do pessoal chave da Companhia (membros da Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal) é como segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Benefícios de curto prazo	10.485	8.894	41.302	37.921
Benefícios pós-emprego	756	436	756	436
Outros benefícios de longo prazo	2.055	1.296	2.055	1.296
	13.296	10.626	44.113	39.653

Como parte de sua estratégia de remuneração a Companhia concede a seus empregados benefícios de curto e longo prazo, além dos salários, férias e outros benefícios legais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios.

Os benefícios de curto e longo prazo – pós emprego compreendem: (i) plano de previdência complementar ("Plano de pensão – Benefício definido"); (ii) plano de previdência complementar ("Plano de pensão – Contribuição definida") e (iii) Plano de saúde pós emprego.

45.5.1 Plano de remuneração baseado em opções de ações ("Stock Options")

Em dezembro de 2022, foi aprovado na 184ª Assembleia Geral Extraordinária (AGE) o plano de remuneração baseado em opções de compras de ações ("Stock Options"). O plano possibilita a incorporação de incentivos de longo prazo, associados ao cumprimento de metas previamente definidas, no pacote remuneratório dos beneficiários, transformando-os em potenciais acionistas da Companhia, alinhando assim, os interesses da Companhia, seus acionistas e os beneficiários.

O número total de opções a serem outorgadas aos beneficiários do plano de opções não poderá resultar na efetiva entrega de ações que excedam o limite de 1,10% do capital social total da Companhia, conforme deliberado na AGE.

Prática contábil

A Companhia elimina nas demonstrações contábeis consolidadas, as transações e os saldos intercompanhias existentes com partes relacionadas, exceto em relação àqueles entre Eletrobras e suas controladas mensuradas ao valor justo por meio do resultado.

De acordo com sua política, a Companhia pode realizar transações com partes relacionadas para aproveitar sinergias e alcançar eficiência operacional, melhorando assim, seu resultado conjuntamente considerado. Sendo realizadas a preços e condições definidos entre as partes, que levam em consideração as condições que poderiam ser praticadas no mercado com partes não relacionadas, garantindo que não haja negócios que beneficiem exclusivamente uma das partes.

Os processos negociais e decisórios devem ser efetivos, independentes e dotados de comutatividade ou de pagamento compensatório adequado. Assim, evita-se o favorecimento indevido da parte relacionada em detrimento do interesse da sociedade.

NOTA 46 – ATIVOS E PASSIVOS MANTIDOS PARA VENDA

O quadro abaixo demonstra os investimentos classificados como mantidos para venda em 31 de dezembro de 2022:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Chapada Piauí I	144.574	124.484	144.574	124.484
Chapada Piauí II	176.117	164.847	176.117	164.847
Livramento Holding S.A.	-	-	80.317	98.359
Energética Águas da Pedra S.A.	-	-	286.774	-
Neoenergia Coelba	-	-	468	-
Neoenergia Cosern	-	-	63	-
Neoenergia Afluente T	-	-	45	-
Total Ativo	320.691	289.331	688.359	387.690
Livramento Holding S.A.	-	-	170.448	168.381
Total Passivo	-	-	170.448	168.381

Em fevereiro de 2022, a Eletrobras e a Contour Global do Brasil *Holding* Ltda, sócias das companhias Chapadas do Piauí I e II, incluíram no acordo de acionistas a cláusula direito de preferência à aquisição de ações, títulos ou direitos e direito de venda conjunta (*Tag Along*). A Eletrobras se mantém comprometida com o plano de desinvestimento desses ativos.

Contrato de Permuta de Ações e Outras Avenças – Eletronorte e Neoenergia

Em dezembro de 2022, ocorreu a celebração entre a controlada Eletronorte e a Neoenergia S.A. do Contrato de Permuta de Ações e Outras Avenças, por meio do qual, com as interveniências-anuências necessárias, acordaram as seguintes operações:

- I- Neoenergia transfere em permuta à Eletronorte: (i) ações ordinárias representativas de 50,56% do capital social total e votante da Teles Pires Participações S.A., cujo *Equity Value*, definido de comum acordo entre as partes, é de R\$ 327.953; (ii) ações ordinárias representativas de 0,9% do capital social total e votante da Companhia Hidrelétrica Teles Pires, cujo *Equity Value*, definido de comum acordo entre as partes, é de R\$ 5.891; e (iii) ações ordinárias representativas de 100% do capital social total e votante da Baguari I Geração de Energia Elétrica S.A., cujo *Equity Value*, definido de comum acordo entre as partes, é de R\$ 453.982.
- II- Eletronorte transfere em permuta à Neoenergia: (i) ações ordinárias representativas de 49% do capital social total e votante da Energética Águas da Pedra S.A. – EAPSA (UHE Dardanelos), cujo *Equity Value*, definido de comum acordo entre as partes, é de R\$ 784.512; (ii) 96.981 ações ordinárias, 10.885 ações preferenciais Classe A e 20 ações preferenciais Classe B de emissão da Neoenergia Coelba, no montante de R\$ 2.598; (iii) 46.654 ações ordinárias, 8.901 ações preferenciais Classe A e 9.473 ações preferenciais Classe B de emissão da Neoenergia Cosern no montante de R\$ 604; e (iv) 26.328 ações ordinárias de emissão da Neoenergia Afluente T no montante de R\$ 113.

O valor da operação totaliza R\$ 787.826, sem impactar os caixas da Eletrobras e da Neoenergia. A conclusão do negócio está condicionada ao cumprimento de condições precedentes usuais a esse tipo de operação, incluindo as anuências cabíveis.

Antes da transferência à Neoenergia, ocorrerá descruzamento interno na Eletrobras, para que a Eletronorte detenha as participações que serão transferidas à Neoenergia.

Prática contábil

Os ativos não circulantes e os grupos de ativos são classificados como mantidos para venda se o seu valor contábil será recuperado, principalmente, por meio de transação de venda e não pelo o uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando o ativo (ou grupo de ativos) estiver disponível para venda imediata em sua condição atual, sujeito apenas a termos usuais para venda desse ativo (ou grupo de ativos), e sua venda for considerada altamente provável. A Administração deve estar comprometida com a venda, a qual se espera que possa ser concluída dentro de um ano a partir da data de classificação.

Os ativos não circulantes (ou o grupo de ativos) classificados como destinados à venda são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor esperado de alienação.

NOTA 47 – OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Conforme previsto na Lei nº 14.182/2021, a capitalização da Eletrobras estava condicionada à reestruturação societária para manter sob o controle, direto ou indireto da União, as empresas Eletronuclear e Itaipu Binacional, através da transferência de controle para a ENBpar.

Como a Eletronuclear e Itaipu Binacional representavam uma importante linha separada de negócios nos segmentos de geração de energia nuclear e comercialização, respectivamente, as transações destes segmentos passaram a ser apresentadas nestas demonstrações contábeis como operações descontinuadas. Desta forma, as informações do resultado do exercício e o fluxo de caixa comparativos estão sendo divulgadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 31/IFRS 5, para apresentar as transações dos segmentos mencionados acima separadamente das operações continuadas.

Abaixo demonstramos o resultado e os fluxos de caixa das operações descontinuadas:

- Resultado das operações descontinuadas:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	-	-	2.050.414	3.004.947
Custos operacionais	-	-	(1.028.577)	(2.282.619)
Despesas operacionais	-	-	(360.765)	(517.680)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	-	-	661.072	204.648
Resultado financeiro líquido	57.822	84.897	(356.990)	(629.925)
Resultado das participações societárias	32.305	(169.862)	(68.490)	360.128
Outras Receitas e Despesas	896.658	-	896.658	-
Resultado operacional antes dos impostos	986.785	(84.965)	1.132.250	(65.149)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	-	-	(145.465)	(20.081)
Lucro (prejuízo) das operações descontinuadas	986.785	(84.965)	986.785	(85.230)

O saldo de Outras Receitas e Despesas refere-se ao ganho decorrente da transferência da Itaipu Binacional e as demais rubricas referem-se a desconsolidação da Eletronuclear. Para maiores detalhes, vide nota 1.1.

- Efeitos na demonstração do fluxo de caixa:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021
Caixa líquido usado das atividades operacionais	(2.908.844)	(600.801)
Caixa líquido proveniente (usado) das atividades de financiamento	(174.814)	2.105.924
Caixa líquido proveniente (usado) das atividades de investimento	3.079.754	(1.503.660)
Caixa líquido proveniente (usado) das operações descontinuadas	(3.904)	1.463

NOTA 48 – TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

¹Integralização de capital social da Eletronuclear.

CONSOLIDADO	
	31/12/2022
Novos contratos de concessões	
Indenizações das UHEs Tucuruí e Curuá-Una	5.062.717
Reembolso aquisição de combustível – Lei nº 12.111/2009	2.906.500
Obrigações Lei nº 14.182	38.895.078
Total adicionado ao ativo intangível	46.864.295
Perda dos valores residuais (CHESF e Fumas) - redução do imobilizado	403.902
Perda dos valores não homologados - modernizações/melhorias (Lei nº 12.783/2013)	1.554.311
	1.958.213
Reestruturação societária	
Contraprestação pela transferência acionária de Itaipu	1.082.275
Integralização do AFAC ¹	3.665.521
Integralização dos dividendos a receber ¹	2.512.286
	7.260.082
Combinação de negócios - MESA	
Ativo	
IR e CSLL diferidos	2.077.704
Imobilizado e intangível	18.991.316
Outros Ativos	758.493
	21.827.513
Passivo	
Empréstimos e financiamentos	19.979.063
Outros Passivos	2.745.933
	22.724.996

NOTA 49 – EVENTOS SUBSEQUENTES

49.1 - Programa de Recompra de Ações de Própria Emissão

O objetivo do Programa de Recompra é a aquisição de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia para posterior cancelamento, alienação ou manutenção em tesouraria, sem redução do capital social, para incrementar o valor aos acionistas pela aplicação eficiente dos recursos disponíveis em caixa, otimizando a alocação de capital da Eletrobras. A Companhia poderá utilizar as ações em tesouraria para atender aos Planos de Remuneração Baseado em Opções de Compra de Ações e Remuneração Baseado em Ações Restritas, até o limite de 1,10% e 0,20%, respectivamente, aprovados na 184ª AGE. Adicionalmente, a Companhia poderá, observados os limites referidos no art. 4º, incisos I e II da Resolução CVM 77, utilizar as ações em tesouraria para saldar obrigações decorrentes de seus passivos relativos a demandas judiciais que discutem diferença de correção monetária dos créditos de Empréstimo Compulsório de Energia (ECE) ou constitucionalidade do tributo.

A quantidade máxima de ações que poderão ser adquiridas são 202.111.946 ações ordinárias e 27.552.681 ações preferenciais B, que representam 10% do total de ações em circulação de cada classe e espécie.

O prazo máximo para liquidação das operações com ações emitidas pela Companhia no âmbito deste

Plano de Recompra é de até 18 meses, contados a partir de 03 de janeiro de 2023, e encerrando-se em 02 de julho de 2024. A recompra de ações somente será realizada se compatível com a situação financeira da Companhia e se houver recursos disponíveis, conforme disposto na Resolução CVM nº 77/2022.

49.2 – Incorporação de ações

Em março de 2023, após a aprovação das Incorporações de Ações pela 185ª AGE e nas assembleias gerais das Subsidiárias, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações, os acionistas titulares de ações preferenciais classe “A” de emissão da Companhia exerceram o direito de retirada de 4.361 ações PNA. O montante total desembolsado pela Companhia a título de reembolso aos Acionistas Dissidentes titulares de Ações PNA foi de R\$ 212.

Wilson Ferreira Júnior

Presidente

Elvira Cavalcanti Presta

Diretora Financeira e de Relações com Investidores

Luiz Augusto Pereira de Andrade Figueira

Diretor de Gestão e Sustentabilidade

Camila Gualda Sampaio Araújo

Diretora de Governança, Riscos e Conformidade

Márcio Szechtman

Diretor de Transmissão

Pedro Luiz de Oliveira Jatobá

Diretor de Geração

Rodrigo Limp Nascimento

Diretor de Regulação e Relações Institucionais

Marcos José Lopes

Contador – CRC-RJ 100854/O